

A

A

C

OS

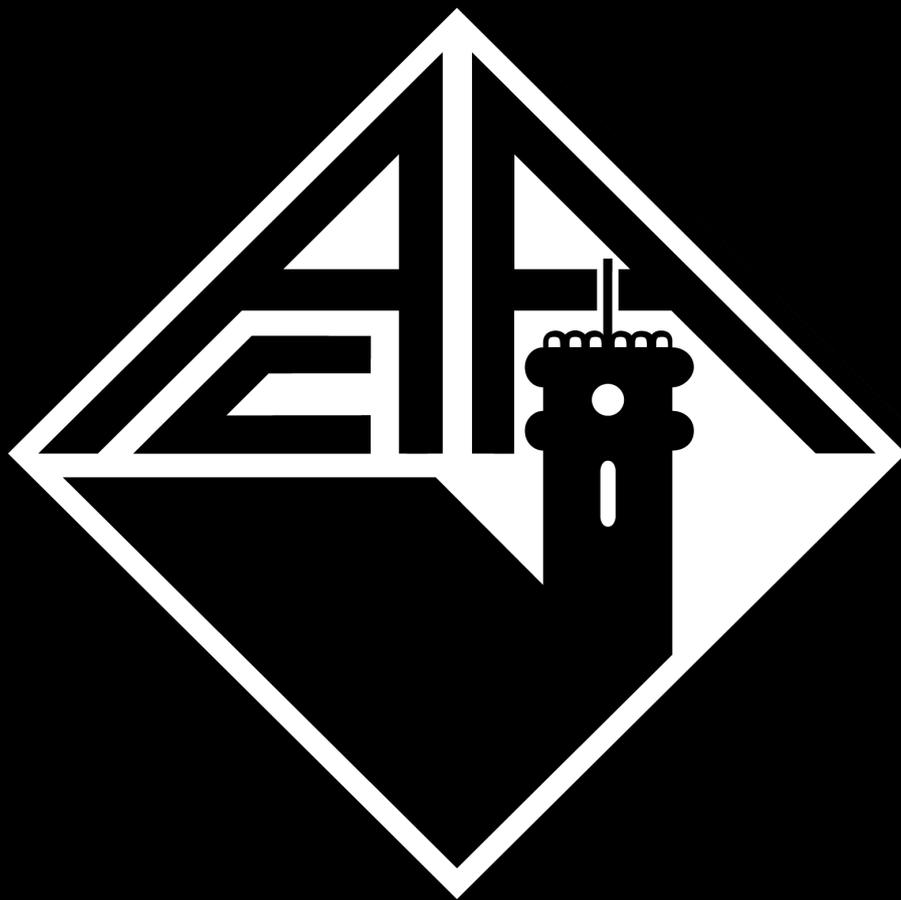
R

ostos do poder

(Página deixada propositadamente em branco)

AAC

Os Rostos
do Poder



Ficha técnica

Título
AAC – Os Rostos do Poder

Coordenador
João Pedro Campos

Colaboradores
João Pinto
Liliana Figueira
Maria João Santos
Marta Ribeiro
Sofia Piçarra

Design e paginação
Tiago Carvalho

Design de capa
António Barros

Data de impressão
Novembro de 2009

Impressão
G.C.– Gráfica de Coimbra, Lda.

Edição
Imprensa da Universidade
de Coimbra

Revisão
Daniela Posse
Helena Guerra
João Pedro Campos
Liliana Figueira

ISBN
978-989-26-0012-3

Nota de abertura

A memória é algo difícil de definir. O dicionário define-a como “a faculdade pela qual o espírito conserva ideias ou imagens, ou as readquire sem grande esforço”.

A Associação Académica de Coimbra é uma instituição com grandes problemas em gerir essa faculdade. Quem a integra, fá-lo em ciclos de três, quatro, cinco anos (no caso restrito das Direcções-Gerais, estes ciclos são de um ou dois anos) e pouco deixa para as gerações seguintes. No caso dos presidentes da Direcção-Geral, essas poucas lembranças manifestam-se de forma excessiva. Um sócio da AAC em 2009 mal sabe quem foi Miguel Duarte, apesar de ele ter sido presidente da Academia há apenas cinco anos. Há cinco anos, um sócio da AAC pouco sabia de António Silva, e no tempo de António Silva pouco se sabia de António Vigário. E todos eles passaram por esta casa há menos de duas décadas.

É esse dilema entre a História rica de uma instituição como a Associação Académica de Coimbra e a precariedade dessa mesma História que cabe combater. A AAC tem memória, mas está dispersa, e a História desta centenária instituição acaba por estar dividida em pequenas estórias. Só assim se explica que se tivesse de esperar 122 anos para que houvesse uma compilação da história dos presidentes da Associação Académica. Assim se percebe também a dificuldade que foi reunir dados de todos eles, uns mais conhecidos que outros, uns com mais protagonismo que outros. É certo que a instituição está e estará sempre acima das pessoas, e que outros momentos da História da AAC merecem mais atenção do que quem a presidiu ao longo dos tempos, mas não deixa de ser curioso que, ao fim de todo este tempo, nunca se tivesse reunido esta colectânea, e que haja, em alguns momentos, tantas reticências por parte dos protagonistas em falar dos seus antecessores e sucessores.

Ao fim de 101 presidentes, a história (possível) de todos eles vê finalmente a luz do dia. É um documento que fica para quem viveu, vive e viverá nesta escola de formação profissional, humana e cívica, que é a Associação Académica de Coimbra. Como antigo estudante, antigo sócio e antigo seccionista, é para mim um orgulho dar este modesto contributo à História desta instituição. A colaborar comigo, uma equipa jovem (entre 21 e 26 anos) de actuais e antigos sócios da AAC fizeram deste livro um documento único.

Espera-se agora que seja o ponto de partida para que outros dêem o seu contributo, para que as “pequenas estórias” culminem finalmente na História da AAC. E que a memória desta casa viva finalmente.

João Pedro Campos

Nota do autor: Este livro é dedicado à memória de Ana Paula Aroso Carvalho Ribeiro (1961-2009).

Às vezes há anjos que voam cedo demais.

(Página deixada propositadamente em branco)

Nota de abertura

Nascida a 3 de Novembro de 1887, a Associação Académica de Coimbra (AAC) sempre se afirmou como uma instituição ímpar, caracterizada pelas suas mais variadas vertentes, cultural, desportiva, cívica e política.

A luta pelos direitos dos estudantes, mas também a luta por uma sociedade mais justa, mais livre e mais solidária, marcam, sem dúvida, a vida desta secular instituição. E é nestas lutas, como no dia-a-dia, que são necessárias pessoas, que dediquem o seu tempo a esta causa, que vejam nesta acção uma missão a cumprir, trabalhando em prol do próximo sem nada pedir em troca. Ao longo destes 122 anos, muitos foram os homens e mulheres que se dedicaram à AAC, diariamente, e que depositaram todo o seu esforço na prossecução dos objectivos inerentes a esta. Destacam-se contudo, pelo cargo que ocuparam, os presidentes da AAC, enquanto rostos da instituição, enquanto rostos da luta estudantil, enquanto rostos do poder.

Este rostos do poder contribuíram, cada um à sua maneira, para dignificar o nome da AAC, prestando o seu contributo à causa estudantil. Ser presidente desta grandiosa instituição é algo que requer um esforço e sentido de dever cívico muito elevados, e que representa um orgulho incomparável a quem ocupa o cargo. Falando da minha experiência pessoal, considero que o elevado fluxo de trabalho, o tempo exigido e os problemas inerentes ao cargo, apenas podem ser ultrapassados pelo orgulho que é representar todos os estudantes da Universidade de Coimbra, pela paixão pela Associação Académica de Coimbra.

A AAC, por toda sua envolvimento histórica e política, e por todo o trabalho desenvolvido, afirma-se como uma grande escola de cidadania. É nesta escola de cidadania que se formaram pois, grandes cidadãos, que se destacaram nas mais variadas áreas. Isto deriva também do facto de a AAC ter um papel social muito importante na cidade de Coimbra e, claro, de ter desempenhado um papel muito relevante na sociedade portuguesa.

Os “rostos do poder” devem ser estudados, recordados e homenageados, pela dedicação à AAC, pela forma como prestaram o seu contributo cívico à sociedade que os rodeava. Enquanto jovens, tentaram com as suas ideias, desafios e projectos mudar o que achavam estar mal, o que consideravam dever ser alterado. Se sonhar, como dizem, é característico da juventude, foi fruto dos sonhos que tentaram concretizar que a AAC se foi reinventando a ela própria e alcançando os feitos históricos que a marcaram. Talvez seja o sonho aliado ao pragmatismo a chave do desenvolvimento. Quero acreditar em Shakespeare quando refere que “nós somos do tecido de que são feitos os sonhos”, pois não é apenas na juventude que devemos sonhar. Na Associação Académica de Coimbra, como na vida, realizar utopias, agarrarmo-nos a causas e valores, são o caminho para o futuro, para o desenvolvimento!

Jorge Serrote

*Presidente da Direcção-Geral
da Associação Académica de Coimbra (2009)*

(Página deixada propositadamente em branco)

Prefácio

Ao escrever as breves linhas que me foram gentilmente solicitadas pelos organizadores deste belo livro que evoca os presidentes da história da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, são tantos os sentimentos e emoções que inundam o meu espírito que nem sei por onde começar.

Por um lado, como actual director da Imprensa da Universidade de Coimbra (IUC), tenho de vos dizer que é um imenso gosto iniciar com este livro uma colaboração editorial com a Associação Académica que espero possa ter ampla continuidade no futuro. Na IUC não queremos fazer só livros de investigação para públicos altamente especializados. Também pretendemos editar bons manuais de ensino, livros em formato e de conteúdo didáctico (versando temas da actualidade) para o grande público, memórias e documentos que ajudem a dar profundidade e perspectiva àquilo que somos e fazemos todos os dias, desde há muitos anos, dentro da Universidade de Coimbra. Portanto, esta obra tem um lugar natural no nosso catálogo e nem pensámos duas vezes quando nos foi proposta a respectiva edição. Que seja a primeira de uma longa série de livros bonitos e sentidos com a marca desta estreita cumplicidade entre a AAC e a IUC.

Mas, por outro lado, quero dizer-vos mais alguma coisa, tenho de dizer-vos mais alguma coisa, pois não me é indiferente o tema da obra que agora vê a luz do dia. Evocar os presidentes da história da AAC é convocar um turbilhão de sensações que só quem estudou em Coimbra pode partilhar. Este livro não fala só de pessoas, muitas delas de grande nível e que deixaram (ou continuam a deixar) uma marca forte na sociedade portuguesa. As páginas que se seguem recordam também, a cada passo, a história gloriosa da Academia de Coimbra, dos finais da Monarquia aos dias de hoje, uma história que, por si só, é parte integrante e muito nobre da história cultural e política de Portugal. Tal como a memória da nossa Académica se faz tanto de vitórias nos relevados quanto de intervenção política em momentos cruciais (recordo a célebre final da Taça de Portugal, em 1969) e até de uma vivência estudantil que não julgo ter paralelo em torrão algum do nosso território, também a memória dos presidentes da Direcção-Geral da AAC é muito mais do que a soma das biografias dos seus titulares. É a história de gerações e gerações de estudantes que receberam em Coimbra o essencial da sua formação, não apenas científica, profissional e política, mas sobretudo humana. Estudar em Coimbra não era apenas frequentar as aulas e fazer os exames. Havia muito mais mar em volta dessas ilhas, e não terá havido um único presidente da AAC que o não tenha sentido intensamente. Aliás, nenhum estudante seria eleito presidente da AAC sem esse entendimento amplo da vida universitária. A Academia de Coimbra também é desporto, também é música, também é teatro, também é cinema, também é cultura em todas as suas acepções ou, se preferirem, na sua acepção mais simples e simultaneamente mais abrangente e mais bela, a que lhe deu um dia o poeta do Movimento da Negritude, Aimé Césaire: “Cultura é tudo aquilo que o homem inventou para tornar o mundo mais vivível e ser capaz de enfrentar a morte”.

Por isso este livro é tão belo. Imaginamo-lo como uma via-

gem em que os 101 presidentes da AAC são apenas os guias e tudo o mais somos nós, na nossa relação com a cidade, com os outros, com a fervilhante vida associativa de Coimbra, até com o TAGV e com o próprio edifício da Padre António Vieira, em cuja portaria tantas vezes saudei o saudoso Senhor Xico no ano em que tive o gosto de integrar a Direcção-Geral da AAC, então presidida pelo meu bom amigo José Gabriel (1978-1979).

Se há efemérides que são oportunidades, esta é uma delas. Oportunidade para lembrar a uma geração que parece hoje um pouco adormecida, um pouco distraída pela política comum, um pouco diminuída na sua capacidade criativa e na sua disponibilidade para se emocionar diante das grandes manifestações artísticas, aquilo que pode e deve ser a vivência académica em toda a sua dimensão. Pessoalmente, como editor mas também como antigo participante activo nas aventuras que estas páginas recordam, gostaria muito que este livro que fala do passado fosse também uma semente para um futuro ainda melhor para essa grande casa de formação de cidadãos que sempre foi e sempre será a nossa querida Associação Académica de Coimbra.

João Gouveia Monteiro

Director da Imprensa da Universidade de Coimbra



Final da Taça de Portugal de 1969 (Académica-Benfica)

(Página deixada propositadamente em branco)

Presidentes da Associação Académica de Coimbra (1887-2009)

- 01 – António Luís Gomes (1887-1890)
 02 – António Joaquim de Sá Oliveira (1896-1897)
 03 – António dos Santos Cidraes (1899-1900)
 04 – João Duarte de Oliveira (1900-1901)
 05 – João Santos Monteiro (1901-1902)
 06 – Eugénio da Cunha Pimentel (1902-1904)
 07 – Avelino César Augusto Maria Calisto (1904-1905)¹
 08 – António Santos Silva (1905)
 09 – Tenente José Maria Rosa Júnior (1905-1908)
 10 – Luciano Eustáquio Soares (1910-1911)
 11 – Álvaro Bettencourt de Athayde (1911-1912)
 12 – Francisco António Maldonado (1912-1914)
 13 – Fausto Lopo de Carvalho (1914)
 14 – Arnaldo Veiga Cabral (1914-1915)
 15 – Alexandre Ferreira Braga (1915-1916)
 16 – António Augusto Malheiro (1917-1918)
 17 – Guilherme Luíselo Alves Moreira (1918-1919)
 18 – Augusto da Fonseca Júnior (1919-1920)
 19 – António Pádua (1920-1921)
 20 – Alfredo Fernandes Martins (1921-1922)
 21 – Lúcio de Almeida (1922-1923)
 22 – Manuel Gomes de Almeida (1923-1925)
 23 – António de Matos Beja (1925-1927)
 24 – Manuel de Almeida Neves (1927-1928)²
 25 – Jaime do Rego Afreixo (1928-1929)
 26 – António José de Sousa Pereira (1929-1930)
 27 – João Gaspar Simões (1930-1931)
 28 – João de Brito Câmara (1931-1932)
 29 – António Ferrer Correia (1932-1934)
 30 – António de Sousa (1934-1935)
 31 – Ernesto Domingues de Andrade (1935-1936)
 32 – João Pedro Miller Guerra (1936-1937)³
 33 – José Guilherme de Melo e Castro (1937-1939)
 34 – Luís Nunes da Ponte (1939-1940)⁴
 35 – Manuel Deniz Jacinto (1940-1941)
 36 – Ramiro Machado Valadão (1941)
 37 – João de Matos Antunes Varela (1942-1943)
 38 – Manuel Tarujo de Almeida (1943-1944)
 39 – Arménio António Cardo (1944)
 40 – Francisco Salgado Zenha (1945)⁴
 41 – Manuel Joaquim Rebelo da Silva (1945-1947)⁵
 42 – Luís Mendonça de Albuquerque (1947)
 43 – Augusto Amorim Afonso (1947-1949)
 44 – Fernando Pereira Rebelo (1949-1950)
 45 – Joaquim António Santos Simões (1950-1951)
 46 – Carlos Augusto Paes d'Assumpção (1951-1952)
 47 – Afonso de Sousa Freire Moura Guedes (1952-1953 e 1954-1955)
 48 – Fernando Luís Mendes da Silva (1953-1954)
 49 – António Manuel Ferreira de Mascarenhas Gaivão (1955-1956)
 50 – Manuel Pinho Rocha (1956-1957)
 51 – Ruy Alvim (1957-1958)
 52 – Manuel Henriques Mesquita (1958-1959)
 53 – Manuel Cardoso da Costa (1959-1960)
 54 – Carlos Candal (1960-1961)
 55 – José Pinheiro Lopes de Almeida (1961)
 56 – Jorge Manuel Amado de Aguiar (1961-1962)
 57 – Francisco Leal Paiva (1962)
 58 – José Pedro Belo Soares (1962)⁶
 59 – João Henriques Fernandes Loja (1963-1964)
 60 – António Correia de Campos (1964)
 61 – Joaquim Romero de Magalhães (1964-1965)
 62 – Octávio Luís Andrade da Cunha (1965)
 63 – Alexandre Augusto de Magalhães (1965-1966)⁷
 64 – Luís da Cunha Melo (1966-1967)
 65 – João Santos Chaves (1967-1968)
 66 – Jorge Manuel Ponce Leão (1968-1969)
 67 – Alberto Martins (1969)
 68 – António José Pires Remédio (1970)
 69 – Carlos Fraião (1970-1971)
 70 – Carlos Amorim (1974)
 71 – Carlos Delgado (1974)⁹
 72 – António Gomes Martins (1975-1976)
 73 – Clara Crabbé Rocha (1976)
 74 – Henrique Fernandes (1976-1977)
 75 – José Neves dos Santos (1977-1978)
 76 – José Gabriel (1978-1979)
 77 – António Maló de Abreu (1979-1980)
 78 – Luís Teixeira (1980-1981)
 79 – Luís Pais de Sousa (1981-1982)
 80 – Guilherme Carreira (1982-1983)
 81 – Luís Parreirão (1983-1984)
 82 – Ricardo Roque (1984-1985)
 83 – Diogo Portugal (1985-1986)
 84 – Paulo Barreto (1986-1987)
 85 – Benjamim Lousada (1987-1988)
 86 – Ana Paula Barros (1988-1989)
 87 – José Manuel Viegas (1989-1990)
 88 – Emídio Guerreiro (1990-1991)
 89 – Fernando Guerra (1991-1992)
 90 – António Vigário (1992-1993)
 91 – Tiago Magalhães (1994)
 92 – Zita Henriques (1995-1996)
 93 – António Silva (1997-1998)
 94 – Hugo Capote (1999)
 95 – Humberto Martins (2000-2001)
 96 – Vítor Hugo Salgado (2002-2003)
 97 – Miguel Duarte (2004)
 98 – Fernando Gonçalves (2005-2006)
 99 – Paulo Fernandes (2007)
 100 – André Oliveira (2008)
 101 – Jorge Serrote (2009)

(1) Comissão Administrativa nomeada pela Assembleia Magna

(2) Comissão Administrativa eleita

(3) Comissão Administrativa nomeada pelo Governo, situação que se manteve até à eleição de Salgado Zenha, em 1945

(4) Eleito por Assembleia Magna e homologado pelo Ministério da Educação

(5) Comissão Administrativa nomeada pelo Governo

(6) Presidente da Mesa da Assembleia Magna. Não houve Direcção-Geral

(7) Comissão Administrativa, que se verificou até 1969, com Jorge Manuel Ponce de Leão

(8) Direcção-Geral provisória, enquanto não se realizaram eleições

01 - António Luís Gomes

Presidência
1887/1890

Data de nascimento
23 de Setembro de 1863

Data de morte
28 de Agosto de 1961

Naturalidade
Porto

Curso
Direito



15

Nascido no Porto a 23 de Setembro de 1863, António Luís Gomes foi o primeiro presidente da Associação Académica de Coimbra e responsável pela alteração dos estatutos que dotaram a associação desta designação.

António Luís Gomes matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra a 5 de Outubro de 1885 e no mesmo ano chegou a presidente do Teatro Académico. Juntamente com outros 17 académicos faz uma reforma naquela que era então designada Academia Dramática. Os estatutos foram aprovados por alvará a 3 de Novembro de 1887.

Licenciou-se em 1890 e concluiu o doutoramento dois anos depois. Os tempos passados em Coimbra levaram-no a assumir uma postura de defesa do republicanismo, tendo integrado o Partido Republicano Português. Em 1909 foi eleito deputado às Cortes da Monarquia e, com a implantação da República, inte-

*O primeiro
presidente
da Associação
Académica
ficou conhecido
por ser um
Republicano
convicto*

grou o primeiro Governo provisório, como ministro do Fomento. No ano seguinte partiu para o Brasil, onde foi embaixador português.

Entre 1912 e 1921, António Luís Gomes foi provedor da Misericórdia do Porto, tendo retomado o cargo de 1930 a 1944. A 29 de Novembro de 1921 foi nomeado reitor da Universidade de Coimbra, cargo que ocupou durante três anos. Pediu a exoneração do cargo a 27 de Janeiro de 1924, devido à nomeação de um funcionário adido, chefe da extinta secretaria da Faculdade de Medicina. O Senado colocou-se ao lado do reitor e pediu a supressão do lugar, o que deu origem ao incidente. Em Março de 1922, a Associação Académica de Coimbra prestou-lhe homenagem, na sua sede.

António Luís Gomes faleceu no Porto a 28 de Agosto de 1961, aos 98 anos de idade.



02 - António Joaquim de Sá Oliveira

Presidência
1896/1897

Data de nascimento
10 de Abril de 1872

Data de morte
7 de Janeiro de 1954

Naturalidade
Arada (Ovar)

Curso
Direito

O segundo presidente da Associação Académica de Coimbra nasceu em Arada, concelho de Ovar, a 10 de Abril de 1872. Depois de sair de Coimbra desempenhou vários cargos ao nível da pedagogia e do desporto, tendo sido o primeiro reitor do Liceu Pedro Nunes e o primeiro presidente da Federação Portuguesa de Futebol.

António Joaquim de Sá Oliveira matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra a 24 de Outubro de 1894. Segundo dados disponibilizados pela família, viveu numa república formada por alunos do primeiro ano de Direito, sem veteranos. “Eu pertenci em Coimbra a um grupo de estudantes que restaurou a velha Associação Académica. A coisa foi assim: fundou-se, primeiro, uma associação minúscula, ‘Irmãos Unidos’, que tinha a sua sede numa pequena casa da Rua Larga; depois o clube desenvolveu-se, passou a ser instituição a sério, chamou-se ‘Associação Académica’ e mudou para casa mais ampla, o primeiro andar do prédio da mesma rua, em cujo rés-do-chão ficava a Papelaria Paula e Silva”, conta nas suas memórias, não publicadas.¹

António foi presidente da Asso-

*Sá Oliveira
foi o primeiro
reitor do Liceu
Pedro Nunes,
em Lisboa,
bem como o
primeiro
presidente
da Federação
Portuguesa
de Futebol*

ciação Académica de Coimbra de 1896 a 1897, e em 1901 (a 8 de Fevereiro) entrou para o Magistério oficial. “Exercio no Liceu de Coimbra como professor efectivo; no Liceu do Carmo, agora de Passos Manuel, em comissão; no de S. Domingos, agora de Camões, como efectivo; finalmente, também como efectivo, no de D. Pedro Nunes e Normal de Lisboa”, destaca nas memórias.

Além de reitor do Liceu Pedro Nunes, António Joaquim de Sá Oliveira desempenhou outros cargos: foi presidente da Direcção e da Assembleia-Geral da Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses, Associação do Magistério Secundário Oficial, membro fundador da Universidade Popular Portuguesa (1919), primeiro presidente da Liga de Educação Nacional (de que foi sócio fundador), primeiro presidente da União Portuguesa de Futebol (1911-1914), primeiro presidente da Federação Portuguesa de Futebol (1914-1922), membro do primeiro Comité Olímpico Português e primeiro presidente da Associação de Escoteiros de Portugal. Aposentou-se em 1941 e faleceu em Lisboa a 7 de Janeiro de 1954.

(1) Informação disponibilizada por António Homem de Gouveia, neto de António

03 - António dos Santos Cidraes

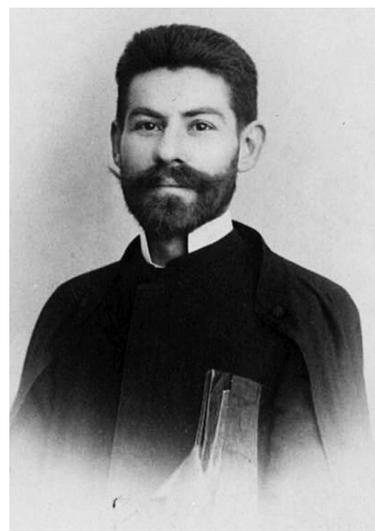
Presidência
1899/1900

Data de nascimento
1870

Data de morte
1933

Naturalidade
Faro

Curso
Medicina



António Cidraes nasceu em Faro em 1870 e chegou a Coimbra aos 23 anos, para se matricular em Filosofia. Quatro anos depois, a 15 de Outubro de 1897, matriculou-se na Faculdade de Medicina. Era o filho mais novo de Gregório Cidraes e descendia de uma família de proprietários de terras.

Chegou a presidente da Associação Académica de Coimbra na viragem do século. Apesar de se ter licenciado em Medicina, nunca chegou a exercer a profissão. Segundo dados fornecidos pela família, António Cidraes casou com a filha de um proprietário rural, tendo trocado a Medicina pela lavoura e criação de cavalos árabes, e instalando-se em Elvas. Terá ganho grande protagonismo durante a presidência de Sidónio Pais, tendo sido mesmo convidado para ministro da Agricultura, cargo que recusou. No entanto ficou no Ministério, como chefe de gabinete.

A personalidade experimentalista e empreendedora de António Cidraes acabou por não resultar, tendo levado a família à falência. Morreu de tuberculose em 1933, e deixou cinco filhos. Os descendentes estão instalados sobretudo no Alentejo, em Moura e Elvas. Um seu neto, Alberto Cidraes, é arquitecto e ceramista no Brasil.

*Licenciado
em Medicina,
António Cidraes
acabou por
não exercer
a profissão,
dedicando-se
à lavoura
e à criação de
cavalos árabes*



04 - João Duarte de Oliveira

Presidência
1900/1901

Data de nascimento
6 de Fevereiro de 1875

Data de morte
16 de Dezembro de 1946

Naturalidade
Cebolais de Cima (Castelo Branco)

Curso
Medicina



18

Natural de Cebolais de Cima, distrito de Castelo Branco, João Duarte de Oliveira nasceu a 6 de Fevereiro de 1875, sendo filho de António Duarte de Oliveira e Rosa Liberata.

Em 1895, com 20 anos, Duarte Oliveira chega a Coimbra, onde se matricula em Filosofia. A 23 de Junho de 1896 matricula-se em Matemática e em 1898, no dia 13 de Outubro, em Medicina. Em 1903 obtém o grau de bacharel formado. Chegou a presidente da Associação Académica de Coimbra em 1900, tendo pedido a demissão em Janeiro de 1901, invocando o desinteresse dos estudantes, que não compareciam às Assembleias Gerais.

Após concluir o curso, João Duarte de Oliveira partiu para o concelho de Monforte, onde foi médico municipal e sub-delegado de saúde. Regressaria à Universidade de Coimbra em 1912, para ser segundo assistente provisório da Faculdade de Medicina. No ano seguinte, chegou a primeiro assistente. A 24 de Abril de 1915 foi nomeado professor extraordinário e cinco anos depois

*João Duarte
de Oliveira
foi reitor da
Universidade
de Coimbra
durante oito anos,
tendo pedido
a exoneração
do cargo
a 8 de Junho
de 1939*

tornou-se lente catedrático.

Passou por director dos Laboratórios de Anatomia Descritiva e de Histologia e Embriologia e, em 1926, foi nomeado director do Instituto de Fisiologia e de Química Fisiológica. A 11 de Junho de 1929 foi nomeado director da Faculdade de Medicina. Dois anos depois chegou a reitor da Universidade de Coimbra, tendo sido designado a 11 de Junho.

Foi no reitorado de João Duarte de Oliveira que o Senado Universitário aprovou uma proposta que solicitava ao Governo a reorganização da Comissão da Cidade Universitária, acrescentando o pedido para que a primeira pedra das obras fosse colocada nas comemorações dos 300 anos da Restauração da Independência, em 1940. João Duarte de Oliveira haveria de pedir a exoneração do cargo de reitor a 8 de Junho de 1939.

Foi ainda vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, procurador da Universidade na Câmara Corporativa e presidente da Comissão Distrital de Coimbra da União Nacional. Foi agraciado com a grã-cruz da Ordem de Instrução Pública (1934) e da Ordem de Cristo (1937). Faleceu a 16 de Dezembro de 1946.

05 - João Santos Monteiro

Presidência
1901/1902

Naturalidade
Vila Nova de Gaia

Curso
Direito

Nascido em Vila Nova de Gaia e filho de Francisco dos Santos Monteiro, João chegou a Coimbra em 1890, tendo-se matriculado na Faculdade de Direito.

Enquanto presidente da Associação Académica, cargo que ocupou em 1901 e 1902, João Santos Monteiro integrou uma comissão que representou os estudantes de Coimbra numa homenagem prestada a Eça de Queirós, em Lisboa. Na mesma comissão estava, entre outros, Teixeira de Pascoaes. Foi também um dos apoiantes da criação de um monumento em homenagem a Joaquim António de Aguiar, que existe no Largo da Portagem, próximo da ponte de Santa Clara, em Coimbra.

Em Setembro de 1902, Santos Monteiro publicou uma carta de protesto, por se ter concedido o exclusivo das procurações para as matrículas à Sociedade Filantrópica. A razão do protesto teve a ver com o facto de a Associação Académica poder fazer o mesmo serviço, com benefício para os cofres.

João Santos Monteiro deixou a presidência da Associação Académica em Novembro de 1902 para Eugénio da Cunha Pimentel, ficando no entanto como presidente da Assembleia-Geral. Não se conhece o seu percurso posterior.

06 - Eugénio Cunha Pimentel

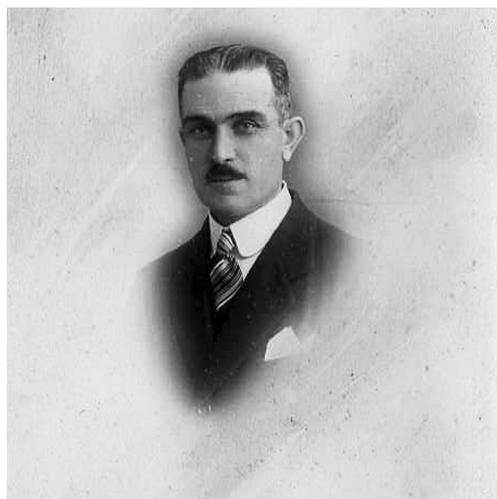
Presidência
1902/1904

Naturalidade
Braga

Data de Nascimento
20 de Agosto de 1881

Curso
Direito

Data de Morte
24 de Outubro de 1936



Advogado, escritor e monárquico, Eugénio da Cunha Pimentel nasceu em Braga a 20 de Agosto de 1881. Matriculou-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra a 7 de Outubro de 1898.

Eugénio foi eleito presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra em Novembro de 1902 e reeleito um ano depois. No seu primeiro mandato destacou-se a reabertura da sede da AAC, na Rua do Norte, e a publicação de um relatório de actividades e contas. No segundo mandato, em Maio de 1904, foi decidido em Assembleia Magna considerar sócios da AAC todos os estudantes.

Em 1905, ano em que terá terminado o curso, Eugénio escreve, juntamente com Virgílio de Sousa, uma Balada de Despedida de Direito. Saído de Coimbra, casa em 1908 com Maria do Loreto da Nóbrega Pinto Pizarro e Silva, ficando a viver em casa de seus pais, Augusto da Cunha Pimentel (à altura governador civil de Braga) e D. Maria Amélia. Desse casamento teve dois filhos.

Em Setembro de 1911 é informado que o seu nome cons-

tava da lista das prisões do Governo da Republica, numa extensa rusga política. É preso na estação de comboio de Gondifelos (Barcelos), e transportado para a cadeia da Póvoa de Varzim, depois para Porto e Aljube. Em 11 de Outubro estava no navio de guerra S. Gabriel que transportou 150 presos políticos para Paço D'Arcos.

Refugiou-se com a família em Espanha e França, e escreveu alguns livros sobre as vivências desses locais. *Gallegos e gallegas* e *Paris tal qual é (Scenas e tipos da vida parisiense)* são as obras lançadas. Em 1919 escreveu o conto *Doença da Birinha*, cujas personagens e história eram reais, quando se encontrava refugiado, por motivos políticos, na Quinta da Formigueira, nos arredores de Braga¹.

Regressou a Portugal, tendo sido delegado da Procuradoria-Geral da República em Castelo de Vide (1932) e em Castro Daire (1934). Eugénio Pimentel morreu a 24 de Outubro de 1936.

(1) Informação dada pela bisneta de Eugénio, Marta Coutinho

07 - Avelino César Augusto Maria Calisto

Presidência
1904/1905

Data de nascimento
1843

Data de morte
18 de Janeiro de 1910

Curso
Direito



20

Conhecido professor de Direito, Avelino Calisto chegou a presidente da Associação Académica de Coimbra com 61 anos. Calisto foi nomeado presidente de uma Comissão Administrativa pela Assembleia Magna, devido à descrença e ao alheamento que existia na Academia relativamente à sua associação.

Avelino nasceu em 1843 e chegou à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1862, tendo-se doutorado em 1868 e chegado a professor da faculdade em 1874. Era conhecido por ser o terror dos caloiros e um praxista férreo. Usava sempre, em tempo de aulas, capa e batina e um grande gorro.¹

Avelino Calisto é recordado por ser um disciplinador nato e não perdoar uma irreverência. Era apaixonado pela vida militar, sendo frequente passear pela cidade de Coimbra num cavalo branco. Em 1883 envolve-se com Camilo Castelo Branco na “Questão da Sebenta”, com o escritor a apelidar Avelino de “infame, professor covarde, tartufo do mal, tolo”.²

Foi deputado às Cortes da Legislatura de 1884 a 1887 e esteve envolvido num projecto de reforma da Faculdade de Direito em 1889 e 1890. No início do século XX foi vice-reitor da Universidade de Coimbra. Foi ainda um dos fundadores e presidente honorário da sociedade O Tiro, hoje denominado Clube de Tiro e Sport, sediado em Celas, Coimbra.

Avelino Calisto morreu de anemia em Coimbra, a 18 de Janeiro de 1910.

*Avelino Calisto
foi nomeado
presidente
de uma Comissão
Administrativa
da Associação
Académica
devido à descrença
que havia entre
os estudantes.
Tinha 61 anos*

(1) Lamy, Alberto de Sousa, *A Academia de Coimbra*
1537-1990, pp. 630-631

(2) *Idem*, pp. 633

08 - António Santos Silva

Presidência
1905

Curso
Medicina

Naturalidade
Coimbra

Natural da zona da Arregaça, em Coimbra, António Santos Silva foi o primeiro presidente da Associação Académica de Coimbra após a comissão liderada por Avelino Calisto. Na altura em que foi eleito, Santos Silva estava no 3.º ano de Medicina. Era ele o presidente da AAC durante o Enterro do Grau.

A eleição da Direcção-Geral de António Santos Silva, em Maio de 1905, não foi pacífica. Só à segunda tentativa é que foi eleito, depois de, na primeira, a votação ter sido anulada, após várias discussões. A grande oposição à lista de Santos Silva (onde se encontravam, entre outros Carlos

Olavo Corrêa de Azevedo, Álvaro de Castro e Alberto da Cruz), partiu sobretudo de estudantes da faculdade de Teologia, sócios do Centro Académico de Democracia Cristã.

Em Setembro de 1905, Santos Silva organizou, em conjunto com Álvaro de Castro, a recepção aos novos alunos da Universidade de Coimbra. Foi um evento que mobilizou a cidade e que levou várias instituições a voluntariarem-se para ceder o seu espaço para a recepção.

António Santos Silva saiu da presidência da Associação Académica ainda em 1905, não se conhecendo o seu percurso posterior.

09 - Tenente José Maria Rosa Júnior

Presidência
1905/1908

Curso
Direito

Naturalidade
Horta (Açores)

Rosa Júnior era o presidente da Associação Académica de Coimbra aquando da Crise Académica de 1907. No entanto, não lhe é conhecido grande protagonismo nessa acção de luta contra a ditadura de João Franco, quando o estudante de Direito José Eugénio Ferreira foi reprovado nas provas de doutoramento, pouco tempo depois de ter aderido ao partido republicano. Há apenas referência a uma intervenção numa Assembleia Magna de apoio ao estudante reprovado, em Março de 1907.

Por outro lado, é-lhe reconhecido protagonismo na tentativa de reconstrução de um teatro académico e de um campo de jogos para a Associação. Em Março de 1907, reuniu mesmo com o ministro das Obras Públicas de então, para discutir a criação dessas duas estruturas.

Natural da Horta (Açores), e filho de um conhecido pedagogo açoriano (reitor do liceu local), Rosa Júnior matriculou-se em Direito a 13 de Outubro de 1896. Aquando da chegada à presidência da AAC, encontrava-se no 3.º ano de Direito. A sua equipa era ainda constituída por Abranches Ferrão e António Granjo. José Maria Rosa Júnior pediu a exoneração do cargo de presidente da Associação Académica em Fevereiro de 1908, ficando um vazio de poder na instituição durante dois anos.

10 - Luciano Eustáquio Soares

Presidência
1910/1911

Naturalidade
Olhão

Curso
Direito

A eleição de Luciano Eustáquio Soares como presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra pôs fim a dois anos sem presidência.

Luciano era natural de Olhão e chegou a Coimbra a 2 de Outubro de 1906, para se matricular na Faculdade de Direito da Universidade.

Quando chegou à presidência da Associação Académica de Coimbra, encontrava-se já no 5.º ano, e teve como secretário Luís Filipe Rodrigues. Conhecido no meio académico como um monárquico convicto, foi, curiosamente, na presidência de Eustáquio Soares que foi implantada a República em Portugal, a 5 de Outubro de 1910.

Após sair da Associação Académica de Coimbra (para dar lugar na presidência a Álvaro Bettencourt Athayde), Luciano Eustáquio Soares casou com Maria Benta Lemos Lobo Freire Pantoja, de quem teve um filho, também chamado Luciano. A sua neta, Maria del Pilar Pantoja, reside em Lisboa, sendo directora do Centro Europeu de Línguas.

11 - Álvaro Bettencourt de Athayde

Presidência
1911/1912

Data de nascimento
15 de Maio de 1882

Data de morte
22 de Novembro de 1945

Naturalidade
Ponta Delgada (Açores)

Curso
Direito



22

Descendente de uma família de advogados e juizes, Álvaro de Bettencourt Leite Pereira Athayde nasceu em Ponta Delgada a 15 de Maio de 1882. Segundo conta o seu neto, Álvaro Athayde, o seu desejo era seguir Engenharia, mas a tradição familiar impôs que seguisse para Direito, tendo-se matriculado a 3 de Outubro de 1905.

O pai de Álvaro, conhecido juiz, já havia estudado em Coimbra, sendo um dos fundadores do Orfeon Académico. O neto do antigo presidente conta que Álvaro “se arrastou no curso”, tendo levado nove anos a concluí-lo. “Só se formou quando quis casar, em 1914”, afirma. Quando chegou à presidência da Associação Académica de Coimbra, em 1911, Álvaro já se encontrava no 5.º ano.

É no seu mandato que há o primeiro registo de um jogo de futebol efectuado por uma equipa que usa o nome de Associação Académica de Coimbra, e que se havia formado no ano anterior.¹

Em Coimbra, Bettencourt Athayde foi ainda fundador e mor de uma

*Foi na
presidência
de Bettencourt
Athayde que a
equipa de futebol
da Académica
fez o seu
primeiro jogo*

república formada por açorianos, entretanto extinta.

Após terminar o curso, Álvaro nunca exerceu Direito. Em vez disso, assumiu a gestão da empresa do sogro, a Metalúrgica Alentejana, sediada em Beja. O grupo tinha ainda interesses na Fábrica Portugal. Ambas as empresas faliram após a II Guerra Mundial, por usarem patentes alemãs.

Álvaro Bettencourt Athayde morreu na freguesia dos Anjos em Lisboa, a 22 de Novembro de 1945. Era casado com Maria Júlia Bobella Castanheira de Almeida, de quem teve três filhos.

(1) Mesquita, João e Santana, João; “Académica, História do Futebol”, pág. 25

12 - Francisco António Maldonado

Presidência
1912/1914

Data de nascimento
2 de Abril de 1887

Data de morte
2 de Junho de 1962

Naturalidade
Parada (Trás-os-Montes)

Curso
Direito



*Em 1921, após
a Noite
Sangrenta,
Francisco
António
Maldonado
decide ir
viver para
Moçambique
onde casa e
tem quatro filhos*

Francisco António de Varge Maldonado teve como grande marca no seu mandato a instalação da Associação Académica de Coimbra no rés-do-chão da Bastilha, em 1913.

Nascido em Parada, Trás-os-Montes, a 2 de Abril de 1887, Francisco António Maldonado estudou Matemática e Direito na Universidade de Coimbra, tendo-se matriculado a 2 de Outubro de 1909. Segundo dados da família, terá perdido os pais muito cedo, antes dos 18 anos.

Após sair de Coimbra, Francisco vai para Almada onde é nomeado ajudante do conservador do registo predial, e posteriormente subdelegado do Procurador da República, em 1916. No ano seguinte vai fazer serviço militar e em 1918, no dia do Armistício da I Guerra Mundial, estava em vias de partir com as tropas portuguesas para França. No ano seguinte, chega a vogal extraordinário do Supremo Tribunal Administrativo e é nomeado interinamente secretário da cadeia Nacional de Lisboa.

Termina a licenciatura a 8 de Janeiro de 1920 e no ano a seguir é nomeado secretário do primeiro-ministro António Granjo. Após a Noite Sangrenta, na qual António Granjo é brutalmente assassinado, Francisco é convidado para director da Polícia de Investigação Criminal de Moçambique. Segundo dados da família, as marcas deixadas pela Noite Sangrenta levam-no a aceitar.

Instala-se em Moçambique, onde casa e tem quatro filhos. Morre em Lourenço Marques a 2 de Junho de 1962, de ataque cardíaco.

13 - Fausto Lopo de Carvalho

Presidência
1914

Data de nascimento
15 de Maio de 1890

Data de morte
23 de Maio de 1970

Naturalidade
Guarda

Curso
Medicina



Fausto Patrício Lopo de Carvalho foi um médico ligado à luta contra a tuberculose, tendo chegado a ser presidente da União Internacional contra esta doença, de 1937 a 1950. Esteve ainda ligado à angiografia cardio-pulmonar. Nos tempos de estudante, foi presidente da Associação Académica de Coimbra em 1914, quando frequentava o 4.º ano de Medicina.

Lopo de Carvalho nasceu na Guarda a 15 de Maio de 1890, sendo filho do fisiologista Lopo José de Figueiredo Carvalho. Foi bacharel formado em Filosofia e doutor em Medicina, tendo concluído o curso na Universidade de Coimbra em 1916. Três anos depois chegou a professor catedrático da Faculdade de Medicina desta universidade, tendo, em 1927, sido transferido para a Universidade de Lisboa, como professor de Propedêutica Médica.

Foi presidente da Comissão Executiva da Assistência Nacional aos Tuberculosos de 1931 a 1938. Em 1934 passou a ser o director da Clínica de Doenças Infecciosas do Hospital Escolar de Santa Marta, na altura Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

Foi distinguido com a Grande oficial da Ordem da Instrução Pública, da Legião de Honra de França e Comendador da Ordem de Leopoldo da Bélgica. Fausto Lopo de Carvalho faleceu em Lisboa a 23 de Maio de 1970. Os seus descendentes residem quase todos na zona de Lisboa, entre eles a escritora Maria João Lopo de Carvalho, sua neta.

14 - Arnaldo da Veiga Cabral

Presidência
1914/1915

Data de nascimento
13 de Fevereiro de 1890

Data de morte
13 de Janeiro de 1984

Naturalidade
Mesão Frio (Vila Real)

Curso
Direito

Presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra em 1914 e 1915 nasceu em Mesão Frio, concelho de Vila Real, a 13 de Fevereiro de 1890. Segundo dados disponibilizados por uma descendente, perdeu o pai muito novo, tendo sido criado por uma tia, uma vez que a mãe não tinha grandes posses.

Em 1909, Arnaldo chega à Universidade de Coimbra, para estudar Direito, matriculando-se a 13 de Outubro. No ano a seguir foi alistado na tropa. Chegou a presidente da Associação Académica de Coimbra em 1914, quando frequentava o 4.º ano de Direito.

Arnaldo fez ainda a Academia Militar de Lisboa, tendo tirado o curso de Administração Militar. Segundo descendentes, os últimos exames do curso de Direito já os fez enquanto frequentava a Academia.

Fora de Coimbra, Arnaldo fez carreira militar, tendo chegado a responsável pela Messe do Porto. O seu percurso na tropa terminou abruptamente. Segundo dados fornecidos, Veiga Cabral teve cadastro na tropa por causa de um caso de roubo, que não terá sido por sua culpa, mas por ter confiado na pessoa errada. Foi obrigado a reformar-se, e terá tido mesmo problemas no seio da família devido a esta exclusão.

Arnaldo casou duas vezes: a primeira em 1918 com Maria Luísa Pacheco (falecida no ano seguinte), e a segunda em 1920 com Marina Amaro, de quem teve três filhas, tendo a primeira falecido com um ano de idade. Arnaldo morreu a 13 de Janeiro de 1984, com 93 anos.

15 - Alexandre Ferreira Braga

Presidência
1915/1916

Data de nascimento
30 de Junho de 1890

Data de morte
10 de Abril de 1975

Naturalidade
Braga

Curso
Direito



Alexandre Luís de Castro Ferreira Braga nasceu em Braga, na Rua de São Victor, a 30 de Junho de 1890. Segundo dados da família, fez o liceu na Escola de Guerra, na Faculdade de Ciências.

No dia 5 de Novembro de 1913, Alexandre Luís casou com Maria do Sacramento de Chaves Marques de Sá Carneiro. À data, para que alguém que estivesse a seguir a carreira militar se pudesse casar, tinha que ter atingido, pelo menos, o posto de tenente. Embora tendo sido já promovido a tenente, o documento comprovativo dessa promoção só chegou às mãos de Alexandre *in extremis* no próprio dia do seu casamento¹.

Em 1914 matricula-se na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, mantendo no entanto a carreira militar. Com a I Guerra Mundial foi mobilizado para prestar serviço no Forte de S. Julião da Barra, em Oeiras. A mobilização leva-o a mudar-se para Lisboa, onde se instala em Alcântara.

A estada no Forte de S. Julião da Barra não o impediu de continuar os estudos e de se deslocar a Coimbra sempre que os exames lhe exigiam. Enquanto presidente da Associação Académica de Coimbra, entre 1915 e 1916, houve uma greve de estudantes que só terminou com a en-

*No seu mandato
de presidente da
AAC houve
uma greve
de estudantes
que só terminou
com a entrada
de Portugal
na I Guerra
Mundial,
em 1916*

trada de Portugal na guerra, em 1916. A neta de Alexandre, Maria de Lourdes Ferreira Braga, afirma que Alexandre “costumava recordar que, nessa altura, convocando uma reunião de estudantes, saltou para cima de uma cadeira e sugeriu que, uma vez que estavam em guerra e as condições objectivas se tinham alterado, se deveria acabar com a greve, proposta essa que foi prontamente aceite por todos os estudantes”.

Terminou a carreira militar como capitão e posteriormente abriu um escritório de advogados na Avenida dos Aliados, no Porto, onde exerceu a profissão até ao dia da sua morte, a 10 de Abril de 1975.

(1) Informação dada por Maria de Lourdes Ferreira Braga, neta de Alexandre

16 - António Augusto Malheiro

Presidência
1917/1918

Data de nascimento
10 de Fevereiro de 1895

Data de morte
2 de Janeiro de 1953

Naturalidade
Porto

Curso
Medicina

Pouco se conhece sobre o presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra de 1917-1918. António Augusto Macedo Malheiro veio do Porto, onde nasceu a 29 de Agosto de 1889, e encontrava-se no primeiro ano de Medicina do período transitório no ano lectivo em que chegou à presidência da Associação.

Em Dezembro de 1917, a direcção a que presidia convocou uma Assembleia Geral depois do golpe de Estado de Sidónio Pais, para que fosse pedida ao Governo a reintegração do professor e antigo reitor da Universidade de Coimbra Guilherme Moreira, que havia sido expulso da instituição.

Em 1918, António Malheiro deixou a presidência da Associação Académica, mas manteve-se na Direcção-Geral, como tesoureiro de Guilherme Luíselo Alves Moreira.

No plano familiar, casou com Adriana Correia de Abreu Pinto Cabral a 22 de Dezembro de 1922, não sendo conhecida descendência desse casamento.

António Malheiro morreu a 2 de Janeiro de 1953.

26

17 - Guilherme Luíselo Alves Moreira

Presidência
1918/1919

Data de nascimento
1896

Data de morte
1971

Naturalidade
Coimbra

Curso
Direito

Nasceu em Coimbra em 1896, sendo filho de Guilherme Moreira, antigo reitor e um dos responsáveis pelos primeiros estatutos da Associação Académica de Coimbra. Chegou à presidência da AAC em 1918, quando estudava no 5.º ano de Direito.

Guilherme foi um apoiante de Sidónio Pais. Em Janeiro de 1918, aquando da sua visita à Universidade de Coimbra, usou da palavra em nome da AAC para saudar o Presidente da República. A sua direcção solicitou ainda à Câmara Municipal de Coimbra que desse o nome de Sidónio Pais a uma rua. A autarquia respondeu que tal nome seria dado a uma avenida que se projectava abrir na cidade.

No seu mandato, foi ainda solicitado que se retomasse o toque da Cibra e foi pedido ao Ministério da Instrução que se executasse o decreto que concedia 100 contos para as obras do Campo de Santa Cruz e a sede da AAC.

Guilherme Moreira foi o primeiro sub-secretário de Estado das Finanças de António de Oliveira Salazar entre 1928 e 1929, tendo sido posteriormente administrador-geral da Caixa Geral de Depósitos, cargo que desempenhou durante cerca de 30 anos. Teve ainda funções na administração de um banco privado e da Companhia dos Diamantes de Angola. Guilherme Luíselo Alves Moreira morreu em Lisboa em 1971.

18 - Augusto da Fonseca Júnior

Presidência
1919/1920

Data de nascimento
10 de Fevereiro de 1895

Data de morte
2 de Janeiro de 1972

Naturalidade
Colos (Odemira)

Curso
Direito



Natural de Colos, concelho de Odemira, Augusto da Fonseca Júnior (conhecido no meio académico como “O Passarinho”) fez carreira na medicina, na política e no desporto.

Nascido a 10 de Fevereiro de 1895, Augusto rumou a Coimbra em 1914, para estudar Medicina. Já antes havia jogado futebol, tendo estado nos escalões de formação do Benfica. Em Coimbra jogou na Académica, onde chegou a capitão de equipa.

Em Março de 1919 encabeçou a lista chamada de republicana para a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, que, segundo relatos da época, foi eleita por aclamação¹. Na altura estudava na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, na especialidade de Propedêutica Cirúrgica. Foi presidente da Associação Académica de Coimbra até Junho de 1920, e cinco meses depois teve um papel importante na Tomada da Bastilha por parte dos estudantes.

Depois de terminado o curso, foi médico da Armada e posteriormente governador civil de Beja, tendo ocupa-

*Augusto da
Fonseca Júnior
destacou-se no
desporto, tendo
sido capitão
de equipa da
Académica e,
posteriormente,
presidente do
Benfica*

do o cargo até 1931. A paixão pelo desporto levou-o a ser presidente da Assembleia-Geral (1935-1939) e da direcção do Benfica (1939-1944). Durante o seu mandato deu-se a mudança do campo de jogos do clube, das Amoreiras para o Campo Grande.

No plano político, foi apoiante da candidatura de Norton de Matos à Presidência da República em 1949, e nove anos depois da de Humberto Delgado, sendo um contestatário do Estado Novo. Augusto morreu na sua terra natal a 2 de Janeiro de 1972.

(1) Soares, António José,
Saudades de Coimbra, 1917-1933, pág. 38

19 - António Pádua

Presidência
1920/1921

Curso
Medicina

Naturalidade
Coimbra

Natural de Coimbra, António Pádua era o presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra na Tomada da Bastilha, embora não lhe seja conhecido grande protagonismo nesta conquista da Associação. São mais referidos os nomes do seu antecessor, Augusto da Fonseca Júnior, e do seu sucessor, Alfredo Fernandes Martins, na data de 25 de Novembro de 1920.

António Pádua foi eleito em Junho de 1920 e saiu um ano depois, quando era quintanista de Medicina. No seu manda-

to morreu o reitor Filomeno de Câmara de Melo Cabral, com António a discursar no seu funeral. Um dos momentos de maior agitação do seu mandato ocorreu em Abril de 1921, quando houve uma greve geral, em solidariedade com o 5.º ano Médico, devido a um discurso do professor Ângelo da Fonseca numa aula, crítico com as palavras que haviam sido proferidas pelo quintanista Eduardo Coelho no funeral de Daniel de Matos. A greve levou à não realização da Queima das Fitas nesse ano.

20 - Alfredo Fernandes Martins

28

Presidência
1921/1922

Data de nascimento
1893

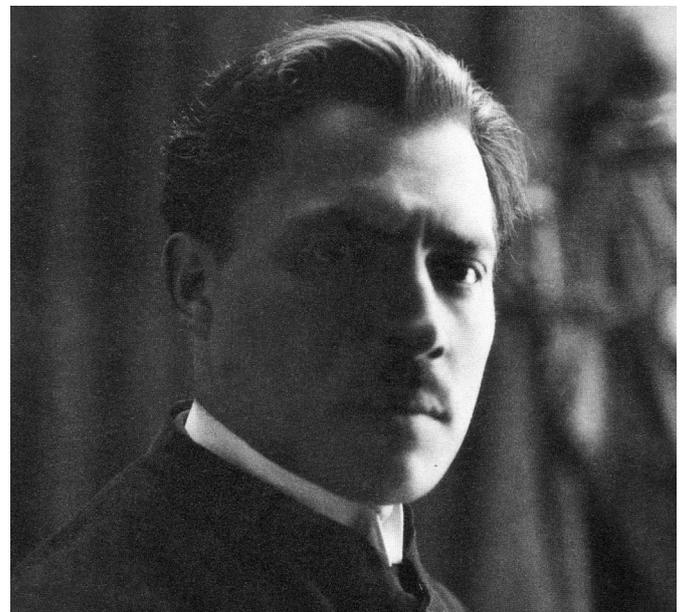
Data de morte
1965

Naturalidade
Porto

Curso
Direito

Um dos principais mentores da Tomada da Bastilha, a revolta estudantil que levou os estudantes a 25 de Novembro de 1920 a ocuparem os andares superiores do Colégio de São Paulo, na Rua Larga. Alfredo Fernandes Martins nasceu no Porto em 1893. No entanto, tem também ligações à Beira Alta, tendo sido membro da Junta Republicana de Mortágua e chefe do grupo civil “Legião da Beira”, que em 1919 restaurou a República naquele concelho.

Conhecido boémio, Fernandes Martins estudou Direito na Universidade de Coimbra durante muitos anos, tendo chegado a estudar e a trabalhar ao mesmo tempo. Em 1920, juntamente com o padre Evaristo Alves, João Rocha, Pompeu Cardoso e o ex-presidente da Associação Académica Augusto da Fonseca Júnior, organizou a ocupação do colégio de São Paulo.



Chegou à presidência da Associação Académica de Coimbra em Junho de 1921 e teve dois momentos marcantes no mandato: a reabertura da sede da AAC em Outubro desse ano (havia sido encerrada nas férias de Verão para obras), e a inauguração do Campo de Santa Cruz (terreno de jogos para a Académica) em Março de 1922, num jogo entre a “Briosa” e o Académico do Porto. Para além disso, nomeou os aviadores portugueses Gago Coutinho e Sacadura Cabral sócios honorários da AAC. A Queima das Fitas também foi retomada, depois de um ano de suspensão.

Durante o tempo de estudante, Alfredo ficou também conhecido na escrita, sendo autor de alguns versos para canções de António Menano.

Fernandes Martins terminou o curso em 1926, ano em que foi eleito presidente do Orfeon Académico de Coimbra. Dedicou-se depois à advocacia, tendo feito parte de alguns casos importantes na altura.

Alfredo Fernandes Martins faleceu em 1965. O seu filho, com o mesmo nome, foi catedrático de Geografia da Universidade de Coimbra.

21 - Lúcio de Almeida

Presidência
1922/1923

Data de nascimento
15 de Abril de 1896

Data de morte
26 de Março de 1980

Naturalidade
Sezures (Penalva do Castelo)

Curso
Medicina



O primeiro professor catedrático de Pediatria em Coimbra nasceu em Sezures, Penalva do Castelo, em 1896. Senhor de uma grande cultura e licenciado em Medicina com 19 valores, Lúcio de Almeida foi um dos presidentes da Associação Académica de Coimbra, em conjunto com Teófilo Esquível e Joaquim Moura Relvas.

Eleita em Dezembro de 1922, a direcção da AAC projecta concluir as obras do balneário do Campo de Santa Cruz e promove a realização de um conjunto de conferências culturais, para as quais convida uma série de personalidades a discutir assuntos da actualidade. Durante este período, a Tuna e o Orfeon Académicos realizam ainda uma viagem a Espanha, em Abril de 1923, recordada no livro *Em Terras de Espanha*.

Para além da AAC, Lúcio de Almeida esteve ligado também ao Centro Académico Republicano, organismo político para defesa e propaganda do republicanismo, tendo feito parte da Assembleia-Geral. O estudante de Medicina chegou até a integrar o Batalhão Académico de 1919, contra a Monarquia do Norte.

Em 1926, quando já trabalhava como médico interino, é preso em Viseu, por razões políticas. Conta um dos netos que “quando lhe deram ordem de soltura, já de noite, não acatou, dizendo que sendo assim ainda iria dormir na cadeia”.

Apesar de ter sido professor universitário, jubilado em 1966, foi um acérrimo defensor da democracia, apoiando as candidaturas de Norton de Matos e de Humberto Delgado à Presidência da República, em 1949 e 1958, respectivamente.

“Ele foi semente e ânimo para os estudantes que sabiam que era contra a situação política de então. Nunca dobrou a espinha para chegar onde chegou”, relembra um neto.

A par da docência, Lúcio de Almeida foi Director de Clínica Pediátrica dos Hospitais da Universidade de Coimbra, entre 1941 e 1950, dois anos antes de ter assumido a presidência

da Sociedade Portuguesa de Pediatria (1952-1954). Ele foi, aliás, um dos seus pilares fundadores, em 1948, para além de ter presidido à Obra Anti-Tuberculose e ao Dispensário Anti-Tuberculoso de Coimbra, dirigido o Laboratório de Radiologia (1965-1966) e publicado inúmeros artigos em revistas científicas.

A 26 de Março de 1980 morria “um homem de causas, distinto no seu tempo”, cujo nome está gravado em diversas ruas, desde Coimbra a Sátão, Rio de Moinhos, e às origens, em Penalva do Castelo.

Portuguesa, muito portuguesa, a mais portuguesa mesmo das Academias de Portugal, a Academia de Coimbra, na sua viagem a Espanha, soube representar bem a mocidade escolar do seu país, deixando, por onde passou um ambiente de saudade e simpatia e um rasto luminoso de fulgor de sua inteligência e do seu patriotismo.

Lúcio de Almeida (do V ano médico),
Em Terras de Espanha

22 - Manuel Gomes de Almeida

Presidência
1923/1925

Data de nascimento
14 de Fevereiro de 1903

Data de morte
14 de Agosto de 1972

Curso
Medicina

Manoel Gomes de Almeida



QUAL é a coisa, qual é ela
Que preside á Associação,
Que nasceu em Mirandela,
Que fala em voz de trovão,
Que sempre em qualquer altura
Remexe nos colarinhos,
Que encheu de literatura
Nuestros hermanos visinhos,
Que discursa de repente,
A discutir, na polémica,
Que caminha mesmo á frente
Cá da Briosa Académica,
Que inda ha-de ir a deputado,
Pois tem votos a granel?
; Não sabem? 'Stá decifrado:
E' cá o nosso Manel!

*De registar
o facto curioso
de que Manuel
Gomes de
Almeida
é avô do
ex-ministro
da Economia,
Manuel Pinho*

30

“Natural de Mirandela, fez os estudos preparatórios nos liceus de Guimarães e Vila Real. Doutorou-se em Coimbra, onde fez um curso brilhantíssimo. Foi presidente da Associação Académica anos seguidos – honra esta que raras vezes se dá.”¹

Nascido no dia 14 de Fevereiro de 1903, em Mirandela, Manuel Gomes de Almeida muda-se para Coimbra 18 anos mais tarde, para cursar Medicina.

Em 1923 é eleito presidente da Associação Académica, sendo a direcção constituída por monárquicos e republicanos, entre eles, Teófilo Esquível. Um ano depois, durante o Cortejo dos Quartanistas realizado na Queima das Fitas, alguns conimbricenses agredem os estudantes. O incidente é debatido em Assembleia Magna no dia seguinte, 28 de Maio, e a Academia decide sair de Coimbra e solicitar ao Governo o castigo dos responsáveis pela situação. O protesto tem o apoio do Senado Universitário e do reitor Francisco Pinto da Cunha Leal que, no dia 29, encerra as aulas.

“Bom ouvinte, mas também muito interventivo e convincente”, como recorda um amigo de longa data, os seus dotes oratórios fizeram com que fosse o apresentador oficial do Orfeon Académico, nas digressões pelo Brasil, Espanha e França.

Concluído o curso de Medicina, em 1926, regressa a Espi-

nho e abre um consultório na rua que tem o seu nome. Mais tarde, instala na cidade uma Casa de Saúde, na qual há-de operar muitas pessoas, muitas delas sem possibilidades de pagar a cirurgia.

Sedento de novas aprendizagens, e para além dos vários estágios que realizou nos Estados Unidos – Clínica Mayo, Charles Bailey Thoracic Clinic e Hahemann Hospital – Manuel Gomes de Almeida trabalhou nos Hospitais de S. José e Conde de Ferreira, inaugurou o Serviço Cardiovascular do Hospital Santo António, fundou e dirigiu os Hospitais de Gaia e de Espinho, e foi ainda presidente da Assembleia-geral do Futebol Clube do Porto.

À parte da forte amizade que nutria por Bissaya Barreto, seu padrinho de casamento, Gomes de Almeida opôs-se sempre ao regime de Salazar, tendo estado ligado ao Movimento de Unidade Democrática (MUD) e tratado muitos doentes clandestinamente.

Os ideais democráticos e as atitudes anti-salazaristas impediram-no, aliás, de trabalhar no Hospital de Santo António,

mesmo antes de viajar para a América.

“Fazer o Bem sem olhar a Quem” foi o lema deste médico, homem admirado por todos, que morreu no dia 14 de Agosto de 1972.

(1) Publicação *Gente do norte*

23 - António de Matos Beja

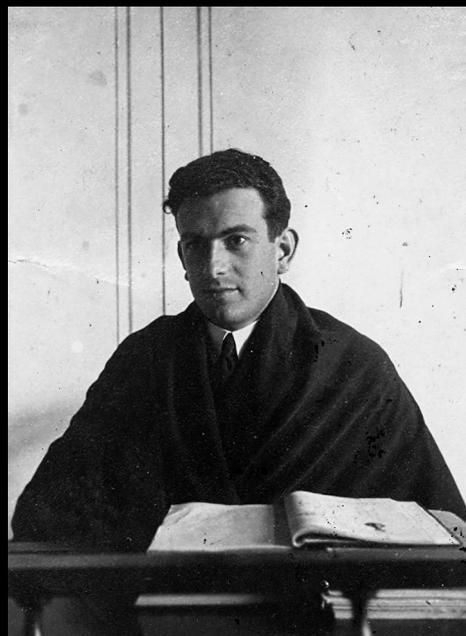
Presidência
1925/1927

Data de nascimento
3 de Setembro de 1902

Data de morte
29 de Setembro de 1979

Naturalidade
Santa Maria de Bragança

Curso
Medicina



A pesar de ter sido sempre muito discreto relativamente à passagem pela Associação Académica de Coimbra, para António de Matos Beja, dia de vestir capa e batina era dia grande. A filha relembra que “ele não falava muito do passado. Vivia antes o dia-a-dia”.

Nascido em 1902, António de Matos Beja chega a Coimbra por volta dos nove anos de idade. Após o liceu, segue-se o curso de Medicina que frequenta entre 1922 e 1927.

Em Julho de 1925, numa Assembleia-Geral da Academia, Manuel Gomes de Almeida apresenta o pedido de demissão da direcção da Associação Académica e é substituído por Matos Beja. Quatro meses depois, em Novembro, juntamente com Júlio Ribeiro da Costa, Rui Sarmiento, António Pires de Carvalho, Francisco Duarte Póvoas, Francisco de Noronha Wolfango e António Martins Godinho, Matos Beja é eleito, efectivamente, presidente da AAC. Dois anos volvidos, a direcção de Matos Beja pede a exoneração e é substituída por Manuel de Almeida Neves, entre outros.

Apesar da doença de reumatismo, o jovem estudante praticou sempre imenso desporto: para além de ter sido guarda-redes da Académica nos anos 20, e campeão de pingue-pongue, Matos Beja jogava ténis, montava a cavalo e caçava nos campos em redor de Coimbra.

*Ao mesmo tempo
que presidiu à
direcção da
Associação,
Matos Beja foi
guarda-redes
de futebol da
Académica*

Concluído o curso, começa por ser professor assistente da cadeira de Ginecologia e Obstetrícia até 1949, data em que é afastado da faculdade por motivos políticos. “O meu pai era monárquico ferrenho, mas não era salazarista”, conta a filha.

António de Matos Beja passa então a exercer a profissão de médico: é director clínico do Posto Oitenta das Caixas de Providência e da Casa de Saúde Coimbra, trabalha no Instituto de Criminologia na Penitenciária, e dá consultas de Clínica Geral e Ginecologia num consultório na Rua Ferreira Borges. Era daí que, todos os anos, assistia ao cortejo da Queima das Fitas juntamente com a família.

“O meu pai era um médico com uma capacidade humana e científica colossal: tinha uma precisão diagnóstica muito boa e dava imensas borlas no consultório da Rua Ferreira Borges. Era uma pessoa com uma personalidade fortíssima, muito vincada, mas cem por cento honesto e íntegro”.

Na crise de 1969, aquando da greve, Matos Beja esteve ao lado da filha quando esta decidiu ir aos exames. Na altura,

ofereceu-lhe até um pedaço de tijolo que, anos antes, entrara pela sala de aula dentro. No artefacto podia ler-se “Assalto à aula de Higiene” e por trás “14/05/1928”.

Morre em Setembro de 1979, de acidente vascular, durante as férias em Gouveia.

24 - Manuel de Almeida Neves

Presidência
1927/1928

Curso
Letras

Quando a direcção de António de Matos Beja pede a exoneração em Novembro de 1927, é eleita uma comissão administrativa da Associação Académica. Os novos dirigentes são, entre outros estudantes, Manuel de Almeida Neves, Armando Sampaio e Francisco Morais Sarmento.

Um mês depois, a nova direcção celebra a festa da Independência com uma romaria ao túmulo de D. Afonso Henriques e uma conferência no Salão Nobre, proferida por Cabral Moncada.

Com a chegada da Ditadura ao Governo, os tempos que se seguem são bastante conturbados, não só na Universidade de Coimbra, mas também em Lisboa e no Porto.

Assim, a 17 de Março de 1928 surge o primeiro problema, quando os ministros do Interior, Coronel Vicente de

Freitas, da Guerra, Coronel Passos e Sousa, e do Comércio, visitam a cidade, nomeadamente a sede da Associação Académica. Num banquete oferecido aos ministros, Manuel de Almeida Neves fala em nome da AAC.

No átrio da entrada, contudo, monárquicos e republicanos aguardam a passagem dos ministros, ao mesmo tempo que se envolvem em violentos conflitos. A polícia não se atreve a entrar no edifício da Associação e a sessão solene que estava programada para esse encontro, acaba por não se realizar.

Contrariamente aos violentos incidentes ocorridos nessa altura, a Academia viverá, escassos dias depois, momentos de festa com a primeira visita dos estudantes do Porto à Universidade de Coimbra. Na AAC, aliás, Manuel de Almeida Neves dar-lhes-á as boas vindas, confessando ser esse o dia mais feliz da sua vida.

25 - Jaime do Rego Afreixo

Presidência
1928/1929

Data de nascimento
14 de Julho de 1906

Data de morte
2 de Fevereiro de 1979

Curso
Direito



Jaime do Rego Afreixo

JAIMÉ AFREIXO! esse topete
É pópa de catata ...
!Que linda figura a tua
Para a cana dum foguete!

Alta noite uma ordenança
Vem bater á tua porta,
Sobressalta a vizinhança
Que desperta semi-morta!

Ordenança? o que será?...
Ordenança, o que trarias?!!!
— Era uma lata de orgãos!
Que lhe mandava o papá!...

Efectivamente, em Abril desse ano, o Governo havia decretado a extinção da Faculdade de Direito de Lisboa, da Faculdade de Letras do Porto, da Faculdade de Farmácia e da Escola Normal Superior de Coimbra. A reforma universitária implementada pela Ditadura acabava também com os exames de Outubro e subia as propinas.

Os protestos por parte das três Universidades não tardam e, a 11 de Maio, reunida em Assembleia-Geral na Sala dos Capelos, a Academia de Coimbra vota a adesão à greve, desencadeada, ainda em Abril, pela Faculdade de Direito de Lisboa.

Jaime do Rego Afreixo e José dos Reis são os estudantes escolhidos para dirigir o protesto por parte de Coimbra e, em meados de Maio, assinam a Carta Aberta dos Estudantes das Universidades Portuguesas ao Ministro da Instrução.

Pouco depois, a Academia publica um manifesto, no qual denuncia a atitude do reitor da Universidade, Fezas Vital, e a violência praticada pela polícia e força militar: “A atitude miserável do nosso reitor, franqueando as portas da Universidade de Coimbra à ralé das baionetas para que nós fôssemos cobardemente esfaqueados de forma a que nossa razão, atemorizando-se, cedesse ao argumento arma, é inqualificável”¹.

Na sequência do manifesto, Jaime do Rego Afreixo é preso e a sede da Associação Académica encerrada pelas autoridades, durante alguns dias. Nesse ano, não se festejou sequer a tradicional Queima das Fitas.

Em Novembro, é eleita uma nova direcção da AAC, com Jaime do Rego Afreixo, Armando Sampaio e Alfredo Osório de Sousa Pinto. Os protestos, porém, hão-de prolongar-se até ao ano lectivo seguinte, já com António de Sousa Pereira à frente da direcção.

Findo o curso, inscreve-se na Ordem dos Advogados (1930), no Conselho Distrital de Lisboa, cidade onde trabalhará até à data da morte, 2 de Fevereiro de 1979.

Com apenas 17 anos, celebrados no dia 14 de Julho de 1923, Jaime do Rego Afreixo matricula-se no curso de Direito da Universidade de Coimbra.

Cinco anos mais tarde, em Maio de 1928, ainda Manuel de Almeida Neves presidia à direcção da AAC, o jovem republicano é eleito para representar a Academia conimbricense, a qual se irá juntar aos protestos das Universidades de Lisboa e do Porto, face à reforma do ensino então em curso.

(1) A Academia de Coimbra

26 - António José de Sousa Pereira

Presidência
1929/1930

Data de nascimento
7 de Março de 1908

Data de morte
1 de Maio de 2004

Naturalidade
Vila do Conde

Curso
Direito



António José de Sousa Pereira nasceu em Vila do Conde, no dia 7 de Março de 1908. Já em Coimbra, a estudar Direito, inscreve-se no Centro Republicano Académico, passando a ser seu sócio em 1928.

Dois anos depois, a 30 de Janeiro de 1930, é eleito presidente da Direcção-Geral da Associação Académica. Ao seu lado vão estar Armando Sampaio e Flausino Torres, para além dos monárquicos Francisco Xavier de Morais Sarmiento e José Soares da Fonseca. Ambas as facções ficaram assim representadas, após uma eleição bastante renhida entre republicanos e monárquicos.

No seguimento dos protestos decorrentes da reforma do ensino universitário, a Academia de Coimbra aproveita a Abertura Solene da Universidade, no dia 19 de Outubro de 1930, para manifestar o descontentamento face ao reitor Fezas Vital. A sessão é então interrompida por uma “chuva” de tomates e pela consequente confusão que se instala na sala.

Os protestos, porém, continuarão mesmo após a “Tomatada”, como ficou conhecido o protesto. Faltava pouco mais de um mês para ser eleita uma nova direcção académica.

*A direcção de
António José
de Sousa Pereira
englobou
republicanos e
monárquicos,
depois de uma
eleição renhida
entre ambas as
facções*

“António José de Sousa Pereira foi várias vezes o embaixador junto da Associação Académica de Coimbra com a finalidade de trazer a Vila do Conde o seu Orfeon e Tuna Académica, promovendo saraus de gala no velho e desaparecido Teatro Afonso Sanches, cujo produto revertia a favor da Santa Casa da Misericórdia local.”¹

Terminado o curso em Coimbra, António José de Sousa Pereira regressa a Vila do Conde, onde exercerá a actividade de advocacia a par de outras funções, nomeadamente a de provedor da Santa Casa da Misericórdia, entre 1960 e 1983. Durante largos anos, de 1929 a 2003, fez ainda parte dos órgãos sociais do Clube Fluvial Vilacondense.

Com a Revolução dos Cravos, a 25 de Abril, é eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo Partido Socialista, ao mesmo tempo que ocupa o cargo de presidente da Assembleia Municipal de Vila do Conde, até à data da sua morte, 1 de Maio de 2004.

“A História guardará a imagem de um lutador e de um orador brilhante”², recorda o Jornal de Vila do Conde, dias depois.

(1) Faria Correia

(2) Jornal de Vila do Conde,
n.º 1221, 2004

27 - João Gaspar Simões

Presidência
1930/1931

Data de nascimento
25 de Fevereiro de 1903

Data de morte
6 de Janeiro de 1987

Naturalidade
Figueira da Foz

Curso
Direito



34

João Gaspar Simões nasceu na Figueira da Foz, a 25 de Fevereiro de 1903. Escritor, ensaísta, crítico literário e dramaturgo, este estudante boémio de natureza intelectual levou 10 anos para terminar o curso de Direito, após várias interrupções: matriculado em 1922, apenas em 1932 ficará efectivamente licenciado.

Durante este longo período, funda revistas, publica obras, casa-se (1926), trabalha para o Diário de Lisboa e chega a presidente da Associação Académica de Coimbra. A proposta, como conta o livro comemorativo do centenário do seu nascimento, causar-lhe-á tanta admiração quanto aquela que mais tarde o levará a aceitar o cargo.

“Calcule que me vão propor para presidente da Associação Académica! Eu que sou a negação do académico! Enfim, transigências, fraquezas a que nos levam às vezes os amigos e um certo estímulo político! Confesso-lhe porém, (mas não diga a ninguém) que estimava perder as eleições”.¹

Todavia, tal não sucede e a sua lista vence as eleições contra os estudantes patrocinados pelo Centro Académico de Democracia Cristã (CADC). Em Novembro de 1930, a direcção da Associação Académica continua, assim, a pertencer aos republicanos: a par de João Gaspar Simões, vão estar António Cândido Macedo, Armando Sampaio, Flausino Torres, António Dias, João Gomes e Jaime Monteiro.

Por esta altura, no seguimento da conturbada reabertura solene da Universidade de Coimbra, Fezas Vital pediu a exoneração. A substituí-lo fica Luís Carriço, então vice-reitor. É já sob a sua presidência que, em 1931, na AAC, é inaugurado o II Salão Académico, cerimónia na qual discursará o representante dos estudantes, João Gaspar Simões.

A estreia de Gaspar Simões dá-se um ano antes de entrar

na Universidade, em 1921, com a publicação de uma primeira de sete crónicas intitulada “Assim falou o Artista”, no jornal O Figueirense, sob o pseudónimo de João d’Altamira.

Mais tarde, matriculado num curso de que verdadeiramente não gosta, entrega-se à boémia vivência estudantil e às tertúlias intelectuais. É com Branquinho da Fonseca, António de Sousa e Vitorino Nemésio que, em 1924, funda a revista *Tríptico*. Três anos depois, segue-se a *Presença*, em conjunto com José Régio e, de novo, Branquinho da Fonseca.

Em 1929 publica o primeiro ensaio, *Temas*, consagrado à obra de Fernando Pessoa e, em 1932, *Eloi ou romance numa cabeca*, livro de ficção distinguido com o Prémio da Imprensa.

Autor de uma vastíssima obra, João Gaspar Simões fixa-se em Lisboa, onde trabalha como bibliotecário da Biblioteca Nacional e funda a Portugália Editora. Enquanto crítico literário, escreveu, durante meio século de vida, na imprensa diária portuguesa, nomeadamente no Diário de Notícias.

“O voluntarismo que pôs nos mais diversos projectos a que deitou mão ou a que se juntou, alguns dos quais, como a revista *Presença*, foram de importância indiscutível, a persistência com que manteve a crítica regular em jornais e revistas, perante a indiferença dos meios académicos e a incompreensão que o ofício inevitavelmente acarreta, e a convicção com que defendeu as suas ideias fazem dele uma personagem invulgar.”²

João Gaspar Simões morre aos 83 anos de idade, em Lisboa, no dia 6 de Janeiro de 1987.

(1) Carta a Adolfo Casais Monteiro, a 16 de Outubro de 1930, no livro *João Gaspar Simões [1903-2003]*

(2) Diogo Pires Aurélio, director da Biblioteca Nacional no livro *João Gaspar Simões [1903-2003]*

28 - João de Brito Câmara

Presidência
1931/1932

Data de nascimento
13 de Maio de 1909

Data de morte
25 de Dezembro de 1967

Naturalidade
Lisboa

Curso
Direito



No dia 14 de Novembro de 1931, o estudante republicano João de Brito Câmara toma posse como presidente da Associação Académica, juntamente com Armando Sampaio, Venâncio Gonçalves Vieira, Lourenço Pacheco e José Cristina. Na Assembleia-Geral fica Arlindo Vicente, com António Ferrer Correia como substituto.

Num artigo publicado na revista *Rua Larga*, o próprio João de Brito Câmara conta como foi o período em que presidiu à Associação Académica. Corria o ano de 1957, e este já tinha regressado ao Funchal, cidade onde posteriormente ao curso viveu e trabalhou como advogado.

“Dentro das directrizes traçadas para alcançarmos este último objectivo, organizámos o III Salão Académico, com inauguração solene em que discursou o Prof. Doutor Joaquim de Carvalho, e participação de mais de 40 estudantes-artistas; em notáveis conferências, apresentámos os professores Doutores Leonardo Coimbra e Rocha Brito e, no auge do renovador movimento artístico retomado em Portugal, pela revista *Presença*, Edmundo de Bettencourt, José Régio, Branquinho da Fonseca e João Gaspar Simões; em memoráveis recitais, também efectuados na nossa sede, fizemos ouvir o Orfeon Académico de Coimbra, quando agraciado com as insígnias de Comendador da Ordem da Instrução Pública.

(...) Recebemos a visita, na Casa dos Estudantes, por ocasião das comemorações do centenário de Newton, de «Sirs» Claud Russel e Frank Dyson, ao tempo, Embaixador da Inglaterra e director do Observatório de Greenwich, respectivamente, assim como a do Embaixador da Itália e a do escritor francês, Luc Durtain; simultaneamente, mantivemos activo e desvelado convívio, por correspondência, com as principais Organizações estudantis do Mundo e, sobretudo, con-

servámo-nos sempre em atenta vigília perante todos os acontecimentos pátrios e internacionais, de relevância cultural, política ou humanitária.

(...) E, assim – aprendendo, vigilando, rindo – demos fuga à impetuosa inquietação da mocidade, com realizações que, se nada tiveram de extraordinário, saciavam-nos completamente, por serem da nossa exclusiva lavra, adestrando-nos em postos de comando, com pleno alvedrio, exacta noção das responsabilidades, e corajosa aceitação de todas as críticas aos nossos empreendimentos, quer revestissem a leveza de humorísticas censuras, como as do falado «Ponney», quer a contundência de pesadas recriminações, como as que nos foram dirigidas, no decurso da nossa gerência, sobre tantos outros assuntos, sempre, porém, com a maior lealdade e pureza de intenções.

Desta maneira, se não engrandecemos o património recebido da direcção que nos precedeu, e a que presidiu João Gaspar Simões, pudemos, ao menos, entregá-lo intacto á seguinte, da presidência de António de Arruda Ferrer Correia”.

Apesar de ter nascido em Lisboa, em 1909, João de Brito Câmara foi viver para a Madeira aos quatro anos de idade. Não admira pois que, terminado o curso de Direito em Coimbra, e ainda que tenha sido convidado para se doutorar, este declarado opositor do regime do Estado Novo tenha preferido regressar ao Funchal.

Aí exerceu advocacia num consultório privado e publicou trabalhos jurídicos, bem como poesia. Em 1967, aliás, reúne todos os seus livros no volume *Poesias Completas*, ao qual junta ainda alguns inéditos.

Morre nesse mesmo ano, no dia 25 de Dezembro, com apenas 58 anos.

29 - António de Arruda Ferrer Correia

Presidência
1932/1934

Data de nascimento
15 de Agosto de 1912

Data de morte
16 de Outubro de 2003

Naturalidade
Semide (Miranda do Corvo)

Curso
Direito



Nascido em Semide, concelho de Miranda do Corvo, no dia 15 de Agosto de 1912, António de Arruda Ferrer Correia inscreve-se na Faculdade de Direito de Coimbra pouco depois de completar 17 anos, em 1929.

Durante o percurso académico, “Ferrer foi sempre um espelho de colegas, pela jovial e inteira lealdade de carácter que dos seus contemporâneos fez admiradores e amigos, e pela participação consciente nas organizações académicas, onde, apesar da reserva do seu próprio temperamento, defendeu sem equívocos um humanismo actuante, ao serviço dos ideais da Democracia e da República, que desde logo o impôs, para a maioria progressista, como um líder seguro, prestigiado e criterioso”.¹

Em Novembro de 1932, a lista republicana, encabeçada por Ferrer Correia, vence as eleições para a direcção da Associação Académica. No ano seguinte, realizam-se as eleições dos delegados dos estudantes para o Senado e para a Assembleia-Geral da Universidade. Os candidatos republicanos voltam a vencer, sendo eleitos dois jovens pela Faculdade de Direito: Ferrer Correia – que continuará à frente da AAC no ano lectivo de 1933-1934 –, e Ernesto Domingues de Andrade, que também será presidente da Associação Académica, em 1935 e 1936.

Após a licenciatura, concluída em 1935, Ferrer Correia prossegue para o doutoramento, o qual termina quatro anos mais tarde. Tem início, então, a sua carreira de docente. Contratado, primeiramente, como professor auxiliar, pro-

*Em 1933,
juntamente
com Ernesto
Domingues de
Andrade, é
eleito para o
Senado e para
a Assembleia-
-Geral da
Universidade*



põe-se a concurso para professor extraordinário em 1946, mas é travado pelo Governo. O facto de, um ano antes, ter aderido publicamente ao Movimento de Unidade Democrática fez com que ficasse com a carreira congelada até 1948, data em que o ministro da Educação, Fernando Pires de Lima, autoriza a realização dos concursos. Dessa forma, e ainda nesse ano, passa de professor extraordinário a professor catedrático.

Fundador de algumas revistas sobre Direito e do Centro Interdisciplinar de Estudos Jurídico-Económicos (1974), Ferrer Correia leccionou diversas cadeiras enquanto docente e participou nos trabalhos de preparação do Código Civil de 1966. Ao nível da legislação, presidiu ainda à Comissão de Revisão do Código Comercial de 1977 e à Comissão de Reforma da legislação comercial, em 1985.

O seu trabalho, porém, não se cingiu apenas a Portugal. Em 1964, por exemplo, começa a dar aulas também na Faculdade Internationale de Droit Comparé, em Estrasburgo.

Após o 25 de Abril, Ferrer Correia passa a dirigir a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e, em 1976, como catedrático decano, sucede a Teixeira Ribeiro na Reitoria da Universidade.

“A sua enorme capacidade de diálogo como a sua solícitude em relação aos estudantes faziam de Ferrer, muito anteriormente à Revolução, não apenas o mestre que justificadamente se respeita, mas o amigo também a que confiadamente se recorre. Nas grandes crises académicas dos anos 60, era a ele, Teixeira Ribeiro, Paulo Quintela e Luís de Albuquerque, que naturalmente se atribuía o papel de mediação. Donde esse génio de paciente equilíbrio – e até o dom de discordar sem arestas – que permitiram a Ferrer, na sua gerência da Escola, apesar das difíceis circunstâncias em que agia, manter um clima de não agudas convulsões”.²

Em 1982, aquando da sua jubilação, a Universidade de Coimbra atribui-lhe o título de reitor honorário. Três anos depois, é eleito pela Assembleia da República para ser vogal do Conselho Superior de Magistratura e, em 1986, é designado pelo ministro da Justiça para o cargo de presidente da secção portuguesa da Comissão Internacional do Estado Civil. Durante três décadas fez ainda parte do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian.

Agraciado com uma série de distinções, “homem detentor de uma vida plena” nas palavras do seu filho, António de Arruda Ferrer Correia morre a 16 de Outubro de 2003.



Na crise de 1962, lembro-me de assistir, já como estudante universitário, a uma Assembleia Magna que penso que aconteceu no Campo de Santa Cruz. Ele fez uma intervenção ao lado dos estudantes, e eu tive o agrado de comungar e de participar no F-R-A dirigido a ele e a outros professores, que tiveram uma atitude considerada favorável à Academia. Ele era identificado como sendo um deles.³

(1) Perfil de António de Arruda Ferrer Correia, professor da Faculdade de Direito de Coimbra, Orlando de Carvalho

(2) Idem

(3) Testemunho do filho António Ferrer Correia



António Joaquim de Sá Oliveira
Presidente em 1896-1897



Alexandre Ferreira Braga
Presidente em 1915-1916



Alfredo Fernandes Martins
Presidente em 1921-1922



António dos Santos Cidraes
Presidente em 1899-1900



Augusto da Fonseca Júnior
Presidente em 1919-1920

30 - António de Sousa

Presidência
1934/1935

Naturalidade
Porto

Data de nascimento
25 de Dezembro de 1898

Curso
Direito

Data de morte
16 de Fevereiro de 1981

António de Sousa, poeta e advogado, nasceu no Porto, no dia 25 de Dezembro de 1898. Em 1927, é eleito membro da Comissão de Propaganda do Centro Republicano Académico (CRA) e faz parte da comissão composta para elaborar o projecto do Estatuto do CRA, que será aprovado no ano seguinte, em Assembleia-Geral.

António de Sousa estará ainda presente no encontro realizado entre as três academias republicanas em Coimbra, no dia 31 de Janeiro de 1930, e do qual resultará a prisão de Carlos Brandão, durante cinco meses.

Já com 36 anos de idade, o estudante de Direito é eleito pre-

sidente da direcção da Associação Académica de Coimbra (1934) e, um ano depois, enquanto dirigente associativo, fará parte da comissão promotora de uma homenagem aos estudantes mortos na Primeira Guerra Mundial.

Organizada pela Academia no dia 9 de Abril de 1935, a cerimónia tem lugar na Sala da Associação Académica, na Rua Larga, com o descerramento de uma lápide dedicada aos jovens estudantes falecidos nos campos de batalha.

A par de outros presidentes da AAC, António de Sousa teve uma intensa vida associativa. Para além de ter presidido à Associação de Basquetebol de Coimbra, foi secretário-geral da Associação Cristã de Estudantes de Coimbra, actual Associação Cristã da Mocidade (ACM), e participou na fundação da Universidade Livre conimbricense.

De referir também a sua passagem pelo Orfeon Académico, para o qual foi eleito presidente. No entanto, devido a um conflito com o regente Padre Elias de Aguiar, o jovem acabaria por não tomar posse.

Mas ainda antes da vida estudantil e associativa, António de Sousa foi um dos criadores da revista *Triptico*, em 1924, juntamente com João Gaspar Simões e Vitorino Nemésio. Autor de várias obras poéticas, colaborou igualmente com as revistas *Ícaro*, *Byzancio*, *Vértice*, *Presença*, *Portucalé* e a *Revista de Portugal*.

A residir em Lisboa desde a década de 50, passará os últimos anos de vida recolhido em casa, após a morte da esposa que o deixara profundamente abalado.

Morre aos 83 anos de idade, em Oeiras, no dia 16 de Fevereiro de 1981.

Ernesto Domingues de Andrade, irmão e aluno do conhecido professor catedrático de Direito, Manuel de Andrade, nasceu no dia 10 de Julho de 1912, em Canelas, Estarreja.

Depois do liceu em Aveiro, Domingues de Andrade ingressa ao mesmo tempo nas Faculdades de Direito e de Letras, tendo obtido as duas licenciaturas, em Direito e Ciências Históricas e Filosóficas.

Em 1933, realizam-se as eleições dos delegados dos estudantes para o Senado e para a Assembleia-Geral da Universidade. Vencem os candidatos republicanos, entre os quais estão António Ferrer Correia, então presidente da AAC, e Ernesto Domingues de Andrade, ambos pela Faculdade de Direito.

Dois anos depois, é eleito presidente da Associação Académica e passa a ocupar o cargo do colega António de Sousa que, nessa direcção, será presidente da Assembleia-Geral. De salientar que, após Domingues de Andrade, as eleições são proibidas na Associação Académica, passando a existir as chamadas Comissões Administrativas, nomeadas pelo Governo. Assim será até 1947.

Apesar de ter sido um estudante boémio, que não faltava a uma festa, Domingues de Andrade conclui as duas licenciaturas, com especial relevo para Direito, que termina com 18 valores. Segue então para Lisboa, onde exercerá a profissão de advogado e trabalhará também como conservador dos registos civis de Setúbal e do Barreiro.

A vida profissional, no entanto, não o impede de continuar ligado ao associativismo na terra natal, tendo feito parte da direcção da Banda Bingre Canelense.

Ernesto de Andrade morre no dia 7 de Abril de 1987.

31 - Ernesto Domingues de Andrade

Presidência
1935/1936

Data de nascimento
10 de Julho de 1912

Data de morte
7 de Abril de 1987

Naturalidade
Canelas (Estarreja)

Curso
Direito



32 - João Pedro Miller Pinto de Lemos Guerra

Presidência
1936/1937

Data de nascimento
11 de Maio de 1912

Data de morte
27 de Abril de 1993

Naturalidade
Vila Flor (Bragança)

Curso
Medicina

40

João Pedro Miller Guerra, médico e político português, nasceu em Vila Flor, Bragança, em 1912. Por influência do pai, Francisco Maria Guerra, começa por estudar Direito mas, ao fim de dois anos, não obtendo grande proveito escolar, decide mudar para Medicina.

Em 1936, as eleições para a Associação Académica de Coimbra são proibidas. Ao invés do triunfo da lista republicana, encabeçada por Eduardo da Silva Correia, como era esperado, o Ministério da Educação Nacional nomeia uma Comissão Administrativa. As direcções, que outrora eram eleitas pelos estudantes, passam assim a ser escolhidas pelo reitor e depois nomeadas pelo Governo. Esta situação vai perdurar até 1947.

Da primeira comissão, composta maioritariamente por estudantes de direita, faziam parte, para além de João Pedro Miller Guerra, Alexandre Pessoa Vaz, Joaquim Duarte Oliveira, Joaquim Sá Carneiro Morais Almeida, José Brito Barbosa, José Guilherme de Melo e Castro e Salviano Rui de Carvalho e Cunha.

“Às vezes nas Assembleias-Gerais da Academia, nas eleições da Associação Académica, na célebre greve de 1931, a luta acendia-se e os dois partidos, frente a frente, pela oratória, pelo panfleto, davam as suas razões. Os ânimos enchiam-se de santos entusiasmos, a vida académica agitava-se... Coimbra vivia. (...) Havia uma verdade a defender, uma doutrina a espalhar, uma massa imensa a arrancar à indiferença e a trazer até nós. (...)”¹

Logo após a presidência da Associação Académica, em Dezembro de 1937, João Pedro Miller Guerra, José Guilherme Melo e Castro e Joaquim Duarte de Oliveira prepararam um novo número da revista *Via Latina*. Durante esse ano e em 1938, Miller Guerra foi o seu director.

Concluído o curso de Medicina em 1939, segue para Lisboa, para o serviço de Neurologia do Hospital de Santa

Marta. Na capital, torna-se segundo assistente de Neurologia na Clínica Neurológica da Faculdade de Medicina. E é nessa especialidade que, em 1952, faz o doutoramento. Porém, e apesar de ter sido convidado duas vezes, Miller Guerra nunca chegou a ser professor catedrático. Como recorda um amigo, “era uma pessoa muito recta e que mantinha as suas decisões”.

“As razões que me determinaram são graves, como não podiam deixar de ser para tanta recusa de um cargo que dá lustre honraria. Primeira razão, de ordem institucional, a decadência do hospital paralela à decadência da faculdade; razão de ordem pessoal, não ter conseguido resolver a situação vigente; razão doutrinária, durante muito tempo tentei lutar contra o estado deplorável dos serviços médicos de educação e nada foi feito”.

Para Miller Guerra, as universidades tradicionais não se auto-reformavam. Ele propunha, por exemplo, a melhoria das relações entre docentes e estudantes, uma maior participação estudantil na vida académica, o aumento do número de professores, a descentralização dos centros de ensino e investigação, a instituição do ensino pós-graduado, entre outras medidas reformistas.

Autor de diversas obras e artigos, inclusivamente do preâmbulo da Constituição Portuguesa, João Pedro Miller Guerra foi também bastonário da Ordem dos Médicos entre 1968 e 1975.

Por esta altura, vivia-se em Portugal a chamada “Primavera Marcelista”, e pensando-se que Marcello Caetano iria abrir um pouco o Regime, é criada uma Ala Liberal para concorrer à Assembleia Nacional, da qual faziam parte Miller Guerra, Francisco Sá Carneiro, João Bosco Soares da Mota Amaral, entre outros (1970).

Julgavam eles, erradamente, que iam para a Assembleia e que poderiam falar sobre assuntos até então proibidos. O projecto de revisão constitucional entregue pela Ala Liberal focava, aliás, alguns aspectos contrários às políticas do Regime, como por exemplo, a liberdade de imprensa e de associação. Um dia, em plena Assembleia Nacional, João Pedro Miller Guerra declara-se contra a guerra colonial e pede mesmo a demissão (1973).

Após o 25 de Abril, ainda é convidado pelo General Spínola para ser primeiro-ministro, mas as divergências entre ambos relativamente ao processo de descolonização, levam-no a não aceitar a proposta.

Em 1993 morre, em Lisboa, João Pedro Miller Guerra, homem “empenhado em melhorar a condição das pessoas, que lutou por uma sociedade melhor, democrática e justa”.³

(1) *Via Latina*, Coimbra, Dezembro, 1937

(2) De acordo com o testemunho de Francisco Pinto, amigo de Miller Guerra

(3) Francisco Pinto

33 - José Guilherme de Melo e Castro

Presidência
1937/1939

Naturalidade
Covilhã

Curso
História



João Pedro Miller Pinto de Lemos Guerra e José Guilherme de Melo e Castro

Apesar de ter sofrido, em 1935, a aplicação de uma pena de seis meses de exclusão, o estudante de História, natural da Covilhã, José Guilherme de Melo e Castro preside à Comissão Administrativa nomeada pelo Governo, de 1937 a 1939. Entre os dirigentes estão também Dario Martins de Almeida e José Maria Antunes.

Em Dezembro de 1937 começam as festas do IV Centenário do Estabelecimento Definitivo da Universidade de Coimbra, com a presença do presidente da Assembleia Nacional, José Alberto dos Reis.

Na qualidade de presidente da Associação Académica, José Guilherme de Melo e Castro assiste ao jantar de gala da Universidade e, no dia seguinte, discursa no Salão Nobre da sede da AAC, perante José Alberto dos Reis, o ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, e alguns delegados estrangeiros. No final, o presidente da Assembleia da República saúda a Academia e condecora as bandeiras da Associação e da Sociedade Filantrópico-Académica, com a Comenda da Ordem de Santiago da Espada.

Ao mesmo tempo, e em conjunto com João Pedro Miller Guerra e Joaquim Duarte de Oliveira, Melo e Castro dirige a revista *Via Latina* que, em Dezembro de 1937, terá um número único, comemorativo do IV Centenário da Universidade. Mais tarde, a revista passará mesmo a ser identificada como órgão da Associação Académica de Coimbra.

Da vida posterior aos tempos académicos, pouco se conhece. Sabe-se apenas que, em 1955, era então sub-secretário de Estado da Assistência, planeia e desenvolve um projecto inovador, juntamente com outro médico: o de reabilitar diminuídos físicos com incapacidades motoras e formar profissionais especializados.

É assim que nasce o Centro de Medicina de Reabilitação do Alcoitão, mandado construir pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, instituição para a qual José Guilherme de Melo e Castro será nomeado provedor em finais de 1957.

34 - Luís Nunes da Ponte

Presidência
1939/1940

Data de nascimento
21 de Julho de 1917

Data de morte
12 de Fevereiro de 1990

Naturalidade
Foz do Douro (Porto)

Curso
Direito



42

Luís Côrte-Real Nunes da Ponte nasceu no dia 21 de Julho de 1917, na Foz do Douro, no concelho do Porto. Ao mesmo tempo que estudou Direito na Universidade de Coimbra foi presidente da Associação Académica em 1939 e 1940. A Comissão Administrativa a que presidiu, apesar de nomeada pelo Governo, era composta também por alguns adversários da Ditadura. Ao lado de Luís Nunes da Ponte na direcção esteve, por exemplo, José Maria Antunes.

Durante os tempos de estudante, num jantar em Aveiro, criou o Grupo dos Cães, em conjunto com alguns amigos, entre os quais estava José Guilherme de Melo Castro. A ideia partiu de uma brincadeira feita com o empregado de mesa quando este lhes perguntou o que queriam comer. A resposta não se fez esperar: “Queremos ossos!”.

Depois de concluir o curso com 17 valores, Luís Nunes da Ponte regressa ao Norte e dedica-se à advocacia.

Até 1970, ano em que se reforma por motivo de doença, Luís Nunes da Ponte trabalhou como advogado no Porto e foi ainda presidente do Clube Portuense e do Clube Law Ténis da Foz. Anti-salazarista mas sem outra filiação partidária, morreu no dia 12 de Fevereiro de 1990.

35 - Manuel Deniz Jacinto

Presidência
1940/1941

Data de nascimento
8 de Janeiro de 1915

Data de morte
8 de Janeiro de 1998

Naturalidade
Condeixa-a-Nova (Coimbra)

Curso
Direito

Em 1940, os estudantes vêem o Governo nomear para a Comissão Administrativa da Associação Académica um homem do teatro e da política.

Conhecido entre os colegas como o “diabo”, por desempenhar sempre esse papel nas peças vicentinas do TEUC, cabe a Manuel Deniz Jacinto dirigir a AAC numa época conturbada, de grande contestação às comissões impostas pelo Governo.

Natural de Condeixa-a-Nova, Coimbra, nascido a 8 de Janeiro de 1915, Deniz Jacinto cedo demonstrou ser um jovem activo e participante, não só na vida académica, mas também na política e nas artes.

Enquanto estudante universitário, é secretário da Assembleia-Geral do Orfeon Académico em 1935-1936, secretário da Direcção em 1936-1937, e presidente do Orfeon desde 1937 a 1939. No ano seguinte, 1940, é então nomeado dirigente da Associação Académica, ao lado de Francisco BARRIGAS DE CARVALHO.

Ao mesmo tempo, estreita-se a sua relação com o teatro, tendo Deniz Jacinto começado por se juntar ao Grupo Cénico do Fado Académico da Universidade de Coimbra, grupo que viria a dar origem ao TEUC, do qual foi co-fundador em 1938 e director entre 1939 e 1945.

“(…) ... bem conhecida a relevante actividade de Deniz Jacinto em órgãos dirigentes da AAC e de outros organismos autónomos académicos. (...) Aí era acompanhado e apoiado pela sua ligação a outras estruturas clandestinas, directa ou indirectamente influenciadas pelo PCP, de que já então era simpatizante.”¹

Na política, de facto, Deniz Jacinto surge ligado a di-



versas associações clandestinas como o Centro Republicano Académico – foi seu director suplente em 1935 e 1936 –, o Movimento de Unidade Democrática (MUD) – foi membro da Comissão Distrital de Coimbra –, o Movimento de Unidade Nacional Antifascista (MUNAF) e o Partido Comunista Português. Até cerca de 1949, ano em que é preso, foi membro do PCP, militante e responsável por várias tarefas de organização do seu Sector Intelectual.

Enquanto isto, Deniz Jacinto licencia-se em Ciências Matemáticas (1940) e Engenharia Geográfica (1942), frequenta o curso de Ciências Pedagógicas até 1943, e lecciona Matemática nos Colégios “Progresso e Portugal” e “de São Pedro”, entre 1940 e 1949.

Em 1945, é demitido do cargo de director interino do Diário de Coimbra pelos Serviços de Censura e, quatro anos mais tarde, no dia 30 de Setembro, é preso pela PIDE na Figueira da Foz.

Cumprida a pena de prisão maior no Aljube e em Caxias, Deniz Jacinto sai em regime de liberdade condicional, a 13 de Fevereiro de 1953.

Cinco anos depois, com o término da liberdade condicional, fixa-se no Porto e é convidado pelo director do Teatro Experimental do Porto (TEP) para tomar conta da Escola de Teatro do TEP, de que foi director entre 1958 e 1961.

O teatro era, sem dúvida, uma das maiores paixões cultivadas por Deniz Jacinto. O “melhor diabo que alguma vez se viu no Auto da Barca do Inferno”, como disse certo dia Óscar Lopes², destacou-se na divulgação do teatro, em quase todos os níveis: como ensaísta de temas teatrais, tradutor de peças, colaborador em obras de teatro nacionais e inter-

nacionais e em publicações de cariz cultural, e ainda como orador em conferências e colóquios realizadas um pouco por todo o país, para diversos tipos de público.

Homem de múltiplos ofícios, e ao mesmo tempo que se dedica às artes, Deniz Jacinto dá aulas de Matemática no Colégio de João de Deus no Porto (1957-1969) e explicações particulares em casa, para além de trabalhar na União Eléctrica Portuguesa (até 1981), mais tarde transformada na actual EDP.

Com o 25 de Abril, regressa à política e, em 1975, é eleito deputado à Assembleia Constituinte pelo Movimento Democrático Português, partido que acabará por abandonar mais tarde. Como refere Alberto Vilaça, na publicação de homenagem a Deniz Jacinto, “sempre e sempre, como hoje, com uma inequívoca fidelidade à ideologia que o levou ao PCP e com este colaborante”.

Em 1988, é agraciado com a Comenda da Ordem do Infante Dom Henrique, pelo então Presidente da República, Mário Soares, em reconhecimento da sua notável actividade em prol da divulgação e expansão do teatro em Portugal, bem como da intervenção cívica e política em defesa da democracia.³

Manuel Deniz Jacinto morre em 1998, com 83 anos de idade e uma longa história de activismo político, estudantil e artístico. “Ele sabe que, se os homens e os deuses são mortais, a imortalidade é a força de palavras e atitudes ecoando na distância das gerações – e que tudo se joga nos territórios da memória”.⁴

(1) Publicação de homenagem editada pelo Instituto de Teatro Paulo Quintela

(2) *Idem*

(3) *Idem*

(4) António Pedro Pita, na mesma publicação

Ballada de Despedida

Noss'alma chora na despedida
Não é Coimbra por te deixar,
Mas pelo tempo... por esta vida
Que aqui levamos sempre a cantar.

Nos cinco annos que aqui passamos
Que de loucuras que nós fizémos!
Com que saudades não recordamos
Todo esse tempo que nós vivemos!

As nossas capas que vão voando
Soltas ao vento n'um doidejar,
Lembram a vida que vae passando,
Que vae fugindo p'ra não voltar.

Noites de lua com guitarradas
Gemendo fados, soltando ais!
E as nossas loucas rapaziadas...
Tudo nos foge, não voltam mais!

O velho rio que vae descendo
Beijando os choupos até ao mar,
Conduz o pranto que corre lento
Dos nossos olhos a transbordar.

Adeus tricanas a quem amamos,
A quem juramos amor ardente
Vamos deixar-vos, não mais roubamos
Aos vossos labios um beijo quente.

Qual bando d'aves vamos embora,
Vamos partir p'ra novos ceus:
Na despedida noss'alma chora,
O' mocidade! Adeus! Adeus!

Coimbra, 8 d'abril de 1905.

*Virgilio de Sousa
Eugenio Pimentel*

LITH. TYP. Corrêa Cardoso
COIMBRA

36 - Ramiro Machado Valadão

Presidência
1941

Data de nascimento
21 de Março de 1918

Data de morte
17 de Setembro de 1997

Naturalidade
Angra do Heroísmo (Açores)

Curso
Ciências Históricas e Filosóficas



Jornalista, publicista e político, Ramiro Machado Valadão nasce em Angra do Heroísmo, a 21 de Março de 1918.

Aos 16 anos muda-se para Coimbra, para estudar Direito, mas não chega a concluir o curso, que substitui pela licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, na Faculdade de Letras, em 1938.

Três anos depois, Ramiro Machado Valadão sucede a Manuel Deniz Jacinto na presidência da Associação Académica e, embora monárquico, comparte a Comissão Administrativa nomeada pelo Governo com colegas republicanos. No entanto, ainda em Dezembro de 1941, a comissão de Ramiro Valadão pede a demissão, no seguimento de um decreto-lei que impunha o aumento do valor das propinas.

Concluído o curso de Letras, começa a sua carreira como jornalista e publicista: trabalha e chega a ser director do Diário Popular, escreve no Diário da Manhã, no Diário de Lisboa, e redige também algumas crónicas de teor histó-

*Pouco tempo
depois de iniciar
funções, a
comissão de
Ramiro
Valadão
demite-se
na sequência
do aumento
do valor
das propinas*

rico-científico para a Emissora Nacional.

Nos anos 50, apesar de ainda trabalhar como jornalista, Ramiro Valadão é eleito deputado para a Assembleia pela União Nacional, e exerce o cargo de secretário-geral da Informação, o que lhe dá a oportunidade de procurar modernizar os jornais portugueses.

Porém, na tentativa de o afastar da política, o governo de Salazar convida-o a viajar para os Estados Unidos, para dirigir a Casa de Portugal de Nova Iorque. Mais tarde, em Abril de 1969, Marcello Caetano incentiva-o a regressar ao país para ser director da RTP, função que ocupa até 1974.

Após o 25 de Abril, é preso e, até 1978, ano em que regressa a casa, passa por diversas cadeias, desde Monsanto e Alcoentre ao Aljube. “Jornalista por excelência, homem dedicado à conversa e à escrita”⁽¹⁾, Ramiro Machado Valadão morre a 17 de Setembro de 1997.

(1) Testemunho da filha

37 - João de Matos Antunes Varela

Presidência
1942/1943

Data de nascimento
15 de Dezembro de 1919

Data de morte
27 de Setembro de 2005

Naturalidade
Ervedal (Portalegre)

Curso
Direito



46

O autor do ainda actual Código Civil português, João de Matos Antunes Varela, nasceu em Ervedal, Avis, a 15 de Dezembro de 1919.

Durante a juventude, ainda antes de chegar à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, foi presidente da Associação de Estudantes do liceu de Évora e participou num comboio que foi a Espanha levar mantimentos e apoio aos falangistas de Franco.

Já em Coimbra, e para além de acompanhar o Orfeon nas suas viagens, discursando oficialmente em algumas delas, João Varela, quintanista de Direito, toma posse como presidente da Comissão Administrativa da Associação Académica em Janeiro de 1942, na sequência da demissão de Ramiro Valadão.

Pouco tempo depois, em Fevereiro, e aproveitando o facto de estar na direcção da *Via Latina*, João Varela escreve um artigo no qual assume o dever da AAC em informar a Academia sobre tudo o que diz respeito à construção da Cidade Universitária de Coimbra. Nesse mesmo texto, e antes de expor a entrevista realizada ao então vice-reitor, Maximino Correia, João Varela defende uma intervenção profunda na Alta da cidade, “uma obra que, em parte, é nossa, que é de toda a Academia”.¹ Mais tarde, em Junho de 1943, o estudante mostrar-se-á também favorável à criação de um Museu Académico e consequente instalação na sede da Associação Académica que, com as obras da Cidade Universitária, seria ampliada, segundo explicou João Varela ao Diário de Notícias.

Em Dezembro de 1942, o quintanista de Direito continua à frente da Associação Académica mas com uma nova comissão, da qual faz parte, entre outros, Manuel Tarujo de Almeida, estudante que se seguiria na presidência da AAC.

Em 1943, e depois de algumas palavras proferidas no Coliseu do Porto, na qualidade de presidente da Associação

Académica, João Varela discursa na Sala dos Capelos, na tomada de posse do novo reitor, Maximino Correia.

À licenciatura concluída nesse ano, segue-se o doutoramento (1950) e a ascensão a professor catedrático, em 1955. Um ano antes da cátedra, porém, e ainda no seguimento da construção da Cidade Universitária, João Varela, então director do Centro Universitário de Coimbra da Mocidade Portuguesa, empenha-se na criação de residências para estudantes tuteladas por aquela organização.

Na tomada de posse como Ministro da Justiça, cargo que haveria de exercer durante 13 anos, desde 1954 a 1967, Antunes Varela assume os trabalhos de preparação de um novo Código Civil, o qual ficará conhecido como o Código Civil 1966. Das várias reformas legislativas impulsionadas pelo jurista, esta foi, sem dúvida, uma das mais importantes e que ainda hoje vigora, com as devidas alterações e adaptações.

A sua vasta obra fica ainda marcada pela diversidade de textos que publicou sobre Direito das Obrigações, Direito Processual, Direito da Família e Direito das Sucessões.

Após o 25 de Abril, Antunes Varela é afastado do ensino e viaja para o Brasil, onde dará aulas na Faculdade de Direito da Bahia.

Regressa a Portugal no final dos anos 70 e torna-se professor da Universidade Católica Portuguesa, bem como director da respectiva Faculdade de Ciências Humanas. Mas volta também a Coimbra, onde continuará a exercer a cátedra e a actividade de jurisconsulto, nomeadamente na Revista de Legislação e Jurisprudência.

Apesar de ter feito parte do regime de Salazar e de ter sido dado como seu provável sucessor, Antunes Varela afirmou-se, um dia, “republicanista” e “não fascista”.

Morreu em Lisboa no dia 27 de Setembro de 2005.

(1) Artigo de Antunes Varela, “Cidade Universitária”

38 - Manuel Tarujo de Almeida

Presidência
1943/1944

Data de nascimento
1 de Setembro de 1920

Naturalidade
Ovar

Curso
Direito



Manuel Tarujo de Almeida nasceu em Ovar, no dia 1 de Setembro de 1920. Em 1943, estudava então Direito em Coimbra, preside à Comissão Administrativa nomeada para dirigir a Associação Académica, da qual fazia ainda parte José Gonçalves de Proença, António Joaquim Mendes de Almeida, Arménio António Cardo e Dario Martins de Almeida.

Nesse ano, é chamado a uma reunião da Comissão de Obras da Cidade Universitária, onde está também o reitor Maximino Correia, o engenheiro Sá e Melo e o arquitecto José Cottinelli Telmo. A decisão tomada visa a demolição do edifício da Associação Académica e a sua transferência, bem como a dos organismos académicos, para o Colégio de São Bento. Em 1949, porém, devido à pequenez do edifício e ao facto de não possuir valor arquitectónico, a Associação muda-se para o Colégio dos Grilos, onde se situa actualmente a Secretaria Geral da Universidade.

Dois anos após a conclusão do curso, em 1946, Manuel Tarujo de Almeida casa-se com

*Manuel Tarujo
de Almeida
casou com uma
das irmãs de
Francisco
Salgado Zenha.
Ainda é vivo e
reside em Lisboa,
depois de ter
vivido no Brasil*

uma das irmãs de Francisco Salgado Zenha. De novo em Ovar, exerce a profissão de advogado até 1957, quando é eleito deputado pela União Nacional. Muda-se então para Lisboa, sendo reeleito em 1961 e 1965. Em 1966 é condecorado com a Ordem Militar de Cristo, com o grau de Grande Oficial.

Figura ligada ao regime de Oliveira Salazar, é sub-secretário de Estado do Orçamento entre 1963 e 1968, passando depois a trabalhar como comissário do Governo junto do Banco Nacional Ultramarino, até 1974.

Para além de ter feito parte dos órgãos dirigentes da União Nacional, Manuel Tarujo de Almeida foi também membro da Comissão Administrativa da Junta autónoma do Porto de Aveiro e presidente da comissão administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Ovar.

Com o 25 de Abril de 1974, Manuel Tarujo de Almeida termina a carreira política e viaja para o Brasil. Três anos depois, regressa à capital portuguesa, Lisboa, onde ainda hoje reside.

39 - Arménio António Cardo

Presidência
1944

Data de nascimento
1921

Data de morte
17 de Maio de 2002

Naturalidade
Ansião (Leiria)

Curso
Direito



Depois de ter feito parte da Comissão Administrativa à qual presidiu Manuel Tarujo de Almeida, Arménio António Cardo, nascido no concelho de Ansião, em 1921, é nomeado presidente da Associação Académica para o ano lectivo de 1944-1945.

Empossada em Novembro desse ano, a Comissão é composta também por Manuel José dos Reis Botto, Augusto Amorim Afonso, Dario Martins de Almeida, entre outros.

No entanto, apesar de ter feito parte da Comissão Administrativa anterior e de ser bacharel em Direito, Arménio António Cardo já deixara de ser estudante, pelo que não estava inscrito na Universidade.

Assim sendo, em Dezembro de 1944, o Conselho de Veteranos presidido por Francisco Barrigas de Carvalho não reconhece o presidente da Associação Académica. A decisão é respeitada pelo reitor Maximino Correia que suspende Arménio António Cardo das funções e aceita a demissão dos restantes membros da comissão.

No dia 13 de Dezembro, reunido em Assembleia Magna, o Conselho de Veteranos elege então uma nova direcção, presidida por Francisco Salgado Zenha.

Dos tempos de estudante, que vão até 1946, quando ficar efectiva-

*Em 1948,
Arménio
António Cardo
tornou-se o mais
novo presidente
de Câmara do
país, ao liderar
a autarquia
de Ansião*

mente licenciado, importa ainda referir o facto de Arménio António Cardo ter sido um dos fundadores da Liga Académica Missionária de Coimbra (1940), dada a sua religiosidade católica.

Em 1948, o jovem é nomeado para dirigir a Câmara Municipal de Ansião, função que cumprirá ao mesmo tempo que trabalha como advogado. Até 1952, ano em que pede a exoneração do cargo, ele é, aliás, o mais novo presidente de câmara do país.

Regressado a Coimbra, funda e dirige o semanário Beira Litoral (1953), é sub-delegado do Instituto Nacional do Trabalho e participa, esporadicamente, no grupo de fados "Serenatas de Coimbra".

Dois anos mais tarde, voltará a exercer a profissão de advogado em Lisboa, cidade onde virá a falecer no dia 17 de Maio de 2002.

(...) A Associação Académica vive principalmente de dedicações, de entusiasmos e de energias generosamente dispensadas, cimentadas com o espírito de união que só a capa e batina pode alcançar. (entrevista, 1944)



40 - Francisco Salgado Zenha

Presidência
1944/1945

Data de nascimento
2 de Maio de 1923

Data de morte
1 de Novembro de 1993

Naturalidade
Braga

Curso
Direito

Desde 1936 que na Universidade de Coimbra os estudantes não se faziam representar na Assembleia-Geral nem no Senado. Na Associação Académica estavam também proibidas as eleições para a presidência. Perante o apertado controlo que o Estado passa a exercer sobre a Academia Coimbrã, com a nomeação de Comissões Administrativas e de reitores afectos ao Regime, esta perde autonomia e força.

Em 1944, porém, Arménio António Cardo, bacharel em Direito nomeado para dirigir a Comissão Administrativa do ano lectivo 1944-1945, é suspenso do cargo pelo reitor Maximino Correia, por já não estar inscrito na Universidade.

Em Novembro desse ano, reunido em Assembleia Magna, o Conselho de Veteranos elege assim uma nova direcção, presidida por Francisco de Al-

“Só é vencido quem desiste de lutar”

meida Salgado Zenha, quartanista de Direito, e constituída ainda por Francisco Barrigas de Carvalho, Augusto Amorim Afonso e Laurentino da Silva Araújo, entre outros. A direcção eleita é homologada ministerialmente em Dezembro de 1944, e empossada no dia 13 de Janeiro do ano seguinte.

“Iniciara-se uma nova era, não só nos destinos da Associação Académica mas também na luta pela democracia, período de incontestável importância na vida da Academia de Coimbra e do país”.¹

Eleito pelos colegas

O primeiro estudante a ser eleito directamente pelos colegas, em pleno Estado Novo, chega a Coimbra com apenas 17 anos. Francisco Salgado Zenha traz consigo, desde os tempos da escola, o ideário da defesa e da luta pela liberdade.

“A acção de Zenha vai acabar, con-



tudo, por levantar o problema do carácter 'político' da sua actuação", gerando alguns conflitos com o reitor Maximino Correia e com o Governo.

Durante os cerca de seis meses de actividade, a direcção de Salgado Zenha promove, entre outras, um conjunto de conferências nas quais participam personalidades não afectas ao regime, para além de lutar pela realização do I Congresso dos Estudantes Universitários, "um velho sonho da Academia de tendências políticas mais avançadas".³

Ao mesmo tempo, e por inerência, Salgado Zenha dirige o órgão de comunicação da Associação Académica, o jornal *Via Latina*. Apesar de o ter sido em escassos números, o presidente aproveita para desenvolver um trabalho de consciencialização dos estudantes e ser porta-voz das suas reivindicações. A dinamização e renovação que confere ao jornal são de tal forma importantes e visíveis que, nesse período de tempo, a tiragem sobe de 650 para três mil exemplares.

Salgado Zenha critica os sistemas de avaliação de conhecimentos, os horários e os métodos de ensino, bem como a fraca divulgação cultural, os problemas de alojamento e alimentação. Mas apela também a uma maior participação dos estudantes na vida académica.

Recusa a Salazar

O apogeu do conflito entre Salgado Zenha e o regime acontece em Maio de 1945, quando a direcção da AAC, após consultar os estudantes em Assembleia Magna, se recusa a estar representada na manifestação de apoio a Salazar, por ter mantido Portugal fora da guerra. Dias depois, Maximino Correia informa Salgado Zenha que o ministro da Educação Nacional decidira demitir a direcção da AAC.

"A negação em participar na manifestação foi a marca fundamental do seu mandato. Mas claro que lhe custou muito ser demitido do cargo de presidente", relembra a irmã Maria Darcília.

A exoneração da direcção da AAC é formalmente con-

cretizada pelo governo a 29 de Maio. Nesse dia, reunida em Assembleia-Geral, a Academia aprova uma moção de desconfiança a todas as futuras direcções académicas não eleitas livremente pelos estudantes.

Em Novembro, o Conselho de Veteranos realiza uma reunião para decidir que atitude tomar face à necessidade urgente de uma nova direcção académica, e decide marcar uma Assembleia-Geral para dia 9. Na assembleia mais concorrida até então, os estudantes aprovam algumas moções, nas quais conferem poder ao Conselho de Veteranos para representar a Academia e convocar Assembleias-Gerais sempre que o considere preciso; para além de remeterem para o conselho a realização de três exposições: à Reitoria, ao Ministério da Educação Nacional e ao país, explicando as razões que levam os estudantes a reivindicar eleições livres na Associação Académica.

O Conselho de Veteranos cumpre as decisões tomadas em Assembleia e publica "Comunicado ao País - A Academia de Coimbra reclama eleições livres".

Contas publicadas

Finda a sua passagem pela AAC, Salgado Zenha redige o Relatório e Contas da Direcção que contém, entre outros, um extenso documento no qual o jovem fala da actuação do reitor Maximino Correia e do ministro da Educação, Fernando Pires de Lima. Escreve Salgado Zenha: "temos a consciência dos nossos deveres e responsabilidades. Não queremos condescendências. Não nos sentimos réus. Pelo contrário. Disse-me uma vez S. Ex.(tm) que, apesar de (nessa altura) estar convencido da nossa honestidade, não bastava que Maria fosse honesta, era preciso que também o parecesse. Disse-lhe que, embora me interessasse a opinião alheia, me preocupava mais com a minha consciência, porque senão arriscar-me-ia a não o ser nem a parecê-lo".⁴

Ainda em Novembro, Salgado Zenha publica um opúsculo intitulado "Resposta ao Marques", dirigida ao então vice-pre-

sidente da Comissão Administrativa da AAC, que escrevera uma carta publicada no Diário de Lisboa. A resposta de Zenha, porém, não é inserida no jornal, por motivos de censura.

“Símbolo da mocidade académica coimbrã”, como retratou o jornalista do Diário de Lisboa, Artur Portela, Salgado Zenha participa na fundação do MUD Juvenil (Movimento de Unidade Democrática) em 1946 e faz parte da sua Comissão Central até 1947, ano em que é preso pela primeira vez.

Em resposta às “actividades subversivas contra a segurança do Estado” de que é acusado, a Assembleia Magna decreta luto académico.

Perdido um ano de curso, Salgado Zenha aproveita a estadia na prisão para escrever a tese final de curso sobre o Julgamento de Nuremberga. Assim, em Agosto de 1948 conclui, finalmente, a licenciatura em Direito, com 17 valores. Porém, em virtude das suas convicções políticas, é-lhe interdita a carreira académica.

“Não foi só ele, mas sim pessoas como ele que fizeram com que a sociedade mudasse. E apesar de as mudanças não se darem de um momento para o outro, a mentalidade abriu-se: os portugueses começaram a divergir, a opinar”, conta a irmã.

Sempre na oposição

Concluído o curso, Salgado Zenha muda-se para Lisboa, onde realiza o estágio no escritório de Adelino da Palma Carlos.

Ao mesmo tempo, mantém a atitude de oposição ao Estado Novo e, em 1949, apoia activamente a candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República. É durante a campanha eleitoral que fortalece a amizade com Mário Soares, com o qual voltará a apoiar, em 1958, o candidato contra o regime, o general Humberto Delgado.

Apesar das várias prisões a que esteve sujeito e da proibição de exercer actividades políticas, Salgado Zenha nunca esteve arredado da luta pela democracia, envolvendo-se em diversos movimentos opositores ao regime.

Entre outros, foi membro, por exemplo, da Resistência Republicana e Socialista em 1955, da Associação Socialista Portuguesa em 1965, e membro fundador do Partido Socialista em 1973.

Ainda nos anos 60, volta a exercer a actividade jurídica, distinguindo-se na defesa de várias pessoas acusadas de actividades contra o regime e o colonialismo, e publica uma série de livros para além de subscrever alguns manifestos em prol da democracia.

Em 1971, poucos anos antes do 25 de Abril, é eleito membro do Conselho Geral da Ordem dos Advogados.

Enfim a liberdade

Com a Revolução dos Cravos, em 1974, Salgado Zenha consolida a já intensa actividade política que vinha exercendo desde os tempos académicos. Faz parte dos seis governos provisórios, primeiro como ministro da Justiça e, no final, como ministro das Finanças. Até 1982, integrará também a direcção do Partido Socialista, o Secretariado Nacional, e presidirá ao grupo parlamentar.

Em 1980, devido a opiniões divergentes em torno do apoio ou não à candidatura de Ramalho Eanes à presidência da República, Salgado Zenha entra em ruptura política com Mário Soares. Seis anos depois, ele próprio será candidato à presidência da República, entregando para tal o cartão de militante socialista e afastando-se definitivamente do partido.

Porém, e apesar de ter os apoios do Partido Comunista e



do Partido Renovador Democrático, Zenha não passa à segunda volta.

Arredado da política, este ex-presidente da Associação Académica de Coimbra, apenas voltará a intervir em 1988, com a publicação do livro *As Reformas Necessárias*. Nele, fará uma análise política do Estado português, expondo as ideias que marcaram a sua campanha presidencial de 1986.

Mais tarde, no dia 10 de Junho de 1990, é condecorado com a Ordem da Liberdade.

Sobre Salgado Zenha e o legado que deixou para a Academia e para o país fica sempre algo por dizer. Na luta pela democracia e pela liberdade, ele conseguiu unir os estudantes e os portugueses em prol do “progresso e da dignificação nacional”.⁵ “Uma luta constante, mas sempre com muita dignidade”, recorda a irmã.

Morreu a 1 de Novembro de 1993, em Lisboa.

*(...) Na luta pela Democracia e pela República, a Academia soube estar sempre presente nos grandes momentos da vida nacional, colaborando activamente nos movimentos nacionais por um Portugal mais livre e melhor. A nossa obrigação é retomar essas tradições e honrá-las.*⁶

(1) *Sete anos de luta contra o Fascismo: Academia de Coimbra 1944/1951*, J. Santos Simões.

(2) *Texto de Luís Reis Torgal*

(3) *Texto de Luís Reis Torgal*

(4) *Salgado Zenha, o homem e a liberdade*, Rui de Brito.

(5) *Entrevista ao Diário de Lisboa*, a 3 de Novembro de 1945

(6) *Salgado Zenha, o homem e a liberdade*, Rui de Brito.

41 - Manuel Joaquim Rebelo da Silva

Presidência
1945/1947

Curso
Direito

Após a demissão de Francisco Salgado Zenha, o Governo decide nomear uma Comissão Administrativa, encabeçada pelo estudante de Direito Manuel Joaquim Rebelo da Silva.

No discurso de tomada de posse, em Junho de 1945, Rebelo da Silva afirmou estar satisfeito por tomar conta do cargo num momento tão difícil para a Associação Académica de Coimbra. Defendeu ainda que a Associação devia ser um organismo apolítico, vincando as condições em que o presidente anterior tinha sido escolhido.

A Comissão Administrativa de Rebelo da Silva sofreu grande contestação por parte da Academia. O Conselho de Veteranos publicou um manifesto a anunciar que não considerava nenhuma Associação Académica nomeada, mas sim eleita livremente, e os vários organismos da AAC se manifestaram solidários com o Conselho. Em 1946 houve uma tentativa de eleições, que acabaram por ser suspensas pelo Governo.

Voltou a haver eleições em Fevereiro de 1947. Não se conhece o percurso de Manuel Rebelo da Silva após deixar a Associação Académica, sendo que o seu nome não consta nos ficheiros da Ordem dos Advogados.

52

42 - Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque

Presidência
1947

Data de nascimento
16 de Março de 1917

Data de morte
22 de Janeiro de 1992

Naturalidade
Lisboa

Curso
Matemática



A 16 de Março de 1917 ninguém adivinharia que um dos maiores matemáticos portugueses acabava de nascer em Lisboa. Filho de pai ligado à cavalaria, partilhou o seu tempo entre Coimbra e Lisboa. Os estudos secundários foram realizados nas escolas José Falcão e Júlio Henriques, em Coimbra, e no Colégio Militar, na capital. Por esta época chegou a ser “impedido” do Presidente da República Francisco Costa Gomes. Consta que lhe engraxava os sapatos, facto curioso quando anos mais tarde Costa Gomes decidia ser seu aluno. Os estudos superiores repartiram-se entre a Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC) e a Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, onde, por fim, concluiu a Licenciatura em Matemática em 1939 e em Engenharia Geográfica em 1940. Sempre esteve destinado para seguir a car-

reira militar devido a uma tradição familiar, contudo, como o próprio disse, “uma paixão abrasadora pela matemática” levou-o por outros caminhos. A sua forte consciência social cedo se manifestou. Exemplo é o lema do seu carro da Queima das Fitas: “O mundo caminha para a paz – último comunicado de Genebra”, com uma ironia patente num mundo que em 1939 caminhava a passos largos para a guerra.

Em 1941 entrou na FCTUC como segundo assistente. Logo a partir do primeiro ano ganhou a admiração dos seus alunos graças ao seu espírito jovial pouco comum para a época. Além da carreira académica, em Coimbra teve uma actividade muito intensa, tendo pertencido a júris dos “Jogos Florais” da Queima das Fitas e ao Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, onde criou uma grande amizade com Paulo Quintela. Em 1947 acabou por ser eleito como presidente da DG/AAC, porém, nunca chegou a tomar posse. Tal deveu-se à incompatibilidade com os estatutos que impediam não-estudantes de exercer o cargo.

Uma carreira no ensino

A vida continuou então pela FCTUC, onde travou duras batalhas contra o sistema que teimava em o menosprezar, obrigando-o a renovar contratos anualmente. Em 1948 conseguiu o lugar de professor de Desenho, disciplina cujas aulas funcionavam no Colégio de Jesus, separada das restantes nos Gerais. Dez anos depois, durante o ano lectivo de 1958-1959, e com 42 anos, Luís Albuquerque viria a conseguir doutorar-se com a tese “Sobre a Teoria da Aproximação Funcional”. A admiração dos estudantes era tal que o levaram em ombros aquando desta ocasião.

Desde aí o sucesso foi crescente, atingindo picos como em 1959, quando recebeu uma bolsa pelo Instituto de Alta Cultura para estudar Probabilidades e Estatística em Göttingen, na Alemanha. Em 1966 tornou-se professor Catedrático pela FCTUC e mais tarde pela Universidade de Lourenço Marques, onde também leccionou entre 1968 e 1970. Logo após a Revolução dos Cravos e até 1976 foi governador civil do distrito de Coimbra, o único cargo político da sua vida. Então regressou à UC, tornando-se até 1978 presidente do Conselho Directivo da FCTUC, cargo que já havia exercido em alguns meses de 1974. Foi também vice-reitor da UC entre 1978 e 1982 e director da Biblioteca Geral de 1978 a 1987, ano da sua jubilação. Entretanto foi doutor *Honoris Causa* em História pela Universidade

de Lisboa em 1985. Um ano depois seria director de estudos convidado na École des Hautes Études en Sciences Sociales da Sorbonne, em França.

É um nome referência nacional em diversas áreas. Na Matemática ajudou a desenvolver teorias sobre Álgebra Linear, estando na origem da criação do Grupo de Álgebra em Coimbra e, conseqüentemente, da Escola Portuguesa de Álgebra Linear. Em 1960 apresentou também uma monografia intitulada “Matrizes de Elementos Não Negativos. Matrizes Estocásticas” que influenciaria bastante a Matemática nacional. É também um dos nomes-chave no estudo da Cosmografia e da Cartografia, tendo publicado diversos livros e artigos nestes domínios. É mesmo considerado um dos mestres da História dos Descobrimentos. Muitos chegaram a pensar que esta seria a sua verdadeira vocação devido ao tempo que lhe dedicava. Além de tocar piano, também se interessou pela literatura, debatendo-a com grandes personagens como Fernando Pessoa ou Vergílio Ferreira. Desde jovem sempre frequentou tertúlias no Café Central ou n’A Brasileira, arriscando a sua liberdade enquanto opositorista ao regime salazarista.

Uma das épocas em que mais o fez foi no lustre entre 1948 e 1953. Durante este período escreveu integralmente algumas edições da revista *Vértice* para impedir a sua extinção, chegando a usar dez heterónimos diferentes. Para contornar a censura aos artigos, Luís Albuquerque usava um pouco de astúcia para tornar o chefe da PIDE mais benevolente no manuseio da caneta vermelha.

O matemático tinha duas grandes paixões: o futebol da Académica e bons carros. Assim, quando a Académica ganhava, Luís Albuquerque aparecia na PIDE à segunda-feira quando todos estavam contentes com o futebol. Quando perdia, levava um dos seus melhores carros para conseguir impressionar quem lhe corrigisse os textos. A verdade é que, graças a ele e a estas estratégias, a revista sobreviveu e conseguiu fazer críticas sub-reptícias ao regime. Mesmo depois de a deixar, o seu papel na oposição continuou, estando presente entre os professores opositores a Salazar durante a Crise Académica de 1962.

Já jubilado organizou e participou em diversas actividades e publicou inúmeras obras. A maior delas foi a colecção “Portugal no Mundo” de 1989. Dois anos depois era vítima de acidente cardio-vascular, acabando por falecer no Hospital de Marinha a 22 de Janeiro de 1992.

*Albuquerque
foi eleito
presidente
da Associação
Académica em
1947, no entanto
a imposição
estatutária
impediu-o
de tomar posse,
por já não
ser estudante*

43 - Augusto Amorim Afonso

Presidência
1947/1949

Data de nascimento
27 de Setembro de 1917

Data de morte
4 de Maio de 2002

Naturalidade
Almeida (Guarda)

Curso
Medicina



No concelho de Almeida, distrito da Guarda, nascia a 27 de Setembro de 1917 um dos futuros nomes sonantes da AAC. Augusto Amorim Afonso vai para Coimbra nos anos 40 estudar Medicina. Nesta época conturbada, manteve-se na presidência da AAC por dois mandatos. Com ele foi criado o Lar do Estudante, lugar onde os atletas da Briososa mais carenciados tinham um sítio para repouso e ajuda. A sua inscrição na AAC remonta a 27 de Setembro de 1946 (dia do seu 29.º aniversário), tornando-o no sócio número quatro.

Em 1948 concluiu o seu curso, tendo prosseguido com a carreira no Alentejo, na vila de Monforte. Aí trabalhou cerca de seis anos a convite de José Sampaio, seu amigo de Coimbra e então presidente da Câmara Municipal de Monforte. A etapa profissional seguinte desenrolou-se em Portalegre, cidade que, aliás, seria a da sua vida. Pouco tempo depois casar-se-ia com Maria Teresa Coelho Sampaio de Amorim Afonso, sobrinha de um ex-guarda-redes da Académica, Armando Sampaio. Mesmo no Alentejo profundo, Augusto Amorim Afonso manteve grandes laços com Coimbra. Para ele esta sempre foi a cidade do seu coração. Prova disso são os inúmeros contactos que manteve toda a vida com amigos de Coimbra, so-

*Apesar de se
ter instalado
em Portalegre,
Amorim Afonso
manteve sempre
grandes laços
com a cidade
de Coimbra*

bretudo ligados ao futebol da Académica. A cada cinco anos eram presença na sua casa de Portalegre, de modo a não deixar cair o laço. Nesses dias disputava-se uma partida de futebol com o Desportivo de Portalegre, clube da terra, também por ele dirigido e medicamente assistido.

No entanto, a sua passagem por Portalegre significou mais que o simples exercício da Medicina. Além de ter prestado cuidados médicos ao município, também o fez aos Correios, à Fábrica da Robinson, à PSP e aos Bombeiros Voluntários de Portalegre. A cidade também lhe deve os esforços na fundação do seu hospital, assim como na criação do serviço de sangue e de cuidados intensivos. Nunca recusava uma consulta a uma família, independentemente da hora. Na verdade, era inclusive conhecido pela carinhosa alcunha de “Médico dos Pobres”. A Câmara Municipal de Portalegre, além de o registar na toponímia de uma das ruas da cidade, também lhe atribuiu a Medalha de Ouro de Mérito Municipal. Pouco tempo depois a cidade descerraria um busto seu numa das principais praças. Nessa cerimónia de emoção latente, foram milhares os que nela participaram, assim como em outros jantares prestados em sua homenagem.

44 - Fernando Pereira Rebelo

Presidência
1949/1950

Data de nascimento
1919

Data de morte
2002

Naturalidade
Gouveia

Curso
Direito



Cidadão natural de Gouveia, Fernando Pereira Rebelo nasceu em 1919 no seio de uma família de tradições republicanas. Em Coimbra participou activamente na vida associativa, pois além de ter dirigido a AAC, também esteve ao comando do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra e ligado ao desporto. Foi democraticamente eleito presidente da DG/AAC em 1949 num clima conturbado de oposição ao regime, movimento ao qual ele cedo se ligou.

O seu mandato ficou marcado por dois momentos distintos. No contexto da construção da cidade universitária, a Bastilha tão querida aos estudantes teria de ser demolida. A AAC viu-se assim transferida para o Colégio dos Grilos (na Rua da Ilha) em Agosto e a antiga sede destruída entre Setembro e Dezembro. A pedido de Fernando Pereira Rebelo, o portal do edifício foi deixado até ao dia 25 de Novembro, data das comemorações da Tomada da Bastilha. Nessa noite, os archotes foram acesos e os estudantes despediram-se do local com uma serenata. O segundo momento foi o discurso por ele proferido na Sala dos Capelos, no contexto das homenagens da Academia de Coimbra ao Professor Egas Moniz em 1950. A importância é realçada quando se tem em conta que nesta época era raro os estudantes terem a palavra neste tipo de cerimónias.

*Era o presidente
da Associação
Académica de
Coimbra
aquando da
demolição da
Bastilha
e transferência
da Associação
para o Colégio
dos Grilos*

A sua tese de licenciatura na FDUC foi sobre “a aplicação dos conceitos psicanalíticos ao estudo do crime”, temática bastante à frente do seu tempo. A advocacia foi, de facto, a profissão que moveu a sua vida. No entanto, foi também um escritor ligado aos movimentos literários neo-realistas dos anos 40 e 50, chegando a publicar, em 1942, o livro *Contos e Poemas*. Porém, a actividade que marcaria o seu nome na história da Madeira do século XX foi a de político contestatário ao regime. No segundo comício de oposição democrática às eleições de Outubro de 1969, Fernando Pereira Rebelo disse apaixonadamente: “Não fazemos da política profissão e move-nos apenas o amor à liberdade e o desejo de uma pátria melhor”.

Durante anos lutou contra a ditadura e quando a democracia chegou tornou-se até 1975 no primeiro governador democrático da Madeira, ilha que entretanto o acolhera. Aí fez vida com Amélia Carreira, com quem esteve casado mais de 50 anos. Reconhecido em várias homenagens, a mais alta veio em 1999, quando recebeu as insígnias de Grande Oficial da Ordem da Liberdade. A gratidão da região pelo seu serviço enquanto político democrático e cidadão activo ficou patente com os dois dias de luto regional decretados aquando do seu falecimento, em 2002.

45 - Joaquim António dos Santos Simões

Presidência
1950/1951

Data de nascimento
12 de Agosto de 1923

Data de morte
23 de Junho de 2004

Naturalidade
Penela (Coimbra)

Curso
Ciências Matemáticas



O concelho de Penela via nascer a 12 de Agosto de 1923 Joaquim António dos Santos Simões. Foi um homem que toda a vida teve uma ligação muito forte ao mundo do teatro, tanto na região de Coimbra como na de Guimarães. Logo no período entre 1939 e 1948 participou na reconstrução da filarmónica local. Em Coimbra dará grandes passos a partir de 1946, através da participação activa no Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra (TEUC) onde foi encenador, director, ensaísta e actor. No ano lectivo seguinte torna-se mesmo seu tesoureiro e em 1949 seu presidente, cargo que ocupará até 1952. Com o TEUC envolve-se bastante na vida estudantil, e com ele faz várias digressões um pouco por todo o mundo. A sua participação cultural também existiu no Diário de Coimbra, onde escreveu vários artigos, muitas vezes com o pseudónimo Argos.

Em Coimbra, a participação na política juvenil também foi muito forte. Logo desde 1944 começou a participar nas manifestações estudantis que pediam mais liberdade para a AAC. Dois anos depois estava integrado nas actividades do Movimento de Unidade Democrática (MUD) Juvenil. Esta sua envolvimento no activismo estudantil levou-o a ser eleito pela Assembleia Magna para uma Comissão Directiva da AAC em 1949. No ano seguinte entrava como vogal na Direcção-Geral para nela redigir o Relatório e Contas da AAC. Em 1950-1951 foi finalmente eleito para seu presidente. Durante o seu mandato pautou-se sempre por tentar encaminhar a Academia contra o adormecimento político. Nele também se inaugurou o Museu Académico de Coimbra, no Palácio dos Grilos. Por fim, Joaquim dos Santos Simões licenciou-se em Ciências Matemáticas e Engenharia Geográfica no final desse ano lectivo.

Os anos seguintes caracterizaram-se pelo ensino particular em Coimbra e pela participação em diversas associações culturais e desportivas da cidade. Em 1956 casar-se-ia com Maria Açucena Matias das Neves, com quem teria dois filhos. Seria no ano seguinte que a sua vida da-

ria a grande volta, ao partir para o Minho para leccionar na Escola Comercial e Industrial de Guimarães. Aí reinicia a sua actividade teatral através da participação no teatro amador que reestrutura ao fundar o Teatro de Ensaio Raul Brandão (TERB). Esteve à frente deste projecto durante mais de 36 anos.

A década de 60 no Norte foi muito agitada politicamente para Joaquim dos Santos Simões. Logo em 1961 era demitido do ensino público devido à sua actividade política na oposição. Só voltaria à sua escola em 1974, após a revolução. Após anos de luta é detido pela PIDE em 1968. Com o fim da ditadura empenhou-se na construção das instituições democráticas, participando no Movimento Democrático Português (MDP/CDE). O seu partido chega mesmo a propô-lo para governador civil do Distrito de Braga, mas António Spínola rejeita-o. Em 1975 foi membro da Comissão Instaladora da Universidade do Minho, de cujo Senado faria parte em 1985. A Cooperativa “O Povo de Guimarães” também é em parte obra sua. Em 1978 foi a Budapeste representar Portugal na reunião do Conselho de Paz. Já na década de 80, escreveu o guião, realizou e legendou o filme “Rio de Couros”. Foi ainda presidente do Conselho Directivo da Escola Secundária Francisco de Holanda, a mesma para onde entrara em 1957, agora com um nome diferente.

A partir de 1990 a sua vida entra numa nova fase. Nesse ano é eleito presidente da Sociedade Martins Sarmiento, cargo que ocupará durante vários anos. Esta foi a década do seu reconhecimento. Em 1991 recebeu a medalha de ouro da Cidade de Guimarães e em 1996 recebeu do Presidente da República o Grande-Oficialato da Ordem do Infante D. Henrique. Nesse ano o Centro de Ocupação da CER-CIGUI foi também baptizado com o seu nome. Foi presidente da Assembleia-Geral desta Cooperativa durante 20 anos. Em 2004, poucos dias antes de falecer, a Escola Secundária de Veiga também receberia o seu nome. Faleceria no Hospital de Fafé no dia 23 de Junho.

46 - Carlos Augusto Corrêa Paes d'Assumpção

Presidência
1951/1952

Data de nascimento
1 de Março de 1929

Data de morte
20 de Março de 1992

Naturalidade
Macau

Curso
Direito



No primeiro dia de Março de 1929 nascia em Macau aquela que viria a ser uma das suas principais figuras. Carlos Augusto Corrêa Paes d'Assumpção era descendente de uma família nobilitada pelo trabalho e enraizada no território macaense havia já algumas gerações. Na década de 40 mudou-se para Coimbra, onde conseguiu ser eleito para a presidência da DG/AAC. Este foi um grande feito, sem dúvida, numa época em que os estudantes vindos das províncias ultramarinas eram algo menosprezados. A sua presidência insere-se numa época em que a cidade adormece um pouco no que diz respeito às lutas estudantis. No entanto, vale a pena ressaltar um episódio em que futricas e estudantes se confrontaram na Baixa de Coimbra. A PSP interveio para manter a ordem, levando vários estudantes a receber tratamento hospitalar. A DG/AAC emitiu um comunicado onde acusou a PSP de ter sido parcial, atacando unicamente quem vestisse capa e batina. A situação amenizou e acabou por cair no esquecimento. Consta que terá sido um jovem com um bom sentido de humor que entretinha os seus conterrâneos macaenses na casa onde todos viviam.

A nível académico, Antunes Varela disse, numa homenagem prestada a Carlos d'Assumpção, que foi um “dos alunos mais distintos que passaram pelas aulas da Faculdade”. Com efeito, nesse ano de 1951, defende a tese sobre as “Obrigaçãoes Naturais”, licenciando-se

*Paes
d'Assumpção
chegou a
presidente da
AAC quando
os estudantes
vindos das
províncias
ultramarinas
eram um pouco
menosprezados*

com 17 valores. O nível elevado dos seus conhecimentos levou-o a ser convidado a frequentar o 6.º ano jurídico, reservado aos melhores. Mais tarde acaba por ser convidado a leccionar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, preferindo, porém, exercer advocacia em Macau. Essa distinção seria notável ao longo da sua vida e as várias figuras que com ele contactaram mais tarde o confirmariam. António de Almeida Santos referiria na homenagem supra-referida “a excepcional qualidade dos seus trabalhos jurídicos (...) [e o seu] profundo conhecimento da jurisprudência e da doutrina”.

Apesar de ter seguido a sua vida na cidade asiática, Coimbra nunca lhe saiu do coração. Ali voltou várias vezes, até porque era na Figueira da Foz, terra da sua esposa Maria de Lurdes Corrêa Paes d'Assumpção, que passava a maioria das férias de Verão. Até ao 25 de Abril era comum estar pelo continente, uma vez que ocupou diversos postos de direcção a nível nacional e, sobretudo, na administração de Macau. Com a revolução, as suas atenções fixaram-se no Oriente, tornando-se um dos cidadãos mais proeminentes da antiga colónia portuguesa. A sua figura permitiu em diversas ocasiões um consenso generalizado entre as comunidades portuguesa e chinesa. Foram várias as homenagens que lhe prestaram ao longo da sua vida. Carlos Paes d'Assumpção faleceu a 20 de Março de 1992.

47 - Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes

Presidência

1952/1953 e 1954/1955

Data de nascimento

11 de Janeiro de 1925

Data de morte

20 de Setembro de 2005

Naturalidade

Torres Vedras

Curso

Direito



Na região Oeste, em Torres Vedras, nascia a 11 de Janeiro de 1925 Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes. Em Coimbra estudou Direito, mas o espírito interventivo que então já apresentava levou a que também fosse eleito presidente da DG/AAC para dois mandatos (1952-1953 e 1954-1955). Durante os seus mandatos promoveu algumas acções importantes, de entre as quais se destaca o assalto ao Instituto de Coimbra. Na época esta era uma instituição com grande prestígio científico e social, que funcionava num edifício ao lado do Palácio dos Grilos, sede da AAC. Com falta de espaço para trabalhar, os estudantes decidiram mostrar a sua capacidade de acção, ocupando o prédio vizinho. O objectivo era fazer pressão junto da Universidade para que fizesse avançar o projecto de uma nova sede para a AAC.

*Moura Guedes
foi o primeiro
presidente da
AAC com dois
mandatos não
consecutivos, em
1952/53 e em
1954/1955*

Afonso de Moura Guedes coordenou todas as acções. Já dentro do Instituto telefonou ao reitor avisando-o do sucedido e fazendo um ultimato. O edifício só seria abandonado quando ficasse explícito que a nova sede da AAC iria avançar. O reitor Maximino Correia não teve outra hipótese senão telefonar ao ministro da Educação e, assim, obter um compromisso relativamente às tão esperadas obras. Na verdade, a sua maior preocupação não era o interesse dos estudantes, mas sim abafar o escândalo que denegriria a imagem da Academia. Em Assembleia Magna, realizada de urgência no próprio edifício ocupado, os estudantes decidiram confiar no reitor e parar a invasão. O número de estudantes ocupantes era tal que chegou para o quórum necessário à votação.

Poucos dias depois, Moura Guedes recebia do correio uma carta prove-

niente da presidência do Conselho de Ministros. Nela vinha uma nota de Salazar e um bilhete de ida e volta para Lisboa a fim de se discutir pessoalmente os contornos do projecto. Em Lisboa foi-lhe mostrado um despacho onde se dava autorização para as obras da nova sede da AAC. O objectivo parecia conseguido. No entanto, a ideia não saiu do papel e foi precisa uma segunda acção de ocupação para mostrar o poder da AAC. Essa seria concretizada no mandato seguinte e ficaria conhecida como Segunda Tomada da Bastilha.

Nos seus mandatos, além de se terem redigido novos estatutos para a AAC, também se gerou um diferendo entre a Secção de Futebol e o Sport Lisboa e Benfica. Este conflito atingiu grandes dimensões, ao ponto de levar ao corte de relações entre os dois clubes.

A poesia fez também parte da sua vida, deixando antever outros aspectos da sua personalidade. Em Coimbra publicaria o primeiro livro, intitulado *Cidade Longínqua*, possível graças ao dinheiro que ganhou com o primeiro prémio dos Jogos Florais da Queima das Fitas. Mais tarde publicaria ainda *Estes vários aquários* e *A cor do vento*. Em Coimbra conheceria a sua esposa, Maria Filomena Moura Guedes, no contexto do Conselho Cultural. Também ela teve uma forte actividade na AAC ao ter representado a Faculdade de Direito no primeiro Conselho Feminino eleito.

Com a conclusão do curso, Afonso de Moura Guedes parte para o exercício da advocacia, repartido entre Torres Vedras, Lourinhã, Peniche e Bombarral. Mesmo depois de deixar o associativismo manteve uma forte intervenção cívica e cultural durante a sua vida de adulto. Mais tarde funda a SEDES (Associação para o Desenvolvimento Económico e Social) e faz parte do seu Conselho Coordenador. Durante a Primavera Marcelista participa activamente no Congresso dos Liberais para, após o 25 de Abril de 1974, integrar o grupo fundador do Partido Popular Democrático (PPD). Aí foi eleito deputado à Assembleia Constituinte e por várias vezes à Assembleia da República. Em 1976 foi também coordenador nacional das eleições autárquicas.

Ao longo da sua vida, e pelo PSD, seria ainda líder distrital da Área Oeste de Lisboa e presidente do Grupo Parlamentar do Governo da Aliança Democrática, entre outros. O cargo político mais importante que ocupou foi o de governador civil de Lisboa entre Julho de 1983 e Dezembro de 1991. Em 1998 adoeceriu gravemente, acabando por falecer na sua casa, de Torres Vedras, a 20 de Setembro de 2005.



48 - Fernando Mendes Silva

Presidência
1953/1954

Data de nascimento
22 de Janeiro 1930

Data de morte
31 de Maio de 1992

Naturalidade
Coimbra

Curso
Direito

Se a história da sede da AAC tem nomes, Fernando Mendes Silva é um deles. A 22 de Janeiro de 1930 nasceu em Coimbra, cidade à qual ficaria para sempre ligado. Ingressou em Direito na Universidade de Coimbra em 1949-1950 e conquistaria a presidência da AAC em 1953. À época, as várias secções tinham graves necessidades de espaço, tornando urgente a mudança de instalações da Académica, ainda no Palácio dos Grilos. A sua direcção procurou e propôs todos os espaços possíveis (inclusive a penitenciária e o quartel), sendo-lhes sempre negados. A urgência levou a um episódio conhecido como a Segunda Tomada da Bastilha. A AAC, que até então ocupava apenas o piso inferior do edifício, viu-se obrigada, no dia 4 de Abril de 1954, a ocupar os pisos superiores, reservados à Universidade, e onde se situavam os quartos outrora pertencentes ao Cardeal Cerejeira e a Salazar. Desta forma, todo o edifício passou a ser ocupado pelos estudantes, ainda assim sem resolver os seus problemas.

Entretanto, algumas conversações no sentido de ter um novo espaço já se haviam iniciado, com um episódio caricato. Quando menos esperavam, passando ao lado da Faculdade de Medicina, Bissaya Barreto chama-os de uma janela. Do alto do edifício aponta para um terreno, em baixo da colina universitária, onde se situava o “Ninho dos Pequenitos”. Aí existia todo um conjunto de infra-estruturas de apoio à mãe e à criança. Sem meias palavras e ao saber que os estudantes procuravam um local para a nova sede, Bissaya Barreto sugeriu a venda do espaço à AAC por seis mil contos. Esta foi uma proposta propositada, pois a intenção secreta era torná-la incomportável. O objectivo real de Bissaya Barreto não era vender o terreno mas sim fazer uma troca. Os estudantes ajudá-lo-iam a conquistar um terreno do Estado mal aproveitado conhecido por Quinta da Rainha (onde hoje se situa a maternidade com o seu nome), e ele dar-lhes-ia gratuitamente o espaço ocupado pelo “Ninho dos Pequenitos”.

Assim foi: poucos dias depois, a Direcção da AAC propôs-se a falar com o então ministro da Defesa, o General Santos Costa, pessoa muito aficionada do futebol da Académica e presente nos seus jogos a cada 15 dias. A estratégia era clara: cada vez que o ministro viesse a Coimbra ver futebol, alguém estaria no estádio pedindo-lhe que falasse com o presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar. Na primeira semana foi exposto o problema. Duas semanas depois o ministro regressava pedindo um projecto o mais completo possível sobre as necessidades da AAC. No espaço de tempo até ao jogo seguinte foi preparado um documento exaustivo, com todos os problemas estruturais das secções intitulado “Exposição da Academia de Coimbra”. Após nova reunião com Bissaya Barreto ficou também assente que um novo teatro dos estudantes deveria ser criado nas futuras instalações da AAC. O problema de tal projecto foi sobretudo conciliar as necessidades de cada secção dentro de um mesmo espaço. No entanto, no jogo seguinte, o projecto seguia para Lisboa nas mãos do ministro Santos Costa.

Algum tempo depois, Bissaya Barreto voltava a chamar os estudantes ao seu gabinete para lhes mostrar um documento secreto. Nele, Salazar escrevia: “fui a Coimbra e verifiquei que os rapazes têm razão”. Enfim, tudo aparentava estar nos caris. Nesses dias o ministro das Obras Públicas, Arantes Oliveira, dirigiu-se a Coimbra para ter uma reunião com os estudantes e o reitor Maximino Correia. Este último esteve sempre contra a AAC no processo, dificultando algumas negociações. Em tom jocoso, terá mesmo perguntado se, uma vez que cada secção queria o seu espaço, a Secção de Aeronáutica não precisaria também de um aeródromo só para ela. Fernando Mendes da Silva, com prontidão, afirmou não haver tal pretensão, mas que a Secção de Campismo já estava a contar com um monte. Não se encontrando um consenso, Arantes de Oliveira terá pedido um novo projecto.

Em pouco tempo os planos foram refeitos e entregues ao reitor Maximino Correia. Este, mais uma vez, demonstrou não pretender colaborar, deixando o projecto na gaveta e partindo para Espanha. Ainda assim, os estudantes não desanimaram, vestiram capa e batina e entregaram o projecto pessoalmente em Lisboa. Desta forma, pôde ser apreciado e aprovada a construção do edifício de autoria do arquitecto Alberto Pessoa, com jardins do arquitecto paisagista Gonçalo Ribeiro Teles. No final da década, a AAC mudar-se-ia para as novas instalações, construindo-se assim uma nova centralidade da cidade e da vida estudantil, que ainda actualmente se mantém.

Em 1954 termina a sua licenciatura para se dedicar à advocacia em Coimbra, Condeixa e Soure. Contudo, dez anos depois funda a empresa “Solum, Construções de Coimbra”, para construir a Unidade Residencial do Calhabé (URC), actual Bairro Residencial da Solum. Este novo projecto significou o fim do exercício da advocacia, para iniciar uma dedicação total à implementação de ideias arquitectónicas modernas nas cidades. Os seus princípios base foram sempre os de Le Corbusier, presentes na sua Carta de Atenas de 1942. Isto queria dizer que Mendes Silva primava pelas quatro ideias base do arquitecto – habitar, trabalhar, recriar e circular –, tendo por princípio um melhor arranjo das ruas, mais verdes e alinhadas, acompanhado de edifícios mais iluminados pelo sol e melhor equipados. Durante mais de 30 anos ocupará funções no projecto da URC. As obras valorosas para a cidade deram-lhe o voto reconhecido dos eleitores nas eleições autárquicas de 1983, desempenhando o cargo de presidente da Câmara Municipal de Coimbra até Dezembro 1985.



A sua ligação ao desporto será sempre constante. Ao longo de 14 anos desempenhou o cargo de delegado distrital da Direcção-Geral dos Desportos. Aí lutou pela incrementação da prática desportiva em idade escolar e do desporto para todos. Em 1990 toma posse como presidente da Direcção da Associação Académica de Coimbra/Organismo Autónomo de Futebol (AAC/OAF). Cumpre um mandato com sucesso e é mesmo eleito para um segundo em 1992. Num ano e meio a estrutura organizacional foi alterada, tornando-a mais funcional. Também as infra-estruturas foram melhoradas. No entanto, este mandato termina antes do previsto pois a 31 de Maio de 1992, Fernando Luís Mendes Silva morre num acidente de viação, quando ia assistir a um jogo da equipa a Viseu.

49 - António Manuel Ferreira de Mascarenhas Gaivão

Presidência
1950/1951

Data de nascimento
14 de Agosto de 1928

Data de morte
2002

Naturalidade
Beira (Moçambique)

Curso
Ciências Matemáticas

António Manuel Ferreira de Mascarenhas Gaivão nasceu na Beira, Moçambique, a 14 de Agosto de 1928. No início dos anos 50 coube-lhe a difícil tarefa de ir estudar Ciências Matemáticas para a metrópole, onde os provenientes das províncias ultramarinas não eram igualmente respeitados. Ainda assim, ao fim de alguns anos, torna-se presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra. Numa década marcada por Direcções-Gerais basculantes entre a direita e a esquerda, a de António Gaivão conseguiu gerar um clima de consenso entre os estudantes. Dotado de uma personalidade forte e séria, geriu a AAC o melhor que pôde, apesar do forte controlo governamental que então se vivia.

No seu mandato chegou a negociar com o Governo em algumas questões antagónicas, conseguindo que se anunciasse na imprensa o início das obras da nova sede da Académica de Coimbra. Foi também presidente da Assembleia Magna em 1955-1956, época de graves problemas entre a Academia e o poder central, devido à questão do Decreto 40900. Como piloto aviador civil que era, foi membro fundador do Centro Aeronáutico da AAC. De Coimbra sairia em 1956, após se licenciar, regressando a Moçambique.

Até 1975 a sua vida desenrolou-se em Lourenço Marques, onde ocupou o cargo de director da Companhia de Seguros Nautilus, do Banco Nacional Ultramarino e do jornal diário Notícias. Em 1974, após a revolução, foi também ministro da Economia do primeiro Governo Transitório moçambicano. Pouco depois acabaria por sair de África em direcção à Argentina e ao Chile onde trabalharia na área dos seguros. Lisboa foi a cidade onde passou a sua reforma até falecer em 2002.

50 - Manuel Pinho Rocha

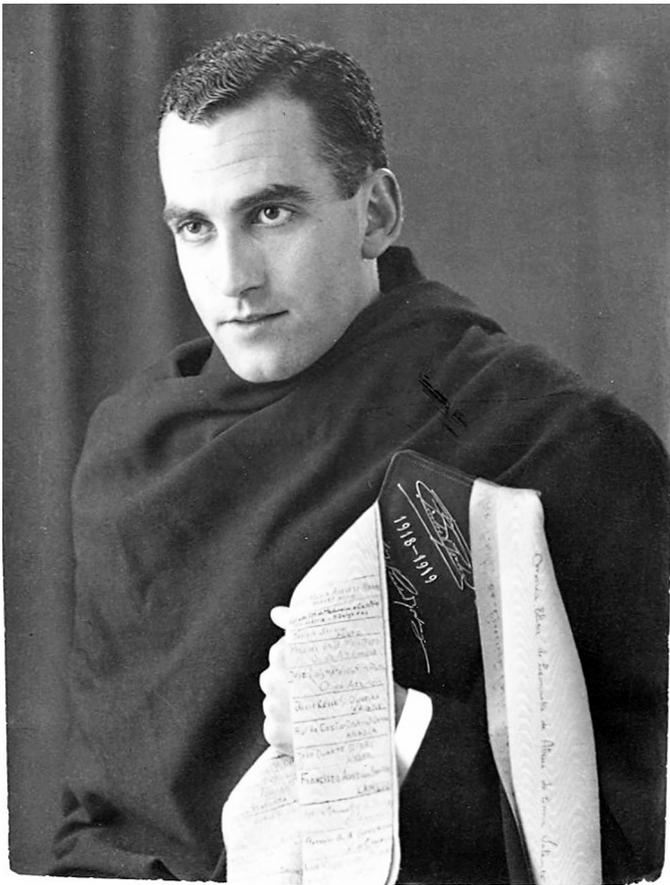
Presidência
1953/1954

Naturalidade
Oliveira de Frades

Curso
Medicina

Natural de Oliveira de Frades, Manuel Pinho Rocha foi para Coimbra estudar Medicina sem saber que estaria presente num dos períodos mais importantes da história da Academia na década de 1950. O seu mandato enquanto presidente da DG/AAC teve dois momentos principais: a quebra da tradição por um professor e o impacto do decreto 40900 na Academia.

O primeiro foi provocado pela quebra de uma velha tradição da Academia conhecida por “tourada”. Esta consistia na mobilização de um caloiro para gozar com um professor catedrático aquando da sua primeira aula. Durante 10 ou 15 minutos, a cena desenrolava-se perante uma sala cheia de estudantes. A certa altura, um de entre eles terminava com a brincadeira colocando as fitas sobre a cabeça do professor, cena seguida de palmas e cumprimentos respeitosos. Esta tradição era ainda complementada com um almoço num restaurante onde o toureado deveria pagar a refeição ao caloiro e ao finalista que o havia protegido. Este era um dia recheado de emoção e importante na entrada para o mais alto nível da docência na universidade. Acontece que, durante o seu mandato, Manuel Pinho Rocha viu-se confrontado com a recusa de um professor da Faculdade de Letras em ser toureado. A reacção imediata foi o declarar de greve pelos seus alunos que acabaram por levar com eles toda a faculdade. Sem saber como lidar com a situação, a Reitoria recorreu à AAC para mediar. Apesar de todos os seus esforços junto de outros professores, a Direcção-Geral nada pôde fazer. Nesta altura, o ministro da Educação, Leite Pinto, decidiu intervir no assunto, dirigindo-se a Coimbra. Após um almoço com professores e alunos, ele próprio acabou por sair gozado, sobretudo por docentes que não concordavam com a intervenção ministerial. Por fim, o professor que desencadeou toda a situação aceitou ser toureado,



desde que pudesse dar a sua opinião. No dia, antes que ele pudesse exprimir-se, um quintanista meteu-lhe as fitas na cabeça e saíram da sala em silêncio, juntamente com a pouca assistência.

Conflitos com o Governo

A segunda situação foi uma das maiores controvérsias da década e mesmo da história da Academia. O decreto número 40900 era uma lei que o Governo pretendia fazer aprovar com o objectivo de controlar mais facilmente o associativismo juvenil. Na prática, qualquer nova direcção teria de ser aprovada pelo Ministério, deixando assim margem de manobra ao Estado para controlar a sua composição. Perante esta afronta, os estudantes organizaram-se e prepararam-se para ripostar. Como Porto e Lisboa não tinham associações académicas com peso, coube à AAC liderar esta luta com o apoio dos professores e do Conselho de Repúblicas. A primeira acção foi uma grande manifestação em frente à Reitoria da Universidade de Coimbra, onde os estudantes pediram o apoio do reitor Maximino Correia na revogação do decreto. Com esse objectivo conseguido, seguiram em marcha silenciosa para o Governo Civil, onde Manuel Pinho Rocha e António Mascarenhas Gaivão (então presidente da Assembleia Magna) tiveram

*A discussão do
Decreto n.º 40900
marcou o
mandato de
Manuel Pinho
Rocha, que
lutou pela
manutenção
da autonomia
pelas associações
académicas*

uma reunião com o governador civil. Mais tarde, a convite do ministro da Educação, foram ambos recebidos em Lisboa, no seu gabinete, para conversarem pessoalmente. Leite Pinto não estava de todo receptivo às ideias do presidente da AAC, que levava o discurso bem preparado com a ajuda de um professor da Faculdade de Direito. Para mostrar superioridade, o ministro tratou-os sempre por tu e ainda ousou dizer, quando os seus convidados saíram do gabinete, “você parece que afinaram”, convencido que havia ganho a batalha. Os estudantes nada responderam, prometendo a si mesmos futuras acções com mais força.

A situação começou a mudar quando antigos estudantes da universidade usaram da sua influência para levar o decreto à Câmara Corporativa para ser reprecariado. Este recuo levou a descontentamentos dentro do próprio meio político, que não via com bons olhos as acções de campanha dos estudantes no país. Por fim, o decreto foi enviado para a Assembleia Nacional. Manuel Pinho Rocha e António Mascarenhas Gaivão dirigiram-se então a São Bento para o veredicto final sobre o projecto governamental. A votação dos deputados acabaria por fazer cair o decreto e por dar uma grande vitória aos estudantes, algo quase inédito na época. Isto significava que,

apesar do regime em que estavam inseridas, as associações académicas continuaram a conseguir usufruir de alguma autonomia em relação ao poder central.

No fim do curso, Manuel Pinho Rocha e os colegas levaram à cena uma récita de despedida chamada “Parto a rir”. O nome deve-se a um trocadilho de época entre o verbo partir – uma vez que partiam da cidade – e o verbo parir, pois a Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra era então uma pioneira na obstetrícia e no chamado “parto sem dor”. Nesta peça de teatro foram caricaturados os vários Mestres que os haviam guiado no curso. Sempre recheada de irreverência e humor, esta récita foi o recuperar de uma tradição que se ia perdendo no tempo. Para fazer ver o ministro como era possível criticar sem ofender, os finalistas convenceram o reitor a convidá-lo para a peça. Como é óbvio, também ele foi alvo de uma caricatura ao som de uma música brasileira. Perante o ministro incrédulo, os finalistas cantaram: *Eu lhe dei para pagar cinquenta paus / E você me deu de troco três e trezentos / E você me quis voltar 40900 / Mas sua conta está errada / 40900 /*

Terá que modificar / 40900 / Terá que a revogar / 40900 / Olha o troco / 40900 / Olha o troco / 40900 / Olha o troco / 40900... Leite Pinto saiu indignado e sem compreender porque os professores não se insurgiam contra semelhante espectáculo. A verdade é que este foi um sucesso, obrigando os estudantes a repeti-lo no Teatro Avenida, que esgotou em ambas as vezes.

Dedicação à Medicina

Após terminar o curso, Pinho Rocha foi convidado por um professor da Faculdade de Medicina do Porto a rumar ao Norte do país, para iniciar os estudos em oftalmologia e começar a trabalhar num novo serviço que iria abrir no Hospital de São João. No entanto, acabou por ficar no Hospital de Santo António, local onde fez o estágio

Esteve na génese do Serviço de Oftalmologia do Centro Hospitalar Aveiro-Norte, sedado no Hospital Distrital de Oliveira de Azeméis. Posteriormente fundou, com um colega de estágio, a Clínica Oftalmológica da Rotunda, no Porto, que ainda existe ao fim de mais de quatro décadas.



51- Ruy Edmundo Vasconcelos Pereira Alvim

Presidência
1957

Data de Nascimento
15 de Junho de 1928

Data de Morte
Abril de 2009

Naturalidade
Lisboa

Curso
Direito



Ruy Alvim com o ministro da Educação, Santos Costa

Após quatro anos nas Forças Armadas, Ruy Alvim voltou a Coimbra para estudar Direito em 1955. Já por lá havia passado uns anos antes, mas o dever perante o Estado obrigou-o a interromper os estudos e a prestar serviço militar na Escola Prática de Infantaria em Mafra. Em 1957 foi então eleito para a Direcção da AAC.

A sua passagem pela Academia ficou marcada pela forte promoção dos temas nacionalistas. Tal devia-se à orientação de direita da sua lista, formada maioritariamente por estudantes fascistas. Esta foi também a época de afirmação do basquetebol da Académica – vencedor de diversos campeonatos nacionais desde 1949 – que não progredia mais por falta de melhores profissionais. Com Armando Rocha, dirigente desportivo da AAC, Alvim foi recebido em Lisboa pelo ministro Santos Costa, também ele adepto da Briosa. A audiência teve como objectivo tentar arranjar um treinador americano para a secção de basquetebol. Passados uns dias Santos Costa foi a Coimbra a convite da DG/AAC. Antes de regressar a Lisboa, o ministro garantiu a Alvim: “o homem já veio e está aí”, deixando entender que havia trazido com ele um novo treinador para o basquetebol universitário. Este era Richard Hockenbury, um sargento americano.

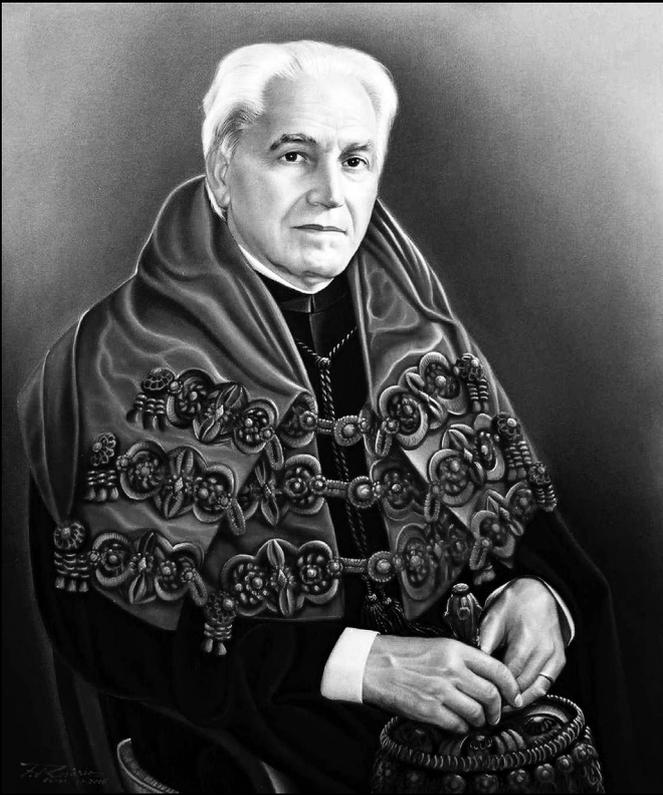
Mesmo após Coimbra, a sua presença marcou todos os locais por onde passou, pois era dotado de uma personalidade

*Ruy Alvim
integrou uma
Direcção-Geral
formada
na maioria
por estudantes
de direita, que
promoveram
temas
nacionalistas*

forte e influente. Num número da revista *Tempo Presente*, fez um apelo aos jovens do país para que não deixassem cair a pátria em mãos terroristas, referindo-se ao despoletar da Guerra Colonial. Já durante o marcelismo foi chefe dos Serviços de Censura. Desempenhou ainda funções como chefe de gabinete do Ministério da Economia e da Agricultura.

Apesar deste alinhamento com o fascismo, Ruy Alvim era, na verdade, um monárquico convicto. Na cisão entre os defensores da monarquia, ficou do lado dos que não quiseram compactuar com o sistema de partidos no pós-25 de Abril. Para contrariar a tendência nacional, criou com alguns amigos um grupo de índole fascista denominado Movimento de Acção Portuguesa. Nos tempos conturbados de início da democracia, Alvim e o amigo Amândio César foram mesmo agredidos em Coimbra, conseguindo escapar para o Porto para casa do professor António José de Brito. Dali seguiram para Espanha e pouco depois para o Brasil. Ali se exilou do país que não compreendia e chorado em poesia na sua colectânea *Diário Interrompido*. Anos mais tarde

voltou para Portugal onde acabaria por morrer vítima de doença prolongada em Abril de 2009. Até ao fim dos seus dias nunca deixou de lutar pelo que acreditava, ao lado dos seus amigos de longa data.



52 - Manuel Henrique Mesquita

Presidência
1958/1959

Data de nascimento
15 de Março de 1934

Naturalidade
Mascarenhas (Mirandela)

Curso
Direito

66

Nascido em Mascarenhas, concelho de Mirandela, Manuel Henrique Mesquita chega a Coimbra no início da década de 1950 para estudar na Faculdade de Direito. Chega à presidência da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra em 1958, sucedendo ao também estudante de Direito, Ruy Alvim.

Uma das marcas que ficam do mandato de Henrique Mesquita teve a ver com a visita à cidade de Coimbra do escritor brasileiro Érico Veríssimo, autor, entre outros, de *Saga* e *O Resto é Silêncio*. Em nome da Associação Académica de Coimbra, Manuel Henrique Mesquita foi saudar o escritor ao Palácio dos Grilos, a 23 de Fevereiro de 1959. Nesse mesmo ano, cede o seu lugar na presidência a Cardoso da Costa, também estudante da Faculdade de Direito, e seu amigo.

Após sair da presidência da Direcção-Geral da Associação Académica, Manuel Henrique Mesquita prosseguiu os estudos em Direito, à qual dedicou toda a sua vida e carreira profissional. Doutorou-se em 1990 e tornou-se professor catedrático em 1996. Na faculdade leccionou as cadeiras de Direito das Coisas, Direito e Processo Civil, Direito do Trabalho, Direito das Obrigações e Direito Processual Civil. Para além disso foi director da *Revista de Legislação e Jurisprudência*, presidente da Direcção do Centro de Estudos Registrais e Notariais e membro do Conselho Directivo da Academia do Jus Privatistas Europeus.

A sua carreira académica valeu-lhe distinções por parte da Academia das Ciências de Lisboa. É ainda membro do Instituto Luso-Brasileiro de Direito Comparado e da Sociedade Científica da Universidade Católica Portuguesa. Actualmente está reformado e reside em Coimbra.

*Henrique
Mesquita
dedicou
a sua vida
ao Direito,
tendo sido
professor na
faculdade*

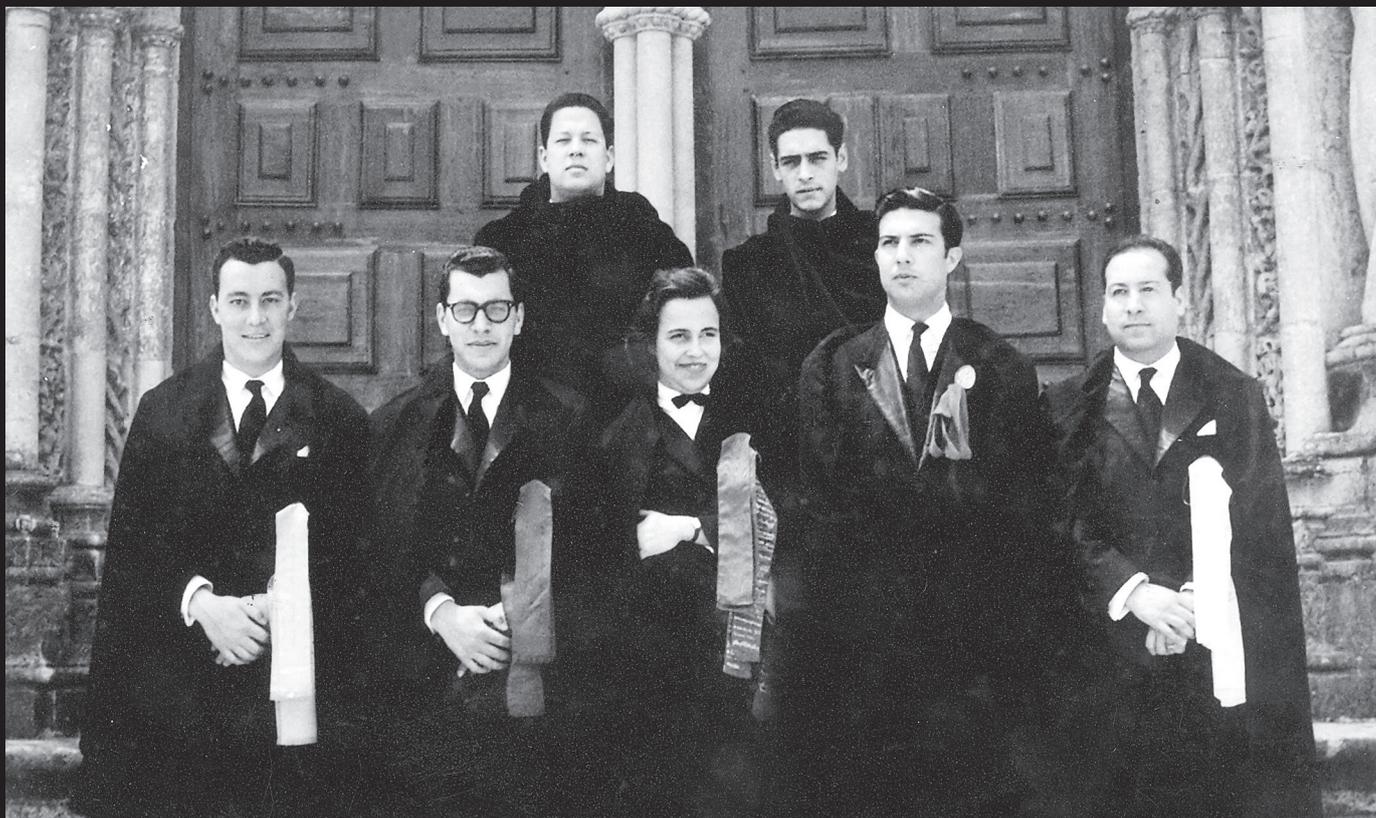
53 - José Manuel Moreira Cardoso da Costa

Presidência
1959/1960

Naturalidade
Porto

Data de nascimento
4 de Abril de 1938

Curso
Direito



Direcção-Geral de 1959-1960. Cardoso da Costa é o segundo da fila de baixo

A 4 de Abril de 1938 nascia no Porto o presidente da AAC na viragem para a década de 60. Vice-presidente da Comissão Central da Queima das Fitas em 1958-1959 e Presidente da DG/AAC de Maio de 1959 a Outubro de 1960, a direcção de José Cardoso da Costa correspondeu ao encerramento de um ciclo da vida da cidade. Após o seu mandato esta entraria numa época de fortes perturbações sociais que culminariam na Crise Académica de 1962. O presidente da Assembleia Magna que o acompanhou foi António Moreira Barbosa de Melo (mais tarde presidente da Assembleia da República). Esta foi uma lista eleita num dos sufrágios mais concorridos de sempre. Neste ano lectivo procurou-se incrementar as actividades culturais através de um patrocínio inédito da Fundação Gulbenkian e de uma maior colaboração com o Círculo de Iniciação Teatral da Academia de Coimbra. A revista *Via Latina* continuou a ser semanalmente publicada após anos de dificuldades. Por esta altura, a Académica ganhava outro campeonato nacional de basquetebol na primeira divisão. O almirante Américo Tomás também passou por Coimbra nesta época para visitar as obras da nova sede da AAC.

Contudo, o momento mais importante foi a participação da AAC nas comemorações do V centenário da morte do Infante D. Henrique. Estas ficaram marcadas por uma polémica entre a Universidade de Coimbra e a Universidade de Lisboa

sobre qual era a mais antiga. A que tivesse esse estatuto seria reconhecida como a depositária dos valores da velha universidade portuguesa e, conseqüentemente, a protegida pelo Infante. Esta questão prolongou-se algum tempo e traduziu-se numa série de conferências sobre temas ultramarinos. Durante a sessão comemorativa deste evento, na Sala dos Capelos, José Cardoso da Costa teve a rara oportunidade de intervir como orador e enquanto presidente da AAC.

Após terminar a licenciatura em Direito, ingressou no Curso Complementar de Ciências Político-Económicas, completado em 1963. A sua vida desenrolou-se em grande parte em torno da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), onde foi assistente, investigador e professor catedrático convidado nas áreas do Direito Constitucional, do Direito Fiscal e do Direito Internacional Público. Anos mais tarde tornou-se também doutor *Honoris Causa* pela Faculdade de Direito de Tübingen, Alemanha. O exercício do Direito passou pelo Tribunal Constitucional, onde foi juiz a partir de 1983. A partir de 1989 acumulou esse cargo com o da presidência deste órgão, de onde se retirou em 2003. Ao longo da sua vida tem desempenhado diversas actividades do domínio social e associativo. Teve ainda uma incursão pela política, desempenhando o cargo de presidente da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira.



54 - Carlos Manuel Natividade da Costa Candal

Presidência
1960/1961

Data de nascimento
1 de Junho de 1938

Data de morte
18 de Junho de 2009

Naturalidade
Aveiro

Curso
Direito

Carlos Candal nasceu em Aveiro no dia 1 de Junho de 1938. Alguns anos mais tarde seguiu para Coimbra, onde cursou Direito. A AAC foi dirigida por si no ano lectivo 1960-1961, no início de uma década que a marcaria. Se durante os anos 50 uma grande parte das direcções esteve alegadamente afectada ao regime salazarista, a partir deste mandato verificar-se-ia a tendência inversa. Após a eleição da lista oposicionista de Candal a 31 de Outubro, os estudantes festejaram toda a noite, sobretudo nas repúblicas. Nenhuma outra lista próxima do Estado Novo voltaria a ser democraticamente eleita.

Apesar do peso e importância deste ponto, ele mais não é do que a conclusão de um conjunto de acções específicas levadas a cabo durante este mandato. Enquanto director da revista *Via Latina*, Carlos Candal mudou bastante a orientação desta, que, até então, primava pela discricção. Tudo mudou com o artigo “Carta a uma jovem portuguesa” assinado por “A.” (Artur Jorge Marinha dos Santos, estudante de Medicina). Este seria considerado uma ofensa à integridade moral da nação ao apelar à igualdade cívica entre homens e mulheres. A DG/AAC foi bastante criticada, levando a um grande debate na época em torno desta temática. Ainda hoje esta direcção é considerada como uma das que mais promoveu o envolvimento das mulheres na vida académica.

Outro assunto de grande relevo foi a transferência de Jorge Humberto para o Inter de Milão, no Verão de 1961. Este era um estudante de Medicina de 23 anos e jogador da secção de futebol da AAC que, devido à sua qualidade, foi convidado pelo treinador do Inter, Helénio Herrera, para prestar provas em Milão. Num jogo contra o Spartak de Moscovo, Jorge Humberto marcou três de sete golos milaneses, levando o clube à vitória. Perante este espectáculo, Herrera dirigiu-se a

*Personificou
uma
Direcção-Geral
opositora ao
regime que
vigorava na
época, com várias
actividades
de ruptura*

Coimbra para acordar aquela que seria a primeira grande transferência de um jogador português para o estrangeiro. Por Jorge Humberto foram pagos mil contos, quantia suficiente na época para saldar as dívidas da AAC e, sobretudo, vincar a sua importância nacional.

Enquanto estudante em Coimbra, Carlos Candal habitou a república “Corsários das Ilhas”, onde morou, entre outros, com Germano de Sousa (antigo bastonário da Ordem dos Médicos). A vida numa república ajudou-o a ganhar consciência política.

A sua passagem por Coimbra também se fez, obviamente, pela Faculdade de Direito, onde se licenciou a 14 de Dezembro de 1960. No ano seguinte, completou o Curso Complementar de Ciências Político-Económicas. Nesse período foi a Roma e a Nápoles para participar no “IV Seminário do Mediterrâneo” a convite do Governo italiano. O resultado foi uma interdição de sair de Portugal durante cinco anos imposta pela PIDE. Essa mesma polícia acabaria por lhe apreender em 1962 o seu livro *Em defesa das Associações Académicas* quando este ainda se encontrava na tipografia. A partir desse ano e até 1966 cumpriu o serviço militar obrigatório, onde fez parte de uma comissão em Timor no cargo de promotor de Justiça no Tribunal Militar Territorial.

Após regressar a Portugal voltou a envolver-se rapidamente na política nacional. Em 1969 promoveu o II Congresso Republicano em Aveiro, e em 1973 o III Congresso da Oposição Democrática. Nesse ano participou também no Congresso de Acção Socialista Portuguesa, realizado na Alemanha e de onde nasceria o Partido Socialista. Carlos Candal era o seu sócio número 18. A revolução trouxe a Assembleia Constituinte, para onde foi eleito. Também o seria consecutivamente para a Assembleia da República até 1983 e de 1985 até 1995. Este último seria um ano de muitas mudanças. Além de ser eleito para o Parlamento Europeu (onde seria deputado até 2004), divulgou durante as eleições legislativas o célebre “Manifesto Anti-Portas”, polémico documento de desafio e crítica política aos candidatos para o círculo de Aveiro do CDS (Paulo Portas) e PSD (Pacheco Pereira). Esta foi, sem dúvida, a cidade em torno do qual dedicou grande parte da sua vida e por isso esteve sempre presente nos seus órgãos de decisão, como por exemplo a presidência da Assembleia Municipal, que ocupou entre 1997 e 2005.

Além da actividade partidária, Carlos Candal integrou, entre outros, o Conselho Mundial para a Paz, a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa e o Conselho Português para a Paz e Cooperação. Nestes órgãos lutou sempre pelos direitos de outros povos, sobretudo o de Timor-Leste. As acções valorosas ao longo da sua vida valeram-lhe distinções como a de Grande-Oficial da Ordem da Liberdade e a Medalha de Mérito de Aveiro.

Durante a campanha de Vital Moreira para as eleições ao Parlamento Europeu, em Maio de 2009, Candal esforçou-se para participar o melhor possível na actividade política do seu partido. No entanto, no dia 14 de Maio de 2009, perante uma multidão de universitários em Aveiro, o antigo estudante de Coimbra viu-se perder as forças, tendo de ser medicamente assistido. Já na maca, não deixou o seu humor característico de lado e comentou com os companheiros: “Desculpem lá ter-vos estragado isto. Hoje não fumo mais!”. Nos Hospitais da Universidade de Coimbra, para onde foi transferido, sofreria dois Acidentes Vasculares Cerebrais que o fariam falecer a 18 de Junho de 2009.

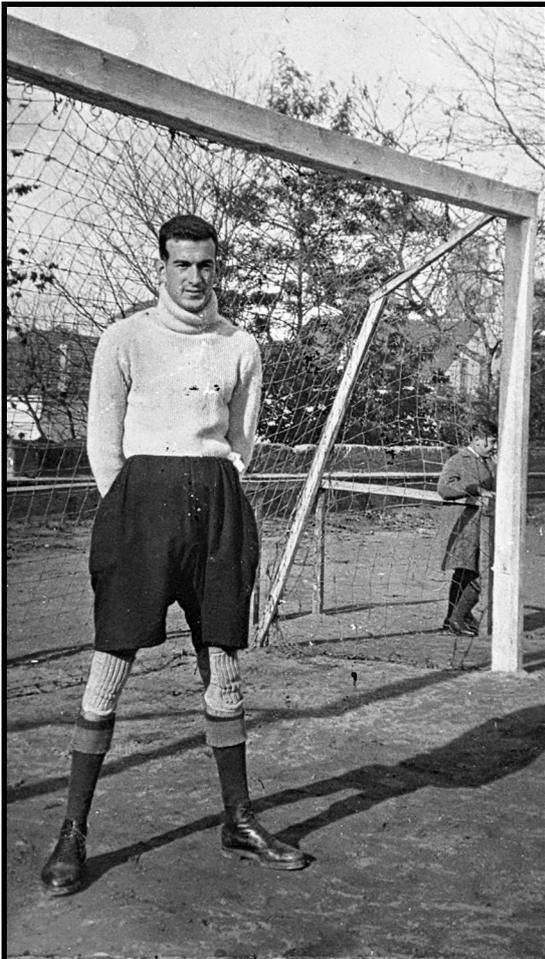




Manifestação em Coimbra contra o Decreto 40900 (1954)



Lúcio de Almeida, presidente em 1922-1923, com o filho



António Matos Beja, ao serviço da Académica



António Ferrer Correia

55 - José Pinheiro Lopes de Almeida

Presidência
1961

Data de nascimento
13 de Janeiro de 1938

Naturalidade
Coimbra

Curso
Direito

Na cidade de Coimbra nasceu a 13 de Janeiro de 1938 José Pinheiro Lopes de Almeida. Ali frequentou o Liceu D. João III e ingressou em Direito em 1955-1956. Pouco tempo depois interrompeu o curso para prestar serviço militar, retomando-o em 1961. Nesse ano participou fortemente na vida política estudantil, sendo convidado por Carlos Candal para entrar numa nova lista para a DG/AAC.

A campanha foi bastante renhida e a afluência às urnas muito forte, mas a lista saiu vencedora nas eleições que se realizaram numa terça-feira de Maio. Na sexta-feira da semana seguinte, José Lopes de Almeida recebeu uma guia de marcha para mais uma incorporação militar, desta vez para Angola. Como não pôde tomar posse, quem ocupou o cargo foi o seu colega de Medicina Francisco Leal Paiva.

No Ultramar esteve de Julho de 1961 a Agosto de 1963. Quando regressou, voltou a inserir-se no movimento académico, lutando pela reabertura da AAC, fechada depois da crise de 1962. Na altura do seu regresso teve também um papel activo nas novas eleições, de onde saiu vencedor Romero de Magalhães, candidato pelo Conselho de Repúblicas. Acabou por concluir o curso apenas em 1964 devido aos vários serviços militares que prestou.

Depois da vida universitária rumou a Lisboa para estagiar e exercer advocacia. Na capital participou em diversos movimentos políticos de oposição ao Estado Novo, como o Movimento Sindical Estudantil, as Juntas Patrióticas e até mesmo o CDE, de cujo secretariado fez parte em 1969. Continua a ser militante do PCP e a exercer a profissão da sua vida.

56 - Jorge Manuel Nunes Amado de Aguiar

Presidência
1961/1962

Naturalidade
Trancoso

Curso
Direito

Jorge Aguiar é natural da freguesia de Santa Maria, concelho de Trancoso, e tomou posse como presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra a 31 de Outubro de 1961. Era estudante de Direito, curso para onde entrou em 1957.

Amado de Aguiar não ficou muito tempo na presidência da Associação Académica de Coimbra, uma vez que, à semelhança do seu antecessor, José Pinheiro Lopes de Almeida, foi mobilizado para fazer serviço militar. Para o seu lugar, entrou Francisco Leal Paiva, que era tesoureiro na sua Direcção-Geral. Enquanto presidente, prestou uma

homenagem ao primeiro líder da Associação, António Luís Gomes, descerrando um retrato seu na parede do edifício.

Fez parte do Clube de Cinema de Coimbra, onde privou com algumas personalidades, como Orlando de Carvalho, Rui Namorado ou José Carlos de Vasconcelos, actual director do Jornal de Letras.

Não chegou a terminar o curso de Direito, tendo rumado a Lisboa para trabalhar no Sindicato dos Bancários. Conheceu em Coimbra a mulher, Helena, uma actriz do Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra, da qual não teve filhos.

57 - Francisco Leal Paiva

Presidência
1962

Data de nascimento
24 de Junho de 1937

Naturalidade
Lisboa

Curso
Medicina



Direcção-Geral de 1961-1962. Francisco Leal Paiva é o primeiro à esquerda

72

A passagem de Francisco Leal Paiva pela AAC aconteceu num momento caracterizado por tensões constantes na Academia. A “República dos Galifões” foi a sua casa na cidade durante quatro anos e com ela nunca cortou relações. Mais tarde chegou mesmo a integrar a “Associação da República dos Galifões”, participando na sua reconstrução após o incêndio em 1985. Eleito precisamente pelo Conselho de Repúblicas, a sua chegada ao poder veio dar alguma estabilidade interna à Associação Académica, que vira perder dois presidentes seguidos para o Ultramar. Na lista anterior havia sido tesoureiro ao lado de Amado de Aguiar. Este foi um aspecto muito importante, pois conseguiu levar a Académica a vencer duras batalhas durante o ano de 1962.

A primeira surgiu quando Leal Paiva se propôs a unir as academias através da organização do primeiro Encontro Nacional de Estudantes. Já em Janeiro se haviam comemorado as jornadas nacionais contra o decreto 40900, estando marcada para os dias 9, 10 e 11 de Março esta nova acção. O ministro do Interior, a pedido do seu homólogo da Educação, notificou a AAC para não realizar o encontro. A Assembleia Magna deliberou en-

*Leal Paiva
presidia a
Direcção-Geral
da AAC
quando
estalou
a Crise
Académica
de 1962*

viar um grupo de estudantes ao Ministério da Educação para resolver a situação. De lá saíram com certezas de ter autorização para o pretendido, mais não fosse pela ameaça escrita deixada. Nela se afirmava que se o encontro fosse proibido, a Academia reagiria de forma enérgica. Os meios noticiosos divulgaram a sua realização e o Dux Veteranorum publicou um decretus proibindo a praxe para aqueles três dias. Assim, o encontro realizou-se num clima tenso, mas, ainda assim, conseguiu-se escrever um relatório com conclusões.

Os verdadeiros problemas surgiram dias mais tarde, com a proibição da comemoração do Dia do Estudante por decreto ministerial. Mais tarde foram também cortados subsídios do Ministério da Educação Nacional. A Assembleia Magna realizou uma manifestação contra esta medida, conseguindo uma audiência com o ministro, que prometeu deixar realizar as comemorações. Porém, no dia 24 de Março, milhares de estudantes, incluindo Francisco Leal Paiva, são impedidos de chegar a Lisboa. A reacção foi imediata: luto académico decretado pela Assembleia Magna. Em Lisboa viveram-se violentos confrontos entre estudantes e a polícia



Inauguração do II Curso de Teatro com Luís de Lima, Reitor, Paulo Quintela do TEUC, Ferrer Correia da Gulbenkian

de choque. A nível nacional a solidariedade e entreajuda eram palavras-chave contra o Estado agressor. Neste contexto, a DG/AAC pediu uma audiência ao reitor. Quando este os recebeu, um dos convidados cometeu a indelicadeza de não o querer cumprimentar. Perante a impertinência, Braga da Cruz não o quis receber, deixando o grupo de estudantes incompleto. Para poder representar melhor os seus colegas, o estudante cedeu e cumprimentou o reitor, entrando para a reunião.

Outro momento importante teve lugar numa missa da universidade para a qual a AAC havia sido convidada. Em grupo ficou previamente decidido que seria Leal Paiva a representar a Direcção-Geral, apesar de ele nem católico ser. Durante a cerimónia esteve sempre de pé e de luto, impressionando os demais presentes pela veemência com que os estudantes expunham as suas posições. Foram várias as Assembleias Magnas e manifestações em frente à reitoria, pedindo a demissão de Braga da Cruz. Houve mesmo incidentes entre estudantes pró e contra o reitor.

As novas eleições para a DG/AAC estavam marcadas para 3 de Maio. No entanto, o Ministério decide demitir a direcção e nomeia uma Comissão Administrativa. O novo presidente deveria ser José Pedro Belo Soares. Porém, este recusa o cargo. Em Assembleia Magna, e como forma de protesto, a Academia decidiu não aceitar a Comissão Administrativa imposta pelo Senado, ficando assim sem direcção. A Assembleia dos Grelados decidiu também não realizar a Queima das Fitas. As acções continuaram e culminaram numa grande manifestação, onde cerca de quatro mil estudantes exigiram na Praça da República uma audiência com o governador civil perante a polícia de choque armada. O edifício da AAC é guardado por estudantes noite e dia com receio de serem invadidos pela polícia, que intima a dire-

ção demitida a entregar as chaves. Outros avançaram para o Pátio das Escolas e tomaram a “Cabra” de assalto para tocarem os sinos e lançarem o alerta na cidade. A polícia de choque cerca as instalações da AAC, levando os dirigentes académicos a negociar no Campo de Santa Cruz. Porém, as conversações pioraram a situação e estes barricam-se novamente no edifício. A polícia desta vez invade o local e prende 44 estudantes. A AAC foi suspensa durante alguns meses, recuperando as suas funções a 21 de Novembro, já na Rua Padre António Vieira.

Por fim, a ousadia de ter organizado o Encontro Nacional de Estudantes e ter promovido várias contestações levou Francisco Leal Paiva a ser repreendido pelo Senado Universitário e pelo Ministério da Educação, com um castigo pesado: interdição de se inscrever em qualquer escola portuguesa durante dois anos e proibição de saída do país. A notícia chegava no dia 2 de Julho, em plena época de exames do último ano de Medicina que então frequentava. Nada pôde fazer e, como tal, partiu para Lisboa, onde trabalhou como delegado de propaganda médica. Em 1964 retomou o 6.º ano médico em Lisboa, onde se licenciou.

Em 1967 foi aprovado para o internato dos Hospitais Cívicos de Lisboa. No entanto, nunca chegou a ingressar devido a uma inspecção militar que o levaria para a Guerra Colonial. Na verdade, esta era a segunda vez que tal lhe acontecia. Embora na primeira não tivesse sido obrigado a partir por ser aluno finalista de Medicina, a solução agora seria diferente: o exílio na Suíça até 1976. Neste país obteve a especialidade de Ginecologia e Obstetrícia na Universidade de Lausanne. Mesmo longe, nunca deixou de lado as suas convicções políticas, colaborando com a Associação Democrática dos Emigrantes Portugueses.

Já no novo Portugal, Leal Paiva integrou-se no Serviço Nacional de Saúde em 1979 com distinção: primeiro lugar entre



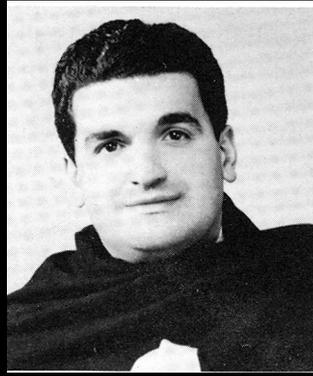
Centenário da "Pra-Kys-Tão", com Avelãs Nunes em primeiro plano

nove candidatos em Ginecologia e quarto lugar entre 20 em Obstetrícia. Nesse mesmo ano foi também seleccionado para o Hospital John Hopkins, em Baltimore, nos Estados Unidos da América, onde frequentou um curso de "Avanços em Saúde Reprodutiva". Mais tarde foi para Faro dirigir o Serviço de Ginecologia e Obstetrícia durante oito anos até 2003, ano da sua aposentação. No referendo sobre a Interrupção Voluntária da Gravidez participou activamente no movimento pelo "Sim". Faz ainda parte da direcção da "Associação para o aprofundamento da cidadania – CIVIS", em Faro.



Inauguração das comemorações do centenário de Trindade Coelho (com reitor e Dux Veteranorum)

58 - José Pedro Belo Soares



Presidência
1962

Data de nascimento
12 de Março de 1934

Naturalidade
Angra do Heroísmo (Açores)

Curso
Medicina

A 12 de Março de 1934 nasceu, em Angra do Heroísmo, José Pedro Belo Soares. Para Coimbra foi em 1954 e aí estudou até 1962. O seu percurso na Academia fez-se sobretudo pelo Orfeon Académico, do qual foi presidente durante três anos. Com este grupo fez várias viagens, onde se incluem os Açores e Angola. Em 1960, surgiu a oportunidade de actuar nos Estados Unidos da América. No entanto, José Belo Soares, enquanto candidato para a DG/AAC, não se poderia ausentar por muito tempo de Coimbra. A viagem com o Orfeon ficava, assim, fortemente comprometida. A solução passou por passar a candidatura aos seguintes na hierarquia da lista, a três dias das eleições. Como o número dois, José César Paulouro das Neves, não quis aceitar, a candidatura seguiu com terceiro, Carlos Candal, que sairia vencedor. Este último foi, na verdade, um colega de quarto de José Belo Soares.

Neste ano, seriam os três recebidos pelo ministro da Educação, Leite Pinto, para tratar de assuntos relacionados com o Orfeon. Ele, fitado de Medicina, foi quem expôs as ideias na reunião. Os seus colegas, fitados de Direito, pouco falaram, uma vez que quem tinha a pa-

*José Pedro Belo
Soares foi
presidente da
mesa da
Assembleia
Magna numa
altura em que a
AAC não tinha
D Direcção-Geral*

lavra era o presidente. No fim do encontro, o ministro comentou que quem tinha as fitas de medicina deveria tê-las de Direito, pois Belo Soares havia argumentado como um verdadeiro advogado. Por fim disse, rindo da sua observação, que apenas não sabia se os fitados de Direito deveriam estar fitados de Medicina. Este episódio mais não foi que uma forma caricata que Leite Pinto encontrou para falar da má organização do ensino em Portugal.

Em 1962, enquanto presidente da Assembleia Magna, teve grandes responsabilidades durante a Crise Académica. Na tentativa de a resolver, o reitor Braga da Cruz nomeou José Belo Soares para presidir a uma Comissão Administrativa, cargo que ele recusou. Com ele foram também nomeados Maria Isabel Salomé, presidente do Conselho Feminino, e Abílio Ferreira, presidente da Secção de Futebol, tendo ambos igualmente recusado, apesar da Portaria do Ministério, escrita em Diário da República, a empossar prontamente. Neste período, e na sequência dos tumultos anteriores, várias dezenas de estudantes foram acusados e julgados por crimes de desobediência. José Belo Soares escapou às acusações apesar do seu cargo central.

59 - João Henriques Fernandes Loja

Em Coimbra, viveu, de 1 de Dezembro de 1958 a Fevereiro de 1964, na república dos “Corsários das Ilhas”, onde foi o terceiro mor. O “Patrão Branco”, como era conhecido entre os colegas, deixou nesta casa a sua cartola, peça que a ornamenta. Ali habitou mais dois anos além do fim do curso, para poder concluir a tese de licenciatura, na qual obteve 16 valores.

O passo seguinte foi a assistência em Medicina Operatória, a partir de Fevereiro de 1965, na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC). Em Setembro partiria para Moçambique, onde ficaria até Dezembro de 1967 no serviço cirúrgico do Hospital Central de Miguel Bombarda. Entre 1965 e 1994 leccionou toda uma série de disciplinas na área da Clínica Cirúrgica. Entre os seus alunos era muito conhecido pela jovialidade e à vontade com que comunicava. Em 1990 acabou o doutoramento, com uma dissertação sobre Patologia Biliar.

A sua carreira hospitalar preenchida não lhe deixou tempo para concluir esta etapa mais cedo. Entre outros, foi vice-presidente da Direcção Portuguesa de Cirurgia, vogal da Direcção da Sociedade Portuguesa de Coloproctologia e membro da Direcção Médica e presidente da Assembleia-Geral do Sector Médico dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Em 1987 tornou-se chefe do Serviço de Cirurgia deste hospital, num concurso onde obteve 19 valores. A 26 de Janeiro de 2000 foi homenageado pela FMUC e pelos seus discípulos, numa cerimónia que teve como ponto alto o descerramento de um retrato seu na Sala de Cirurgia dos HUC. A Câmara Municipal de Angra do Heroísmo também o agraciou com a sua Medalha de Mérito Profissional. Os trabalhos publicados por ele são inúmeros e objecto de estudo, assim como as palestras e conferências dadas um pouco por todo o mundo.

Na sua vida teve também uma paixão pela caça, área onde ganhou diversos prémios, orgulhosamente expostos na sua casa da Avenida Bissaya Barreto, em Coimbra. Belo Soares casar-se-ia com Maria Emília Mexia Santos em 1965 e teria dois filhos. Um, José Manuel Mascarenhas Mexia Santos Belo Soares, é médico estomatologista, o outro, Pedro António Mascarenhas Mexia Santos Belo Soares, é médico assistente da FMUC em radiologia. Nunca se tendo filiado em partidos políticos, reparte o seu tempo entre Angra do Heroísmo e Coimbra.

Presidência
1963/1964

Data de Nascimento
12 de Julho de 1933

Data de Morte
Março de 2001

Naturalidade
Funchal (Madeira)

Curso
Medicina

Chegado à Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra após uma fase atribulada (motivada pela Crise Académica de 1962), o madeirense João Henriques Fernandes Loja foi uma pessoa muito dedicada à Academia, tendo exercido funções em Coimbra durante vários anos. “Sempre foi um ‘bom vivante’, o que o levou a demorar alguns anos a terminar o curso”, conta a viúva de João Henriques, Maria Antónia. Fernandes Loja foi ainda um repúblico, tendo habitado a “Põe-te a pau”, república já extinta.

Fernandes Loja foi presidente da DG/AAC entre 1963 e 1964. Após sair, foi nomeado presidente da Comissão Instaladora das novas instalações da Associação Académica, cargo que ocupou até 15 de Novembro de 1964. Esta nomeação valeu-lhe algumas críticas por parte da comunidade estudantil, que o acusaram de se ter vendido ao Estado. Desempenhou ainda funções na Secção de Futebol da Académica, com Maria Antónia a contar que vivia intensamente a vida do clube. “Até chegou a dar entrevistas para a televisão por causa da Académica. Andou por lá durante muitos anos”, recorda.

Após sair de Coimbra, João Henriques Fernandes Loja dedicou-se à medicina, rumando ao sul do país. Foi médico na Chamusca durante alguns anos. Faleceu em Março de 2001.

60 - António Correia de Campos

Presidência
1964

Data de nascimento
14 de Dezembro de 1942

Naturalidade
Torredeita (Viseu)

Curso
Direito

Foi curto o mandato de António Correia de Campos à frente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra. Nascido em Torredeita, em Viseu, a 14 de Dezembro de 1942, o estudante de Direito chegou à cidade do Mondego no final de 1963, vindo de Lisboa, onde ao fim de três anos de curso a luta académica lhe tinha custado uma suspensão de 30 meses.

“Durante a Crise Académica de 1962, houve muitas expulsões e a AAC esteve encerrada durante o ano seguinte”, conta o antigo presidente. António Correia de Campos recorda que “o Governo, com receio da expressão de esquerda na Academia, que dominaria uma lista proposta à Direcção-Geral, impôs novos estatutos que previam a representatividade de minorias. Protestámos muito, porque aquilo era um cavalo de Tróia da democracia, para forçar a entrada de elementos de direita e enfraquecer o voto”, defende.

O Conselho de Repúblicas (CR) apresentou uma lista, liderada por Correia de Campos, que vivia então na república “Ras-te-partá”. “A posição reivindicativa e mobilizadora do CR permitiu, ao abrigo dos novos estatutos, eleger quatro mandatos, contra três da direita. Mas o ministro não homologou os resultados. “Entendeu que a Direcção-Geral não devia ter um presidente que tinha sido expulso de outra faculdade”, justifica o antigo académico. O problema ficou resolvido quando Joa-

*O ministro
da Educação
recusou-se
a homologar
a presidência
de Correia
de Campos
por este ter
sido expulso
da Faculdade
de Direito
de Lisboa*

quim Antero Romero de Magalhães, o número dois da lista, assumiu o cargo.

Mas a experiência de poucas semanas não significou o fim das intervenções de Correia de Campos na Academia de Coimbra. “Fui dirigir a Secção Pedagógica, muito recente, e que era constituída por todos os delegados de curso das várias faculdades”. Não sendo presidente, diz, “continuava muito próximo da Direcção-Geral”.

“Essa secção fez um trabalho muito difícil, num ano que foi de ressaca”, depois dos confrontos de 1962, garante o antigo estudante. “Apesar de tudo foi relativamente pacífico e o mandato do Romero de Magalhães teve um trabalho muito correcto, que permitiu fortalecer a actividade académica”.

Apesar das diferenças ideológicas, o antigo presidente recorda Alberto Padrão, líder da direita, “de quem me mantive amigo até à morte”, ainda que na altura, “os campos estivessem muito afastados”.

António Correia de Campos foi eleito em 2009 deputado ao Parlamento Europeu pelo Partido Socialista. Antes, foi deputado e ministro da Saúde, tendo obtido, depois da licenciatura em Direito, o grau de Mestre em Saúde Pública, na Universidade de Johns Hopkins, em Baltimore (Estados Unidos). É ainda autor de várias obras na área da economia da saúde, política de saúde e equidade, segurança social e administração pública.

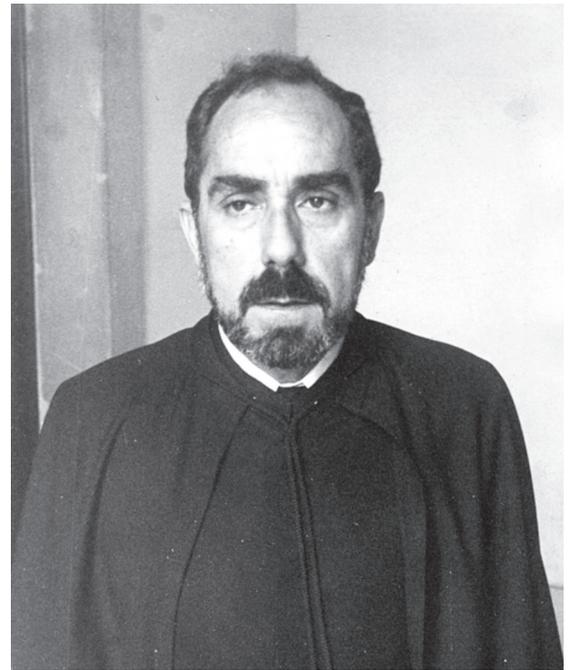
61 - Joaquim Romero de Magalhães

Presidência
1964

Data de nascimento
18 de Abril de 1942

Naturalidade
Loulé

Curso
História



Quando António Correia de Campos, em 1964, foi forçado a abandonar a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, ao fim de cerca de um mês de mandato, Joaquim Romero de Magalhães, o número dois da lista, substituiu o colega, ocupando a presidência da Academia.

O antigo aluno de História, nascido em Loulé a 18 de Abril de 1942, recorda o “mandato extremamente difícil, porque estávamos contra o regime e havia uma forte limitação da actividades académica”. Ainda assim, sublinha, “tínhamos formas sub-reptícias para singrar no jogo com as autoridades académicas e policiais, que estavam sempre atentas”.

O contexto político, com o Estado Novo repressivo e controlador de todos os sectores da vida portuguesa, incluindo as actividades estudantis, implicava que “qualquer coisa que fizéssemos que desse a entender que íamos contra a corrente era imediatamente sancionada”, diz Romero de Magalhães. “Era tanto mais difícil porque a Reitoria não dava verbas, embora houvesse dinheiro para as secções desportivas”, continua o antigo académico, apontando uma das soluções encontradas: “podíamos socorrer com êxito da Fundação Calouste Gulbenkian, porque contávamos com o apoio do professor Ferrer Correia”, então administrador da instituição.

Um dos momentos mais difíceis da experiência de liderar a AAC, lembra o ex-presidente, aconteceu já no fim do mandato, quando a Direcção-Geral quis fazer uma recepção ao caloiro. “Era coisa que havia em todo o lado, no Porto e em Lisboa, mas não em Coimbra”, justifica Romero de Magalhães. Mas “assim que proclamámos a iniciativa, fomos logo todos chamados ao Senado Universitário, onde nos leram um papel ameaçando-nos com castigos e sujeitos a processo disciplinar”,

*Apesar de
unidas na luta
estudiantil,
várias facções
de esquerda
disputavam
o poder na
Academia*

conta. Coube ao professor Barbosa de Melo defender os jovens, e não houve castigo. “É uma gratidão que não me esqueço nunca de referir, porque ele era uma pessoa séria, que não embarcou em muita coisa, quando muitos o fizeram”, salienta o antigo aluno. O docente era um dos poucos de confiança na UC, “com quem até desabafávamos”.

O exemplo ilustra o controlo exercido sobre a Academia. “Era preciso pedir tudo ao reitor, mesmo para a realização de Magnas ou no simples funcionalismo da AAC, estávamos bloqueados”. No entanto, apesar da pressão que os jovens enfrentavam, “lá íamos fazendo alguma coisa, com destaque para as secções culturais”.

Mas entre os estudantes também se mediam forças, particularmente sobre o papel da AAC. “Nas forças de esquer-

da, que mais tarde se fragmentaram, havia duas posições. Uma, de raiz mais liberal, entendia que a Academia devia prestar serviços aos estudantes, através das secções. Outra, ligada ao PCP, e que sofreu fortes perseguições, defendia o combate político. Queriam influenciar a Associação para que fosse uma frente política, convencidos que podiam ali acender o rastilho da sublevação geral”, explica. Apesar das diferenças, as duas facções eram aliadas na luta académica.

Depois da presidência da AAC, Romero de Magalhães completou a licenciatura e seguiu para o serviço militar. Em 1973 regressa à Universidade de Coimbra, desta vez como professor na Faculdade de Economia, onde tem “uma carreira tranquila”. Pelo caminho, foi ainda deputado pelo Partido Socialista. 30 anos depois, o filho Tiago Magalhães, seguiu-lhe as passadas e é eleito presidente da AAC. O pai, que recusa qualquer influência na escolha do cargo, diz apenas: “teve mais talento do que eu”.

62 - Octávio Luís Andrade Cunha

Presidência
1964

Data de nascimento
4 de Junho de 1943

Naturalidade
São João de Loure
(Albergaria-a-Velha)

Curso
Medicina



Octávio Luís Andrade da Cunha veio para Coimbra com 17 anos terminar o liceu. Logo nesse ano, o jovem foi eleito para a presidência da Associação de Estudantes, que funcionava na antiga sede da Associação Académica de Coimbra (AAC). “Passado pouco tempo fui logo para Caxias, com mais 39 amigos. Foram tempos difíceis, eu era apenas uma criança, mas fui ganhando alguma força interior”, recorda o antigo presidente.

O exercício de introspecção certamente ajudou Octávio Cunha a segurar, em 1964, o mandato à frente da Direcção-Geral da AAC. “Nem sei como lá cheguei, fiquei perplexo, porque era muito novo e o habitual nessa altura era que já tivessem alguns anos e experiência”, conta Octávio Cunha, que concorreu contra Lucas Pires. “Gáñhamos, mas foi muito renhido, porque a oposição da extrema-direita era feroz”. Chegado à AAC, o aluno de Medicina criou novos organismos e secções, “algumas muito problemáticas, porque eram no fundo uma maneira de dar cobertura a fazer política de forma clandestina e cujo papel essencial era estabelecer estratégias políticas contra o salazarismo”.

Já desde Janeiro que, religiosamente às quartas-feiras, às cinco horas, o jovem era levado para interrogatório na PIDE. Mas em Maio, a Reitoria exige o encerramento das secções e

a devolução das chaves. “Em Assembleia Magna, decidimos não o fazer, o que eu cumpri”. A consequência não se fez esperar: “fui processado e expulso por dois anos da Faculdade de Medicina”.

Considerando a medida injusta, o dirigente estudantil vai até à Reitoria pedir uma audiência. “Dirigi-me ao reitor, que tinha sido meu professor e com quem já tinha tido conflitos anteriores. Ele recebeu-me, eu exigi ser ouvido pelo Senado, porque entendia que tinha cumprido o meu dever para com a AAC”. Perante a resposta de que “o assunto estava encerrado”, o aluno teve uma atitude “insólita”: “levava comigo a carta do Senado, rasguei-a aos bocadinhos e deitei os papéis sobre a cabeça do reitor”, Andrade Gouveia. O reitor, com receio de ser agredido, teve um ataque epiléptico. “Voou a secretária, entraram os archeiros [guardas da UC] e eu saí dali assustadíssimo”. Cinco dias depois, nova missiva do Senado. Desta vez, o castigo era irreversível. O estudante foi expulso de todas as escolas nacionais para sempre – pena de morte académica. “Nem a licença de condução me permitiram tirar”.

O exílio era a única solução, e a fuga chegou ao fim “onde acabou o dinheiro”, em Lausanne, na Suíça, conta. Aí, terminou o curso, trabalhando no hospital, e fundou uma nova associação de estudantes portugueses. Afecto ao PCP, Octávio Cunha angariava bolsas de estudo junto de instituições europeias. “Permitiu-me viajar pelo mundo inteiro, até à Mongólia. Em Moscovo, almocei com o Yuri Gagarin e a Valentina, o primeiro homem e a primeira mulher a irem ao espaço”, lembra o antigo presidente. “Mas também fui confrontado com situações terríveis que não estavam de acordo com os meus princípios. Em Praga via as pessoas felizes, mas um dia a minha representante do PCP mandou-me regressar à Suíça e disse que me enviava um telegrama no dia seguinte. O dia seguinte foi a invasão de Praga, e o telegrama dizia: hoje o socialismo acabou”.

Um dia, “alguém no hospital disse que estava a decorrer uma revolução em Portugal”, e o pediatra regressou o mais depressa possível. Chegado a Coimbra, em pleno saneamento de elementos ligados ao regime, diz ter ficado “chocado” com o pedido de expulsão de Gouveia Monteiro, que havia sido reitor da Universidade de Coimbra. “Era uma pessoa de uma decência fantástica”, realça Octávio Cunha, que costumava ser chamado ao gabinete do professor durante a noite. “Com subentendidos, dizia o que o Senado planeava prejudicar AAC, o que nos permitiu muitas vezes adoptar medidas preventivas”, garante. Mais do que isso, salienta, “um dia chegou a Lausanne uma carta dele a pedir que me fosse concedida uma bolsa”, uma surpresa para o antigo académico.

“Incomodado, escrevi uma carta abonatória, o que impediu a expulsão. Muitos anos mais tarde, quando descobri que fui eu, devolveu-me uma carta com as coisas mais bonitas que alguma vez me disseram”, recorda.

Desiludido com o PCP e com “a linguagem usada dos comícios”, integra a LUAR, uma facção de esquerda mais revolucionária. “A minha função era ocupar casas, que transformávamos em creches”, lembra o médico, até que o movimento “se tornou perigoso” e optou por sair. Em 1980, assume um novo mandato, agora como deputado do PS, mas a experiência não o cativou e regressou à medicina, que exerce no Porto. Foi director da Unidade de Cuidados Intensivos Neonatais e Pediátricos do Hospital de Santo António, e em 2006 recebeu do Presidente da República a distinção da Grã Cruz da Ordem da Liberdade.

63 - Alexandre Augusto de Magalhães

Presidência
1965/1966

Data de nascimento
9 de Abril de 1943

Naturalidade
Açores

Curso
Direito



Comissão Administrativa 1965-66
Da esquerda para a direita, sentados, Francisco Faria Pais e Fernando Lacerda Morgado, de pé, Carlos Moás, José Valle de Figueiredo, Alexandre Augusto de Magalhães e Nuno Tavares

Alexandre Augusto de Magalhães conduziu, durante dois mandatos, a Associação Académica de Coimbra (AAC). Na primeira vez, no entanto, foi presidente por mero acaso.

Em 1964, o estudante de Direito integrava a Direcção-Geral da AAC, na equipa de Octávio Cunha. Reconhecendo que tem hoje “uma memória muito curta do passado”, Magalhães explica, porém, que liderava uma lista de direita que perdeu a corrida à DG/AAC, mas, ao abrigo da legislação que determinava a constituição da Direcção por método de Hondt, os lugares foram distribuídos, cabendo-lhe duas posições. “A DG/AAC, que tinha cinco elementos, ficou então com três membros da lista de esquerda, vencedora, e dois de direita, a minha”, continua o ex-presidente.

Mas, “a meio do mandato, a direcção foi suspensa porque alguns elementos não acatavam ordens da Reitoria e pediram-me para ficar com o restante colega da minha lista até haver novas eleições”. O convite foi aceite, e pouco tempo depois, foi-lhe pedido que integrasse a Comissão Administrativa (CA), como “prolongamento da gestão”.

Sem qualquer tipo de experiência de administração, Alexandre Augusto de Magalhães encontrou-se à frente da Academia de Coimbra, enfrentando uma “oposição consensual em bloco”. “Existia um jogo de forças na AAC”, refere o antigo presidente. Admitindo que “havia colaboração” com os estudantes, também aponta “atitudes de afronta aos poderes instituídos”.

Na época, “a esquerda castigada passou a fazer boicote total à actividade da Comissão Administrativa”, diz, ilustrando o ambiente que se vivia com um episódio marcante: “recordo-me

de, aquando da nomeação da CA, entrarmos no edifício, e termos à nossa espera, à porta, elementos da esquerda que nos apupavam”. A animosidade, justifica, pode estar em “algumas simpatias que teríamos com o Partido da União Nacional, ainda que nenhum de nós estivesse filiado”.

Mas “a nossa maior fragilidade e constrangimento era mesmo a total inexperiência”, assume, garantindo, porém, não ter sentido “nunca” qualquer tipo de pressão, quer da parte da Reitoria ou de outras facções. “A tensão apenas se reflectia no aspecto político da Academia, mas não na gestão prática” da casa. Talvez porque, conscientes das dificuldades, a equipa tivesse “muito cuidado para não pisar terreno político”.

Enquanto presidente, Alexandre Augusto de Magalhães faz um balanço “extremamente positivo” dos mandatos que dirigiu. E se hoje lembra particularmente as viagens que o levaram a percorrer o país na companhia da equipa de futebol, “não sendo adepto, era coisa que na altura não me apetecia nada”. Destas viagens, recorda também que a ideia da Academia de Coimbra, líder da contestação estudantil no país, era coisa ainda distante. “O conflito era perceptível só pelos intelectuais, foi algo que só ganhou dimensão com a visita de Américo Thomaz, em 1969”.

Após passar o testemunho a Luís da Cunha Melo, Magalhães ocupou-se a recuperar o ano de curso que a actividade académica lhe custou. Em 1966, com a licenciatura em Direito concluída, ingressou no serviço militar. Depois, prosseguiu a carreira na banca, tendo sido director e posteriormente administrador do Banco Comercial Português. Casado e pai de cinco filhos, Alexandre Augusto de Magalhães está hoje reformado, vivendo no Porto.

64 - Luís da Cunha Melo

Presidência
1966/1967

Data de nascimento
30 de Janeiro de 1942

Naturalidade
São Jorge de Celho (Guimarães)

Curso
Direito



Com o fim do mandato difícil de Alexandre Augusto de Magalhães na Comissão Administrativa (CA) da Associação Académica de Coimbra, boicotado pelas facções de esquerda na Academia, a Reitoria endereça a Luís da Cunha Melo, em 1966, o convite para dirigir a equipa seguinte.

“A minha raiz era o Orfeon Académico que, por ser um organismo consensual, faria de mim um fiel da balança”, justifica o antigo estudante de Direito, que não receou enfrentar os alunos, tradicionalmente pouco receptivos às CA. “Tínhamos muita gente connosco, mantivemos dúzias de secções a funcionar, e a percepção era de que a CA era uma situação transitória”, declara.

As relações com a casa eram “normais”, define, apesar da “oposição da esquerda, capitaneada pelo TEUC e pelo CITAC, pelo coral da Faculdade de Letras e, sobretudo, pelo Conselho de Repúblicas”. Do ponto de vista pessoal e de gestão interna, “corria tudo bem e sem problemas”, e ainda que “a secção de rugby ou o futebol fossem mais os conotados

*Cunha Melo
orgulha-se
de ter
recuperado
a Festa
das Latas,
à altura
proibida
pela PPDE*

com a esquerda, institucionalmente não existiam diferendos”, recorda Luís da Cunha Melo.

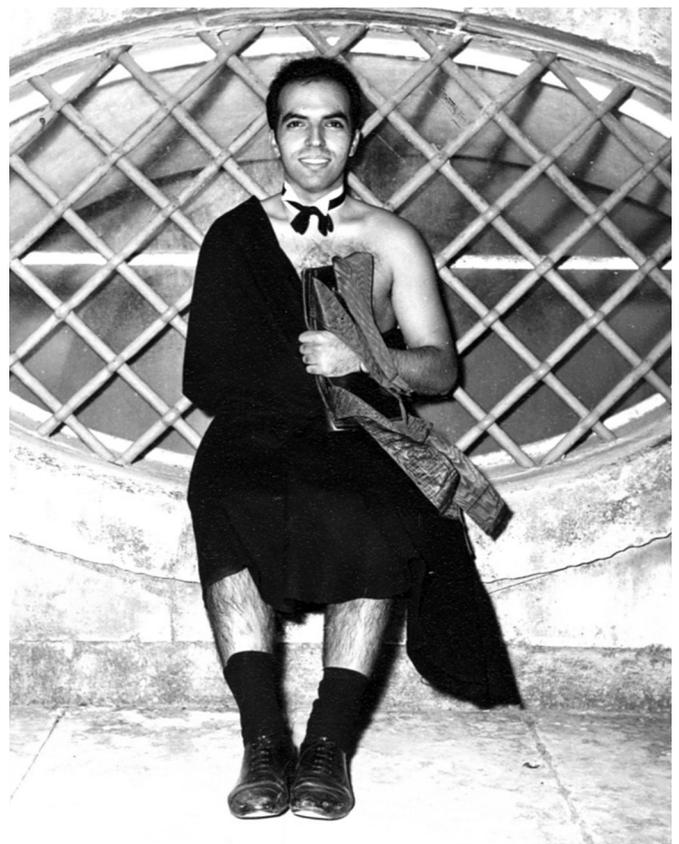
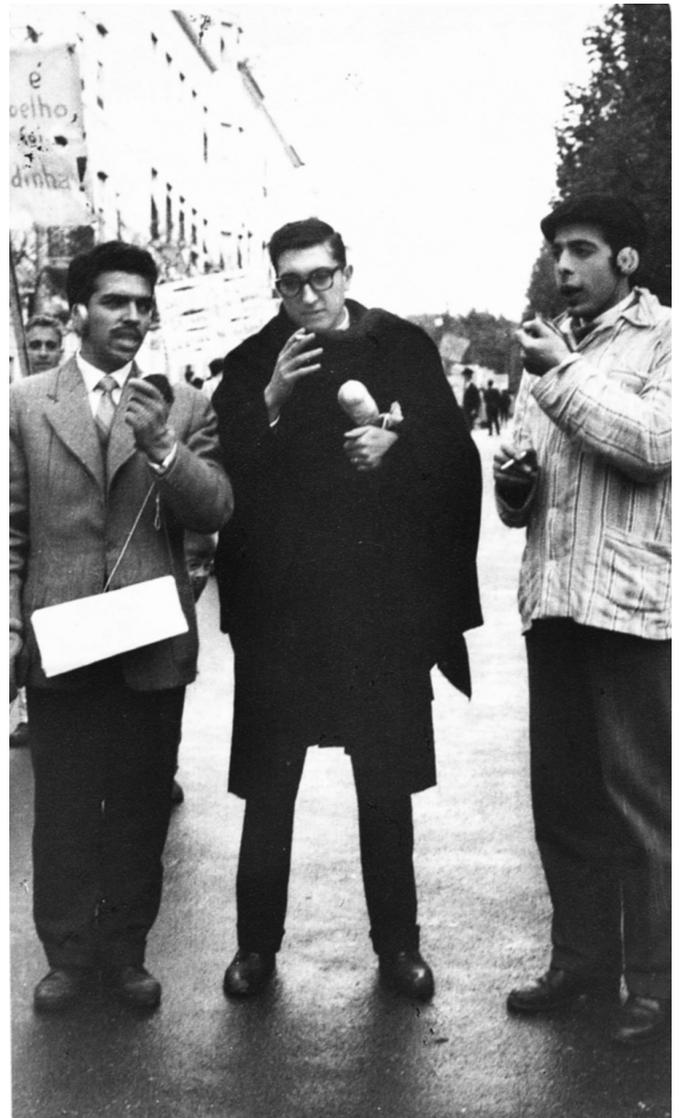
Do que recorda, a Esquerda era, fundamentalmente, o Conselho de Repúblicas, “que fazia manifestações, colocava cartazes e incitava à greve”. E a provar que lembra a oposição de ânimo leve, traz à baila um episódio que ainda lhe provoca o riso. “Uma noite, depois de ir com a minha Direcção pintar murais nas repúblicas da Alta, vínhamos a tentar descer de forma muito discreta a Padre António Vieira até à AAC, para os evitarmos a eles e à polícia. Mas, a meio da rua, cruzámo-nos com um grupo barulhento de repúblicas, e o ambiente ficou muito tenso. A certa altura, o Sá Cunha, o vice-presidente, que trazia as latas de tinta escondidas debaixo da capa, deixou-as escorregar rua abaixo”. Os dois grupos ficaram em silêncio medindo forças, prossegue Cunha Melo, “até que o Sá Cunha diz: são rosas, senhor”. 40 anos depois, continua convencido que a gargalhada geral que se seguiu foi a única coisa que os livrou de “uma surra”.

Problemas de dinheiro

Os apertos orçamentais eram, para o antigo académico, a principal preocupação. “Dependíamos da Reitoria e passámos por várias dificuldades”. “Nós até pedíamos”, diz, acrescentando: “eles retorciam-se todos, uma vez davam, outras não”. Quando a equipa feminina de basquetebol precisou de uma verba para ir a um campeonato em França, a Reitoria não deu. Como consequência, “a direcção demitiu-se em bloco, o que me obrigou, durante uns tempos, a assumir o cargo e acompanhá-las os jogos, ficando no banco”. Mas “a cidade também era forreta”, apesar da relação cordial com a Academia. “Quando tentámos fazer um torneio de tiro aos pratos, procurámos apoios em várias empresas”. Ao fim de uma semana sem respostas, “houve uma que nos deu um ferro eléctrico”, ironiza.

Ainda assim, há várias conquistas que Luís da Cunha Melo realça, como o facto de trazer o Ballet da Gulbenkian ao Teatro Académico de Gil Vicente, “que tinha que ser regamente pago”. E ter recuperado a Festa das Latas, à data proibida pela PIDE, teve um sabor particularmente agradável para a CA que dirigiu. “Na altura, a Latada não era permitida, porque havia o entendimento que surgiam piadas políticas, deixadas de forma anónima, num caixilho. Constituímos uma comissão que foi ter com o reitor, e que garantia responder totalmente pelo que pudesse surgir”. Excluído o argumento, a festa estudantil foi autorizada.

Mas também houve momentos menos felizes no mandato. “Quando a secção de futebol ficou em segundo lugar no campeonato nacional, mandámos fazer umas faixas iguais às do primeiro lugar”, conta Cunha Melo. “Na noite anterior a serem distribuídas, vieram até minha casa e disseram que não aceitavam o presente, por ser dado por uma Comissão Administrativa”. “É talvez a única mágoa que guardo de Coimbra”, lamenta o antigo presidente.

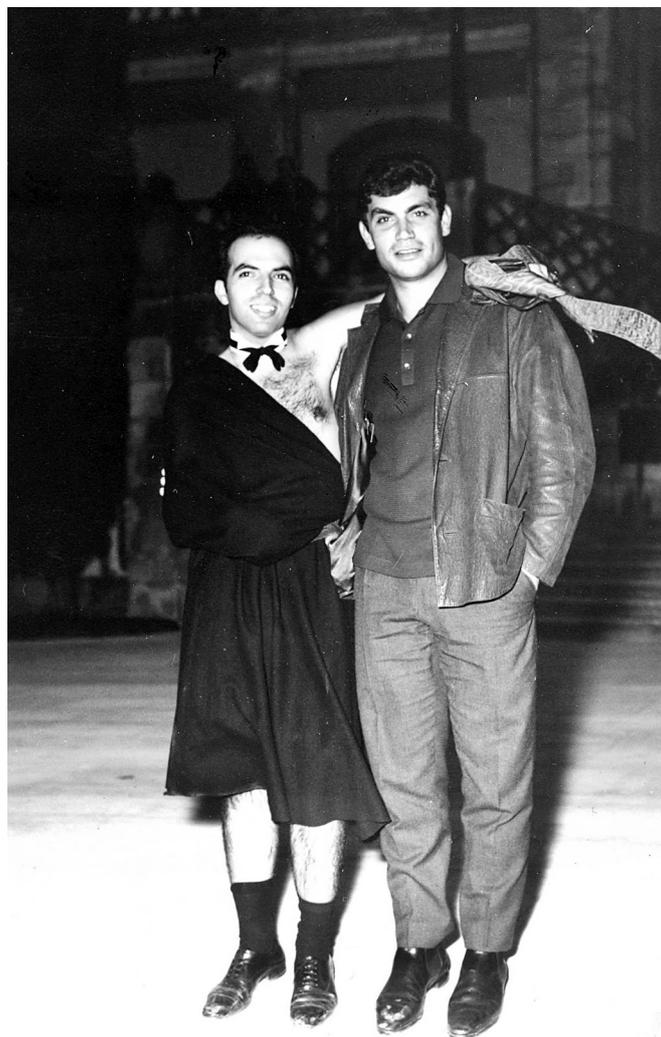




Convites recusados

Depois da experiência, o estudante, que concluiu o curso de Direito durante o mandato, foi delegado do procurador da República em Montemor-o-Velho, tendo mais tarde cumprido serviço militar em Angola. A seguir, regressou à terra natal, Guimarães, onde exerce advocacia desde essa altura.

O percurso na casa dos estudantes valeu-lhe, admite, alguns convites curiosos, “desde presidente da Câmara, a director na antiga colónia angolana de Tabi”. A proposta, chegada directamente do ministro da Justiça, era praticamente irrecusável: “ia receber 30 contos por mês, quando o salário de um professor era de 12, com férias, cama, casa e roupa”. Era “certamente” o melhor cargo que havia no ministério da Justiça “e não tenho dúvidas de que pensaram em mim pelo meu desempenho na AAC”, assegura.



65 - João Santos Ubach Chaves



Presidência
1967/1968

Data de Nascimento
27 de Novembro de 1939

Data de Morte
Agosto de 2005

Naturalidade
Lisboa

Curso
Direito

João Santos Ubach Chaves integrou a Comissão Administrativa que substituiu a de Luís da Cunha Melo, em 1967. Na altura já tinha prestado serviço militar em Angola, onde havia integrado a Polícia Militar.

Santos Chaves já tinha constituído família quando chegou à presidência da Associação Académica de Coimbra, tendo casado em 1963. A viúva, Lídia Chaves, conta que um dos momentos mais marcantes do mandato de João foi um discurso que fez na presença do Presidente da República, Américo Tomás, aquando de uma visita à cidade. “Ainda tenho essa imagem na memória”, afirma Lídia.

Na altura estudante de Direito, João Santos Chaves não chegou a terminar o curso. “Quando viemos de Angola, quis continuar no Exército e chegou a trabalhar em Lisboa como tenente. Depois de sair da Associação Académica, concorreu para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo sido convidado pouco tempo depois. Ao longo da sua vida, trabalhou como diplomata em Nancy, Toulouse e Paris (França) e San Sebastian, no País Basco. Neste último, conta Lídia, houve uma tentativa de rapto, mas na altura Santos Chaves encontrava-se em Lisboa.

João e Lídia voltaram para Portugal em 2004. Pouco tempo depois, João adoeceu, tendo falecido em Agosto de 2005. Como curiosidade, referir que João Santos Chaves é familiar do secretário de Estado do Ambiente da última legislatura, Humberto Rosa.

*João Santos Chaves
não terminou o
curso de Direito,
trabalhando
como diplomata
no Ministério dos
Negócios
Estrangeiros*

66 - Jorge Manuel Ponce Leão

Presidência
1968

Data de nascimento
9 de Fevereiro de 1947

Naturalidade
Tramagal (Abrantes)

Curso
Direito



“Em data que não consigo recordar fui chamado á Reitoria da Universidade; o senhor reitor procurava saber da minha disponibilidade para integrar a futura Comissão Administrativa (CA); de imediato e em linha com o que era o meu temperamento e convicções daquela altura, respondi que sim com três condições: ser presidente, poder livremente escolher os restantes elementos que a integrariam, e finalmente ser autorizado a fazer eleições na Academia”. Começava assim o mandato de Jorge Manuel da Mota Ponce de Leão à frente dos destinos da Associação Académica de Coimbra, em 1968.

Natural do Tramagal, filho de Afonso José Meireles Ponce de Leão e Maria Luisa da Fonseca Mota Ponce de Leão, o então estudante de Direito conta que, após as duas primeiras condições impostas terem sido aceites pela Reitoria da Universidade de Coimbra, rumou a Lisboa para ser recebido por José Hermano Saraiva, à data ministro da Educação Nacional, para conseguir a resposta positiva à terceira premissa. No entanto, já antes Ponce de Leão percorria os corredores da AAC, integrando a equipa de basquetebol e colaborando no Conselho Desportivo.

O contexto político e social em que se encontrava o país ganhava contornos mais expressivos na Academia de Coimbra. Os alunos não aceitavam as Comissões Administrativas, impostas pelo regime e lideradas por estudantes francamente conotados com os movimentos de direita, extrema-direita e nacionalistas. Jorge Ponce de Leão, antigo militante do Movimento Jovem Portugal, e o seu vice-presidente, José Miguel Júdice, futuro líder do nacionalismo revolucionário coimbrão, tinham por isso uma tarefa difícil pela frente.

No entanto, não é dessa forma que o antigo presidente recorda a época. “Nunca sofri ataques, nem sequer qualquer tipo de pressão psicológica”, esclarece Ponce de Leão. De resto, acrescenta: “mantinha na frequência da Faculdade de Di-

reito excelentes relações pessoais com muitos colegas que viriam mais tarde a ser referências da Esquerda portuguesa”. A justificação encontra-a nos princípios que orientaram o seu mandato: “realizar eleições, deixar uma casa arrumada, organizada e financeiramente equilibrada”. Segundo o antigo académico, “o simples facto de ter contribuído para a reposição da normalidade tornou o mandato bastante tranquilo”.

Ainda assim, admite que o fim da presidência da CA “acabou por ser mais cedo do que eu próprio considerava desejável, já que era grande a desproporção do grau de preparação dos diversos sectores de opinião para concorrerem às eleições académicas”. Estas, recorde-se, viriam a ser ganhas por Alberto Martins, marcando o fim das Comissões Administrativas na academia de Coimbra.

No período que se seguiu, o estudante concentrou-se em recuperar o atraso na conclusão do curso. «Daí que a minha vivência de tudo o que se passou [na AAC] fosse algo distante», pelo que Ponce de Leão diz não guardar muitas memórias da época.

Concluído o curso, logo em 1969, passou a residir e a trabalhar como advogado em Lisboa, e mais tarde também como gestor. Viria ainda a ser administrador do Grupo Jerónimo Martins, com o qual manteve uma ligação profissional de 26 anos. Profissionalmente, ficou também ligado à RTP, onde ocupou a vice-presidência entre 2002 e 2007, sendo até à data director-geral do Projecto Parque Alqueva. A liderança da CA em Coimbra, diz, “não teve qualquer relevância positiva ou negativa no meu percurso profissional”.

Casado e pai de três filhos, Ponce de Leão lamenta os «poucos e raros os momentos de disponibilidade para voltar a Coimbra ou à Academia nos últimos 40 anos». No entanto, como qualquer antigo atleta da AAC, sofre à distância com os resultados da Académica, “que gostaria de ver mais genuína como nos tempos dos irmãos Campos, do Maló ou Manuel António, e tantos outros”.

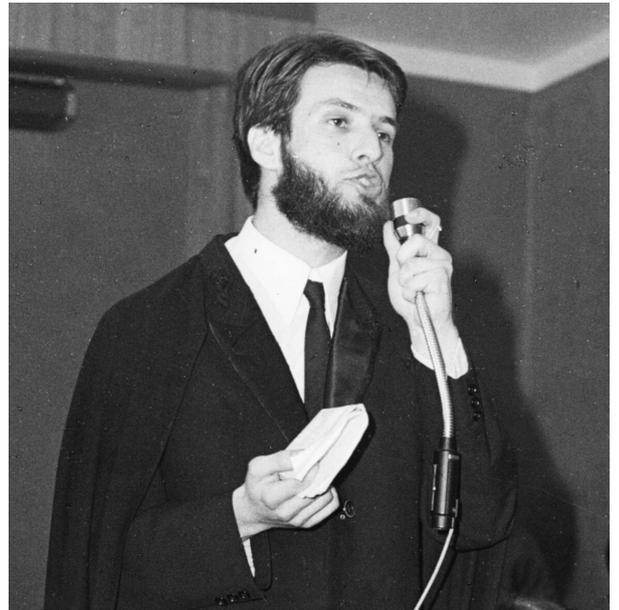
67 - Alberto Martins

Presidência
1969

Data de nascimento
25 de Abril de 1945

Naturalidade
Guimarães

Curso
Direito



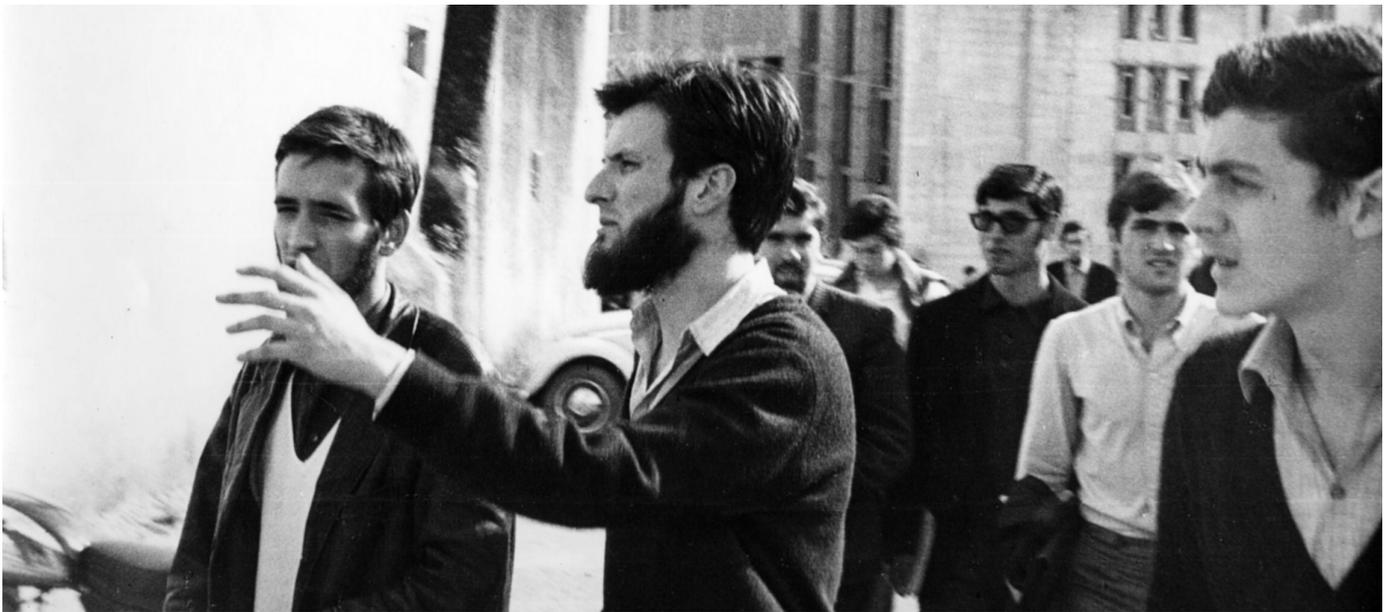
Alberto de Sousa Martins nasceu a 25 de Abril de 1945, em Guimarães, tendo chegado a Coimbra para cursar Direito. Em 1969, o jovem, que habitava na República dos “Pyn-Guyns”, vence as eleições para a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, depois de cinco Comissões Administrativas nomeadas pelo Governo terem conduzido os destinos da Academia.

O caminho até ao número um da Rua Padre António Vieira, porém, começou a ser trilhado muito antes. “Logo em 1965 começou um grande movimento para restituir a democraticidade à AAC, que aproveitou a passagem de Salazar a Marcello Caetano e o movimento de abertura do regime que se criou. Formou-se uma comissão pró-eleições, fizemos um abaixo-assinado, que foi a expressão da vontade da Academia e muitas manifestações”, conta Alberto Martins.

A comissão forçaria eleições em Fevereiro de 1969, com duas listas a votos: uma liderada por Alberto Martins, e proposta pelo Conselho de Repúblicas, e outra, de direita, afecta ao Governo, e que foi cilindrada nas urnas, com 20 por cento dos votos, e elegendo apenas um representante, que nunca compareceu a nenhuma reunião.

Num contexto político e social muito delicado, os objectivos a que os jovens de Coimbra se propunham não eram fáceis. “A nossa estratégia era mudar a universidade para mudar a sociedade e a vida”, diz Alberto Martins, que refere “a grande preparação política sólida, de pendor marxista” que recebiam os dirigentes da AAC. “A maioria de nós não tinha partido, mas sim uma visão socialista radical”. Os planos “não tinham limites. Éramos um rosto da mudança que era inevitável, e que devia passar por nós”.

*“Nós tínhamos
o sonho
e fizemos
coisas
impossíveis.
Nós voámos”*



Cidade no epicentro

Coimbra era então “uma cidade que fervilhava, um nicho de cosmopolitismo da inovação cultural, cívica e política, num país enraizado e voltado para si, mesquinho até”. E a universidade, apesar de “arcaica”, era ainda “o farol da universidade simbólica, de onde saíram as grandes figuras do regime”. O que se passava em Coimbra, diz, “tinha repercussões em todo o país”, garante, até porque os estudantes integravam as listas da oposição, que, por sua vez, dava “um fortíssimo apoio financeiro à AAC, que na altura deixou de receber verbas da Reitoria”.

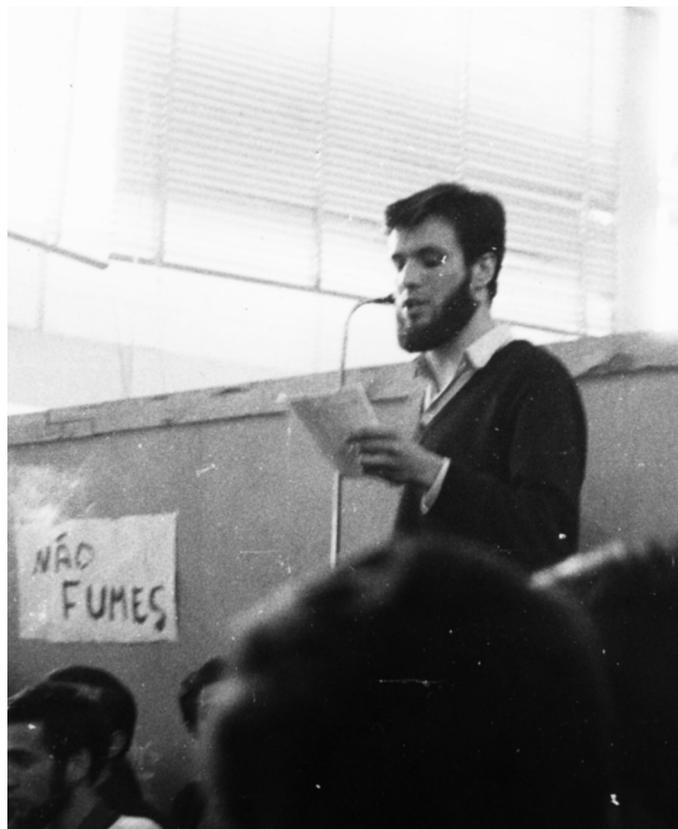
Para além disso, aponta, “quase todos os estudantes universitários homens tinham como destino possível e previsível a Guerra Colonial, principalmente os que se tinham destacado na promoção da luta, que foram compulsivamente integrados no exército como castigo, como traidores da pátria”.

Pouco depois de tomar posse, a visita de Américo Thomaz, a 17 de Abril de 1969, para a inauguração do edifício das Matemáticas, na Alta Universitária, mostrou-se como uma boa oportunidade para os estudantes testarem a sua visão. O protocolo do regime previa as intervenções apenas das figuras de Estado e da Universidade mas, em casa própria, os alunos queriam falar.

Na madrugada de dia 17, em reunião, os jovens decidem pedir a palavra durante a cerimónia. “Eu até disse que devia ser alguém com mais lata e lábia do que eu, mas quem tinha de o fazer era o presidente, porque era simbólica e institucionalmente o representante dos estudantes”, recorda o antigo académico. De manhã, enquanto se dirige para o edifício, os colegas convocam uma Assembleia Magna (AM), junto ao Largo de D. Dinis, para informar os alunos do que se ia passar. Aí fica concentrada a maioria, enquanto alguns conseguem entrar nas Matemáticas. “Estava convencido que aquilo não ia ter efeito nenhum, ele não me ia dar a palavra e vinham uns gorilas para me prender. Mas entretanto começo a ver os estudantes a entrarem na sala e pensei: já tenho aqui a minha gente”, aponta Martins.

Na cerimónia, após os discursos do reitor e do decano da Faculdade de Ciências, Alberto Martins levanta-se e dirige-se a Américo Thomaz. “Peço a vossa excelência, senhor presidente, para usar da palavra, na qualidade de representante dos estudantes da Universidade de Coimbra”. Naquele momento, conta o antigo presidente, “eu era maior do que eu próprio, era o melhor da Universidade de Coimbra a levantar-se”.

O pedido é recebido com uma ovação dos alunos presentes, e Américo Thomaz hesita, antes de recusar e dar a palavra ao



ministro das Obras Públicas. Os discursos prosseguem e, no final, as autoridades abandonam a sala. Os estudantes fazem então a sua própria inauguração, com discursos, e acendem o rastilho da que viria a ser a maior Crise Académica nacional.

Prisão e expulsão inevitáveis

Nessa noite, a PIDE rodeou o edifício da AAC, onde Alberto Martins se encontrava, à espera do dirigente estudantil. “Não podia ficar ali entrincheirado e à meia-noite saí, no meio de dúzias de colegas. Vieram ter comigo, com uma pistola, deram-me ordem de prisão e levaram-me para a sede da PIDE”. O interrogatório durou toda a noite, mas foi interrompido por volta das duas da manhã, quando centenas de alunos se concentraram na rua a exigir a libertação de Alberto Martins. A polícia responde com uma forte carga policial, e muitos estudantes ficam feridos.

O jovem é libertado no dia seguinte, enquanto decorre uma Assembleia Magna na Via Latina. Poucos dias depois, a 22 de Abril, Alberto Martins, juntamente com sete colegas, é suspenso da universidade, o que significava, no fundo, a expulsão. Nessa mesma tarde, os jardins da AAC são pequenos para acolher os milhares de estudantes que participam na Assembleia que decreta a greve às aulas e aos exames e o luto académico. “A Academia levantou-se em solidariedade”, lembra Martins, que não esquece também o apoio essencial de alguns professores, como Gouveia Monteiro, Paulo Quintela, ou Teixeira Ribeiro, que optaram por não marcar faltas aos alunos e transformar as aulas em debates.

A 2 Junho, quando a época de exames devia começar, “a PIDE esquadrinhou a cidade de lés a lés a pé, a cavalo, de jipe, todo o arsenal repressivo foi utilizado, e 200 estudantes foram presos”, refere o ex-presidente. “Mas atrás da polícia havia sempre um piquete de greve a colocar tachas na estrada para os pneus e sabão para os cascos dos cavalos”. Para quem não aderiu também houve represálias, desta vez aplicadas pelos colegas. “Os nomes de quem ia aos exames eram colocados nas árvores, os pneus dos carros furados, eram agredidos”, recorda.

Quando José Hermano Saraiva, ministro da Educação Nacional, fechou a Universidade de Coimbra, “só impulsionou a adesão ao movimento e a nossa capacidade de luta cresceu. O Governo tinha perdido a batalha”, realça Alberto Martins, que descreve a “solidariedade e afectividade que reuniu todos”. “A mulher, pela primeira vez, teve

um protagonismo decisivo, e foi importantíssima participação dos estudantes das colónias e do Brasil. Foi extraordinário e esmagador”.

Dos “momentos mágicos” que mais o marcaram, Alberto Martins destaca ainda “a distribuição de flores e balões pela cidade”.

Taça de Portugal mítica

Com o luto académico, todas as festas são suspensas, incluindo a Queima das Fitas. “Foi preciso falar com a cidade, que vivia do comércio, explicar-lhe as nossas razões, e compreendeu de forma admirável”, declara. Mas também as actividades desportivas ficam abrangidas, e é em luto académico que a Académica disputa a final da Taça de Portugal, em Lisboa, frente ao Benfica. Apesar da proibição do Governo, e do cerco da polícia ao estádio, os jogadores entraram em campo de capa aos ombros, e com a faixa branca sobre o símbolo da AAC.

Coimbra foi, até Agosto, “uma ilha da liberdade em Portugal e o farol da vanguarda da resistência do povo português na ditadura”. Mas Alberto Martins rejeita a responsabilidade de dar o ponto de partida no que viria a ser o 25 de Abril de 1974. A revolução dos cravos “foi a foz de um grande rio que começou nos operários, no Tarrafal, no Alentejo, no Humberto Delgado”. Ainda assim, admite, “a geração universitária teve particular influência, porque a luta de 1969 foi um apogeu tão forte que deixou marcas indestrutíveis, e nós estivemos à altura das nossas responsabilidades”.

Em Outubro, com o retomar das aulas, a greve aos exames termina. Mas o destino dos dirigentes estudantis que conduziram o movimento estava traçado. “Fomos incluídos no serviço militar e seguimos para Mafra. Passados seis meses recebemos uma amnistia, mas aquilo cortou-nos a vida”, entende.

Dois anos depois, o antigo académico retomou os estudos e licenciou-se em Direito. Exerceu advocacia e foi professor na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Militante do Partido Socialista, enveredou pela carreira política em 1987, tendo sido ministro da Reforma do Estado e da Administração Pública em 1999. No mesmo ano, recebeu a Grã Cruz da Ordem da Liberdade. De 2005 a 2009 foi líder da bancada parlamentar do PS.

“A minha geração esteve do lado certo da história”, diz, da experiência que não reduz ao tempo de um mandato. “Nós tínhamos o sonho e fizemos coisas impossíveis. Nós voámos”.



68 - António

José Pires

Remédio

Presidência
1970

Data de nascimento
10 de Março de 1946

Naturalidade
Idanha-a-Nova (Castelo Branco)

Curso
Filosofia

Em Abril de 1970, cumprido um ano de intensa luta estudantil em Coimbra, chega à Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra uma nova equipa, liderada por António José Pires Remédio.

O estudante de Filosofia, que já tinha integrado a DG anterior, de Alberto Martins, explica que a composição dos órgãos gerentes se processou de forma diferente do habitual, tendo sido votada em assembleias nas várias faculdades, e de onde saiu a Lista do Movimento Estudantil. “Como não foi proposta pelo Conselho de Repúblicas era mais heterogénea do ponto de vista da orientação política”, apesar de estar clara e vincadamente à esquerda e contra o regime.

No rescaldo do episódio de 17 de Abril, “o movimento de massas já estava em refluxo”, conta o antigo presidente. A greve aos exames tinha terminado e pairava no ar a esperança de mudança que a chegada de Marcello Caetano ao poder inspirava. O novo ministro da Educação Nacional, Veiga Simão, e a Reitoria entregue a Gouveia Monteiro, tido como protector dos alunos, eram outros dois factores que deixavam a AAC expectante. “A preocupação era fazer o marcelismo ou não, mas quando a luta radical pôs à prova o regime, cedo se percebeu que a primavera marcelista não ia acontecer”, conta Pires Remédio.

Prova disso é que a DG/AAC nunca chegou a tomar posse. “Havia três meses para homologar os resultados das eleições e isso não se verificou, porque o reitor enviou um parecer negativo ao ministro”. Na origem da decisão esteve o momento que o antigo presidente define como particularmente marcante em todo o mandato.

Na noite de 9 de Maio de 1970, a Oficina do Teatro de Coimbra (OTEC) levava à cena, no Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV) a estreia de uma peça, para a qual não foram vendidos bilhetes, estando a entrada reservada a portadores de convites, distribuídos a diversas personalidades, seleccionadas pelo OTEC. A atitude do grupo, dominado por alunos da di-

reita e extrema-direita, foi entendida pela Direcção-Geral como uma provocação. Durante o espectáculo, os jovens concentraram-se à entrada do TAGV, perturbando a iniciativa. A polícia não tardou a carregar sobre os estudantes, para obrigar à desmobilização. “Foi bastante duro. Lançaram gás lacrimogénico, dispararam tiros, houve um estudante atingido com gravidade, e muitos ficaram feridos no meio do pânico. Muitas balas ficaram cravadas nas paredes do TAGV” conta.

Depois dessa noite, mesmo não sendo reconhecida de forma oficial, a DG/AAC continuou a trabalhar até Outubro de 1970. “Fazíamos a gestão administrativa e reunimos algumas vezes com o reitor, ainda que de forma informal”. E admite hoje que “não houve diálogo suficiente com Gouveia Monteiro. Podíamos tê-lo aproximado mais dos estudantes”.

Ao antigo presidente não faltava experiência. “Era sócio do TEUC, do CITAC, tinha integrado várias comissões técnicas, as da greve aos exames, as que faziam os planos de piquete e boicote policial, era delegado do quarto ano de filosofia...”. E herdou a missão da Direcção-Geral anterior: “foi um mandato de continuidade da luta, nenhum de nós a iniciou”, considera.

E a luta já há muito que fugia aos limites da Academia. “Os contactos com Lisboa e Porto davam-nos uma visão mais nacional do movimento”, mas, aponta Pires Remédio, “ser estudante era ser jovem”, e ser jovem significava, então, engrossar as fileiras de militares na Guerra Colonial. “Essas preocupações, que eram tabu para o regime, tornaram-se um objectivo de luta”. “Nem era um processo de fuga à guerra, era antes sentir que tínhamos o direito a viver em Portugal, mesmo não concordando com o regime”. A colaboração, “pessoal e política”, com estudantes africanos era intensa, e os alunos de capa e batina marcavam presença nas listas da oposição em eleições nacionais. “Havia uma urgência colectiva. Dos estudantes, do povo na rua e dos povos colonizados”.

Detido várias vezes, pressionado e perseguido, lembra “as chamadas com ameaças de morte, ou a tentativa de atropelamento à porta de casa”, mas entende que não fez “nada de místico”. “Fizemos o que tínhamos que fazer no contexto da luta nacional e continuámos a fazê-lo ao longo da vida. O resultado que perdurou foi a consciência cívica e política”. “Marcou-nos definitivamente, fez parte da nossa aprendizagem para sabermos onde estamos e o queremos”, define, 40 anos depois.

Em Outubro de 1970, e com um ano do curso perdido pelas faltas aos exames, Pires Remédio dedica-se a concluir a licenciatura e segue para a tropa, onde fez parte das comissões do Movimento das Forças Armadas. Mais tarde, entra no Ministério da Educação e opta pela área da formação, até se reformar.

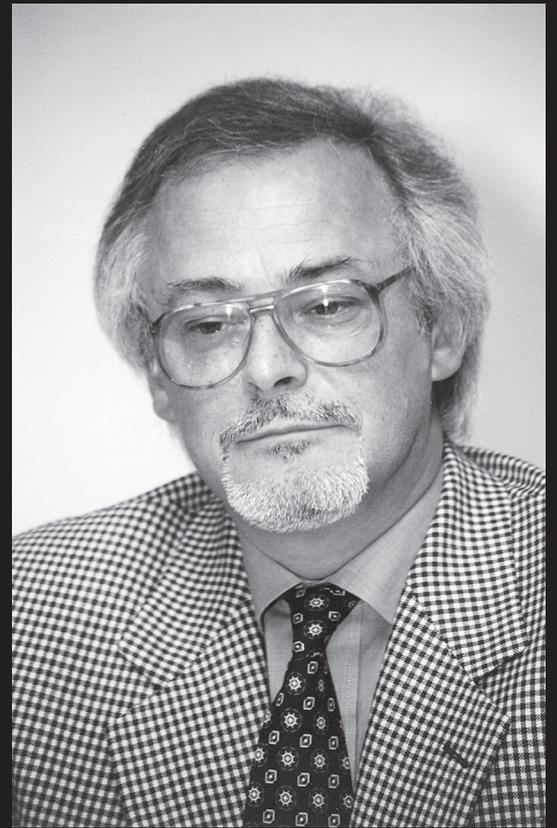
69 - Carlos Fraião

Presidência
1970

Data de nascimento
14 de Junho de 1948

Naturalidade
Faial (Açores)

Curso
Direito



90

O último presidente da Associação Académica de Coimbra antes do 25 de Abril é advogado em Coimbra, e recorda os tempos vividos na Academia como “atribulados, duros e difíceis, mas com alguma exaltação”.

Carlos Fraião nasceu na ilha do Faial, nos Açores, a 14 de Junho de 1948, e foi eleito presidente da Associação Académica de Coimbra em Novembro de 1970, quando estudava no segundo ano de Direito, em plena Primavera Marcelista. E recorda o contexto: “Houve a substituição do ministro da Educação (José Hermano Saraiva por Veiga Simão), e do reitor da Universidade de Coimbra (Gouveia Monteiro) para ver se pacificava a Academia. Foi uma pessoa que tentou ser séria e impôs como condição para aceitar ser reitor que os castigos aplicados aos estudantes fossem levantados. Eu era um dos 49 estudantes que tinha ido de castigo para a tropa por ter tido alguma participação na crise académica, não só porque os organismos autónomos tiveram um papel importante na crise (era presidente do Coro Mis-

*“Aprendi
muito
e depressa,
porque nesses
tempos
éramos
obrigados
a isso”*

to), mas também tinha sido um dos estudantes a intervir na Assembleia Magna que decretou greve aos exames, e com uma intervenção a apelar a isso. Certo é que fui com o Osvaldo Castro e Barros Moura a Lisboa para negociar com Veiga Simão a nossa amnistia. Ele fez-nos prometer que nos portaríamos bem. Portámo-nos tão bem que um ano depois estávamos presos”.

Quanto à sua Direcção-Geral, Fraião entende que “foi uma direcção que tentou dar continuidade à luta iniciada em 1969 por uma universidade reformada, onde os estudantes não fossem meros objectos passivos de ensino mas activos e protagonistas no processo de aprendizagem. Uma universidade em cuja gestão os estudantes pudessem participar”.

Prisão de angolanos gera contestação

Na altura, as direcções gerais tinham de passar por uma homologação por parte das autoridades académicas. “Por azar, dois dos membros da minha lista tinham em curso dois processos disciplinares na Faculdade de Direito, no contexto da luta associativa. Então

veio um despacho do Ministério da Educação a dizer que a di-recção era homologada menos esses dois. Nós não aceitámos isso e iniciámos imediatamente uma luta no sentido de tentarmos impor e chegar a um movimento de protesto. Fizemos Assembleias Magnas e reuniões nas faculdades, e houve greves muito participadas”, conta. Na mesma altura, dois estudantes angolanos, da república do Kimbo dos Sobas, são presos por pertencerem ao MPLA, o que desencadeou uma Assembleia Magna de solidariedade, a 11 de Fevereiro de 1971. “Quando estávamos na Assembleia Magna soubemos que a AAC estava cercada pela PSP e pela PIDE. A PIDE não queria deixar sair ninguém sem se identificar, fez-se barulho para que isso não acontecesse, e muitos de nós conseguimos iludir essa vigilância e sair. Quando me dirigia para o carro, tinha lá a PIDE à minha espera”, recorda.

Três meses de cárcere

Carlos Fraião foi mandado para a delegação da PIDE na rua Antero de Quental, em Coimbra, e nessa madrugada seguiu para a sede, em Lisboa. “Durante dois dias e duas noites não me deixaram dormir, com um interrogatório, querendo descobrir ligações políticas da nossa acção. Evidente que não respondi às perguntas deles, como já tinha aprendido que não devia fazer, e ainda estivemos uns meses em Caxias. Saímos em Abril/Maio, com o pagamento de uma caução. Na altura foram presos cerca de 50 estudantes, alguns sofreram bem mais do que eu”, lembra o agora advoga-

do. A noite levou ao encerramento da Associação Académica de Coimbra até 1974.

Carlos Fraião foi um dos fundadores da Comissão para a Reabertura da AAC em Maio de 1971, com um trabalho que considera ter sido “de coordenação e de funções possíveis no movimento associativo, numa Academia em que a associação estava fechada. Essa comissão existia no 25 de Abril e foi ela que convocou a primeira Assembleia Magna, na qual resultou a decisão de convocar eleições”, conclui.

Carlos Fraião habitou a república dos “Corsários das Ilhas”, e destaca a formação humana e cívica que lá teve. “As repúblicas tiveram um papel preponderante na crise de 69. E muito do que aprendi foi na república. Mas aprendi individualmente com os da minha república e com a cultura de partilha e de auto-gestão. As repúblicas são uma escola de formação cívica e política enorme”, refere.

Política e advocacia

No 25 de Abril de 1974, Carlos Fraião estava no 4.º ano de Direito. Devido às boas notas nas cadeiras de Economia, foi convidado para monitor da faculdade, mas recusou para aceitar ser funcionário do PCP. Foi dirigente em Coimbra, nos Açores, Castelo Branco e Viseu, foi membro do Comité Central e da Comissão Política do partido. Saiu em 1993, concluiu o que lhe faltava do curso e começou a exercer advocacia em 1994. Mantém o seu escritório na Rua Figueira da Foz, em Coimbra.

70- Carlos Alberto Ferreira Amorim

Presidência
1974

Data de Nascimento
29 de Setembro de 1951

Data de Morte
27 de Julho de 1979

Naturalidade
Braga

Curso
Direito



Carlos Amorim discursa em Assembleia Magna nos jardins da AAC, no dia a seguir à Revolução dos Cravos (26 de Abril de 1974)

92

O primeiro presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra após o 25 de Abril é visto pelos companheiros da lista como “um líder natural e uma pessoa invulgarmente culta”, palavras de José Frederico, advogado em Coimbra, e membro da equipa de Amorim. José Gabriel, presidente da DG/AAC em 1978, confessa ter uma admiração muito especial por Carlos Amorim. “Teve uma tarefa terrivelmente difícil e foi ele e a direcção dele que reinventaram a AAC, pegaram nos escombros e retomaram. Era um homem muito inteligente e empenhado”, conta.

Carlos Amorim nasceu em Braga, onde teve uma educação conservadora, nas palavras da viúva, Regina Pinho. O pai era uma pessoa importante na cidade, tendo sido presidente da Câmara Municipal durante o Estado Novo.

Amorim é eleito para a DG/AAC logo após o 25 de Abril de 1974, e toma posse no início de Maio, quando estava a concluir o curso de Direito. José Frederico recorda alguns momentos marcantes do mandato, como a situação do futebol da Académica (altura em que começou a separação entre a AAC e o Clube Académico de Coimbra) e o que considera ter sido a abertura da Associação Académica e da Universidade de Coimbra ao povo da cidade. “Organizaram-se grandes espectáculos a preços simbólicos, para estudantes e para a cidade”, conta. Enumera ainda as campanhas de alfabetização feitas no Verão de 1974 e a criação de uma União Nacional de Estudantes Portugueses como passos importantes dados na altura.

Uma das lutas da AAC de 1974 era impedir que houvesse passagens administrativas na universidade, decorrentes da Re-

volução. José Frederico afirma que a Universidade de Coimbra foi a única “que não deixou abandonar o ensino, e todos nós fizemos exames”.

Destituição política

Carlos Amorim foi presidente da DG/AAC durante sete meses. Em Dezembro, uma Assembleia Magna resultou na destituição da direcção. “Sucumbimos à pressão dos estudantes e a algum oportunismo. As Assembleias Magnas na altura eram facilmente manipuladas, e nós ainda tentámos que se estabelecesse um quórum. Mas não se estabeleceu e quem foi votou contra nós”, conta José Frederico. Destaca que esta oposição se deveu a razões políticas, por parte de grupos ligados a núcleos sindicais de base, “que se diziam ser os seguidores da classe operária”. O facto de a Direcção-Geral ser conotada com o PCP também contribuiu para que todas as outras forças políticas se opusessem à direcção de Carlos Amorim. A DG/AAC acabou por ser provisoriamente presidida por Carlos Delgado, que saiu derrotado nas eleições, pela lista liderada por António Gomes Martins.

Morte prematura

Carlos Amorim terminou o curso de Direito no início de 1975 e foi trabalhar para um sindicato operário. Logo a seguir foi convidado para assistente da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, onde ficou a dar aulas. Atacado por um cancro do pulmão, nunca desistiu de trabalhar e deu aulas até à sua morte, a 27 de Julho de 1979, com apenas 27 anos.

71- Carlos Delgado

Presidência
1974

Data de Nascimento
29 de Abril de 1952

Naturalidade
Covilhã

Curso
Direito



Foi controversa a passagem de Carlos Delgado pela presidência da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, ao ponto de haver quem tenha vivido essa época e não o reconheça como presidente da AAC.

Segundo palavras do agora advogado, “numa Assembleia Magna da Academia, cuja data já não recordo, os estudantes votaram a demissão daquela que era ao tempo a direcção da Associação, afecta à União de Estudantes Comunistas (presidida por Carlos Amorim), tendo seguidamente eleito uma nova direcção, da qual fui presidente durante uns meses, os que antecederam a realização de novas eleições, dado tratar-se de uma direcção provisória”. Para Delgado, será essa a razão da controvérsia e da recusa de alguns elementos em reconhecê-lo.

Sobre a época, Carlos Delgado conta que “foi um tempo pleno de novos começos e futuros, um tempo primordial de esperança”. Confessa não se recordar de muitos momentos marcantes da altura. No entanto, afirma ter bem presente a primeira assembleia de estudantes em liberdade, nos Jardins da Associação Académica de Coimbra. “Foi numa tarde quente e afável, recitada à sombra de todos aqueles sentimentos em flor”, recorda.

Após sair da AAC, Carlos Delgado fez o estágio de advocacia em Coimbra, com o patrocínio de António Arnaut. De seguida, regressou à Covilhã, a terra onde nasceu a 29 de Abril de 1952, e onde se mantém a exercer a profissão.

72 - António Oliveira Gomes Martins

Presidência
1975/1976

Data de nascimento
28 de Agosto de 1954

Naturalidade
Coimbra

Curso
Engenharia Electrotécnica



É no seu gabinete, na Reitoria da Universidade de Coimbra, que António Gomes Martins, no momento vice-reitor, recorda o seu mandato de presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra. “Coincidiu com o período mais forte do pós-25 de Abril (75-76) e essa altura era muito agitada, o que tornou a experiência muito interessante”, lembra. Apesar de presidir a Direcção-Geral, Gomes Martins conta que havia uma noção de trabalho muito dividido, e a noção de presidente não era bem assumida como tal. “O cargo de presidente era menos unipessoal do que é hoje e do que tinha anteriormente”, explica.

Gomes Martins nasceu em Coimbra a 28 de Agosto de 1954 e foi presidente da Associação Académica de Coimbra num período conturbado, no pós-25 de Abril. O vice-reitor da Universidade de Coimbra em 2009 considera que “se estava a aprender com a alteração importantíssima que tinha havido no plano político e também a contribuir para ir fazendo aquilo que hoje constitui o património do nosso processo histórico recente”. O movimento, no seu entender, já não era tão entrincheirado e de resistência como foi até 1971, mas com liberdade de intervenção. “Tínhamos toda a liberdade de apresentar as nossas propostas e isso trazia uma responsabilidade muito grande ao movimento estudantil. Obrigou-nos a assumir uma grande responsabilidade, porque não era só fazer oposição, era também assumir construção”, entende.

*“Foi uma
época muito
agitada,
muito rica,
uma pessoa
aprendeu
imenso”.*

A separação do futebol

António Gomes Martins, na altura no último ano da licenciatura em Engenharia Electrotécnica, tinha a seu cargo a área da comunicação, com a criação do gabinete de comunicação e ligação à Imprensa. “Tinha uma publicação regular que era o ‘Contra-Infomação’, um pequeno boletim em formato A5, com quatro ou seis páginas, consoante a matéria. Também editei uma das séries da *Via Latina*. E depois era a política de comunicação normal, com as folhas volantes e os comunicados. Essa era a minha tarefa específica”, conta.

Um dos momentos marcantes do mandato de Gomes Martins foi a separação do futebol da Associação Académica, questão que reconhece ter sido dilacerante. “A Académica era uma coisa muito sentida. Aquilo que havia era a convicção de que o futebol da AAC não era suficientemente amador para ser bem visto do ponto de vista da nova visão do mundo que prevalecia na Academia depois do 25 de Abril”, entende. O passo seguinte, prossegue, “foi a criação de uma coisa à parte, o Clube Académico de Coimbra, que foi autorizado e usou uma simbologia muito próxima para garantir uma proximidade. Essa solução acabou por contribuir para aliviar a pressão das contradições. Depois encontrou-se a solução do Organismo Autónomo de Futebol, que ainda hoje se mantém”.

“A minha opinião é que o futebol em que a Associação Académica se deve rever não é o futebol profissional, ou não é só o futebol profissional. Compreendo que os estudantes tenham o seu amor particular a um clube. Mas nesse caso a AAC está a ser alvo de uma visão redutora e fica reduzida a um clube”, considera ainda actualmente Gomes Martins. Apesar de achar “excelente” a existência de uma Secção de Futebol amadora dentro da AAC, revela nada ter contra o Organismo Autónomo de Futebol. “Acho que até é muito meritório que os estudantes gostem da Académica e vão aos jogos”, afirma.

Alterações no mandato

O presidente em 75-76 sentiu mudanças na passagem de um ano para o outro. “O movimento estudantil começou a ficar um pouco mais dividido. Começaram a aparecer estigmas



em acantonamentos mais próximos das opções partidárias. Começou a haver aquilo que é normal e levou algum tempo a estabilizar no movimento estudantil”, refere, prossequindo que “até aí era muito polarizado em torno das forças políticas mais à esquerda, algumas até muito radicais, movimentos de grande radicalismo de linguagem, que de alguma maneira dava uma imagem um pouco distorcida do movimento estudantil. 1976 foi o ano de transição”, conclui.

Gomes Martins terminou a licenciatura em Julho de 1976 e a classificação que teve levou a que o convidassem para assistente no departamento de Engenharia Electrotécnica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Em 1980 começou a trabalhar no doutoramento, concluído cinco anos depois. Em 2000 apresentou provas para a agregação e no ano a seguir entrou para catedrático. Está desde 2003 na equipa reitoral da Universidade de Coimbra. Quando sair, no final de 2010, pretende dedicar-se mais à sua área predominante: o desenvolvimento sustentado na área energética.





73 - Clara Crabbé Rocha

Presidência
1976

Data de nascimento
3 de Outubro de 1955

Naturalidade
Coimbra

Curso
Filologia Românica

Filha do escritor Miguel Torga, Clara Crabbé Rocha foi a primeira mulher a presidir a Associação Académica de Coimbra. “Foi para mim um grande motivo de orgulho presidir a uma Associação Académica de tão larga tradição e que tinha tido à sua frente figuras tão prestigiadas como Salgado Zenha, Alberto Martins e outros, mas não foi uma tarefa fácil, pois alguns sectores da Academia (e curiosamente os mais à esquerda) não aceitaram de bom grado a escolha de uma mulher”, conta a actual professora universitária.

Clara encabeçou uma lista proveniente da Juventude Socialista em 1976. Sobre a época, recorda que eram tempos de grande clivagem ideológica e partidária. “Ao mesmo tempo que consolidávamos uma consciência ideológica, estávamos activamente envolvidos na vida da escola, participávamos nos órgãos de gestão das faculdades que tinham sido recentemente criados (Assembleias de Representantes, Conselhos Pedagógicos, Conselhos Directivos) e discutíamos as reformas dos cursos que entretanto frequentávamos. Foram tempos de grande empenhamento e entusiasmo”, lembra.

A campanha eleitoral é recordada por Crabbé Rocha como um dos momentos marcantes da passagem pela AAC. As sessões de esclarecimento, no Teatro Académico de Gil Vicente, eram “muito animadas, para dizer o mínimo”, afirma. “Na sessão de esclarecimento da nossa lista, a União de Estudantes Comunistas fez-nos um confronto cerrado. No dia da vitória da lista socialista, os militantes comunistas chegaram a agarrar em cadeiras da cantina para nos agredirem, tal

era a exaltação com que cada grupo vivia as suas convicções e defendia os seus modelos de socialismo. Mas lutávamos como podíamos pelas nossas ideias e tomámos algumas atitudes corajosas e inovadoras, entre as quais destaco a proposta de eleição democrática do reitor (que até então era escolhido por nomeação), proposta que deu brado na altura e que foi noticiada nos principais jornais”, sublinha.

Presidência de pouco tempo

Clara Crabbé Rocha acabou por se demitir do cargo ao fim de poucos meses, sendo substituída pelo número dois da lista, Henrique Fernandes. Segundo conta, a demissão surgiu na sequência de uma Assembleia Magna em que a União de Estudantes Comunistas ocupou maioritariamente o Teatro Gil Vicente e pôs à votação uma moção de apoio ao MPLA. “A moção foi aprovada e demiti-me por não concordar com ela e por achar que a votação não correspondia ao sentir da grande maioria dos estudantes”, justifica Clara Rocha.

Depois de deixar a AAC, Crabbé Rocha foi convidada a integrar a lista de deputados à Assembleia da República do PS, mas não chegou a desempenhar as funções por se ter envolvido na carreira universitária. Foi professora na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra durante dez anos, transitando depois para a Universidade Nova de Lisboa, onde é catedrática desde 1995. Em 2004 foi professora convidada da Sorbonne, em França. Tem algumas publicações, sendo a última *O Cachimbo de António Nobre e Outros Ensaios*, de 2003.

74 - Henrique Fernandes

Presidência
1976

Data de nascimento
28 de Dezembro de 1948

Naturalidade
Seixal

Curso
Direito



Henrique Fernandes era o número dois da lista que se candidatou à Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra em 1976. A cabeça de lista Clara Crabbé Rocha, optou por ser candidata à Assembleia da República e deixou a Associação. “Na altura a nossa análise era que as mulheres estavam arredadas da actividade associativa e política, e procurámos fazer com que a igualdade do género avançasse. Antecipámo-nos à época”, conta Henrique Fernandes, à data presidente da concelhia de Coimbra do PS.

Nascido no Seixal a 28 de Dezembro de 1948, quando chegou a presidente da Direcção-Geral da Associação Académica estudava Direito, apesar de já ter uma licenciatura em Sociologia, tirada em França. “Isto era muito cinzento, então fui tirar Sociologia para França. Cheguei em pleno Maio de 1968. Em Portugal recomecei o curso de Direito”, lembra. Antes de ir para França, integrou o Teatro dos Estudantes da Universidade de Coimbra e a Secção Fotográfica da Associação Académica.

Sobre o seu mandato, Henrique Fernandes entende que a AAC tinha “posições extremadas”, o que tornava as Assembleias Magnas muito vivas. “O espaço de debate vivo estava na altura circunscrito a posições entre o PCP e a extrema-esquerda. A nossa candidatura era de esquerda democrática”, afirma. A impressão mais forte que ficou no presidente da Associação Académica de 1976 foi o que apelida de intolerância, havendo grupos que não os deixavam fazer campanha eleitoral. “Achavam que representávamos a pequena burguesia. E como eu já tinha vivido o Maio de 68 em França, havia ali um certo ‘déjà-vu’ para mim”, defende.

Henrique Fernandes recorda a primeira sessão de esclarecimento da lista. “Fizemos uma assembleia que estava longe de nos ser favorável. A Clara queria falar, eu também, e havia quem nos impedisse, e eu disse que o comportamento deles não lembrava o que historicamente já tinha acontecido, que eram os camisas castanhas do Mussolini, que impediam outras forças de usar a palavra. O grupo mais radical tentava impor o que defen-

dia. Face à minha afirmação levantaram-se e prepararam-se para subir ao balcão para exercer a força física. Lembro-me de um elemento da plateia na altura ter dito para nós falarmos porque tínhamos direito, e a democracia também era isso. Se a memória não me falha esse elemento era o António Marinho Pinto (de momento bastonário da Ordem dos Advogados). A partir do momento em que nos deixaram falar, já não foi possível calar-nos mais”, conta.

Assembleia Magna controversa

Henrique lembra a primeira situação que se verificou quando a sua equipa chegou às instalações da Associação Académica no dia a seguir à vitória nas eleições. “Estávamos lá há uma hora e a ver como distribuíamos a logística quando nos chega às mãos um abaixo-assinado para uma Assembleia Magna, com um número regulamentar de assinaturas, trazido por elementos ligados à UDP, cujo único ponto da ordem de trabalhos era demissão da Direcção-Geral”. A medida, conta, levou ao descrédito da equipa, convencida que a democracia era uma missão impossível na AAC. “Na Assembleia Magna fizeram-nos aprovar um conjunto de regras, mas nós dissemos de imediato que podiam ser entendidas como uma recomendação, porque tínhamos o nosso programa e tínhamos sido eleitos”, afirma.

Após sair da AAC, Henrique Fernandes retomou a docência em Sociologia, no Instituto Superior de Segurança Social de Coimbra. Avançou para o Mestrado e o Doutoramento. Em 1989, regressado ao PS (de onde havia saído enquanto presidente da AAC por desentendimentos com o Governo socialista de então), integra a equipa de Manuel Machado que vence as eleições para a Câmara Municipal de Coimbra. Fica como vereador e vice-presidente até 1999, seguindo para o Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho, como vice-presidente. De 2005 a 2009, foi governador civil do distrito de Coimbra.

75 - José Neves dos Santos



Presidência
1977/1978

Data de nascimento
10 de Junho de 1952

Naturalidade
Feridouro - Belazaima do Chão (Águeda)

Curso
Engenharia Civil

Em Fevereiro de 1977, José Neves dos Santos estava a estudar para a última cadeira do curso de Engenharia Civil quando um grupo de estudantes da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (FCTUC), sem ligações partidárias, lhe propôs integrar um projecto para a AAC. Na altura, Neves dos Santos integrava o Conselho Directivo da FCTUC.

A altura era atribulada na Academia de Coimbra. O reitor Teixeira Ribeiro havia sido exonerado pelo ministro da Educação em Setembro de 1976, com os estudantes a mostrarem-se descontentes pela medida. Havia uma discussão na Universidade de Coimbra em torno dos professores saneados (que haviam colaborado com o antigo regime). Em Janeiro de 1977, alguns professores saneados do Departamento de Química tentaram entrar nos seus gabinetes, mas os estudantes impediram. Foi neste contexto que a lista C, encabeçada por José Neves dos Santos, se candidatou às eleições. Na primeira volta ficou em segundo lugar, e na segunda ganhou mesmo as eleições. “Foi a primeira vez que uma lista independente conquistou a AAC. A nossa lista não recebia ordens de partidos”, recorda o agora engenheiro civil.

A revolta estudantil causada pelo afastamento de Teixeira Ribeiro e pelo regresso dos professores saneados causou marcas na Academia. A 15 de Abril, são suspensas as aulas na FCTUC, e a 29 do mesmo mês, em Assembleia Magna, foi decretada greve geral. “O Ministério da Educação deu ordem para fechar a FCTUC. Convocámos uma Assembleia Magna logo a seguir para alargar a luta da faculdade a toda a Academia”, conta o ex-presidente.

A luta estudantil é apoiada por associações externas, como a União de Sindicatos de Coimbra e a Intersindical Nacional. Neves dos Santos explica que a Direcção-Geral da AAC que encabeçava tinha uma relação muito próxima com os sindicatos e os trabalhadores, sendo um dos lemas “trabalhadores e estudantes, a mesma luta”.

Alargamento da luta

A AAC procurou exteriorizar a sua luta para lá de Coimbra, levando os seus problemas até Lisboa. “Numa reunião entre associações académicas marcámos a nossa posição. No dia a seguir discurssei à porta da Assembleia da República, em cima do ‘capot’ de um carro”, lembra José Neves.

Para resolver a situação do encerramento da Universidade de Coimbra, fez-se um referendo entre a comunidade universitária, em Maio de 1977. A Direcção-Geral de Neves dos Santos fez um apelo aos estudantes para que não participassem no referendo. O “sim” acaba por ganhar por uma margem mínima e a universidade reabriu a 16 de Junho.

Reitor e ministro

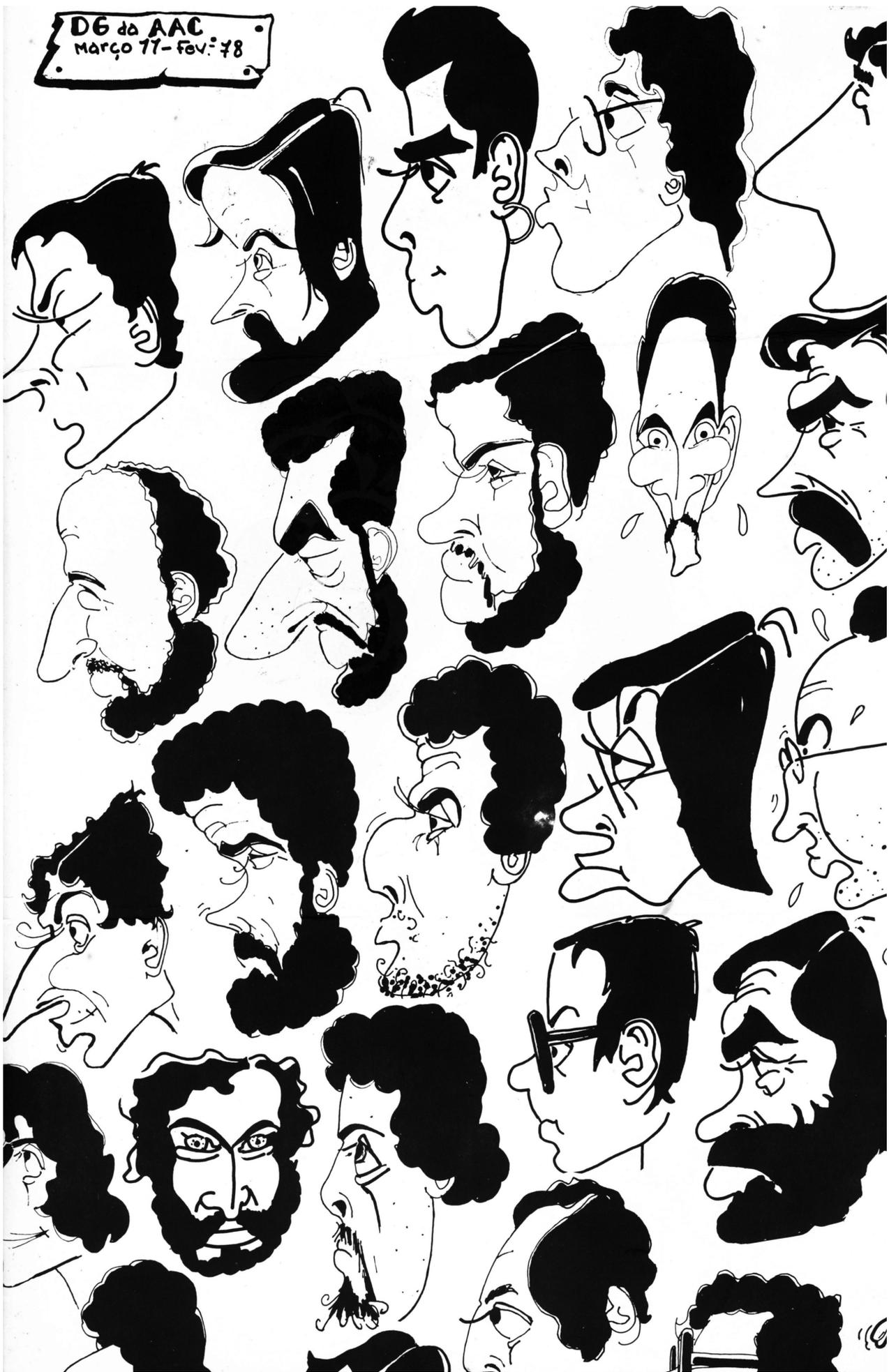
Assim que chegou a Direcção-Geral da AAC, Neves dos Santos sempre assumiu que não aceitaria outro reitor que não Teixeira Ribeiro, exonerado uns meses antes. “Disse-o directamente a Ferrer Correia (reitor interino), mas sempre mantive uma relação digna com ele”, conta. Na tomada de posse da DG/AAC de José Neves, foi Teixeira Ribeiro que discursou.

O ex-presidente conta ainda que as reuniões com o ministro da Educação, Sottomayor Cardia, duravam no máximo 15 minutos. “Havia posições irredutíveis de parte a parte”, destaca.

Regresso a casa

Após sair da DG/AAC, José Neves dos Santos fez a cadeira que lhe faltava para terminar o curso e regressou a Águeda, onde sempre exerceu Engenharia Civil. Em 1982, foi candidato independente à Câmara Municipal, apoiado pelo CDS, o que, reconhece, causou alguma indignação em Coimbra, dado o seu esquerdismo na altura da DG/AAC. “Nunca estive refém de nenhum partido, e o meu programa eleitoral até era considerado revolucionário”, afirma. Dedicou-se ainda ao jornalismo, tendo sido director do jornal Soberania do Povo, de Águeda.

DG da AAC
Março 77 - Fev. 78



Caricatura da Direcção-Geral da AAC em 1977-78. José Neves dos Santos é o segundo da segunda fila

Ser presidente da Associação Académica de Coimbra

Ser eleito Presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra é um facto verdadeiramente notável e empolgante, porquanto em termos de vida futura é extremamente gratificante.

A experiência adquirida na gestão e política académica necessariamente deixa marca a nível nacional, em cargos que os ex-presidentes venham a ocupar.

Desde que me encontro à frente dos Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra, enquanto Vice-presidente e ora Administrador, considero-me deveras enriquecido pelas relações mantidas com todos os Presidentes que durante este tempo foram passando por tão prestigiosa Instituição.

A História atesta as lutas culturais e políticas que tais presidentes travaram, algumas com repercussão na sociedade portuguesa.

A liberdade e a autogestão foram sempre apanágios dos presidentes da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, que constitui um autêntico cadinho de futuros construtores que acompanham a evolução do mundo de hoje.

Muitas secções culturais e desportivas têm a autoria dos presidentes da Direcção-Geral da AAC.

A crise de 1969, brilhantemente orientada por Alberto Martins, ao tempo presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, constituiu um hino à liberdade, sabiamente exposto nas suas palavras proferidas na Universidade de Coimbra, por ocasião de uma sessão comemorativa, em Abril de 1969:

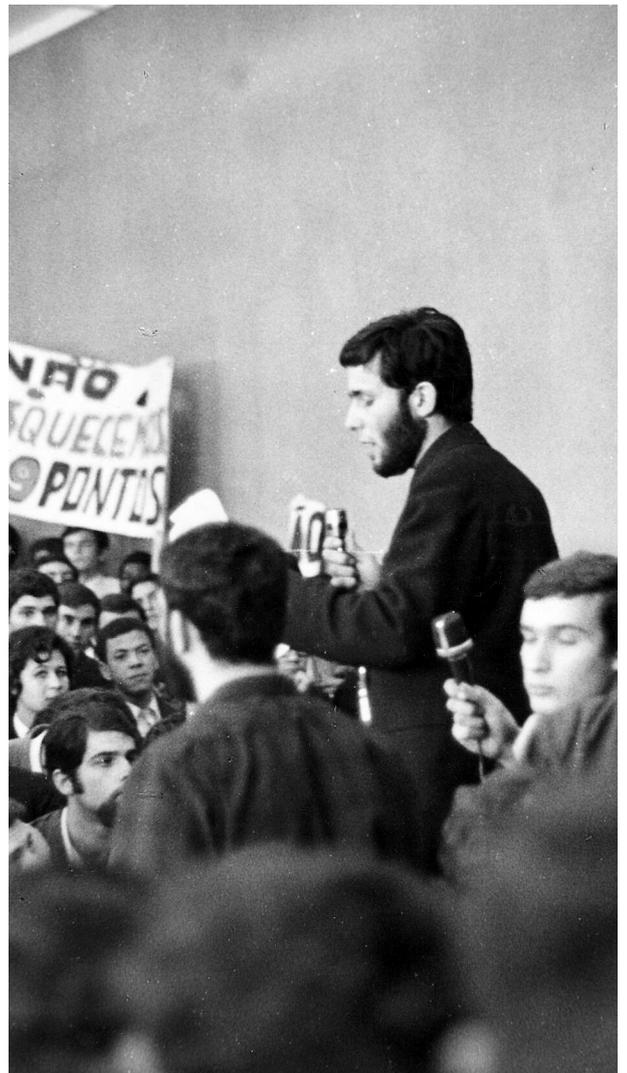
“Lembrar a ditadura é, por isso, resistir ao esquecimento, dialogar com um tempo que foi triste, dramático, e que se não quer repetir. Lembrar a ditadura é afirmar hoje, como ontem, que é no apego aos valores e à cultura humanista que se encontram todas as âncoras que fazem com que se possa dizer que nunca morre um povo”.

Temos a consciência plena de minimamente termos contribuído para as realizações promovidas pela Associação Académica de Coimbra e para a concretização dos sonhos de milhares de estudantes que viram na acção social o auxílio oportuno e sempre presente.

Auguramos um futuro brioso à Associação Académica de Coimbra, deixando um abraço sentido a todos os seus presidentes: os do passado, o presente e igualmente a todos os vindouros.

António Luzio Vaz

*Administrador dos Serviços de Acção Social da Universidade de Coimbra
e Sócio Honorário da Associação Académica de Coimbra*



Alberto Martins na inauguração do edifício das Matemáticas
(17 de Abril de 1969)

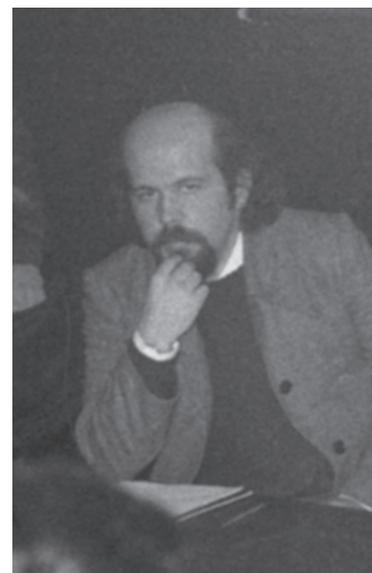
76 - José Gabriel

Presidência
1978/1979

Data de nascimento
1 de Abril de 1947

Naturalidade
Torres Novas

Curso
Filosofia



“Precisávamos de legitimar a Associação Académica perante o Estado, como interlocutor da reitoria”, defende José Gabriel, professor de Filosofia, sobre o seu mandato como presidente da Direcção-Geral da AAC, em 1978. Outro destaque que o antigo presidente dá tem a ver com o inculir de um “carácter sindical na AAC, o que implicava desenvolver representação nas faculdades. Não só termos legitimidade para falar em nome dos estudantes como também ter representação, de maneira a ter núcleos que, juntamente com delegados de curso, nos desse representatividade local”.

José Gabriel entende que o seu mandato não teve momentos grandes. “Houve confrontos com as reformas do Sottomayor Cardia (ministro da Educação), houve manifestações maciças, em resposta à reintegração dos professores que tinham sido saneados, e havia a preocupação de legitimar as decisões na Assembleia Magna”, recorda. A colaboração com a Reitoria em todas as áreas da vida da Academia, com destaque para o discurso do presidente da AAC na tomada de posse do reitor (pela primeira vez) é também destacada pelo professor. “Não consigo dividir isto em momentos, construímos a legitimidade da AAC junto das faculdades e do poder”, considera.

Legitimar o reitor

José Gabriel chegou à presidência da AAC numa altura em que o reitor, Ferrer Correia, estava interino. “Tínhamos de decidir se o legitimávamos, porque ele pediu isso expressamente. Convocámos uma Assembleia Magna, porque gostávamos de tratar isso dessa forma, expusemos o problema e a nossa proposta era negociar com ele, em que condições a AAC legitimaria o reitor. Uma das nossas exigências era que teríamos uma

*“A AAC
fez-se respeitar,
era esse um
dos objectivos”*

palavra a dizer”, conta. No geral, o presidente de 1978 entende que a colaboração foi óptima e muito crítica. “Até para fazer obras na AAC houve discussão, e só ao terceiro projecto é que aprovámos. Houve coisas que ele nos pediu e nós recusámos, e muitas vezes pensava como nós”, lembra.

Como outras medidas, Gabriel foca a realização de um tribunal de opinião estudantil. “Vieram antigos estudantes envolvidos em lutas académicas, e apresentámos os seus testemunhos”, conta. Na ideia estava também a organização de um Museu Académico, mas o projecto foi abortado. “Não queríamos um museu só das colheres de pau, mas que tivesse documentos. Contactámos as pessoas, que se dispuseram a ceder documentação, e a nossa ideia era fazer o Museu Académico, sem recusar os troféus, mas que traduzisse a realidade.

Que pudesse arquivar o espólio do Centro de Estudos Fotográficos e das secções culturais, e toda a documentação. O Ferrer Correia gostou da ideia e entrou em negociações para arranjar um edifício, e pensou-se na Casa da Nau (onde está sedeada a república “Pra-Kys-Tão”). Mas as direcções seguintes tinham uma ideia diferente para o museu, e eu pensei que era melhor não”, sublinha.

Derrota e regresso às aulas

José Gabriel recandidatou-se à Direcção-Geral da AAC em 1979, tendo perdido para Maló de Abreu, numa lista afectada à JSD. “Fui acabando o curso e regresssei à actividade lectiva. Fui atravessado por várias reformas também. Depois de sair da AAC fui sempre professor, em especial de Filosofia e Psicologia, sobretudo no Ensino Secundário. Do ponto de vista cívico pertenci ao Sindicato de Professores da Grande Lisboa e à Assembleia de Freguesia da Sé Nova, em Coimbra”, explica.

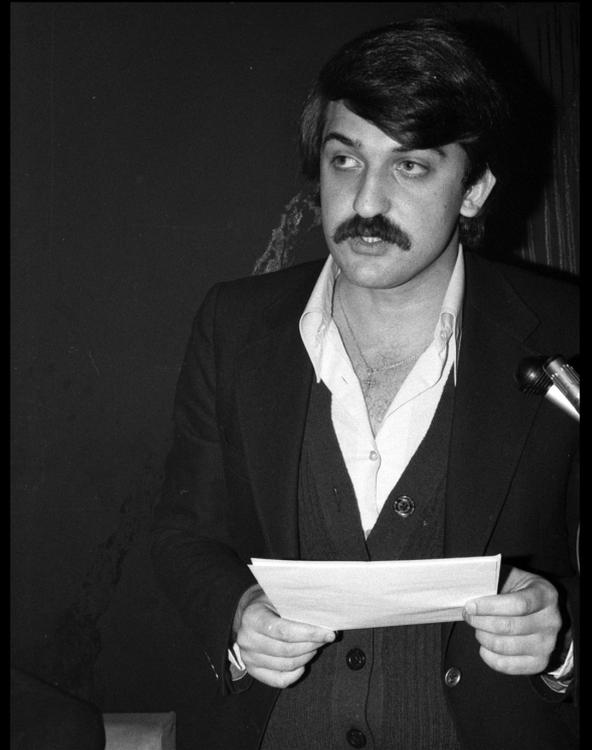
77 - António Maló de Abreu

Presidência
1979

Data de nascimento
14 de Janeiro de 1957

Naturalidade
Moçamedes (Angola)

Curso
Medicina



Com Maló de Abreu, assistiu-se ao regresso das tradições académicas. Em 1979, no seu mandato, organizou-se uma Semana Académica. No ano seguinte regressou a Queima das Fitas, com Maló de Abreu a desempenhar o cargo de presidente da Comissão Central da festa. “Vivi dois anos na Associação Académica de Coimbra”, recorda o agora médico dentista.

António Maló de Abreu já tinha integrado a lista derrotada do ano anterior, encabeçada por Jaime Ramos e candidatou-se em 1979. “Nessa altura tínhamos um projecto de devolver à Academia alguns valores tradicionais no sentido em que a AAC tem pilares, um conjunto de valores que passam por todas as gerações. Foi isso que nos fez ganhar”, defende. Lembra ainda que a vitória da sua lista, ligada à JSD, significou um corte brutal na Associação Académica, nos anos anteriores dominada pela esquerda, em especial pelo PCP.

“Há um conjunto de valores que deviam estar na Academia e eu tentei trazê-los. Em 79 fiz a Semana Académica, em 80 a Queima das Fitas. A Semana Académica já foi uma Queima das Fitas só sem o Cortejo, foi devolver a Academia à cidade, porque a Academia também é da cidade, dos antigos estudantes. Mas há outras coisas que a AAC não percebeu. Fui presidente há 30 anos e há valores da AAC que a AAC ainda não percebeu que são dela”, conta Maló de Abreu ao recordar o seu tempo na presidência da Associação Académica. Para o médico há valores que ainda não estão na Academia, como o futebol e o Orfeon masculino.

“Há um conjunto de valores que deviam estar na Academia e eu tentei trazê-los”



“Na Academia nunca se voltou a criar o velho Orfeon. Haver um coro de vozes só masculina era uma das forças da Academia”, considera. Quanto ao futebol, questiona: “porque é que existe um corpo estranho que ninguém sabe o que é? Qualquer dia pode haver uma desgraça, porque as pessoas se esquecem que uma Assembleia Magna pode dissolver um Organismo Autónomo. O futebol devia estar na Academia. Deve-se entender o futebol no bom sentido, tem coisas más como muita coisa na vida. A Académica deve voltar a ser Secção de Futebol da Académica, e deviam criar-se ideias fundamentais, como a questão dos estudantes. Não gosto de uma Académica igual ao Beira-Mar ou ao V. Setúbal. Quero uma Secção de Futebol de topo que seja igual aos outros mas diferente no que os sublinha como diferentes”, defende, acerrimamente.

O regresso da Queima

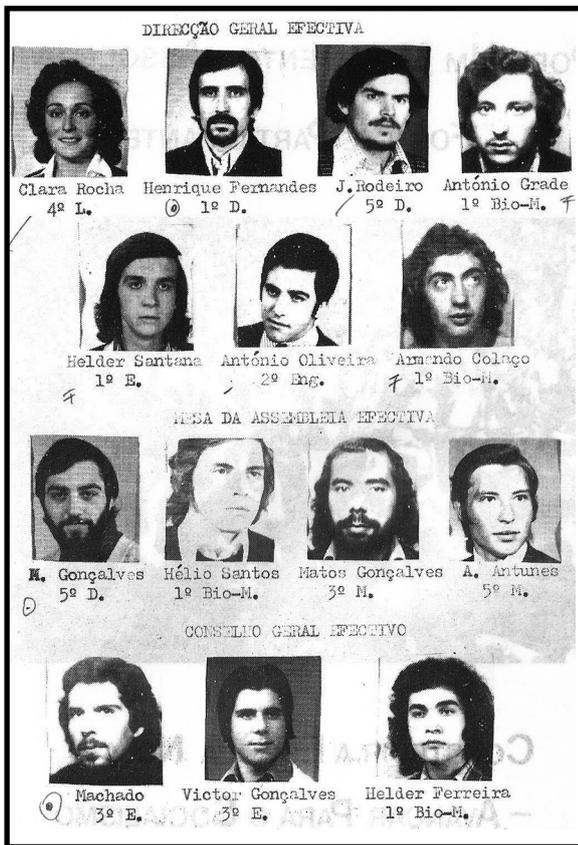
Maló de Abreu classifica o retomar da Queima das Fitas como “muito difícil, porque todos os partidos políticos eram contra o regresso das tradições académicas”. No entanto, ressalva que não foi uma questão política mas de princípio. “Ou a Associação Académica retomava os seus pilares fundamentais ou perdia-se”, entende.

Para o antigo presidente, a Queima das Fitas de 1980 foi o

maior momento de solidariedade a que assistiu entre a cidade e a Academia. “Durante 12 anos houve estudantes que não tiveram a sua Queima das Fitas. Os antigos estudantes vieram todos a Coimbra fazer a sua Queima das Fitas, 10 e 11 anos depois. Foi um momento fantástico porque a cidade inteira saiu à rua”, relembra. Actualmente, o responsável pelo retomar da festa pensa que esta se devia abrir mais à cidade. “A Associação Académica e a Queima das Fitas têm de perceber que a sua força também vem da força da cidade. Tem de se abrir à cidade, e é cada vez mais criticada por um conjunto de factores que são perfeitamente resolúveis”, sublinha.

Medicina e política

Após deixar a Associação Académica de Coimbra, Maló de Abreu terminou o curso de Medicina e rumou a Lisboa para tirar Medicina Dentária. Fez-se militante do PSD e foi vice-presidente da Comissão Política Nacional do partido de 1980 a 1984, ao lado de Rui Rio, Aguiar Branco e Pedro Passos Coelho. Foi ainda director regional dos Desportos. Em 2004, candidatou-se à presidência do Organismo Autónomo de Futebol da Académica, tendo perdido para José Eduardo Simões. Tem a sua clínica na Rua do Brasil, em Coimbra, e é deputado na Assembleia Municipal de Coimbra pelo PSD.



Direcção-Geral da AAC de 1976-77



Direcção-Geral da AAC de 1957-58, presidida por Ruy Alvim (sentado ao centro)



Direcção-Geral da AAC de 1977-78, presidida por José Neves dos Santos

78 - Luís Filipe Correia Teixeira

Presidência
1980

Data de nascimento
3 de Fevereiro de 1955

Naturalidade
S. Sebastião da Pedreira (Lisboa)

Curso
Medicina



Nascido em 1955 no distrito de Lisboa, Luís Teixeira chegou à presidência da Associação Académica de Coimbra em 1980, quando se encontrava a terminar o curso de Medicina. Antes já havia estudado no Instituto Superior Técnico de Lisboa, tendo-se transferido para Coimbra. Era o presidente quando a Queima das Fitas regressou, num momento que apelida de “um entusiasmo inesquecível vivido em toda a cidade de Coimbra”.

Sobre o período em que presidiu a Associação, considera ter sido “de grande luta política, principalmente, contra aqueles que desejavam uma universidade politicamente condicionada e mero órgão reflector e propagandista das forças mais esquerdistas e radicais da sociedade”. Candidatou-se para acabar com um tempo em que era quase interdito o uso da palavra em assembleias a qualquer estudante mais moderado. “Desligado da vida partidária, foi depois de alguma reflexão que aceitei o convite para encabeçar uma lista de gente diversa, mas com ideais comuns de renovação democrática da vida associativa. Tal decisão implicava riscos escolares para alguém a frequentar o 6.º ano de Medicina”, afirma.

Luís Teixeira destaca ainda o combate político para restabelecer uma tradição renovada, “e, hoje, plenamente aceite”, e a abertura solene da Universidade de Coimbra, em que, “pela primeira vez em muitos anos, um representante dos estudantes voltou a ter a palavra”.

Após sair da AAC, Luís Teixeira desligou-se da política e dedicou-se à profissão e à família. “Tal não significa que não tenha uma atitude de observação crítica perante a vida política e partidária. Por vezes, apetece-me subscrever a frase de Cícero: ‘Se tendes uma biblioteca e um jardim, tendes tudo o que vos faz falta’”, sublinha. Até à data, Luís Teixeira é médico em Portalegre.

*Luís Teixeira
candidatou-se
para combater as
limitações que
havia aos
estudantes com
um discurso
mais moderado*

79 - Luís Filipe Pais de Sousa

Presidência
1981

Data de nascimento
20 de Janeiro de 1958

Naturalidade
Coimbra

Curso
Direito

A revisão dos estatutos e a publicação de um relatório e contas foram duas das medidas que Luís Pais de Sousa, advogado em Coimbra, destaca do seu mandato de presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra. “Só a Direcção-Geral do José Gabriel tinha apresentado algo parecido, mas foram só as contas, o que já era qualquer coisa. Apresentámos o relatório e contas, fiquei com um exemplar e mandei encadernar”, conta.

Nascido em Coimbra a 20 de Janeiro de 1958, Luís Pais de Sousa desde cedo se interessou por questões associativas. “Fiz um percurso na JSD de Coimbra. Depois fui presidente da Associação de Estudantes que fundei na Escola Secundária Infanta D. Maria e comecei logo a viver uma experiência de associativismo estudantil. Quando chego à Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, há intenção de integrar uma lista, encabeçada pelo Jaime Ramos, que perdeu (em 1978). Depois, no quarto ano, fui escolhido para candidato e ganhámos com uma certa diferença. Entrei com uma equipa completamente nova”, recorda.

Para Pais de Sousa, 1981 foi um ano importante na existência da Associação Académica de Coimbra. “A AAC e a Universidade estavam com uma crise de identidade, atravessadas pela discussão da autonomia das instituições, que ainda hoje se mantém. Na AAC considerámos prioritário dotar a associação de estatutos, porque os que havia eram de 1963, com regras feridas de inconstitucionalidade. Trabalhei o projecto com o Francisco Pereira Coelho e não saímos sem fazer uma outra votação para os estatutos. O projecto foi aprovado a 27 e 28 de Janeiro de 1982 e foi o que ficou”, lembra. Para o advogado os estatutos foram uma bandeira importante, porque, considera, “sem regras a instituição não funciona”.

Repúblicas e financiamento

Pais de Sousa recorda uma reunião que teve com o ministro da Educação de então, Vítor Crespo. “Começou a reunião a dizer que não me dava dinheiro. Eu disse-lhe que então lhe entregava a chave e ele ficou aflito. Tínhamos um orçamento de sete

mil contos e ainda conseguimos aumentar. O ministro às vezes mandava-nos aos mil contos de cada vez”, recorda, entre risos. Outro problema que encontrou foi o das repúblicas, que estavam a ser despejadas devido à falta de uma legislação especial para aquele tipo de arrendamentos. “O problema derivava da garantia que os senhorios não dispensavam as pessoas que lá moravam, e havia uma degradação de imóveis. As repúblicas eram uma instituição que convinha defender e fui lá muitas vezes falar com eles. Lembro-me de ir à Assembleia da República fazer reuniões com grupos parlamentares que tinham antigos presidentes da AAC como o Salgado Zenha e o Moura Guedes. E saiu a lei n.º 2/82, que definiu o regime específico para esses arrendamentos, visando proteger estes imóveis”, conta.

Museu e Académica

Do ponto de vista cultural, Pais de Sousa realça o relançamento da revista *Via Latina*, parada desde 1974. Criaram-se ainda as bases para a construção de um Museu Académico. “Encontrámos um vasto espólio da biblioteca da AAC em estado deplorável. Fizemos uma parte da catalogação, pusemos o Artur Ribeiro (actual director do Museu) a tratar disso, depois criámos as condições para isso. Pedimos inclusive a Torre de Antão como solução provisória”, sublinha. No desporto, foram restauradas as relações com a direcção do Clube Académico de Coimbra, com o objectivo de fazer reentrar a Secção de Futebol na federação para disputar os campeonatos distritais. “Era o próximo passo para que o Académico acabasse e a Académica tivesse uma certa autonomia para fazer o seu caminho”, conta.

Depois de sair da presidência da AAC, Pais de Sousa acabou o curso, fez serviço militar e paralelamente o estágio em advocacia. Em 1987 aceitou ser deputado na Assembleia da República pelo PSD, tendo ficado no Parlamento até 1995. De 2002 a 2004 foi secretário de Estado da Administração Interna, no Governo de Durão Barroso. Mantém o seu escritório de advocacia (que já pertencia ao pai) na Rua Padre Estêvão Cabral, em Coimbra.

candidatos da lista

A

sovereiros

DG



p. sousa



marques



c. santos



canelas



j. costa



j. diogo



paulo c.

Mesa



c. andrade



j. miguel



j. américo



j. sousa

C. Fiscal



santiago



p. queirós



ana s.

DG



p. coelho



maria j.



emília s.



maia



l. pedro



barreto



j. cunha

Mesa



miguéis



m. josé



j. negrão



cura

C. Fiscal



p. canha



p. santos



pimentel

suplentes

80 - Guilherme Carlos Fonseca Carreira

Presidência
1982

Data de nascimento
10 de Maio de 1958

Naturalidade
Coimbra

Curso
Engenharia Civil

108

Actualmente engenheiro civil, Guilherme Carreira chegou a presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra em 1982, aos 24 anos. Frequentava na altura o 5.º ano de Engenharia Civil. Era o presidente da AAC aquando da visita do Papa João Paulo II à cidade, em Maio de 1982.

Guilherme Carreira elege como um dos momentos mais marcantes do mandato a aprovação na Assembleia da República do decreto da autonomia universitária. Conta o presidente da AAC de então que o decreto “consubstanciava a autonomia de forma irreversível, o que veio a culminar com a eleição do primeiro Senado Universitário em todas as universidades portuguesas e a eleição do primeiro reitor pelos representantes directos de funcionários, professores e estudantes e não pelo Estado como era prática até aí”. Recorda ainda que os órgãos estudantis de todo o país aceitaram a proposta da Associação Académica de Coimbra, que veio a ser uma das bases do decreto. “Mais uma vez Coimbra fez

*Guilherme
Carreira recorda
a vinda do Papa
João Paulo II
a Coimbra,
durante o seu
mandato*

história”, considera Carreira.

O engenheiro civil destaca ainda o estabelecimento das bases de financiamento da AAC com o Ministério da Educação, “assente em princípios claros de quantificação e calendarização de forma a debelar o constante estrangulamento da sua actividade nos campos culturais e desportivos”. Houve ainda um acordo com a Reitoria da Universidade de Coimbra para que a AAC participasse na gestão do Teatro Académico de Gil Vicente. No seu mandato realizou-se mesmo o primeiro concerto rock no teatro, com os Jafumega e os Heróis do Mar.

Em 1983, Guilherme Carreira deixou a AAC, dando lugar a Luís Parreirão. Nesse ano concluiu o curso de Engenharia Civil e entrou no mercado de trabalho. “Comecei como medidor, depois director de obra, director de produção e director geral. Enfim o percurso normal”, conta. Entre 2004 e 2007, Guilherme Carreira esteve na administração da Metro Mondego. À data, trabalha em Tel Aviv, Israel, no projecto do metro local.

81 - Luís Parreirão

Presidência
1983

Data de nascimento
9 de Outubro de 1959

Naturalidade
Figueira da Foz

Curso
Direito



É a 9 de Outubro de 1959, na Figueira da Foz, que nasce Luís Manuel Ferreira Parreirão Gonçalves. A sua terra de origem é aquela que lhe oferece a primeira educação entre 1966 e 1977, período em que frequenta os ensinamentos básico e secundário. O homem que, mais tarde, viria a marcar presença na política nacional pelo Partido Socialista, estuda Direito na Universidade de Coimbra entre 1979 e 1984, despendendo, durante o seu percurso académico, para as lides associativas.

Em 1983, com 23 anos, e quando frequentava o 5.º ano do seu curso, Luís Parreirão é eleito presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra. A sua ascensão enquanto primeiro presidente da Académica eleito no âmbito do célebre Projecto C marca uma nova fase na política da Academia Coimbrã.

Após a conclusão da licenciatura em Direito, Luís Parreirão mantém a ligação ao mundo da política através do seu trabalho como advogado e vereador da Câmara Municipal de Soure. Mas é em 1996, ano de poder do governo socialista de António Guterres, que essa ligação se torna mais forte com a sua nomeação para chefe de Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública. A permanência de Luís Parreirão neste cargo é breve, visto que em 1997 alcança um novo posto, o de secretário de Estado da Administração Interna. Condição que, dois anos depois, em 1999, se modifica com a nomeação do antigo presidente da

A eleição de Luís Parreirão marca o início do domínio do Projecto C na AAC

Académica para secretário de Estado Adjunto e das Obras Públicas, função que desempenha até ao acontecimento que marca o dia 4 de Março de 2001: a tragédia de Entre-os-Rios. Neste dia morrem quase 70 pessoas na sequência do desabamento da Ponte Hintze Ribeiro, inaugurada em 1887. O desastre origina acusações relativas à possível negligência do Governo português, o que leva Luís Parreirão a demitir-se do cargo.

A saída do Governo sucede-se mas a caminhada política prossegue com a presidência da Federação Distrital do Partido Socialista, posto que ocupa entre 2000 e 2002, sucedendo a Fausto Correia, e com o cargo de deputado à Assembleia da República, entre 2001 e 2002. Mas, como nem só da política se vive, Luís Parreirão envereda também pelo ensino, tornando-se em 2001 assistente con-

vidado do Instituto Superior Bissaya Barreto, em Coimbra.

Depois de vários anos passados nos meandros da política nacional, o antigo estudante de Coimbra torna-se, em 2002, membro do Conselho de Administração da Aenor, Operanor, das várias Lusoscut e respectivas operadoras, cargo que abandona em 2003 para passar a presidente do conselho de administração da Mota-Engil, na área das concessões de transportes. Depois de seis anos a ocupar este cargo, Luís Parreirão torna-se administrador da Mota-Engil África, cargo que ocupa no momento.

82 - Ricardo Roque

Presidência
1984

Data de nascimento
31 de Dezembro de 1958

Naturalidade
Setúbal

Curso
Direito

Ricardo Roque nasce a 31 de Dezembro de 1958 em “Setúbal, terras do Sado e de Bocage”, como o próprio define a terra natal. A cidade escolhida para se dedicar ao estudo da Lei é Coimbra, onde se torna, durante os seus tempos de estudante, membro da então “Casa da Praça”, denominada “República da Praça”, uma “casa comunitária e auto-gerida” que, “por causa de um litígio com o senhorio, não era integrada nos Solares e Repúblicas de Coimbra”, como explica o sadino.

“As vivências naquela casa dariam um livro, e com muitas páginas. Foi para mim, e acredito que para todos os que por lá passaram, um sítio mágico. Uma ilha de amizade e de felicidade. A prática comunitária instalada permitiu-nos ultrapassar muitos egoísmos e individualismos próprios da nossa natureza, e o espírito efectivo de entreatajuda foi um tónico para o nosso crescimento enquanto pessoas, com bons princípios e valores, e um bálsamo para os momentos menos bons, alguns desaires e agruras, que também fazem parte da vida”, é como Ricardo Roque descreve os momentos passados naquela habitação tão singular. Mais tarde, “com a lei de apoio às repúblicas, foi reconhecida como solar e depois república”.

Mas não foi só esta casa tão especial que o marcou. Também o associativismo ganhou um lugar forte nas suas prioridades. Em 1983, durante o mandato de Luís Parreirão como líder da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, torna-se presidente da Mesa da Assembleia Magna. Em 1984, no 5.º ano do seu curso e com 25 anos, Ricardo Roque torna-se presidente da DG/AAC, lutando durante o seu período de liderança por uma questão que perturbava a Academia há já algum tempo: o regresso da equipa de futebol dos estudantes à sua casa. O objectivo é cumprido a 27 de Julho de 1984, através da assinatura de um protocolo com o CAC (Clube Académico de Coimbra). Dá-se, desta forma, a integração do futebol na AAC sob a forma de organismo autónomo.



mo, baptizando-se a equipa com o novo nome de Académica O.A.F. – Organismo Autónomo de Futebol.

Mas o mandato de Ricardo Roque é também de luta pela melhoria das condições de vida para os estudantes da Universidade de Coimbra. É neste ano que decorrem duas Assembleias Magnas míticas, depois de quase uma década sem estas reuniões estudantis, que levaram à suspensão do aumento de 35 para 100 escudos por refeição nas cantinas.

Dívida à cidade

Ao olhar para a cidade dos tempos de estudante, são muitas as palavras e memórias que ocorrem a Ricardo Roque: “devo muito a Coimbra e à Universidade, mas sobretudo à minha casa e aos meus colegas que comigo a partilharam, com destaque especial à nossa Associação Académica. Sinto-me muito honrado quando, a cada Centenário, passo umas horas pela república e observo a animação dos reencontros, os

abraços, as conversas com os actuais estudantes, sentindo sempre que o espírito está lá, ainda é a minha casa”.

Depois da Direcção-Geral da maior Academia portuguesa, a presença de Ricardo Roque em Coimbra é interrompida. O curso de Direito, que tira entre 1978 e 1987, sofre uma paragem durante a qual o sadino exerce funções no Governo como assessor do secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro Mário Soares.

Com o término da sua licenciatura, Ricardo Roque fixa-se em Macau entre 1987 e 1996, primeiro como jurista nos serviços governamentais e depois como advogado, exercendo, de seguida, funções no Ministério das Obras Públicas e na Presidência do Conselho de Ministros desde o seu regresso a Portugal, em 2000.

Entre 2000 e 2005, Roque é director da Estradas de Portugal para, posteriormente, se tornar administrador do Porto de Setúbal.

Palavras sobre presidentes da Associação

Foi-me pedido que fizesse um depoimento para um livro sobre os presidentes da Associação Académica de Coimbra (AAC), coordenado pelo jornalista João Pedro Campos, a solicitação da actual Direcção-Geral da Associação, a que preside Jorge Serrote.

O convite teve certamente em conta o facto de eu ter sido, durante cerca de 16 anos, entre 1982 e 1998, reitor da Universidade de Coimbra e de ser, desde 1994, sócio honorário da AAC.

Enquanto reitor, trabalhei com 13 presidentes da DG da AAC, e posso dizer que estabeleci com todos eles uma sólida e marcante relação pessoal e funcional, que contribuiu para o bom relacionamento entre os estudantes e os restantes corpos da Universidade, especialmente entre aqueles e as autoridades universitárias. A atribuição do título de sócio honorário, que me foi concedido e profundamente me sensibilizou, atesta a excelência dessas relações.

Durante esses largos anos, em que se viveram tempos difíceis e complexos nas Universidades portuguesas, mormente nas relações entre o Poder académico e o Poder político, esse bom relacionamento foi importante para a superação das crises e dificuldades da governação universitária e para assegurar uma elevada coesão universitária. Foi, aliás, um período em que houve que cuidar do aprofundamento democrático na Universidade, que teve a primeira eleição democrática do reitor, depois de décadas de nomeação governamental, e os primeiros estatutos democraticamente estabelecidos, e em que ocorreu a entrada em vigor da lei de autonomia universitária. Lei que nomeadamente reconheceu aos estudantes uma ampla intervenção no governo da Universidade, numa linha de democraticidade e de autonomia responsável, em ordem a assegurar equilibradamente, na instituição universitária, o desenvolvimento educativo, científico, cultural e social.

Os últimos tempos trouxeram alterações legislativas de grande monta, algumas de saudar, outras nem tanto, algumas mesmo assaz criticáveis. Tive ocasião de tomar posições públicas, pessoal e institucionalmente, nas matérias em causa. Porém, goste-se ou não, uma vez promulgadas, as leis são para cumprir. Não deve, todavia, esquecer-se, como escrevi algures, que “mais importante que a Lei em si mesma é a interpretação e a aplicação dela, com a sua criatividade própria, a qual escapa, em boa parte, à previsão e influência dos titulares do poder legislativo”.

Pois bem. Em todo este percurso, e reporto-me especialmente, como é natural, aos tempos do meu reitorado, tiveram os estudantes universitários, com um merecido destaque para



os de Coimbra, um papel de grande relevo.

É de inteira justiça avultar o papel da Associação Académica, e dos seus órgãos directivos, com destaque para os respectivos presidentes.

Por óbvias razões, até de espaço, não farei referências nominativas, a não ser indicar, por ordem cronológica, os presidentes da AAC do tempo em que fui reitor, e de calorosamente os saudar: Guilherme Carreira, Luís Parreirão, Ricardo Roque, Paulo Barreto, Benjamim Lousada, Ana Paula Barros, José Manuel Viegas, Emídio Guerreiro, Fernando Guerra, António Vigário, Tiago Magalhães, Zita Henriques, António Silva.

Mas permito-me trazer aqui, dentre as inúmeras inter-

Académica de Coimbra



Rui de Alarcão com Roberto Carneiro (à altura ministro da Educação) e Ana Paula Barros (presidente da DG/AAC em 1988)

venções e referências, escritas e orais, que fiz à Associação Académica, alguns excertos.

Assim, na sessão solene comemorativa do 1.º centenário da AAC, que ocorreu em 1987, disse eu, em certo passo: “Não é por acaso que a Associação Académica de Coimbra surge como a maior e mais prestigiosa associação de estudantes do País, além de ser a mais antiga. Tem um historial extremamente rico, de que todos, actuais e antigos estudantes, se orgulham. A Academia coimbrã desempenhou e continua a desempenhar um papel do maior relevo na vida académica, desportiva, cultural e social da Universidade, da Cidade, do País”.

“Associação centenária, a AAC, como a Universidade mesma, nada têm de velho, porque uma e outra, sem esquecerem as tradições, que orgulhosamente mantêm e renovam, estão abertas à inovação e ao progresso. Os estudantes, unidos em torno da sua Associação, constituem uma das garantias dessa modernidade, e do espírito de Coimbra, que une as gerações e, de uma forma rara, enlaça a tradição e o progresso”.

Na mesma sessão comemorativa, a que acabo de aludir, o Doutor Mário Soares, então Presidente da República, e que presidiu à cerimónia, qualificou a AAC nestes gratificantes termos: “A Associação Académica de Coimbra, pela sua história, tradição e acção em defesa da autonomia e dignidade da Universidade e da liberdade, alcançou um prestígio incomparável no meio universitário português e mesmo internacional”.

Por sua vez, na sessão de abertura das comemorações dos 120 anos, depois de referir que nada tinha a tirar às palavras proferidas há uma vintena de anos, asseverei: “Poderei, sim, acrescentar a afirmação de que, no entretempo, em 1989, foram aprovados, em Assembleia democraticamente constituída por representantes de todos os corpos da comunidade universitária, os Estatutos da Universidade de Coimbra, que reconhecem a AAC não como algo exterior à Universidade, mas como um elemento de própria Universidade, o que tem um alto valor simbólico, a mais de relevantes consequências práticas”. No documento estatutário estabelecia-se também que a Associação “faculta uma formação cultural, desportiva, artística e humanística complementar da formação escolar, no respeito pelos princípios da democracia, da liberdade, da solidariedade e da independência”.

No encerramento dessas mesmas celebrações do 120.º aniversário, disse também: “Celebro este aniversário com uma funda esperança: a de que a AAC, revendo-se no seu passado, que lhe garante uma personalidade própria, tão marcada, e encontrando no presente novos elos de ligação entre os estudantes, actuais e antigos, será, seguramente, senhora do futuro”.

É um voto que, neste breve depoimento, desejo, confiadamente, renovar.

Rui de Alarcão

*Reitor da Universidade de Coimbra (1982-1998)
e Sócio Honorário da Associação Académica de Coimbra*

83 - Diogo Portugal

Presidência
1985/1986

Data de nascimento
22 de Abril de 1962

Naturalidade
Berkeley (Estados Unidos)

Curso
Medicina



Diogo Martim Silva Portugal Vasconcelos Ferreira foi mais um dos presidentes da DG/AAC proveniente do Projecto C, grupo ligado à Juventude Socialista. Nascido nos Estados Unidos, rumou a Coimbra com um ano. Em Fevereiro de 1985 foi eleito presidente da DG/AAC, derrotando na segunda volta Rui Rocha, da lista D.

O agora médico recorda o contexto em que foi eleito, numa altura em que Cavaco Silva chegou à liderança do PSD depois do congresso da Figueira da Foz, e Mário Soares era o primeiro ministro de um Governo do Bloco Central. A nível académico, lembra as grandes bandeiras da sua Direcção-Geral. “No discurso de tomada de posse salientou-se a necessidade da AAC ser capaz de subir as Escadas Monumentais de encontro às preocupações dos estudantes nas diversas faculdades, de modo a combater o manifesto desinteresse e a abstenção eleitoral, de forma a ser possível assumir a função de associação de estudantes, interventiva e participativa na universidade, reivindicativa de apoios e de reconhecimento na cidade e junto do poder central”, explica.

No seu mandato foi criado o Gabinete de Apoio ao Estudante, o que considera ter disponibilizado a todos os estudantes uma listagem de contactos de quartos e alojamentos disponíveis na cidade, “bem como assegurar melhor informação permitindo uma mais rápida integração dos novos estudantes na Academia e na cidade”.

Ajuda da Reitoria

Em termos financeiros, Diogo Portugal destaca as dificuldades vividas, muito por causa do financiamento ministerial

“Havia a necessidade de a AAC ir ao encontro dos estudantes nas diversas faculdades”

só ter chegado quase no final do mandato. “A insuficiência de apoios económicos era uma constante, a AAC estava em sérias dificuldades de financiamento... Não deve ser esquecido que a Reitoria da Universidade, na pessoa do reitor Rui Alarcão, António Luzio Vaz na direcção dos Serviços de Acção Social e Carlos Luzio Vaz na direcção dos Serviços Académicos, foram apoios importantes”, revela. Destaca ainda a cooperação que sempre existiu entre a sua Direcção-Geral e a Reitoria, tendo apoiado Rui Alarcão para a reeleição. “As relações com o professor doutor Rui de Alarcão sempre foram de grande respeito e consideração, e o magnífico reitor sempre mostrou grande disponibilidade e abertura na resolução dos problemas dos estudantes e da sua Associação”, defende.

Diogo Portugal era o presidente da DG/AAC aquando das eleições presidenciais de 1986, tendo recebido os quatro candidatos a Belém (Maria de Lurdes Pintassilgo, Salgado Zenha, Freitas do Amaral e Mário Soares). “Em meu nome pessoal, fui membro da Comissão de Honra da candidatura de Mário Soares”, acrescenta.

Caminho na medicina

Diogo Portugal deu lugar a Paulo Barreto na DG/AAC. Em 1986 terminou o curso de Medicina e fez o Internato de Especialidade em Otorrinolaringologia. Em 1993 foi colocado por concurso público no Serviço de Otorrinolaringologia do Hospital de Vila Real, actual Centro Hospitalar de Trás-os-Montes e Alto Douro. Optou ainda por não ter nenhum tipo de envolvimento político e partidário ao longo da sua carreira na medicina.

83 - Paulo Barreto

Presidência
1986

Data de nascimento
12 de Outubro de 1962

Naturalidade
Funchal (Madeira)

Curso
Direito



É no Funchal, arquipélago da Madeira, que, a 12 de Outubro de 1962, nasce Paulo Duarte Barreto Ferreira. Depois da infância e parte da juventude passadas na sua ilha natal, a vinda para Coimbra sucede com o desejo de estudar Direito, curso que o acolhe na chegada à Universidade e à cidade dos estudantes.

É no 5.º ano do curso, com 23 anos, que Paulo Barreto decide concorrer a presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, mais uma vez no âmbito do célebre Projecto C, sufrágio que decorre em simultâneo com a campanha para a segunda volta das eleições presidenciais, disputadas entre Freitas do Amaral e Mário Soares. Esta coincidência dá azo a uma mítica conversa telefónica entre o novo presidente da DG/AAC, Paulo Barreto, e o concorrente socialista à Presidência da República. Na noite em que vence as eleições para a Academia, o estudante de Direito liga a Mário Soares, avisando-o de que tinha ganho, ao que este respondeu “Então vou ser Presidente da República”, situação que passado pouco tempo se confirmou.

Com a liderança da Académica nas mãos da sua equipa, Paulo Barreto dedica-se à “devolução da AAC à Academia”, visto que na época os novos dirigentes se deparavam com um problema: a afirmação da instituição dos estudantes enquanto associação meramente desportiva e cultural, afastada dos assuntos académicos. Além do processo de organização interna, a nova equipa depara-se com um outro problema: a necessidade de “diagnosticar e lutar pelos interesses pedagógicos dos alunos das sete faculdades”, de acordo com Paulo Barre-

*Ao saber que
Barreto tinha
ganho as eleições
para a AAC,
Mário Soares
respondeu:
“então vou ser
Presidente da
República”*

Socialista, que lidera a AAC entre 1983 e 1988. O estudante de Direito termina o curso enquanto ainda exerce as funções de presidente da Associação, deixando que a parte final do mandato seja assegurada pelo seu vice-presidente, o estudante de Economia, João Asseiro.

Assim, após o término da sua licenciatura, e depois de três anos dedicados à Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, um deles como presidente da Academia, Paulo Barreto ingressa na magistratura judicial e torna-se juiz, cargo que desempenha no Funchal.

to. Os projectos desta Direcção-Geral definiram o seu slogan, resumido na frase “Vamos subir as Monumentais”.

Além destas duas missões, durante o seu mandato, Paulo Barreto exerce pressão para que passe a existir uma sindicância às universidades privadas, que na altura se multiplicam, afigurando-se como projectos meramente lucrativos. Ao nível das secções da casa, o desporto mantém-se em plena actividade e a cultura académica é exibida pelo país e no estrangeiro. Também a reorganização do edifício com o alargamento do bar, a renovação do mini-auditório e a reestruturação de serviços como a reprografia, a papelaria e uma loja de artigos desportivos, contribuem para que a AAC se torne cada vez mais um “centro de convívio dos estudantes da Academia”.

O ano de liderança de Paulo Barreto revela-se como um mandato de renovação, integrado num projecto de trabalho contínuo, devido ao espírito sempre presente da Lista C, afecta à Juventude

85 - Benjamim Lousada

Presidência
1987

Data de nascimento
3 de Novembro de 1959

Naturalidade
Bragança

Curso
Medicina



É a 3 de Novembro de 1959 que nasce Benjamim Magno Abreu Lousada. Natural de Bragança, onde estuda durante os anos da sua juventude, decide, por volta dos 17 anos, fazer o propedêutico no Porto, num externato.

É nesta cidade do norte que Benjamim deseja estudar Medicina. Contudo, por umas décimas é colocado na Universidade de Coimbra, a sua segunda hipótese. O natural de Bragança explica que foi reclamar no local das candidaturas para trocar de cidade, mas já era tarde para contrariar o destino. “Vim parar a Coimbra e por cá fiquei, não pedi troca, gostei tanto disto. Isto foi em 1979 ou 80, o ambiente estava em polvorosa, na altura da reactivação da praxe académica, estava um ambiente interessante e já cá estou há mais tempo do que estive na minha terra”, conta Benjamim que, na época, passa a viver na Casa da Praça, entretanto transformada em república, processo no qual também se envolve.

A integração académica do nortenho parte da relação que constrói com os estudantes transmontanos que, devido à raridade dos transportes na época, visitavam pouco a terra natal e acabavam por passar os fins-de-semana em Coimbra. O gosto pela política e pelo meio associativo já tinha, contudo, uma base. “Eu já vinha com uma forte componente política, já era elemento da Juventude Socialista em Bragança”, condição que reactiva em Coimbra. “Mais tarde ingressei numa coisa que se chamava

Centro Experimental de Rádio [actual Rádio Universidade de Coimbra] que emitia para as cantinas”, ajudando, nessa época, a transformar este centro na RUC. O principal objectivo era “arranjar fontes de receita, que eram convívios. Os grupos das faculdades faziam convívios na cantina B (Cantina dos Grelhados), pagavam-nos o aluguer do equipamento e nós punhamos música. Normalmente era eu que punha música, já tinha prática de disk-jockey”, recorda.

Já em 1986, Benjamim Lousada é convidado para ser o primeiro representante da lista suplente da candidatura de Paulo Barreto à Direcção-Geral, ano em que ganha destaque por organizar a Semana de Recepção ao Caloiro. No ano seguinte, é ele o principal candidato à liderança da Academia, tornando-se em 1987 representante dos estudantes da Universidade de Coimbra.

Explicando a força do Projecto C na época, Benjamim conta que “fazíamos sempre questão de as nossas listas serem entregues como lista C porque realmente havia um projecto para a AAC. Conseguimos ganhar cinco anos consecutivos e um sexto intercalado”. Benjamim Lousada não esconde a ligação intrínseca deste programa aos socialistas: “tínhamos um projecto e esse projecto, na esmagadora maioria das apostas que fizemos, tinha muito a ver com a Juventude Socialista, é verdade. O candidato à AAC era discutido na sede da JS, dentro dos socialistas, mas abríamos muito a com-

“A AAC era aquilo a que eu chamava na altura a sétima faculdade da Universidade de Coimbra”

posição das listas. Tínhamos esta vantagem de abrir a lista a elementos de outras áreas”.

Durante o seu mandato trabalha essencialmente no sentido de aumentar cada vez mais a ligação entre a Académica e a Universidade. “Tínhamos um projecto que fomos implementando paulatinamente. O nosso projecto era ‘Subir as Monumentais’, a casa estava sempre muito fechada cá em baixo e os estudantes lá em cima, havia um grande divórcio, queríamos tratar os problemas pedagógicos da universidade. Sempre fomos muito reivindicativos”, conta. Para servir este propósito são criados os núcleos de estudantes por faculdade, sempre ligados à Direcção-Geral.

Um momento marcante deste ano sucede na comemoração do centenário da AAC. Afirma Benjamim que “um dos momentos mais importantes foi a sessão solene com o Presidente da República de então, Mário Soares, e a edição de umas medalhas de ouro e de prata. Foi uma série de actividades mas sempre com um grande boicote da parte do Governo da altura, de Cavaco Silva”.

Além deste festejo, ocasião fulcral do mandato de Lousada, decorrem mais dois acontecimentos que o próprio destaca. “Um que teve a ver com o senhor Chico, o velho porteiro da Associação Académica, que teve uma casa arrendada durante muito tempo e que dedicou muito à Academia. A Direcção-Geral achou por bem oferecer-lhe a casa e num jogo da Académica contra o Benfica fizemos um peditório. A cidade aderiu, fizemos a escritura da casa e oferecemos-lhe, também com o apoio da Queima das Fitas. O segundo ponto foi a primeira vez que se fez um fórum relativamente à questão de Timor. Já nessa altura tínhamos a preocupação e a visão do que poderia vir a acontecer e do que veio a acontecer”.

Contudo, não se pode esquecer que este “era um período de alguma contestação, sobretudo da nossa contestação contra o Governo, por várias situações” como, por exemplo, o desejo do Governo de querer subir o preço das refeições nas cantinas. “Tivemos o apoio dos estudantes nesse sentido”, lembra.

Com o fim do mandato, Benjamim Lousada volta a dedicar-se à rádio e à actividade política. Posteriormente, participa na fundação da Rádio Jornal do Centro que se torna depois parceira da TSF. Da animação passa para a informação. O natural de Bragança conta que foi tirando na altura um curso de Jornalismo. “Ainda hoje tenho a carteira de jornalista, mas não exerço. Fui arrastando esse tempo todo a minha actividade profissional muito longe da universidade. Mas estive sempre muito ligado, apesar de tudo, ao meio académico”.

Depois da rádio, em 1995, torna-se adjunto do governador civil de Coimbra, Victor Batista, onde se mantém durante quatro anos. “Fui deixando o curso para trás. Reconheço que, no terceiro ano, o curso me desmotivou porque não era aquilo que eu estava à espera”. Em 1999, dá-se uma nova mudança na sua vida. “Decidi que a minha vida não podia ser política e tinha de tomar uma decisão. Como não sou rico e não quero estar encostado a ninguém, faço a chamada terceira via da política. Sempre que posso participar participo dentro da minha independência, apesar da minha filiação”, justifica.

Começa, na época, a trabalhar na Zon, empresa do grupo PT, onde se mantém até à data. Entretanto coloca definitivamente a Medicina de lado e escolhe dedicar-se a uma licenciatura em Ciências da Educação que, pela falta de tempo, é obrigado a abandonar. Olhando para trás, recorda a Académica como “uma grande experiência, aquilo que eu na altura chamava a sétima faculdade da UC, era exactamente esta vida associativa”.





86 - Ana Paula Barros

Presidência
1988

Data de nascimento
26 de Março de 1965

Naturalidade
Viseu

Curso
Direito

Ana Paula Barros nasce a 26 de Março de 1965 em Viseu, localidade onde cresce para decidir que Coimbra seria o próximo passo na sua vida. É na Universidade da cidade do Mondego que Ana Paula estuda Direito entre 1983 e 1989, e onde começa a interessar-se pelo meio académico que a elege em 1988, aos 23 anos, como sua representante.

O ano em que foi presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra foi um “período afortunado”. Segundo Ana Paula, “éramos mais de 40 pessoas no total, divididos em pequenas equipas muito coesas. Foi um ano de trabalho e de alegria indescritível”. Iniciativas como a Vigília das Velas por Timor, ainda em 1988, quando se organizou um cordão de oração na Praça da República, a favor de Timor antes dos massacres de Santa Cruz, ou as Jornadas 7+1 ficam na memória de quem as elaborou e de quem as viveu.

Mas o mandato de Ana Paula Barros teve outros momentos marcantes, como a criação do Gabinete de Apoio ao Estudante, a constituição do Grupo de Coimbra como antecâmara do Projecto Erasmus, a homenagem a Zeca Afonso e a Adriano Correia de Oliveira ou até acções menos simbólicas mas não menos importantes, como a compra dos primeiros computadores para a Direcção-Geral da AAC, sete Macintosh que chegaram à Academia em simultâneo com a criação da Secção de Informática.

Uma transformação emblemática marca igualmente este ano. Recicla-se a nomenclatura de Semana de Recepção ao Caloiro e passa a chamar-se Festa das Latas, relembrando a



designação tradicional que remonta ao século XIX e início do século XX, ao mesmo tempo que se retoma também a celebração da Tomada da Bastilha.

O ano de liderança da estudante de Direito fica ainda marcado pela aprovação da Lei da Autonomia Universitária, que possibilitou aos estudantes a presença em todos os órgãos executivos da Universidade, com o peso de 40 por cento no Senado Universitário. Houve ainda a elaboração, em Bolonha, por ocasião dos 900 anos dessa universidade, da Magna Carta dos Estudantes, entregue ao presidente do Parlamento Europeu, e a recepção a Cavaco Silva, primeiro-ministro na época, cujo Governo ajudou a acabar com as dívidas da AAC.

Um ano recheado de avanços na história da Academia que Ana Paula Barros abandona em Março de 1989, no fim do seu mandato, para se dedicar ao término da licenciatura em Direito, que sucede em Setembro do mesmo ano. Posteriormente, a viscense dedica-se ao aprofundamento dos seus estudos na Bélgica através de uma bolsa do Conselho da Europa, da frequência do 1.º cur-

*“O meu ano de
presidência da
Direcção-Geral
da AAC foi um
período
afortunado”*

so de pós-graduação em Direito Biomédico e da pós-graduação em Práticas Processuais Forenses pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa em Lisboa, formação que vai adquirindo ao longo dos anos.

Advogada inscrita desde Outubro de 1991, até 1993 é também deputada na Assembleia da República, passando depois a desempenhar o cargo de adjunta do Ministro do Emprego e da Segurança Social até 1995. Desempenha ainda a função de assessora do provedor de Justiça para a Linha Verde Recados da Criança entre 1995 e 1998, para posteriormente ocupar o lugar de consultora da Alta Autoridade para a Comunicação Social até 2006, mantendo o cargo na recém-criada Entidade Reguladora para a Comunicação Social, função que cumpre durante dois anos.

Um percurso profissional recheado que culmina com a entrada na Santa Casa da Misericórdia. Desde 1995 na instituição, desempenha o cargo de líder da Direcção dos Assuntos Legais e Relações Exteriores do Departamento de Jogos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

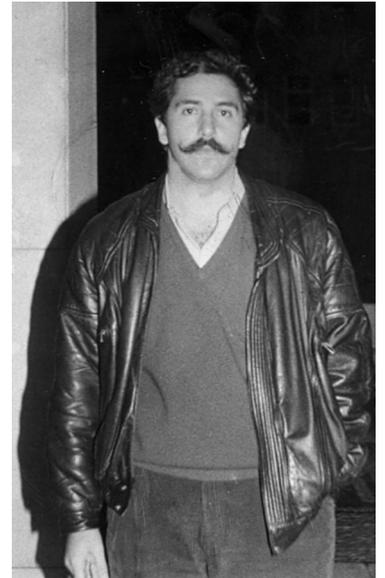
87 - José Manuel Viegas

Presidência
1989

Data de nascimento
14 de Junho de 1960

Naturalidade
Lisboa

Curso
Engenharia Civil



José Manuel Viegas foi o último presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra proveniente do Projecto C, afecto à JS. O na altura estudante de Engenharia Civil recorda os tempos passados na Academia com satisfação e orgulho. “Poderia dizer que vivi intensamente a vida académica, pela qual me apaixonei e me envolvi profundamente, muitas vezes com enorme prejuízo académico, mas com imensa satisfação pessoal. Creio, e estou convicto disso, que foi uma excelente escola de vida e de formação pessoal. Certamente que moldou a minha personalidade e a forma de encarar a vida e de participar na construção de uma sociedade mais justa e solidária”, entende.

Eleito em Janeiro de 1989, José Viegas recorda alguns momentos marcantes do mandato, como a participação na elaboração dos primeiros estatutos da Universidade de Coimbra, “em que a Associação Académica teve honras de merecer um capítulo que reflectia a sua fundamental importância na vida académica como representante dos estudantes, mas também como escola formadora de culturas, desporto, artes e humanismo, complementar da formação escolar”, recorda. A legalização da Rádio Universidade de Coimbra e a atribuição da Ordem da Liberdade à AAC pelo Presidente da República de então, Mário Soares, por ocasião do 20.º aniversário da Crise Académica de 1969, são também lembrados por Viegas.

Desfile em Praga

“Houve um momento de grande relevância e projecção internacional da AAC, quando, em 11 de Dezembro de 1989, participei, com um pequeno grupo de jovens portugueses, constituído pelos presidentes das Associações de Jovens Médicos, Advogados, Arquitectos, Empresários e Agricultores, nas ruas de Praga, numa enorme manifestação de solidariedade para com aquela que ficou conhecida como a ‘Revolução de Veludo’. Tratou-se de um momento único, captado em directo pela CNN e que ficou para a história da AAC e da antiga Checoslováquia (actuais República Checa e Eslováquia), recordado no capítulo ‘A portuguese delegation brought the czechoslovak students 50 000 roses’, do livro ‘Report of the soft revolution’”, aponta o antigo presidente da Direcção-Geral da AAC.

José Manuel Viegas deixou a presidência da AAC em Fe-

vereiro de 1990, dando lugar a Emídio Guerreiro. Trabalhou cinco anos no pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Coimbra (sob a vereação de Teresa Alegre Portugal). Em 1995, com a vitória do Partido Socialista nas eleições legislativas, regressou a Lisboa (de onde é natural), para trabalhar na Assembleia da República, como director-adjunto dos órgãos de comunicação do PS.

De 1999 a 2002 desempenhou as funções de delegado regional de Lisboa do Instituto Português da Juventude. “Nesse ano resolvi, por iniciativa própria, trocar a Delegação Regional de Lisboa pela aventura de construir uma carreira profissional fora da política. Foi o que poderemos considerar o cortar do cordão umbilical”, considera. Desde aí tem trabalhado na área das inspecções técnicas, auditorias e segurança.

*José Manuel
Viegas destaca
a participação
na “Revolução
de Veludo”,
em Praga,
em Dezembro
de 1989*



Benjamim Lousada



Ana Paula Barros



José Manuel Viegas, em Praga



Paulo Barreto



Luís Teixeira

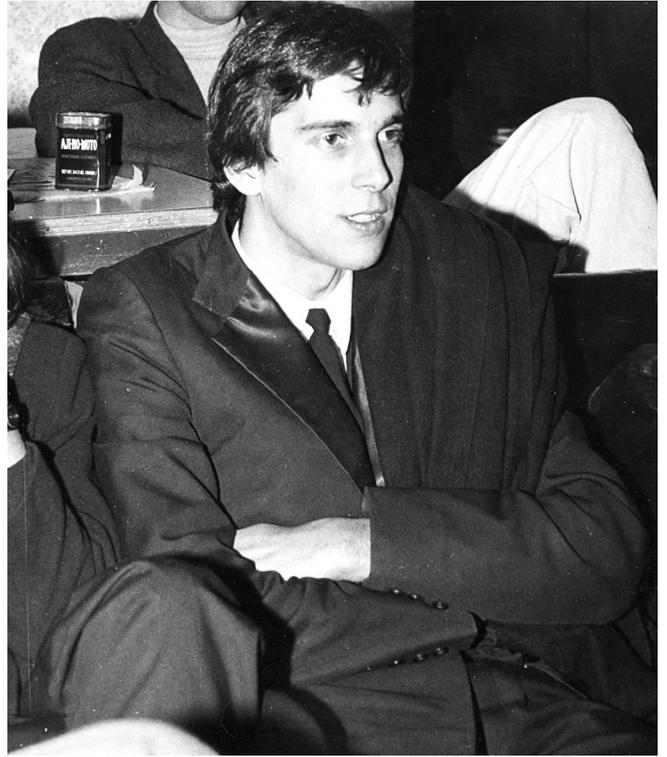
88 - Emídio Guerreiro

Presidência
1990/1991

Data de nascimento
23 de Maio de 1965

Naturalidade
Suíça

Curso
Psicologia



Emídio Guerreiro nasceu a 23 de Maio de 1965 na Suíça. Regressou a Portugal com seis anos, vivendo em Guimarães até entrar na Universidade de Coimbra (UC) em 1983. Frequentou o curso de Química na Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC no ano 1983-1984. Em 1984-85 matriculou-se no curso de Psicologia, que deu por terminado em Outubro de 1990. Em 2004-2005 fez um MBA em Gestão Estratégica na Faculdade de Economia, em Coimbra.

Enquanto membro da Associação Académica de Coimbra, Emídio Guerreiro fez parceria com colegas rádio no Centro de Estudos Radiofónicos (antes da RUC) em 1983-84. De 1983 a 1985 pertenceu à secção de Karaté. Foi ainda campeão nacional universitário em basquetebol em 1989/1990.

Em 1985 participou na Secção de Fado, na Orxestra Pitagórica, da qual foi maestro até 1990. Em parceria com outros colegas, fundou o Núcleo de Estudantes de Psicologia (NEP) em 1987. Em 1988 fez parte da DG/AAC, presidida pela Ana Paula Barros, onde coordenou o pelouro da Cultura, tendo sido organizador da Festa das Latas e Imposição de Insígnias, responsável pelo retorno a esta designação, substituindo a Recepção ao Caloiro. A presidência da Direcção-Geral da AAC ocorreu de Fevereiro de 1990 a Abril de 1991.

“Sempre que olho para esses anos tenho a sensação do dever cumprido. Sensação reforçada, ainda hoje, tantos anos depois, quando me cruzo com colegas de então que me tratam por presidente!”



Durante os anos em Coimbra, Emídio Guerreiro morou em apartamentos comunitários e em duas repúblicas: a “Rapó Taxo” e os “Fantasmas”. Ainda frequenta os “Fantasmas”, conhecendo todos quantos naquela república viveram, sendo ainda, confessa, muitos deles seus actuais companheiros de férias. “As amizades, as solidariedades a vontade de lutar por uma sociedade mais justa vêm desse tempo”, afirma o ex-presidente.

Concluída a sua vida académica, Emídio regressa a Guimarães, assumindo responsabilidades na empresa têxtil da família, tendo em paralelo funções políticas e partidárias. Foi assessor de um membro do XII Governo e candidato a presidente da Câmara Municipal de Guimarães. Durante oito anos foi vereador, sendo desde 2001 deputado municipal em Guimarães. Em 1994, assume a gerência da empresa familiar, função que prolongou até 2003, regressando nesse ano a Coimbra.

Assumiu a liderança da gestão do Instituto Técnico Artístico e Profissional de Coimbra, a convite do presidente da autarquia, Carlos Encarnação. Em 2004, administra o Instituto da Droga e Toxicoddependência, sendo também eleito deputado à Assembleia da República em Fevereiro de 2005. Em Setembro de 2009 foi reeleito.

Emídio Guerreiro recorda a sua passagem pela AAC como uma experiência muito enriquecedora, afirmando-a como “uma aprendizagem mais forte que a dos livros”, no que diz respeito à gestão da casa, financeira e dos recursos humanos. “O engenho e a criatividade que tínhamos de ter para realizar acções e para as financiar são uma preparação fantástica para o mundo em permanente mudança em que vivemos”, defende.

“Não tenho qualquer dúvida em afirmar que seria uma pessoa diferente, e provavelmente para pior, se não tivesse passado por Coimbra. E não tenho dúvidas que a minha carreira profissional seria outra sem a passagem pela AAC”, sublinha.

Durante o seu mandato, destaca a bandeira que sempre procurou manter: centrar a discussão nos problemas internos da UC, nas suas faculdades e nos seus cursos, recordando as grandes RGA’s em Engenharia Civil, Electrotécnica, Direito, Letras ou Químicas, e a resolução de problemas que se arrastavam há anos.

“O associativismo de então criou-me a necessidade de continuar a participar, de me envolver na construção de um país diferente, melhor e mais justo”. Recentemente criou, com mais pessoas, a “Associação Justiça para Todos”, “um movimento social em que deposito muitas esperanças e utopias”, afirma.

89 - Fernando Guerra

Presidência
1991/1992

Data de nascimento
11 de Outubro de 1966

Naturalidade
Lisboa

Curso
Medicina Dentária



Fernando Alberto Deométrio Rodrigues Alves Guerra nasceu em Lisboa, no dia 11 de Outubro de 1966. Licenciou-se em Medicina Dentária na Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (FMUC) em 1993, onde concluiu o Mestrado em 1997 e o Doutoramento na especialidade de Prótese Dentária e Oclusão, em 2004. Entretanto, cumpriu o Serviço Militar Obrigatório na Marinha de Guerra Portuguesa, entre Agosto e Dezembro de 1996. Após a recruta foi colocado no Centro de Saúde da Base Naval do Alfeite, graduado como aspirante.

Fernando Guerra foi Presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra em 1991, ano em que começou o tão contestado aumento das propinas, com Diamantino Durão como Ministro da Educação. No seu discurso de Abertura Solene do ano lectivo de 1991-1992, Beto Guerra, tal como era conhecido, afirma: “isto tem de acabar! O Governo tem de assumir as suas responsabilidades!”, referindo-se à precária situação financeira da Universidade de Coimbra.

Fernando Guerra destaca vários

*“A esta distância
é sempre um
exercício difícil
conseguirmos
enumerar todos
os factos
particularmente
relevantes de
um mandato
intenso e
cheio de
acontecimentos”*

momentos no seu percurso académico. De entre estes, o médico lembra o início das grandes contestações estudantis à implementação de novos valores de propinas, que suscitaram acções públicas de sensibilização e as atitudes interventivas junto às várias faculdades tendo em vista a melhoria das condições pedagógicas. Também o projecto de reabilitação das repúblicas é alvo de destaque, tendo melhorado drasticamente as condições de habitabilidade das mesmas, bem como a inauguração da primeira esplanada do Jardim da Associação Académica, acção que permitiu a revitalização deste espaço.

Outro aspecto de especial interesse ao longo do seu mandato refere-se às melhorias na oferta de alimentação dos Serviços de Acção Social Escolar, com a inauguração do primeiro restaurante universitário no país. Foi ainda no mandato de Fernando Guerra que se realizou a primeira Feira de Empresas, que originou os primeiros protocolos de colaboração entre uma associação de estudantes e instituições empresariais. Fernando Guerra destaca ainda a presidência por parte da Associação Académica da então constituída Federação Académica de Desporto



Universitário, a presidência do Chiasmus – a Federação de todas as associações estudantis das universidades do Coimbra Group, sendo nessa altura a maior organização estudantil do mundo, congregando cerca de 300 mil estudantes. De entre as suas memórias, relembra ainda a primeira visita oficial do príncipe das Astúrias, fora de Espanha, precisamente à Universidade de Coimbra, a recepção a Jonas Savimbi, no âmbito do contexto político que se seguiu aos Acordos de Bicesse, e a presença e participação empenhada na missão de Paz em Timor, que culminou na jornada marítima do Lusitânia Expresso.

Fernando Guerra foi pró-reitor, desde 2004, com responsabilidade de coordenar as áreas da Prestação de Serviços Especializados, Ligação ao Exterior e Gestão da Inovação e da Qualidade, com responsabilidades de supervisão do Gabinete de Apoio às Transferências do Saber (GATS) e de coordenação da equipa reitoral, entre Outubro de 2004 e Março de 2009.

“Não posso concordar quando dizem que Coimbra está estagnada”, afirma. “A Universidade de Coimbra ficou novamente em primeiro lugar entre as universidades de língua portuguesa no ranking da revista *Times*. “Agora temos é de conseguir credibilidade no mercado. É nisso que estamos a trabalhar”.

Fernando Guerra teve também uma participação na Ordem dos Médicos Dentistas como representante da Região Centro na Associação Profissional de Médicos Dentistas de 1994 a 1997 e vogal para o triénio de 1997 a 2000. Em 2009 candidata-se a bastonário da Ordem.

Ao longo da sua vida tem tido outras participações cívicas, tais como adjunto do governador civil de Coimbra, Luís Manuel Pedroso de Lima, entre Dezembro de 1992 e Outubro de 1995, participante do “Fellowship Program from German Marshall Fund for the United States”, entre Outu-

bro e Novembro de 1994, membro da Direcção da Associação dos Antigos Estudantes de Coimbra e Presidente do Conselho Fiscal do Parque Tecnológico de Cantanhede – BIOCANT. Desde Fevereiro de 2009, Fernando Guerra é professor auxiliar da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, em regime de tempo integral, com nomeação definitiva, sendo regente da disciplina de Prótese Fixa, e coordenador de vários projectos de investigação nacionais e internacionais.



90 - António Vigário

Presidência
1992/1993

Data de nascimento
9 de Maio de 1969

Naturalidade
Canelas (Vila Nova de Gaia)

Curso
Direito



António Vigário nasce em Canelas, Vila Nova de Gaia, a 9 de Maio de 1969. É na sua terra natal que dá os primeiros passos na sua educação e onde define o seu futuro. O desejo de estudar Direito começa a formar-se umbilicalmente unido à vontade de vir para Coimbra. Aliás, a decisão de vir para a cidade dos estudantes aconteceu porque, pelas palavras de António Vigário, “havia a imagem mítica do Direito”.

O Direito em Coimbra torna-se então a sua primeira opção e o determinismo e dedicação levam-no a entrar imediatamente no curso que rapidamente se torna apenas parte do percurso conimbricense de Vigário. O estudante começa por se envolver no associativismo com a participação nas Comissões de Curso da faculdade e na Queima das Fitas, como representante da Faculdade de Direito, no 4.º ano da sua licenciatura.

A boa relação com os integrantes das listas independentes que se movimentam no círculo académico leva-o à Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra. Em 1992 é eleito como presidente da DG/AAC, representante de todos os estudantes da Universidade de Coimbra, pela Lista E, uma lista de boémios e tradicionalistas que, nesse ano, desejava apenas concorrer com um representante diferente. É por isso que António Vigário afirma que, quando concorreu, “não era para ga-

*“Nunca entrei
em movimentos
partidários.
Tinha
anti-corpos
por ter sido
eleito contra
os partidos”*

nhar, era apenas para fazer oposição” à rotatividade entre as listas patrocinadas pela Juventude Socialista e pela Juventude Social Democrata que alternadamente lideravam a AAC. Vigário explica que “como tínhamos uma lista independente e eclética, com gente desde o CDS à JCP, queríamos quebrar esse ciclo”.

“Momentos fantásticos”

Ganhar a Academia com uma lista distinta foi, contudo, somente um passo da longa caminhada que iria ser a presença do estudante de Direito na AAC. Época da liderança de Cavaco Silva enquanto primeiro-ministro, esta é uma altura de grande contestação e de enorme nervosismo para os estudantes, devido à questão das propinas. Vigário descreve este Governo como uma entidade que “intervinha em tudo, que mexia em tudo, e as pessoas queriam uma mudança”. Foi um ano preenchido por grandes manifestações, com comboios fretados para levar milhares de pessoas para Lisboa. Vigário lembra as “imagens épicas de malta a chegar à estação de Santa Apolónia com as capas à janela dos comboios, tudo a gritar Académica, foram momentos fantásticos”.

Momentos que se repetem em 1993, quando o estudante de Direito e a sua equipa são eleitos para um segundo mandato. De acordo com o natural de Vila Nova de Gaia, “teve a ver com um período muito específico, a altura das propinas, em que era muito fácil mobilizar as pessoas”.

Uma época em que também a Universidade, na figura do reitor Rui de Alarcão, cooperava com os estudantes com acções como, por exemplo, a não regulamentação do processo de pagamento de propinas, que leva a que os estudantes nunca recorram ao seu boicote efectivo. António Vigário afirma que a Direcção-Geral “se dava muito bem com os órgãos da Universidade, com o reitor, com os professores. Tudo o que fazíamos era planeado, era discutido antecipadamente com eles. Era importante a ideia que tínhamos de uma Universidade unida”, sublinha.

Grandes alterações

Foram dois anos loucos, dois mandatos marcados pela luta contra as propinas sem nunca esquecer, contudo, as muitas outras iniciativas que se realizaram. “Fizemos uma reestruturação muito grande da AAC. Na altura havia dívidas muito grandes porque a AAC estava habituada a viver de grandes subsídios”, de acordo com António Vigário. “Nesse ano em que entrámos, o governo do PSD cortou-nos todos os apoios, só nos deram o subsídio ordinário. Portanto, houve um constrangimento financeiro da Associação e o que nós fizemos foi dotá-la de receitas próprias” com a reorganização da reprografia ou a rentabilização do Bar da AAC que, anteriormente, não dava lucro, por exemplo. Nos dois anos em que liderou a AAC, esta “equipa independente” tenta também reorganizar as secções e reestruturar o edifício.

No entanto, apesar de se realizarem muitas outras iniciativas, a grande luta desses dois mandatos é aquela em os estudantes combatem pelos seus direitos, também com a grande ajuda do surgimento da televisão privada, em 1992, que faz com que todas as acções estudantis sejam largamente noticiadas, ou seja, “tudo o que era feito tinha cobertura mediática”, pelas palavras de Vigário.



Longe da política

Depois da DG/AAC, o agora licenciado em Direito, deixa Coimbra e vai para Lisboa fazer o estágio, em 1994. “Mudei de vida”, afirma António Vigário, que acaba por ficar na capital a estagiar durante dois anos e depois a trabalhar mais cinco, no gabinete de Jorge Sampaio. Posteriormente, decide ir para o Porto, onde forma uma sociedade de advogados.

Questionado sobre o seu percurso académico e profissional em relação à vertente política, a resposta é simples e curta: “Nunca entrei em movimentos partidários. Tinha anti-corpos por ter sido eleito contra os partidos”.

91 - Tiago Magalhães

Presidência

1994

Data de nascimento

17 de Fevereiro de 1971

Naturalidade

Porto

Curso

Bioquímica



Luís Tiago Ferreira Romero Magalhães nasceu a 17 Fevereiro de 1971 no Porto, vivendo em Coimbra desde os quatro anos. Entrou inicialmente na Universidade do Porto, tendo entrado em Bioquímica no ano seguinte em Coimbra.

O seu percurso na Associação Académica de Coimbra inicia-se na Rádio Universidade, onde mantinha um programa, recordando a época em que todos os seus amigos tinham uma rádio pirata, tendo ainda desempenhado funções na administração desta rádio. Tiago Magalhães passa ainda pela Secção de Pólo Aquático. Mais tarde, é membro da administração da



Tomada de posse de Tiago Magalhães com António Vigário e Rui Alarcão



RUC e do Conselho Pedagógico. A sua participação na vida académica da Direcção-Geral inicia-se no segundo mandato de António Vigário, tendo seguido a divisão para a Lista I, uma lista independente, e excluída de qualquer força partidária que, segundo Tiago Magalhães, a constituía de uma estrutura de poder mais sólida. O seu mandato foi percebido como uma continuação do trabalho de luta desenvolvido por Vigário no mandato anterior, mas de uma forma mais sofisticada.

Na sua presidência destaca diversos os marcos pelos quais se orgulha ter lutado. A organização interna da gestão da AAC é um deles, com a criação e consolidação dos Conselhos Cultural e Desportivo. Também o é a realização das Jornadas Pedagógicas, pela coordenação de Zita Henriques, uma iniciativa de política educativa que alterava as lutas anteriores para problemas concretos de qualidade de ensino local. Estas Jornadas consistiam na realização de um inquérito sobre os problemas de cada faculdade. No final, compilaram-se problemas e apresentaram-se possíveis soluções.

Dadas as contas apresentadas de Queimas das Fitas anteriores, que apresentavam prejuízo, havia uma grande luta de quem administrava a festa para controlar estas contas. Ainda no mandato de António Vigário, é iniciada a luta da fiscalização da Queima das Fitas por outro tipo de comissão que não o Conselho de Veteranos. Em 1994, António Silva e Gustavo Cordeiro, responsáveis pela organização da Queima das Fitas, levaram todo o tempo em luta com o Conselho de Veteranos, entregando no final da mesma os lucros à AAC, lucros esses que serviram para comprar um autocarro e a mesa para a RUC. Foi então o início do afastamento da Queima das Fitas do domínio do Conselho de Veteranos, passando a estar mais ligada à Direcção-Geral e revertendo os lucros para as secções.

No final do seu mandato, Tiago Magalhães reconhece ao

Jornal Universitário A CABRA que as lutas que antecederam o seu mandato esmoreceram e daí a necessidade de se realizarem acções concretas que alertassem para a qualidade de ensino e acção social: “Nenhuma lei em Portugal sofreu tanta contestação como esta, pelo menos tão prolongadamente. Daí que haja um certo cansaço, as lutas de maratona são difíceis de muita gente seguir”, considerava.

Após a presidência da DG/AAC, Tiago Magalhães teve uma participação académica reduzida mas muito significativa. Participou na revisão dos estatutos, processo que havia sido prolongado há já vários anos, oficializando nos estatutos a presença dos núcleos de estudantes da AAC. Regressou à prática de Pólo Aquático, tendo ainda um programa de rádio na RUC.

Graças à ajuda do apoio dos colegas, o ano seguinte foi dedicado ao curso, onde, afirma Tiago Magalhães, conseguiu as melhores notas.

De regresso a Portugal, após o ERASMUS, candidatou-se a um programa de Doutoramento da Calouste Gulbenkian, em Berkeley, na Califórnia, onde foi aceite. Até à data, Tiago Magalhães é cientista no Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge, em Lisboa, desde 2007. Participou na elaboração do Plano Regional de Inovação do Algarve. Em 2006, teve a oportunidade de leccionar Métodos Numéricos de Programação numa Universidade de Timor-Leste.

Tiago Magalhães declara ainda que a sua participação na DG/AAC lhe permitiu a aquisição de competências importantes para a sua vida actual, quer sociais ou de gestão, passando ainda pela rede de contactos que adquiriu, por trabalhar a capacidade de comunicação e o trabalho em equipa. Tudo coisas que no seu ponto de vista se revelam essenciais à vida profissional futura e que num curso não se têm necessariamente oportunidade de trabalhar.



92 - Zita Henriques

Presidência
1995/1996

Data de nascimento
10 de Setembro de 1969

Naturalidade
Travanca do Mondego (Penacova)

Curso
Engenharia Química

*“Tenho pena
que poucas
pessoas
participem
nesta vida
da Academia”*

Zita Henriques é natural da Travanca do Mondego, concelho de Penacova, e nasceu a 10 de Setembro de 1969. No mundo académico ficou conhecida por “Mafaldinha”, pelo seu carácter reivindicativo, logo pela sua primeira acção; organizou uma greve em frente ao actual Museu da Ciência, antigamente o departamento onde tinham aulas os alunos de Engenharia Química, curso em que se licenciou. Dado o seu carácter preocupado com as questões de ensino, Zita Henriques fez parte do Conselho Pedagógico da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, da Comissão Coordenadora do Conselho Pedagógico, eleita com o apoio da Lista I, durante a presidência de António Vigário, e ainda presidente do primeiro BEST – *Board of European Students of Technology*.

Em 1994, Zita Henriques coordena a realização das Jornadas Pedagógicas, iniciativa pela qual se recolheram informações acerca da qualidade de ensino nas diversas faculdades, procedendo-se no final à compilação de problemas, agregados a soluções que se dedicaram a procurar. Em 1995 encabeça a vencedora Lista L para a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, tornando-se a terceira mulher presidente da Direcção-Geral.

O seu mandato foi preenchido por diversos momentos da conturbada luta interna contra as propinas, pela melhoria da qualidade de ensino, da política educativa e pelo aumento da acção social escolar para todos os alunos. Seguindo o trabalho anteriormente realizado no mandato de Tiago Magalhães, procurou lutar pela melhoria das condições internas da



Universidade de Coimbra, estabelecendo um contacto regular com as comissões pedagógicas das diversas licenciaturas existentes. Ainda durante o seu mandato, Zita Henriques promoveu a criação da Linha SOS Estudante, dando importância às questões da droga, recebendo a visita do secretário de Estado da Juventude, António José Seguro, realçando ainda a realização das Jornadas Pedagógicas, que coordenou, dando continuação do trabalho desenvolvido anteriormente.

Do ponto de vista interno, existiam dívidas que a AAC suportou devido aos contratos milionários que algumas secções realizaram com vários jogadores de diversas secções desportivas (ténis, andebol, basquetebol). Todos os processos judiciais com que a AAC se deparou foram negociados fora de contexto judicial, excepto um, que a levou a uma condenação que recorda como horrível. “Ouvi coisas em tribunal horríveis, da influência político-partidária dentro da AAC e do desporto da AAC, coisa que nunca esperava ouvir, muito menos em tribunal”, recorda.

Alterações na organização

A importância do Relatório de Contas foi outro aspecto que marcou o seu mandato, bem como a alteração de Estatutos da Associação Académica de Coimbra, com a criação dos núcleos por faculdade e responsabilização das secções, passando à centralização da contabilidade na tesouraria da AAC. Institucionalizou-se ainda o Conselho Desportivo e Cultural.

Zita Henriques relembra os momentos mais marcantes durante os seus dois mandatos. Os discursos de Abertura Solene das aulas, bem como os das duas tomadas de posse. Zita realça o

segundo por ter sido no dia das comemorações do 27.º aniversário do 17 de Abril e pelas questões de política educativa que se encontravam da ordem do dia, pelo então ministro da Educação, Marçal Grilo, onde afirmou Zita Henriques: “Aquilo que parece engendrar-se é uma repetição da encenação política do Governo anterior, visando novas formas de ocultar e permitir a desresponsabilização do Estado nos custos do Ensino Superior”. Zita Henriques relembra ainda que “se não fossem os meus pais, não me podia dar ao luxo de ter sido presidente da AAC. Foram dois anos em que não fiz absolutamente nada no curso”.

Carreira no Ensino Superior

Depois de ter sido presidente, Zita Henriques fez imediatamente os chamados “cadeirões” do curso, licenciando-se em 1998. No mesmo ano foi trabalhar para Lisboa, como assessora do presidente do Conselho de Avaliação, permitindo-lhe ganhar uma distância à AAC em 1998, ultrapassando aquilo a que chama “fase de luto”.

Posteriormente, Zita foi directora executiva da Fundação das Universidades Portuguesas durante cerca de três anos. Esta função obrigava-a a deslocar-se frequentemente a Bruxelas. Desempenhou ainda o cargo de adjunta do ministro da Educação, Júlio Pedrosa, foi vogal do Instituto da Instalação do Fundo de Apoio ao Estudante, assessora da reitora da Universidade de Aveiro e vereadora da Câmara Municipal de Penacova. Na Universidade de Aveiro, à qual afirma ter uma ligação especial, Zita Henriques fez ainda Mestrado em Políticas e Gestão do Ensino Superior.

93 - António Silva

Presidência
1997/1998

Data de nascimento
5 de Março de 1971

Naturalidade
Lisboa

Curso
Gestão



António Silva foi o primeiro presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra proveniente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Natural de Lisboa, chegou a Coimbra para estudar no Ensino Superior e confessa que se apaixonou pela cidade. “A minha ideia era mudar para Lisboa mas gostei tanto de Coimbra que fiquei”, conta. Quando chegou à presidência da AAC já se tinha envolvido na Academia através da Assembleia de Revisão dos Estatutos, da Comissão Central da Queima das Fitas e da Secção de Fado, onde integrou a Orxestra Pitagórica.

Os dois mandatos de António Silva foram marcados por uma luta cerrada contra uma nova lei de financiamento das universidades que estava em vias de ser aprovada. “Havia um grande desinvestimento no Ensino Superior. Quando Marçal Grilo assumiu a pasta da Educação, a primeira coisa que fez foi uma lei de financiamento com base em propinas. Nós ficámos muito ofendidos porque era uma traição enorme, ia contra o que ele defendia enquanto presidente do Conselho Nacional da Educação. Tínhamos uma luta pela frente e logo na tomada de posse convocámos a AAC para uma Assembleia Magna. Foi uma coisa absolutamente mobilizadora”, recorda.

*Os mandatos de
António Silva
foram marcados
pela luta contra
a nova lei de
financiamento
das
universidades*



Acções mobilizadoras

A Direcção-Geral de António Silva começou com manifestações locais e em envolver o Senado Universitário em propostas que se mostrassem desfavoráveis à lei. “Fizemos ainda uma coisa que não se fazia há muitos anos, que foi politizar as festas académicas, achámos que também serviam para isso”, entende. Dentro da Universidade de Coimbra foram feitas greves de zelo e encerramentos a cadeado. A lei acabou por ser aprovada em 1997, em período de férias. “Aí tivemos de mobilizar, e a AAC assumiu o compromisso de liderar esse projecto. Acompanhámos Reuniões Gerais de Alunos em faculdades de todo o país. Coimbra tinha uma mágica catalisadora e mobilizadora a nível nacional, e vinha gente de outras cidades ver as nossas Assembleias Magnas para ver o que estávamos a fazer”, conta. Entre as medidas destaca uma caminhada a Lisboa de vários pontos do país, seguida de uma manifestação, que foi ensombrada pela morte do cardeal patriarca de Lisboa. “Não havia possibilidade de desmobilizar o que tínhamos, mas não queríamos dar imagem de falta de respeito. Estivemos em frente à AR e fomos para o Terreiro do Paço onde fizemos uma espécie de um comício”, explica.

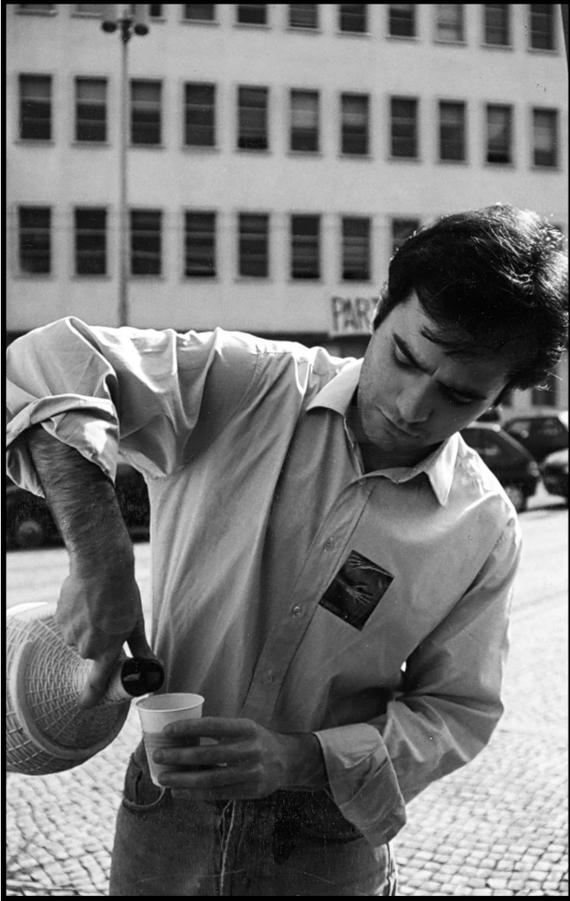
Para mostrar a dependência da Universidade de Coimbra do dinheiro das propinas, houve um boicote no pagamento, o que deu origem a dificuldades na instituição. “É uma situação que ainda hoje se mantém. 55% do financiamento das universidades já é suportado pelas famílias”, sublinha.

Mudanças na Queima

Uma das lutas de António Silva teve a ver com a alteração da estrutura da Queima das Fitas. “Havia pouca participação da Direcção-Geral e dos Conselhos Cultural e Desportivo, e havia um controlo excessivo da festa por parte do Conselho de Veteranos, e, acima de tudo, falta de rigor e pouco controlo”, lembra. Quando integrou a Comissão Central da festa, organizou uma Assembleia-Geral de Quartanistas Grelados, porque, à altura, eram os únicos que podiam apresentar propostas para a festa. “É óbvio que o Conselho de Veteranos atirou aquilo para uma gaveta. Não estavam à espera é que eu fosse presidente da DG/AAC um ano depois”, ironiza. “Foi uma batalha que travei, cheguei a ser ameaçado, mas consegui lutar, e abriram-se as portas para alterar as coisas. E as alterações foram boas”, entende.

Longe da política

Depois de deixar a presidência da Direcção-Geral da AAC, em 1999, António Silva recebeu vários convites para cargos políticos, mas recusou todos. “Acho que a política é uma coisa bonita quando se faz com paixão, não a vejo como um modo de vida. Achei que o caminho era a minha profissão, era a gestão de empresas”, considera. Desde aí tem trabalhado nessa área. Esteve na gestão do Estádio Cidade de Coimbra e na organização do Euro-2004. Mantém as suas próprias empresas, “em áreas diversas”.



António Silva



Ambiente eleitoral em 1990, na eleição de Emídio Guerreiro



Fernando Guerra comemora a vitória eleitoral, em 1991



94 - Hugo Capote

Presidência
1999/2000

Data de nascimento
10 de Março de 1975

Naturalidade
Portalegre

Curso
Medicina

Hugo Chichorro e Silva Capote, nasceu a 10 de Março de 1975, em Portalegre, Alto Alentejo, onde reside. Frequentou o curso de Medicina de 1993 a 2000, tendo demorado mais um ano, devido ao ano passado na presidência da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra.

Até à data é cirurgião no Hospital de Portalegre, profissão que desempenha há já seis anos, depois de dois a trabalhar em Coimbra, assim que se licenciou.

“Os anos passados em Coimbra são sempre marcantes; ser presidente da DG/AAC, naqueles anos, traz-me à memória um vendaval de emoções e de histórias que me marcaram para sempre e que, mesmo que involuntariamente, alteraram o curso da minha história”.

O marco que desde sempre acompanhou a sua candidatura foi o facto de se ter assumido desde sempre como comunista, embora não militante na altura, o que gerou alguma polémica, conseguindo uma proeza que não acontecia já desde os anos 70 – um comunista presidente da AAC.

Eleito em Dezembro de 1998, iniciou o seu mandato em Janeiro de 1999 terminando-o em Janeiro de 2000. Reinava a segunda vaga de contestação às propinas, depois da grande onda de 92-94, ainda com o Governo de Cavaco Silva e depois da propalada “paixão pela Educação” de António Guterres, tendo nomeado Marçal Grilo para seu Ministro da Educação, na altura responsável pelo Ensino Superior.

Muitos dos assuntos pelos quais se debateram a equipa do então presidente Hugo Capote vieram a verificar-se anos mais tarde, como seja o aumento da comparticipação das famílias para o Ensino Superior dos seus filhos, e consequentemente o aumento da pressão sobre os estudantes para concluir cursos, de preferência, com empregabilidade; a restrição à participação dos alunos nos órgãos de gestão da Universidade, com consequente diminuição da democracia interna e da vivência cívica das no-

vas gerações, e a generalizada falta de preparação pedagógica dos docentes universitários; “Todas estas críticas eram feitas por nós na altura, secundarizadas pela questão das propinas, e desmentidas pela tutela. Hoje percebo que a participação dos alunos na vida da Universidade, da AAC e mesmo dos variados grupos desportivos e culturais da Academia se torna cada vez mais reduzida e que a renovação é cada vez mais difícil de assegurar”, considera.

Hugo Capote afirma ainda que toda a postura da sua Direcção-Geral “foi a de criar condições de trabalho para os grupos da AAC e a de combate a leis de Financiamento e de Acção Social Escolar que nos pareciam injustas, economicistas e propiciadoras do actual clima que vivemos”.

Hugo Capote menciona diversos momentos que marcaram o seu mandato. De entre eles, destaca a grande manifestação realizada no dia do Estudante de 1999, em Lisboa, com mais de dez mil estudantes. “Tendo sido a última grande manifestação de estudantes, foi um momento inesquecível, pela logística, pela organização, pelas emoções acumuladas durante dias e dias e por ter sido um grande momento de luta, que são sempre momentos de afirmação, do movimento estudantil”, afirma o ex-presidente.

A comemoração dos 30 anos da Crise Académica de 1969, com a presença do Presidente da República, Jorge Sampaio, em Coimbra, foi outro dos momentos que considera inesquecível. “Posso dizer que já dei a palavra ao Presidente da República, ao contrário de 1969, em que a palavra foi cortada ao presidente da AAC”, brinca.

“Ter conhecido Xanana Gusmão, pouco tempo depois do referendo histórico de Timor-Leste, é daqueles momentos que só a AAC me poderia ter proporcionado, não podendo deixar de agradecer a um grande académico – Campos Coroa, presidente da AAC/OAF – que fez questão de convidar, como sempre fazia, o presidente da AAC a todos os eventos em que era convidado”.



95 - Humberto Martins

Presidência
2000/2001

Data de nascimento
12 de Agosto de 1977

Naturalidade
Aguada de Cima (Águeda)

Curso
Ciências Farmacêuticas

*“Coimbra
é uma cidade
a 3 tempos!
O das ilusões
que justifica
as utopias,
o das frustrações
que molda
a maturidade
e o das convicções
que vinca
a cidadania”*

Humberto Alexandre Marçal Tomás Martins é natural de Aguada de Cima, Águeda, e nasceu a 12 de Agosto de 1977. Em Julho de 2003 licenciou-se em Ciências Farmacêuticas na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra e, no ano seguinte, em Dezembro, obteve uma pós-graduação no Programa Avançado de Gestão para Farmacêuticos (PAGEF), na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa. Entre Setembro de 2003 e Março de 2008 foi secretário-geral da Ordem dos Farmacêuticos. Desde Maio de 2008, Humberto Martins encontra-se a desempenhar o papel de assessor técnico da Ordem dos Médicos. Para além destes interesses, Humberto Martins obteve ainda o 5.º Grau em Formação Musical e Classes de Conjunto do Conservatório de Música Calouste Gulbenkian de Aveiro, com a frequência do instrumento de Violino.

Três bandeiras

Ao longo dos dois mandatos protagonizados pela equipa de Humberto, o próprio destaca, entre outras, três grandes iniciativas: a criação do Certificado de Habitabilidade, a Provedoria do Estudante e as salas de estudo nas Cantinas, materializando simbolicamente o alcance das maiores conquistas e realizações de quem quer estar ao serviço dos outros: “mudar para melhor, por pouco que seja, a vida de alguém”, entende.

Eram por vezes dramáticas as condições de alojamento estudantil em Coimbra: espaços sem condições (um chuveiro para 13 quartos), imposições humilhantes de senhorios (máximo de 25w para candeeiros de estudo) ou desprotecção em relação a direitos básicos (com despejos “na hora”) eram relatos frequentes na comunidade universitária, paralela a uma insuficiente a cobertura de residências universitárias. Face à impossibilidade de a Associação Académica de Coimbra (ou a própria universidade) formular soluções definitivas em



relação a este problema, colocaram duas opções: avançar para a denúncia exaustiva da situação ou “inventar” uma forma de premiar os bons exemplos. Dada a inexistência de meios, vocação ou capacidade de intervenção na regularização das situações, a Direcção-Geral de Humberto Martins optou pela criação do Certificado de Habitabilidade, através da verificação *in loco* das condições (com custos pagos pelos próprios senhorios) criando uma discriminação positiva no mercado de arrendamento estudantil, através da distribuição de listas certificadas e publicitação destacada num jornal diário da cidade. “O mais surpreendente foi precisamente a adesão de senhorios e intervenção alcançada no mercado de arrendamento da cidade. Por exemplo, recorde-me que um senhorio transformou um ‘quarto’ não certificado numa sala de uso comum pelo facto de não ter sido certificado pela Associação Académica de Coimbra. É gratificante perceber que, com humildade face à dimensão do problema, existiram centenas de estudantes que passaram a usufruir de maior esclarecimento e melhores condições em relação à dignidade do seu alojamento na cidade”, recorda Humberto.

A defesa em relação a situações lesivas dos direitos dos estudantes levou à criação da Provedoria do Estudante, através da defesa confidencial da Associação Académica de Coimbra em assuntos tão diversos como a inscrição em disciplinas, dificuldades burocráticas, comportamentos pouco “académicos” de alguns docentes ou a violação de normas e critérios de avaliação. Foram centenas as diligências junto de docentes, serviços administrativos, conselhos pedagógicos, conselhos directivos e, até mesmo, levadas ao Senado Universitário. “Uma vez mais a Associação Académica foi pioneira no seu tempo e trilhou novos caminhos em prol do Ensino Superior e, em particular, da nossa Universidade de Coimbra”, considera.

Uma das principais carências nas condições de ensino era a disponibilidade de lugares de estudo após o horário das bibliotecas e salas de estudo da Universidade. Humberto Martins

afirma que, com a simplicidade de um “ovo de Colombo”, várias centenas de lugares de estudo surgiram do dia para a noite com a utilização dos espaços das cantinas como salas de estudo no período nocturno. Com o apoio fundamental dos Serviços de Acção Social (mercê do entusiasmo de António Luzio Vaz na melhoria das condições dos estudantes) foi possível alterar a rotina de milhares de estudantes, que passaram a usufruir de novos espaços para estudo na cidade.

Outras medidas

Outras iniciativas dos dois mandatos de Humberto Martins passaram pela reformulação do Manual do Caloiro, para um kit alargado de “sobrevivência” nos primeiros dias em Coimbra, passando por uma “Festa das Latas e Imposição de Insígnias integradora, que extravasou o Pavilhão do Estádio Universitário e passou a acolher os pontos de encontro dos Núcleos de Estudantes; desde a requalificação e referenciação botânica das espécies dos jardins da Associação Académica de Coimbra, até à aposta nas saídas profissionais como ferramenta para a vida pós-estudantil, com a instalação de uma UNIVA na Associação Académica de Coimbra e dinamização de acções de recrutamento”, lembra.

“Foi esta a atitude desejada de uma Associação Académica de Coimbra que também muda as circunstâncias imediatas e influência o dia-a-dia aqueles que representa (na maioria das vezes com mais imaginação e irreverência do que condições ou capacidades) que perpassou em múltiplas outras iniciativas”, entende o antigo presidente da DG/AAC.

Largo currículo

Antes de chegar à presidência da AAC, Humberto Martins foi colaborador no Grupo Pedagógico de Farmácia da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra (DG/AAC) em 1996. No ano seguinte, foi colaborador do Gabinete de Apoio aos Núcleos da DG/AAC e membro efectivo do Núcleo de Estudantes de Farmácia (NEF) da AAC, com funções de secretário, coordenador do pelouro da Informação e editor do jornal do NEF/AAC, tendo sido eleito presidente do núcleo em 1998. Ainda neste ano, pertenceu à delegação portuguesa no Congresso da *International Pharmaceutical Students Federation (IPSF)*, na Suécia e Finlândia, tendo ainda sido membro da Comissão Instaladora da Associação Portuguesa de Estudantes de Farmácia (APEF). Em 1999, Humberto Martins foi o primeiro presidente da APEF.

Em 2000 (ano da primeira eleição), foi representante da AAC na Assembleia-Geral e vice-presidente do *MOSAIC – Movement of Students Aiming to Integrate Coimbra Group*, em Leuven, na Bélgica. Em 2001 e 2002 foi membro do Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES) em representação nacional dos estudantes das universidades públicas, e membro da Assembleia de Revisão dos Estatutos da AAC, indigitado pelas Secções Desportivas da Academia.

De entre as suas participações na Universidade de Coimbra destaca-se a representação dos estudantes da Faculdade de Farmácia no período de 1999-2003, no Senado da Universidade de Coimbra, Conselho Social da Universidade de Coimbra, no Conselho Editorial da Imprensa da Universidade e na Comissão de Elaboração da Carta de Direitos e Deveres dos Estudantes da Universidade de Coimbra. De entre estas, Humberto Martins realizou diversas intervenções em Congressos, Colóquios e Seminários. Organizou e participou em mais de 30 eventos dedicados ao Ensino Superior, Associativismo e Saúde entre 2000 e 2002.

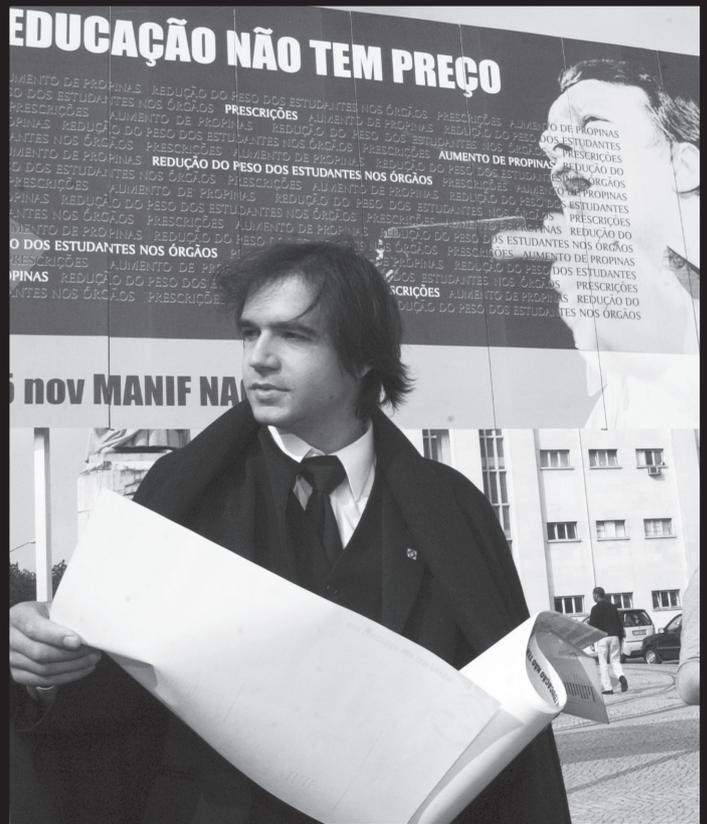
96 - Vítor Hugo Salgado

Presidência
2002/2003

Data de nascimento
24 de Janeiro de 1977

Naturalidade
Caldas de Vizela (Braga)

Curso
Direito



138

Vítor Hugo Machado da Costa Salgado de Abreu é natural de Caldas de Vizela e frequentou o curso de Direito entre 1999 e 2005. Os seus mandatos, com início em Janeiro de 2002, com os lemas “Excede-te” e “Excede-te mais”, foram preenchidos de inúmeras manifestações locais e nacionais, greves e boicotes que marcam o período conturbado da luta contra as propinas e a lei de Financiamento do Ensino Superior. Ao longo dos dois anos como presidente da Associação Académica de Coimbra, Vítor Hugo Salgado promoveu iniciativas irreverentes de protesto à política educativa vigente na altura, destacando o “Leilão da Universidade de Coimbra”, o “Correio da Educação”, a “Volta às propinas em Bicicleta” até Lisboa e o “O Cortejo de Archotes”, frente ao Palácio de Belém.

Na altura em que Vítor Hugo Salgado era presidente da AAC Seabra Santos é eleito reitor da Universidade

*A 5 de Novembro
de 2003 são
mobilizados
15 mil
estudantes
para uma
manifestação
em Lisboa*

de Coimbra e fixa o valor das propinas em Senado Universitário. É então que a academia entra em luta interna com a universidade. Depois de sucessivos encerramentos da porta férrea, mobilizam-se nesse mesmo dia cerca de 15 mil estudantes, protagonizando uma das maiores manifestações estudantis do Ensino Superior.

Outros momentos marcaram os dois mandatos de Vítor Hugo Salgado, como a reorganização da Queima das Fitas, a criação do Fórum AAC e obras realizadas no edifício.

Depois da presidência da Direcção-Geral da AAC, Vítor Hugo Salgado seguiu o seu caminho político. Foi deputado na Assembleia da República durante a X Legislatura, membro da Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Vizela e ainda membro da Comissão Nacional do Partido Socialista. Em Março de 2005, assume o papel de assessor do ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

97 - Miguel Duarte

Presidência
2004

Data de nascimento
24 de Janeiro 1980

Naturalidade
Viseu

Curso
Economia



Natural de Viseu, Miguel Duarte nasce em 1980. Militante da Juventude Socialista desde 1995, ao chegar à Universidade de Coimbra, a Economia é a área de estudo escolhida por aquele que viria a ser presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra em 2004.

Na segunda volta das eleições desse ano, com 23 anos, e depois de ter desempenhado a função de Secretário Nacional da JS, a lista liderada pelo jovem natural de Viseu vence o projecto adversário, optando por uma política de continuidade em relação ao trabalho de Victor Hugo Salgado, presidente durante os dois mandatos anteriores e líder de um projecto familiar ao estudante de Economia. Isto porque, antes de se lançar como dirigente da mais antiga e prestigiada Associação Académica do país, Miguel Duarte havia desempenhado as funções, nos dois anos anteriores, de tesoureiro e administrador. De acordo com o presidente da DG/AAC

*“A nossa
Direcção-Geral
trouxe uma
abordagem
diferente à
problemática
da Política
Educativa em
Portugal”*

em 2004, colaborar com a Academia durante este período “foi uma grande experiência que me preparou para a presidência, mas considero que a nossa Direcção-Geral trouxe uma abordagem completamente diferente à problemática da Política Educativa em Portugal”. Uma mudança que Miguel Duarte encara como um processo que pode ser resumido em dois pontos: o surgimento de “um novo argumentário baseado na análise e na comparação com outros sistemas de Ensino Superior na Europa” e a introdução do “contexto da globalização neoliberal” no debate da Academia “explicando que as lógicas de acção do nosso Governo estavam vinculadas a linhas políticas mais gerais”.

O seu mandato ficou marcado por vários acontecimentos importantes como, por exemplo, o envio de uma carta ao então Presidente da República, Jorge Sampaio, e à Assembleia da República exigindo o veto da Lei de Bases da Educação, que depois foi efectivamente veta-

da, o desafio feito à Ministra do Ensino Superior para participar num debate público, o lançamento da Declaração de Princípios do Ensino Superior Público, ou as comemorações dos 35 anos do 17 de Abril. Contudo, é impossível ignorar aquele que foi provavelmente o momento mais forte deste ano académico: o dia 20 de Outubro, data do protesto estudantil frente ao local onde reunia o Senado Universitário que resultou numa carga policial sobre os estudantes e na detenção de um aluno da Universidade de Coimbra. O acontecimento catalisou a mobilização dos estudantes, numa altura conturbada para a política nacional.

Líder de um projecto que caracteriza de revolucionário, o anterior membro do Senado Universitário e da Assembleia da Universidade de Coimbra, publica em 2004 o livro *A Estrutura da Causa*, um resumo do seu mandato. O objectivo era que a obra se tornasse uma “bíblia da argumentação política da Académica”, propósito que ainda é cumprido quando os actuais dirigentes académicos utilizam *A Estrutura da Causa* como base de sustentação para as políticas das suas academias.

Em 2005, Miguel Duarte torna-se mandatário distrital de Coimbra para a Juventude da candidatura de Manuel Alegre à Presidência da República para, no ano seguinte, se lançar no mercado profissional com a entrada na multinacional Capgemini, na área da consultoria estratégica. O trabalho não dificultou a evolução da sua formação. Depois da licenciatura, o viseense faz uma pós-graduação em Management & Business, no ISEG, e uma especialização em Executive Education, no MIT, em Boston. Posteriormente, Miguel Duarte passou para a Strategos, também na área de consultoria estratégica, partilhando o seu tempo entre Portugal e Espanha.

140



20 de Outubro de 2004, no Pólo II da Universidade de Coimbra

98 - Fernando Gonçalves

Presidência
2005/2006

Data de nascimento
4 de Janeiro de 1982

Naturalidade
Viseu

Curso
Direito



Fernando Gonçalves nasce a 4 de Janeiro de 1982 em Viseu. O ingresso no Ensino Superior em Coimbra deu-lhe a conhecer o associativismo estudantil, que experimentou numa primeira fase como presidente do Núcleo de Estudantes de Direito, curso em que se licenciou.

Em Dezembro de 2004 é eleito presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, dando início à luta pelos direitos dos estudantes durante a efectiva implementação do Processo de Bolonha, e apoiando a universidade na adaptação a esta nova fase do ensino. A tomada de posse deste primeiro mandato, em Janeiro de 2005, decorre nas Escadas Monumentais, cerimónia que não conta com a presença do reitor Fernando Seabra Santos, devido ao anterior corte de relações institucionais.

A promoção do diálogo em detrimento da luta radicalizada levada a cabo por Fernando Gonçalves prolongou-se por mais um ano, com a eleição para um segundo mandato em 2006.

Ao longo dos seus dois anos de liderança na AAC definiu a luta não como um momento mas como um processo que vai sofrendo alterações. Além da oposição através das palavras, Fernando Gonçalves direccionou os seus mandatos para a consolidação administrativa e financeira da Academia, conseguindo a Associação alcançar, pela primeira vez na sua história, um saldo positivo anual superior a 500 mil euros, para a remodelação

do edifício. Em 2006, perante o saldo negativo da Queima das Fitas do ano anterior, Fernando Gonçalves envolveu-se na Comissão Fiscalizadora da festa.

Outra das conquistas que alcançou enquanto presidente da Academia foi a assinatura do protocolo que, em 2006, pôs um ponto final nas divergências entre AAC e Académica – Organismo Autónomo de Futebol.

Com o fim do segundo mandato, Fernando Gonçalves dedica-se ao término da sua licenciatura, seguindo-se o estágio em advocacia, a ser feito em Lisboa.

99 - Paulo Fernandes

Presidência
2007

Naturalidade
Sabugueiro (Seia)

Data de Nascimento
1 de Fevereiro de 1983

Curso
Ciências Farmacêuticas



Paulo Fernandes, natural do Sabugueiro, Seia, nasce a 1 de Fevereiro de 1983. A Universidade de Coimbra é o local escolhido para dar continuidade à formação que tinha iniciado na sua terra natal, mas o conhecimento do mundo associativo leva-o a complementar a sua formação académica em Ciências Farmacêuticas, com a presença, por exemplo, na Assembleia de Representantes da Faculdade de Farmácia ou no Senado da UC, entidades onde marca presença até chegar à Associação Académica de Coimbra. Em 2006 é também presidente do Núcleo de Estudantes de Farmácia.

Em Dezembro de 2006 Paulo Fernandes é eleito presidente da Direcção-Geral da Academia, derrotando Pedro Cunha, num dos sufrágios académicos mais concorridos da história da Académica. O seu mandato fica marcado por momentos fulcrais como as comemorações dos 120 anos da AAC, que contaram com “alguns momentos altos como foi a Gala dos 120 anos no Teatro Académico de Gil Vicente” e

com o lançamento de uma publicação comemorativa, como explica o jovem natural do Sabugueiro, ou a certificação de qualidade atribuída à Associação Académica nesse ano.

Mas, neste mandato, a luta pelos direitos dos estudantes não foi esquecida. Uma das formas de simbolizar este processo foi a construção de um “puzzle” humano gigante no Pátio das Escolas, em defesa da participação dos estudantes nos órgãos de gestão da universidade. Outro exemplo desta luta foi também a caminhada até Lisboa, quando vários estudantes se dirigiram a pé até à capital por um melhor Ensino Superior de qualidade.

Igualmente importantes foram as iniciativas que ajudaram a reorganizar e a melhorar a AAC, como o início da renovação do Campo de Santa Cruz ou da Loja Ponto Já, obras posteriormente inauguradas.

Após o fim do mandato, Paulo Fernandes dedica-se ao curso, que termina no início de 2009. Até à data, trabalha como director técnico de uma empresa do ramo farmacêutico.

100 - André Oliveira

Presidência
2008

Data de nascimento
17 de Julho de 1985

Naturalidade
Coimbra

Curso
Economia



André Luís Paiva Serra de Oliveira nasce em Coimbra a 17 de Julho de 1985. Conta o próprio que, devido à proximidade, começou cedo a conhecer a Academia: “uma vez que sou de Coimbra, comecei o meu contacto com a Associação Académica desde os meus nove ou 10 anos. Cresci com a Académica como referência cultural e desportiva da cidade e da região”, conta.

Natural da cidade dos estudantes, membro da Juventude Socialista e já com grande empatia pela AAC, ingressa na universidade da sua terra natal em 2003, no curso de Economia. O conhecimento do associativismo conduziu-o, mal entrou na faculdade, ao Núcleo de Estudantes de Economia e Gestão. Em 2006, entra para a Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra, onde se torna coordenador-geral do pelouro do Desporto. No ano seguinte apresenta-se como vice-presidente, mas a sua lista perde as eleições, acontecimento que o leva a ganhar força para anunciar uma nova candidatura. Em 2008 apresenta-se como presidente de uma nova lista, com o objectivo de reorganizar a AAC através do projecto Academia de Causas, interrompendo, para o efeito, as suas funções na Juventude Socialista.

A vitória é alcançada à primeira volta, e do seu ano de presidência destacam-se momentos importantes como, por exemplo, a reinauguração do Campo de Santa Cruz, “*ex-libris* da cidade e da Associação Académica, bandeira incontornável do mandato e espaço nobre no coração da cidade que possibilita a continuação de toda a formação que existe na AAC”, explica o jovem de Coimbra.

“Em termos políticos, há também um momento marcante, quando no Cortejo da Festa das Latas de 2008 decidimos simbolizar o tempo de vacas magras tendo em conta os cortes e o desinvestimento no Ensino Superior e a acção social escolar insuficiente”, conta André Oliveira. Estas questões foram representadas por uma grande faixa acompanhada por duas vacas que inauguraram este cortejo. “Houve uma grande aceitação dos estudantes à nossa passagem”, conta o antigo dirigente estudantil. O reatar de relações com o reitor é também referido como um dos momentos marcantes do mandato.

Numa perspectiva mais geral do mandato, André Oliveira explica que “acima de tudo, havia a aposta de reforçar a credibilidade da AAC com o projecto Academia de Causas, envolvendo todas as vertentes de forma a que a Académica voltasse a estar num patamar de responsabilidade social diferente, enquanto uma das maiores instituições da cidade de Coimbra e uma referência a nível nacional”.

Depois da saída da Associação Académica de Coimbra, André Oliveira decide alargar horizontes e parte rumo a um semestre de estudo na Eslováquia, de onde regressa licenciado, partindo para o Mestrado em Coimbra.

Quanto ao futuro, é parco em palavras: “a minha perspectiva de futuro é, a partir do momento em que termine o Mestrado, procurar um emprego que se enquadre naquilo que é a minha área, gostando eu de uma vertente mais empresarial e ao nível da administração. Esse é o meu objectivo, além de querer ter sempre uma participação política enquanto me identificar e achar que posso dar o meu contributo”, afirma.

101 - Jorge Serrote

Presidência
2009

Data de nascimento
3 de Maio de 1985

Naturalidade
Estremoz

Curso
Direito



É em Estremoz que, a 3 de Maio de 1985, nasce Jorge Miguel Camões Serrote. Depois dos primeiros anos de estudo, diz o alentejano que “quis vir para Coimbra, antes de mais, por ter uma universidade de prestígio, por toda a envolvimento histórica e de tradição ligada à universidade e às suas vivências”.

Veio para ingressar em Direito, envolvendo-se nos primeiros anos do curso nas lides associativas, como colaborador da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra e do Núcleo de Estudantes de Direito.

Apesar do tempo roubado pela Assembleia da Universidade, Conselho Directivo e Assembleia de Representantes da Faculdade, a ligação à DG/AAC manteve-se sempre. No 4.º ano do seu curso é presidente da Comissão Central da Queima das Fitas e em 2008 é vice-presidente da AAC para, no ano seguinte, ser eleito presidente da Direcção-Geral da Académica. Jorge Serrote afirma que “a imagem que tinha da Associação Académica era a de uma grande instituição com uma história imensa e um peso enorme, cultural e desportivo, na cidade e no país. Agora claro que, por um lado, a ideia mudou porque tinha a imagem de que chegar à AAC era inatingível, mas é apenas complicado. Tudo isso foram imagens que fui tendo e a percepção que fui ganhando ao longo dos anos”, considera.

Do mandato que, até à data, ainda não terminou destaca já alguns momentos. A reabertura da esplanada da AAC e a requalificação dos jardins é uma das acções que marca o ano. A um nível mais simbólico, Serrote sublinha “as fantásticas

comemorações do 17 de Abril com a exposição que tivemos em toda a cidade, enchendo-a de história”. Além destas iniciativas, o estudante de Direito explica que conseguiu “colocar na agenda muitas questões relativas ao Ensino Superior através das nossas acções e do diálogo que mantivemos”. Uma destas actividades, simbolizando a vergonha dos estudantes por ver os colegas a abandonar o Ensino Superior por razões económicas, decorreu quando duas centenas de estudantes se concentraram na Alta Universitária com a cara tapada por máscaras. Ou, por exemplo, quando os estudantes partiram de Coimbra depois de uma Assembleia Magna onde decidiram esperar à porta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior até que o ministro Mariano Gago os recebesse.

De acordo com Jorge Serrote, “foram boas acções por termos despertado consciências, por termos reivindicado, obviamente criticando o que achávamos mal, mas também apresentando soluções para construir aquele que achámos ser o caminho certo rumo a um Ensino Superior de qualidade”.

A eleição para representante dos estudantes do Ensino Superior no Conselho Nacional de Educação e para presidente do Conselho Fiscal da Federação Académica de Desporto Universitário chegam durante o mandato. Todo o trabalho desenvolvido vai contribuindo para alimentar os sonhos do jovem de Estremoz que quando, terminar o mandato em Janeiro de 2010, tem como maior ambição ser advogado e continuar a cooperar para construir uma sociedade melhor.



Miguel Duarte



André Oliveira



Humberto Martins



Miguel Duarte e Fernando Gonçalves



Candidatos à Direcção-Geral da AAC em 1999
Em cima, Nuno Ferro, José Coelho, António Areias e André Pestana,
em baixo, Miguel Alves, Hugo Capote, Vítor Aires e Rui Justiniano

Presidentes da AAC por faculdade

Direito – 57

António Luís Gomes

Joaquim António de Sá Oliveira

João Santos Monteiro

Eugénio Cunha Pimentel

Avelino Calisto

Tenente José Maria Rosa Júnior

Luciano Eustáquio Soares

Álvaro Bettencourt Athayde

Francisco António Maldonado

Arnaldo da Veiga Cabral

Alexandre Ferreira Braga

Guilherme Luíselo Alves Moreira

Augusto da Fonseca Júnior

Alfredo Fernandes Martins

Jaime do Rego Afreixo

António José Sousa Pereira

João Gaspar Simões

João de Brito Câmara

António Ferrer Correia

António de Sousa

Ernesto Domingues de Andrade

Luís Nunes da Ponte

Manuel Deniz Jacinto

João de Matos Antunes Varela

Manuel Tarujo de Almeida

Arménio António Cardo

Francisco Salgado Zenha

Manuel Joaquim Rebelo da Silva

Fernando Pereira Rebelo

Carlos Paes d'Assumpção

Afonso de Sousa Freire Moura Guedes

Fernando Mendes Silva

Ruy Alvim

Manuel Henrique Mesquita

José Manuel Cardoso da Costa

Carlos Candal

José Pinheiro Lopes de Almeida

Jorge Manuel Amado de Aguiar

António Correia de Campos

Alexandre Augusto de Magalhães

Luís da Cunha Melo

João Santos Ubach Chaves

Jorge Manuel Ponce Leão

Alberto Martins

Carlos Fraião

Carlos Amorim

Carlos Delgado

Henrique Fernandes

Luís Pais de Sousa

Luís Parreirão

Ricardo Roque

Paulo Barreto

Ana Paula Barros

António Vigário

Vítor Hugo Salgado

Fernando Gonçalves

Jorge Serrote

Medicina – 22

António dos Santos Cidraes

João Duarte de Oliveira

António Santos Silva

Fausto Lopo de Carvalho

António Augusto Malheiro

António Pádua

Lúcio de Almeida

Manuel Gomes de Almeida

António de Matos Beja

João Pedro Miller Guerra

Augusto Amorim Afonso

Manuel Pinho Rocha

Francisco Leal Paiva

José Pedro Belo Soares

João Henriques Fernandes Loja

Octávio Luís Andrade da Cunha

António Maló de Abreu

Luís Teixeira

Diogo Portugal

Benjamim Lousada

Fernando Guerra

Hugo Capote

Ciências – 9

Luís Guilherme Mendonça de Albuquerque

Joaquim António dos Santos Simões

António Mascarenhas Gaivão

António Gomes Martins

José Neves dos Santos

Guilherme Carreira

José Manuel Viegas

Tiago Magalhães

Zita Henriques

Letras – 7

Manuel de Almeida Neves

José Guilherme Melo e Castro

Ramiro Machado Valadão

Joaquim Romero de Magalhães

António José Pires Remédio

Clara Crabbé Rocha

José Gabriel

Economia – 3

António Silva

Miguel Duarte

André Oliveira

Farmácia – 2

Humberto Martins

Paulo Fernandes

Psicologia – 1

Emídio Guerreiro

Presidentes da AAC e o regime vigente no país

Monarquia (1887-1910) – 9

- 01 – António Luís Gomes (1887-1890)
- 02 – António Joaquim de Sá Oliveira (1896-1897)
- 03 – António dos Santos Cidraes (1899-1900)
- 04 – João Duarte de Oliveira (1900-1901)
- 05 – João Santos Monteiro (1901-1902)
- 06 – Eugénio da Cunha Pimentel (1902-1904)
- 07 – Avelino César Augusto Maria Calisto (1904-1905)
- 08 – António Santos Silva (1905)
- 09 – Tenente José Maria Rosa Júnior (1905-1908)

Primeira República (1910-1926) – 14

- 10 – Luciano Eustáquio Soares (1910-1911)
- 11 – Álvaro Bettencourt de Athayde (1911-1912)
- 12 – Francisco António Maldonado (1912-1914)
- 13 – Fausto Lopo de Carvalho (1914)
- 14 – Arnaldo Veiga Cabral (1914-1915)
- 15 – Alexandre Ferreira Braga (1915-1916)
- 16 – António Augusto Malheiro (1917-1918)
- 17 – Guilherme Luíselo Alves Moreira (1918-1919)
- 18 – Augusto da Fonseca Júnior (1919-1920)
- 19 – António Pádua (1920-1921)
- 20 – Alfredo Fernandes Martins (1921-1922)
- 21 – Lúcio de Almeida (1922-1923)
- 22 – Manuel Gomes de Almeida (1923-1925)
- 23 – António Matos Beja (1925-1927)

Estado Novo (1926-1974) – 46

- 24 – Manuel de Almeida Neves (1927-1928)
- 25 – Jaime do Rego Afreixo (1928-1929)
- 26 – António José Sousa Pereira (1929-1930)
- 27 – João Gaspar Simões (1930-1931)
- 28 – João de Brito Câmara (1931-1932)
- 29 – António Ferrer Correia (1932-1934)
- 30 – António de Sousa (1934-1935)
- 31 – Ernesto Domingues Andrade (1935-1936)
- 32 – João Pedro Miller Guerra (1936-1937)
- 33 – José Guilherme Melo e Castro (1937-1939)
- 34 – Luiz Nunes da Ponte (1939-1940)
- 35 – Manuel Diniz Jacinto (1940-1941)
- 36 – Ramiro Valadão (1941)
- 37 – João de Matos Antunes Varela (1942-1943)
- 38 – Manuel Tarujo de Almeida (1943-1944)
- 39 – Arménio António Cardo (1944)
- 40 – Francisco Salgado Zenha (1945)
- 41 – Manuel Joaquim Rebelo da Silva (1945-1947)
- 42 – Luís Mendonça de Albuquerque (1947)
- 43 – Augusto Amorim Afonso (1947-1949)
- 44 – Fernando Pereira Rebelo (1949-1950)
- 45 – Joaquim António Santos Simões (1950-1951)
- 46 – Carlos Augusto Pais de Assunção (1951-1952)
- 47 – Afonso de Sousa Freire Moura Guedes (1952-1953 e 1954-1955)
- 48 – Fernando Luís Mendes da Silva (1953-1954)

- 49 – António Manuel Ferreira de Mascarenhas Gaivão (1955-1956)
- 50 – Manuel Pinto Rocha (1956-1957)
- 51 – Ruy Alvim (1957-1958)
- 52 – Manuel Henriques Mesquita (1958-1959)
- 53 – Manuel Cardoso da Costa (1959-1960)
- 54 – Carlos Candal (1960-1961)
- 55 – José Pinheiro Lopes de Almeida (1961)
- 56 – Jorge Manuel Amado de Aguiar (1961-1962)
- 57 – Francisco Leal Paiva (1962)
- 58 – José Pedro Belo Soares (1962)
- 59 – João Henriques Fernandes Loja (1963-1964)
- 60 – António Correia de Campos (1964)
- 61 – Joaquim Romero de Magalhães (1964-1965)
- 62 – Octávio Luís Andrade da Cunha (1965)
- 63 – Alexandre Augusto de Magalhães (1965-1966 e 1968)
- 64 – Luís da Cunha Melo (1966-1967)
- 65 – José Santos Chaves (1967-1968)
- 66 – Jorge Manuel Ponce Leão (1968-1969)
- 67 – Alberto Martins (1969)
- 68 – António José Pires Remédio (1970)
- 69 – Carlos Fraião (1970-1971)

Segunda República (1974 -) – 32

- 70 – Carlos Amorim (1974)
- 71 – Carlos Delgado (1974)
- 72 – António Gomes Martins (1975-1976)
- 73 – Clara Crabbé Rocha (1976)
- 74 – Henrique Fernandes (1976-1977)
- 75 – José Neves dos Santos (1977-1978)
- 76 – José Gabriel (1978-1979)
- 77 – António Maló de Abreu (1979-1980)
- 78 – Luís Teixeira (1980-1981)
- 79 – Luís Pais de Sousa (1981-1982)
- 80 – Guilherme Carreira (1982-1983)
- 81 – Luís Parreirão (1983-1984)
- 82 – Ricardo Roque (1984-1985)
- 83 – Diogo Portugal (1985-1986)
- 84 – Paulo Barreto (1986-1987)
- 85 – Benjamim Lousada (1987-1988)
- 86 – Ana Paula Barros (1988-1989)
- 87 – José Manuel Viegas (1989-1990)
- 88 – Emídio Guerreiro (1990-1991)
- 89 – Fernando Guerra (1991-1992)
- 90 – António Vigário (1992-1993)
- 91 – Tiago Magalhães (1994)
- 92 – Zita Henriques (1995-1996)
- 93 – António Silva (1997-1998)
- 94 – Hugo Capote (1999)
- 95 – Humberto Martins (2000-2001)
- 96 – Vítor Hugo Salgado (2002-2003)
- 97 – Miguel Duarte (2004)
- 98 – Fernando Gonçalves (2005-2006)
- 99 – Paulo Fernandes (2007)
- 100 – André Oliveira (2008)
- 101 – Jorge Serrote (2009)

Índice

Nota de Abertura do autor	7
Nota de Abertura de Jorge Serrote	9
Prefácio, de João Gouveia Monteiro	11
Lista dos presidentes da Associação Académica de Coimbra (1887-2009)	13
António Luís Gomes	15
António Joaquim de Sá Oliveira	16
António Santos Cidraes	17
João Duarte Oliveira	18
João Santos Monteiro e Eugénio Cunha Pimentel	19
Avelino Calisto	20
António Santos Silva, José Maria Rosa Júnior e Luciano Eustáquio Soares	21
Álvaro Bettencourt Athayde	22
Francisco António Maldonado	23
Fausto Lopo de Carvalho e Arnaldo Veiga Cabral	24
Alexandre Ferreira Braga	25
António Augusto Malheiro e Guilherme Luíselo Alves Moreira	26
Augusto da Fonseca Júnior	27
António Pádua e Alfredo Fernandes Martins	28
Lúcio de Almeida	29
Manuel Gomes de Almeida	30
António Matos Beja	31
Manuel Almeida Neves e Jaime Rego Afreixo	32
António José Sousa Pereira	33
João Gaspar Simões	34
João de Brito Câmara	35
Ferrer Correia	36
Fotografias (Sá Oliveira, António Cidraes, Alexandre Ferreira Braga, Augusto Fonseca Júnior)	38
António de Sousa e Ernesto Domingues de Andrade	39
João Pedro Miller Guerra	40

José Guilherme Melo e Castro	41	
Luís Nunes da Ponte e Manuel Deniz Jacinto	42	
Balada de Despedida 5.º ano Jurídico 1905	44	
Ramiro Valadão	45	
Antunes Varela	46	
Manuel Tarujo de Almeida	47	
Arménio António Cardo	48	
Francisco Salgado Zenha	49	
Manuel Joaquim Rebelo da Silva e Luís Mendonça de Albuquerque	52	
Augusto Amorim Afonso	54	
Fernando Pereira Rebelo	55	
Joaquim Santos Simões	56	
Carlos Paes d'Assumpção	57	
Afonso Moura Guedes	58	151
Fernando Mendes Silva	60	
António Mascarenhas Gaivão e Manuel Pinho Rocha	62	
Ruy Alvim	65	
Manuel Henriques Mesquita	66	
Manuel Cardoso da Costa	67	
Carlos Candal	68	
Fotografias (Ferrer Correia, Lúcio de Almeida, Matos Beja e manifestação)	70	
José Pinheiro Lopes de Almeida e Jorge Amado de Aguiar	71	
Francisco Leal Paiva	72	
José Pedro Belo Soares	75	
João Henrique Fernandes Loja	76	
António Correia de Campos	77	
Joaquim Antero Romero Magalhães	78	
Octávio Luís Andrade da Cunha	79	
Alexandre Augusto de Magalhães	80	

Luís da Cunha Melo	81
João Santos Ubach Chaves	84
Jorge Manuel Ponce Leão	85
Alberto Martins	86
António José Pires Remédio	89
Carlos Fraião	90
Carlos Amorim	92
Carlos Delgado	93
António Oliveira Gomes Martins	94
Clara Crabbé Rocha	96
Henrique Fernandes	97
José Neves dos Santos	98
152 Ser presidente da Associação Académica de Coimbra, por António Luzio Vaz	100
José Gabriel	101
António Maló de Abreu	102
Fotografias (DG/AAC 1957, 1976 e 1977)	104
Luís Teixeira	105
Luís Pais de Sousa	106
Guilherme Carreira	108
Luís Parreirão	109
Palavras sobre presidentes da Associação Académica de Coimbra, por Rui Alarcão	110
Ricardo Roque	112
Diogo Portugal	114
Paulo Barreto	115
Benjamim Lousada	116
Ana Paula Barros	118
José Manuel Viegas	120
Fotografias (Benjamim Lousada, Ana Paula Barros, Paulo Barreto e Luís Teixeira)	121
Emídio Guerreiro	122

Fernando Guerra	124	
António Vigário	126	
Tiago Magalhães	129	
Zita Henriques	130	
António Silva	132	
Fotografias (António Silva, Fernando Guerra e eleições)	134	
Hugo Capote	135	
Humberto Martins	136	
Vítor Hugo Salgado	138	
Miguel Duarte	139	
Fernando Gonçalves	140	
Paulo Fernandes	141	
André Oliveira	142	
Jorge Serrote	143	153
Fotografias (Miguel Duarte, Humberto Martins, Fernando Gonçalves e André Oliveira)	144	
Os presidentes da AAC por faculdade	146	
Os presidentes da AAC e o regime vigente no país	148	
Bibliografia	154	
Agradecimentos	155	
Créditos Fotográficos	156	

Bibliografia

- ALMEIDA, António Campar; GAMA, António; CRAVIDÃO, Fernanda Delgado; CUNHA, Lúcio; MARTINS, Paula Fernandes; JACINTO, Rui, *Alfredo Fernandes Martins, Geógrafo de Coimbra, Cidadão do Mundo*, IEG, CEG, Coimbra, 2006
- ANDRADE, Vítor e Andrade, Magda, *Francisco Salgado Zenha: Fotobiografia* / coord., pesquisa e ed. Lex; Lisboa: Ordem dos Advogados, 2003
- Anuário da Universidade de Coimbra 1895-96
- Anuário da Universidade de Coimbra 1899-1900
- Anuário da Universidade de Coimbra 1901-02
- Anuário da Universidade de Coimbra 1904-05
- Anuário da Universidade de Coimbra 1905-06
- Anuário da Universidade de Coimbra 1910-11
- Anuário da Universidade de Coimbra 1911-12
- Anuário da Universidade de Coimbra 1915-16
- Anuário da Universidade de Coimbra 1917-18
- BEBIANO, Natália, “Luís Albuquerque: Perspectivas para a História da Cultura em Portugal”, in *Boletim da SPM*, N.º 39, Outubro de 1998.
- BEBIANO, Natália, “Tributo a Luís Albuquerque”, in *Boletim da SPM*, N.º 26, Julho de 1993
- BESSA, Mendes (coord.), *Deniz Jacinto.*, ed. Instituto de Teatro Paulo Quintela com a colaboração do Teatro Académico Gil Vicente, 1996
- BRITO, Rui de, *Salgado Zenha, o homem e a liberdade*, Lisboa : Liber, 1975
- CORREIA, Natália, *A Questão Académica de 1907*, Lisboa: Minotauro/Seara Nova, 1962
- CARVALHO, Orlando, *Perfil de António de Arruda Ferrer Correia*
- FARIA, Cristina, *As lutas estudantis contra a ditadura militar: 1926-1932*, Lisboa: Colibri, 2000
- HENRIQUES, Isabel (coord. e ed.), *João Gaspar Simões (1903-2003), Evocação de uma presença*, Divisão de Acção Cultural, Museu, Biblioteca e Arquivos. Figueira da Foz: 2003
- LAMY, Alberto Sousa, *A Academia de Coimbra: 1537-1990*. Lisboa: Reis dos Livros, 1990
- LOPES, Maria António; PADEZ DE CASTRO, Maria João, *António Ferrer Correia. Uma Fotobiografia*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009
- MESQUITA, João; SANTANA, João, *Académica – História do Futebol*, Coimbra: Almedina, 2007
- *Novos Topónimos – Coimbra 2002 – 2008*. Departamento de Cultura. Coimbra: Câmara Municipal, 2008
- RAMOS, Mário, MATTOS, Guilhermino, *Em Terras de Espanha – coisas sobre a viagem do Orfeon e da Tuna Académica da Universidade de Coimbra*. Empresa Internacional Editora, 1923
- Revista *Via Latina*

- RODRIGUES, Manuel Augusto; *A Universidade de Coimbra e os seus reitores*, Coimbra: Almedina, 1990
- RODRIGUES, Manuel Augusto; *A Universidade de Coimbra – Marcos da sua História*, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1991
- RODRIGUES, Manuel Augusto; *Memoria professorum universitatis conimbricensis*, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 1992
- SIMÕES, Santos; *Contribuição para a história da Associação Académica de Coimbra – 1936 a 1951*, 1987
- SIMÕES, Santos, *Sete anos de luta contra o Fascismo: Academia de Coimbra 1944/1951*. D.L., 2002
- SOARES, António José, *Saudades de Coimbra, Pequena História da Academia de Coimbra, 1901-1916*, Coimbra: Almedina, 1985
- SOARES, António José, *Saudades de Coimbra, Pequena História da Academia de Coimbra, 1917-1933*, Coimbra: Almedina, 1985
- TORGAL, Luís Reis, “A Universidade e a Academia de Coimbra perante o Estado Novo (1926-1961)”

Endereços de Internet consultados:

<http://cvc.instituto-camoes.pt/figuras/lalbuquerque.html>
http://www.cm-portalegre.pt/resources/1529/Acta_15_2002.pdf
<http://guitarradecoimbra.blogspot.com/2006/11/dr.html>
 “Islenha”, N.º 33, Julho a Dezembro 2003
<http://estudosobrecomunismo2.wordpress.com/2004/06/24/morte-de-joaquim-santos-simoes/>
<http://pedraformosa.blogspot.com/2005/06/dia-21-de-junho-lanamento-do-livro.html>
<http://esfhelectronica.no.sapo.pt/escola/historia1.htm>
<http://nonas-nonas.blogspot.com/2009/05/ruy-alvim-por-prof-dr-antonio-jose-de.html>
<http://nonas-nonas.blogspot.com/2009/05/carta-ruy-alvim-de-antonio-manuel-couto.html>
<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n188/n188a04.pdf>

Agradecimentos

Afonso Athayde
 Aires da Silva Castro
 Alcides Sá Esteves
 Alexandre Ramires
 Alberto Cidraes
 Álvaro Athayde
 Amaro das Neves
 Amélia Rebelo
 Ana Maria Tinoco Matos Beja Alte da Veiga
 Ana Sofia Veloso
 André Amador
 António Amorim Afonso
 António Egídio Fernandes Loja
 António Ferrer Correia
 António Homem de Gouveia
 António Nunes
 Câmara Municipal de Angra do Heroísmo
 Câmara Municipal de Portalegre
 Carlos Padrão
 Celina Veiga de Oliveira
 Centro de Estudos Cinematográficos da AAC
 Daniela Posse
 Diana do Mar
 Diário de Coimbra
 Divisão de Cultura da C.M. da Figueira da Foz
 Elizabeth Nabuco
 Embaixador Brito Câmara
 Fernanda Andrade
 Francisco Gaivão
 Francisco Maduro-Dias
 Francisco Pinto
 Gonçalo Ribeiro Teles
 Helena Guerra
 Helga Sardinha
 Humberto Augusto de Faria Correia
 Imprensa da Universidade de Coimbra
 Isabel da Veiga Cabral
 Isabel Lopo
 Isabel Santos Simões
 Jácomo de Bruges
 João Luís Campos
 João Manuel Varela
 João Pedro Tarujo de Almeida
 Jorge Castilho
 José Duarte Arnaud
 José Frederico
 José Henrique Salgado Zenha
 José Valente
 Lélío Lourenço
 Leonor Alvim
 Leonor Amorim
 Lia Vasconcelos
 Lídia Ubach Chaves
 Lourdes Braga Pereira
 Luís Freire de Andrade
 Luís Manuel Cardoso de Meneses de Almeida
 Luís Nunes da Ponte
 Manuel Correia
 Manuel Guerra
 Manuel Jacinto
 Manuel Rebelo
 Margarida Mendes Silva
 Maria Antónia Fernandes Loja
 Maria Darcília Salgado Zenha
 Maria Filomena Moura Guedes
 Maria Francisca Valadão
 Maria João Lopo de Carvalho
 Maria Manuel Candal
 Maria Zulmira Miller Guerra Marinho Antunes
 Marta da Cunha Pimentel Pereira Coutinho
 Museu Académico de Coimbra
 Natália Bebiano Providência
 Nazaré Lopes
 Nuno Tavares
 Paula Fernandes Martins
 Pedro Homem de Gouveia
 Pedro Maldonado Coutinho
 Pedro Santos
 Regina Pinho
 Rita Alvim
 Secção de Jornalismo da AAC
 Sérgio Rebelo
 Teresa Nunes da Ponte
 Viriato Namora

Créditos fotográficos

11, 86, 87, 88, 100 – Arquivo Museu Académico de Coimbra

16, 17, 19, 23, 24, 25, 29, 31, 35, 38, 41, 43, 46, 47, 54, 55, 56, 58, 59, 61, 68, 69, 70, 84, 92 – Cedidas pelas famílias

18 – Retirada de *A Universidade de Coimbra e os seus reitores*, de Manuel Augusto Rodrigues

20 – Retirada de *A Academia de Coimbra (1537-1990)*, de Alberto de Sousa Lamy

22, 27 – Retirada de *Académica – A História do Futebol*, de João Mesquita e João Santana

28, 38 – Retiradas de *Alfredo Fernandes Martins – Geógrafo de Coimbra, Cidadão do Mundo*

30, 32, 33, 39, 42, 45, 48 – Caricatura retirada do livro de curso (Arquivo Museu Académico de Coimbra)

34 – Retirada de *João Gaspar Simões [1903 – 2003]*

36, 37, 70 – Retirada de *Fotobiografia de Ferrer Correia*, de Maria Antónia Lopes e Maria João Padez de Castro

38 – Retirada da *Rua Larga*, n.º 21, 10 de Janeiro de 1959

49, 50, 51 – Retiradas de *Francisco Salgado Zenha: Fotobiografia*, de Vítor Andrade e Magda Andrade

52 – Cedida pelo Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra

57 – Cedida por Celina Veiga de Oliveira

63, 64, 67, 70, 72, 73, 74, 75, 81, 82, 83, 94, 95, 98, 99 – Cedidas pelos próprios

65, 104 – Cedida por Elizabeth Nabuco

66 – Cedida pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

80 – Cedida por Nuno Tavares

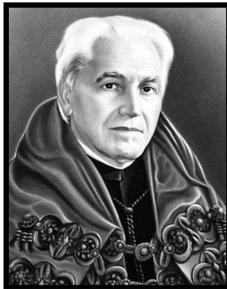
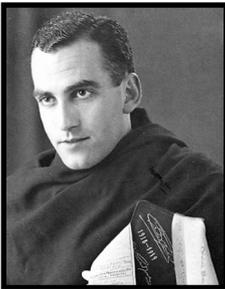
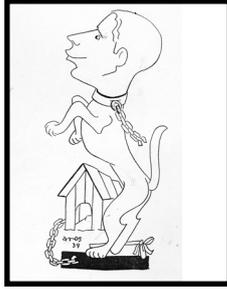
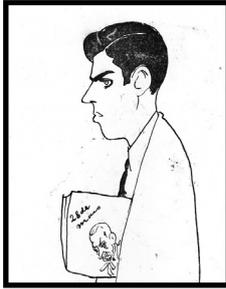
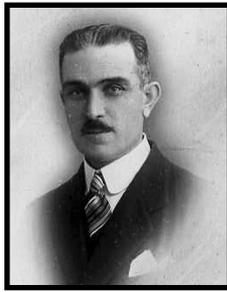
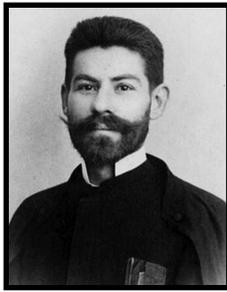
78, 90, 121 – Arquivo fotográfico Diário de Coimbra

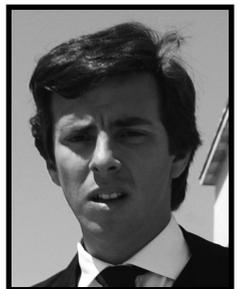
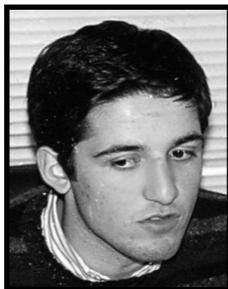
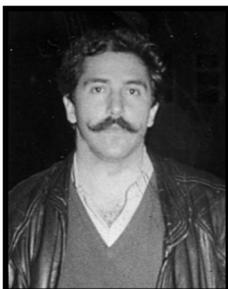
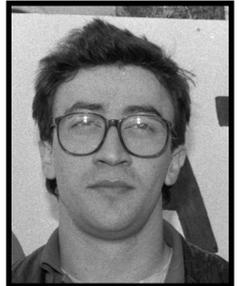
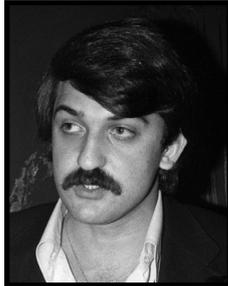
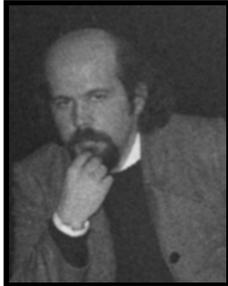
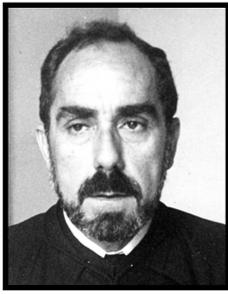
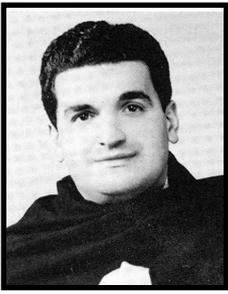
93, 104, 105, 107, 109, 113, 114, 115 – Retiradas dos organigramas de campanha

96, 97, 101, 102, 103, 110, 111, 116, 117, 118, 119, 123, 124, 125, 126, 128, 134, 138, 139, 140, 141, 142, 144 – Manuel Correia

120, 122, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 140, 144, 145 – Arquivo fotográfico Jornal Universitário de Coimbra – A CABRA

143 – Paulo Abrantes







I
IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS
U